

SESSÕES DO PLENÁRIO

85ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de setembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João C Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê):- “Requerimento.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia do Estado da Bahia.

*Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.424/2013, Projeto de Lei nº 20.425/2013, Projeto de Lei nº 20.308/2013, Projeto de Decreto Legislativo nº 2.496/2013, Projeto de Decreto Legislativo nº 2.497/2013, Ofícios: 756/2007- TCE, 845/2007- TCM, 853/2008-TCE, 866/2008 – TCM, 979/2009 – TCE, 992/2009- TCM e 1.225/2011 –*

TCE.”

Portanto, fica convocada uma sessão extraordinária a ser realizada 1 minuto após o encerramento desta.

O Sr. Gaban:-Sr. Presidente, V.Ex^a leu os projetos. Por gentileza, poderíamos saber a sequência e quais os números correspondentes deles?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço ao secretário da Mesa que providencie uma cópia.

O projeto de lei nº 20.424 é o dos professores; o nº 20.425 também é da Secretaria da Educação; o nº 20.308/2013 é o dos deficientes físicos; os decretos legislativos nºs 2.496 e 2.497 são das contas do governador; e os ofícios TCE e do TCM.

O Sr. Gaban:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Ivana Bastos, comunicando sua ausência da sessão no dia 07/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência da sessão no dia 07/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Mário Negromonte Júnior, comunicando sua ausência da sessão no dia 12 e 14/08/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero pedir que seja inserido nos Anais desta Casa uma matéria do presidente nacional do nosso partido, Renato Rabelo, que saiu publicada no *Vermelho* – www.vermelho.org.br.

(Lê) “Renato Rabelo: O desafio da construção do pensamento revolucionário.

O Partido Comunista tem como sua causa o grande ideal da superação revolucionária do capitalismo e da construção da nova sociedade socialista. Este objetivo maior somente será alcançado com o desenvolvimento da teoria revolucionária, que plasme um pensamento avançado engajado no seu tempo histórico.”

Sr. Presidente, ontem me referi aqui à situação de Correntina, questionando determinadas ações do juiz substituto daquela cidade. Não vamos entrar no mérito, particularmente não estou questionando a eficácia, a seriedade e a honestidade do

juiz, mas apenas gostaria de ponderar e exigir uma reflexão maior por parte daquele magistrado, porque algumas coisas que vêm acontecendo são questões que não considero que sejam normais dentro da Justiça.

Citando um exemplo: existe, há cerca de 1 ano uma solicitação de reintegração de posse das casas destinadas a pessoas carentes que foram invadidas, e ainda não foi proferida nenhuma sentença, nenhuma decisão. Isso tem prejudicado muito o município, dando um prejuízo não apenas social, mas também um prejuízo financeiro. Na realidade o que se quer é uma decisão. Só isso! Nada mais, nada menos do que isso. Apenas uma decisão, seja ela favorável ou contrária. Ninguém quer nada mais além de uma decisão imparcial do magistrado. Mas observamos que qualquer ação movida contra o prefeito Laerte Caires, do PCdoB, é encaminhada imediatamente, e as audiências são urgentes, rápidas.

Entretanto a ação de reintegração de posse, que seria uma ação urgente, urgentíssima tem quase 1 ano. Marca-se audiência para as duas questões, a de reintegração de posse não acontece, a outra, sim. Portanto, observa-se que há uma parcialidade na conduta, pelo menos até então, do juiz substituto de Correntina. Essa situação não pode continuar.

Há uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral no sentido de que o prefeito eleito, Ezequiel, está impedido de assumir o cargo porque é ficha suja. Essa decisão não foi revogada, no entanto o juiz local decidiu empossar o outro prefeito. Isso gerou um clima de muita tensão no município, e, menos de 24 horas depois, o TRE resgatou a legalidade daquela decisão, devolvendo o cargo ao prefeito Laerte Caires. Isso cria um clima de tensão que não pode continuar. Estive em Correntina com o deputado Daniel Almeida para acalmar aquele clima tenso e conseguimos o nosso objetivo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Queria fazer esta ponderação: o juiz de Correntina precisa refletir mais sobre suas ações e precisa ter uma posição efetivamente de magistrado para que tenhamos um clima de paz e que possamos implementar a verdadeira justiça.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, quero lembrar que no dia 11 de fevereiro de 2011 apresentei pela primeira vez a PEC nº 122, que versa sobre o voto aberto. Fui derrotada dois meses depois com apenas oito votos favoráveis. Em maio de 2012 reapresentei essa proposta por entender que é uma questão importante e necessária e também porque sou insistente quando acredito nas questões.

Voltei a apresentar, no ano passado, a PEC que está sob o nº 126, e agora espero que ela seja aprovada. Estou aguardando e, inclusive, o presidente já

comunicou que irá colocá-la na pauta desta sessão para que façamos o debate e que realmente seja aprovada.

A Câmara Federal já aprovou a PEC do voto aberto para todas as proposições. Voto aberto amplo, geral e irrestrito, como dizíamos na época da anistia. Faço um apelo aos meus pares, a esta Casa para que a gente reveja essa decisão de manter o voto secreto para três matérias, porque aprovado no Congresso Nacional, aprovado na Câmara e indo para o Senado, automaticamente nós vamos ter que cumprir essa decisão. Acho que não podemos fazer o que a Câmara federal fez com o deputado Donadon, que foi preso, e o Congresso não cassou seu mandato. O que foi que nós ganhamos com aquilo? Queria fazer esse apelo aqui aos meus pares, para que realmente tenhamos coragem. Vi alguns argumentos na imprensa, de que é retaliação, é medo de perseguição. Acho que não é por aí.

Fiquei muito feliz porque o governador disse: “Sou a favor do voto aberto, em todas as situações, sem exceção.” Então, já se criou um clima em nosso Estado da importância, da necessidade do voto aberto no Poder Legislativo, em todas as proposições. É levantar a bandeira da transparência, sem medo de retaliação, sem medo de cara feia, porque é o nosso papel. Nós devemos satisfação ao nosso povo, que é quem nos elege. Claro que, se você é parceiro, se você é do mesmo projeto, tem um diálogo, uma parceria política, mas acho que esse tipo de receio não convém a nós. Nós, deputados, estamos aqui representando toda a sociedade, e acho que ampliar a transparência fortalece a democracia.

O segmento político, em nosso Brasil, tem passado por desgaste e por campanhas contrárias, inclusive de parte da grande mídia, que faz questão de nos desqualificar. Acho que à medida que o parlamentar, o deputado, tem coragem de tomar determinadas decisões, não ter medo de enfrentar certos momentos, nos fortalece, nos aproxima do povo. Por isso, acho que essa conversa de pressões do Executivo, do Judiciário, se é que existem, precisamos dar uma demonstração de que nós não temos concordância com essas posturas. Não é correta essa relação entre os Poderes. Ela tem que ser independente, harmônica, não de subserviência. Nós ficamos aqui com receio de retaliação, de perseguição desse ou daquele Poder, não acho que seja a melhor posição para nós neste momento.

Faço um apelo a meus pares para que realmente empunhássemos bem alto essa bandeira da democratização, da transparência no Poder, porque acho que isso nos fortalece. Acho que a nossa Casa, depois das manifestações de junho, compreendeu que toda manifestação tinha uma bandeira, uma faixa, um cartaz, dizendo: “Voto aberto já. Voto aberto em todas as proposições!” E nós estamos com uma campanha na internet de que a Assembleia não deve ter segredo, “Assembleia sem Segredo”, voto aberto já para todas as proposições.

Quero, neste momento, pedir o apoio aos meus pares. O presidente Marcelo Nilo prometeu colocar, hoje, na pauta desta sessão, fiquei muito satisfeita com isso. Vi, também, uma enquête do jornal *A Tarde*, mostrando os deputados que ainda não tinham se decidido ou que queriam aprovar com essas ressalvas. Então, faço esse apelo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Luiza Maia, em relação ao pronunciamento de V.Ex^a, esse projeto que foi aprovado, em parte, pela Câmara, do voto aberto, eu gostaria de já me posicionar, deputado Gaban, porque não fui ouvido pelo jornal *A Tarde*, e dizer que sou favorável, com exceções. Voto aberto para cassação, mas continuo defendendo e votarei para que o voto continue secreto para a escolha dos membros da Mesa, escolha de conselheiros e veto do governador. Esse sempre foi o nosso posicionamento, até porque sabemos como as coisas funcionam, funcionavam e vão continuar funcionando. Aquele que for contra o veto de um governador, do presidente da República, com certeza, sofrerá consequências, mesmo o governador sendo um democrata, como nós temos hoje na Bahia o governador Wagner. Mas ele não vai ficar eternamente no comando, tem só mais 1 ano e meio à frente dos destinos da Bahia.

Portanto, espero que esse projeto seja votado por acordo hoje para que encerremos mais uma etapa do nosso Parlamento.

Srs. Deputados, ouvi hoje, nesta tarde, deputado Carlos Brasileiro, pelo deputado Gaban e outros que pela manhã, salvo engano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está acampado e tentou invadir a Secretaria da Segurança Pública. Era só o que faltava! Do jeito que as coisas estão no País, com mascarados quebrando propriedades particulares, bens públicos, só faltava invadirem a Secretaria da Segurança.

Os governos estaduais e federal precisam tomar medidas urgentes. Não podemos continuar nessa situação de desordem, deputado Gaban. Este País atravessa um processo que a cada dia vai aumentando.

Ontem, eu soube que um movimento no Comércio acabou travando a cidade e funcionários desta Casa levaram 4 horas para chegarem às suas residências. Hoje, qualquer um fecha cidades, como é o caso de Salvador, uma das maiores do País.

Não podemos continuar, deputado Gaban, com essa desordem. O secretário de Infraestrutura, vice-governador Otto Alencar, fez um pronunciamento na semana passada, juntamente com o Ministério Público, tentando criar um grupo de trabalho para fazer intervenções com a Polícia Militar, o Ministério Público e outros órgãos, para se dar um basta a essa situação. Mas acredito, deputado Gaban, que não vai parar.

É até uma desmoralização para a própria polícia, porque prende uns vagabundos, esse é o termo para mim... Respeito, e acredito que todos aqui também, um movimento pacífico. Reivindicar é um direito de qualquer segmento, de qualquer brasileiro, porém não podemos aceitar que esses baderneiros com rostos cobertos continuem querendo impedir o direito de ir e vir da população.

O que ocorre hoje, e todos os dias assistimos nos jornais? Os baderneiros são

presos e logo depois são soltos. É uma desmoralização para a própria polícia, que fica perdendo tempo. E ficamos sujeitos a isso.

E uma parte da imprensa, deputado Gaban, acha que os policiais que recebem, muitas vezes, pedradas, bolas de gude atiradas com estilingue, coquetel molotov e outras armas têm que aceitar e retribuir com rosas, deputado Gaban.

Vou sugerir, deputado Cacá, que preside esta sessão, que se distribua buquês à Polícia Militar para retribuir quando receber pedradas e coquetel molotov. Então, sugiro que se dê rosas. É o que está faltando.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Então, Sr. Presidente, isso é uma desmoralização, e a cada dia cada um se acha no direito de parar uma cidade do porte da capital da Bahia, Salvador, que é uma das maiores cidades do País. Aonde iremos parar, acredito que todos nós sabemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre deputado Carlos Brasileiro, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores desta Casa, aqueles que fazem a *TV Assembleia* e todos os que nos ouvem neste momento, venho a esta tribuna para me solidarizar com aqueles que estão preocupados e já estão defendendo uma mudança nos traçados sugeridos pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres – com relação às ferrovias que passam pelo estado da Bahia.

Quero, aqui, parabenizar, em primeiro lugar, o deputado Herbert, presidente da Comissão de Infra-Estrutura por ter realizado a audiência pública; em segundo lugar, o deputado Joseildo Ramos que foi a pessoa quem sugeriu e coordenou a audiência e, ao mesmo tempo, nos convidou para o debate na manhã de hoje e, em terceiro lugar, o deputado Paulo Azi por sua intervenção profícua na audiência.

Devo dizer que os dois deputados, Joseildo e Paulo, colocaram, com muita clareza e conteúdo, a importância de estarmos discutindo esta resolução da ANTT. Vejam, para nós, segundo o que está escrito na resolução, a modificação trará grandes prejuízos à Bahia e, conseqüentemente, ao Brasil.

Ignorar a importância do Recôncavo baiano e, em particular, do município de Alagoinhas – um importante polo e o mais favorável, em termos de logística, do Nordeste brasileiro –, sem que estejam inseridos na sugestão da ANTT com o novo modal de ferrovia para o nosso estado é querer ferir todos os corações baianos e desconhecer a importância da Bahia para o Estado brasileiro.

Por isso, quero, aqui, abraçar aqueles que, naquela audiência, fizeram o discurso, extremamente, positivo em defesa de que o novo modal seja, apenas, revitalizado, pois o mesmo já existe em benefício do Recôncavo baiano e de Feira de Santana e, por consequência, da Bahia.

Queria dizer que capturei pelo o que tenho lido e, em especial, pela audiência

de hoje que o novo traçado busca tão somente favorecer – como disse tão bem a deputada Maria del Carmen – o porto de Suape, em Pernambuco, em detrimento dos portos de Aratu e Salvador quando se muda todo o traçado ferroviário. Foi dito muito bem pelo técnico Rafael que nós temos uma das baías mais importantes do mundo, portanto, em condições que viabilizam toda e qualquer possibilidade de transporte não só ferroviário, mas também marítimo, ou seja, através das águas.

Mas o apresentado pelos estudos da ANTT do governo federal vai de encontro àquilo que, hoje, está estabelecido na Bahia e que, por certo, é o melhor desenho para retomar o desenvolvimento e para favorecer inclusive o transporte de passageiros que, até então, está sendo ignorado, repito, por este novo modal sugerido pela ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Lembro que as cidades de Senhor do Bonfim, Juazeiro, Itiúba, Queimadas, Santa Luz, enfim, todas as cidades que compõem o território do sisal, deputada Maria Luiza Laudano, cresceram e se desenvolveram, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, justamente porque um dos vetores era a passagem do trem de passageiros por todas essas cidades.

Nós, representantes daquela região, estaremos atentos e solidários a esta luta do deputado Joseildo Ramos e de todos os deputados desta Casa para que esta malha ferroviária seja revitalizada e modernizada, a fim de que o seu modal e o seu traçado não sejam mudados.

Esta é uma discussão profunda com a sociedade baiana que, por direito e conhecimento, deve sugerir a melhor opção para que o estado da Bahia continue no desenvolvimento não só através das rodovias mas, também, especialmente, das ferrovias.

Sr. Presidente, digo isso porque nós, do Partido dos Trabalhadores e aliados, fomos defensores, à época da ditadura e tão logo chegou o governo Fernando Henrique, que fez esse trabalho de cessão. Brigamos por essa oportunidade de o Brasil estar fortalecendo o sistema ferroviário, porque entendemos que tem menores fretes, é mais justo e transporta mais carga e passageiro no Brasil. Haver a possibilidade de não ter uma discussão profunda para que o nosso Estado possa ser beneficiado, é preocupante e todos nós temos que unir-nos para o futuro da Bahia e fazer com que esse novo modelo não seja aceito e aquele que estamos discutindo, repito, coordenado pelo deputado Joseildo Ramos... Possamos ter a Bahia dentro do eixo central do transporte ferroviário, porque a logística é muito mais prática, muito mais econômica e muito mais justa passar pelo município de Alagoinhas.

Tenho dito.

Muito obrigado pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje é um dia extremamente interessante neste Poder Legislativo, inclusive, vou usar o Grande

Expediente daqui a pouco. Vou começar a falar sobre as contas de 2008, contas essas onde começou o desastre, por falta de gestão, como bem salientou o presidente da Fieb, do atual governo. Vou detalhar, inclusive, os votos e as colocações que nós da Oposição fazíamos à época, as irregularidades que tiveram, a conivência do Tribunal de Contas do Estado com a consequente aprovação. Já que nada aconteceu, em 2009 a situação se agrava, vai para um déficit de R\$ 973 milhões, chegando aqui em 2012.

O que me chama mais atenção hoje, inclusive, eu estava assistindo os noticiários da televisão, e vi o Movimento dos Sem Terra tentar invadir o prédio da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia! Eu gostaria até de louvar a iniciativa do secretário Ari, que usou, mesmo porque deveria, empunhou uma arma para inibir que invadissem o prédio da Segurança Pública. Imaginem, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Parlamentares, seria mais uma vez manchete nacional a Bahia, mas do ponto de vista negativo. O próprio prédio da Secretaria da Segurança Pública invadido pelo Movimento Sem Terra! Já não bastam essas manifestações, várias por sinal durante o dia? Ontem, eu tenho amigos que moram na Cidade Baixa e me disseram que quem estava de carro demorou em torno, do Iguatemi para a Cidade Baixa, 3h, 3 horas e pouco, 3h10min, 3h15min! Os que usam ônibus, que é a maioria da população, em torno de 4, 4h30min para sair do Iguatemi e chegar na cidade baixa! Por quê? Manifestação. Até quando vão permitir que esses abusos continuem? O direito de alguém se manifestar termina quando começa a atingir o direito do outro de se locomover! A pessoa sai do trabalho cansada e encontra uma manifestação de um pequeno grupo bloqueando as pistas. Será que essa é a maneira correta de se reivindicar, de se manifestar, tirando o direito do outro, pai de família que quer se movimentar?!

Quero ver até quando vão esperar, quantas pessoas morrerem quando estiverem numa ambulância, tendo que trafegar pegar um congestionamento de três, quatro horas, o que vai acontecer...E essa comissão que foi criada do Ministério Público, Secretaria da Segurança Pública... O que está acontecendo? Por que essa inércia nas ações? Quem está com a palavra é o Dr. Wellington, do Ministério Público, porque as coisas chegam no limite, como chegou hoje de manhã, a tentativa de invasão do prédio da Secretaria de Segurança Pública, aqui no CAB. Não é nem em um bairro periférico, invadir uma delegacia, isso já está corriqueiro, os bandidos fazem isso diuturnamente aqui na Bahia para liberar os seus comparsas. Mas agora estamos falando da sede administrativa da Secretaria de Segurança Pública. Então, é lamentável, vamos hoje ter muito tempo para debater vários temas.

Tenho uma denúncia gravíssima, gravíssima, para fazer hoje, agora, patrocinada, mais uma vez, pela Fundac, conforme publicação que teve esta semana. Uma verdadeira farra com o dinheiro público, mesmo em vigor um decreto do governador que fez um contingenciamento de despesa de 15%, adotem um decretão uma série de despesas que deverão ser cortadas e a farra com o dinheiro público continua. Mas teremos hoje tempo suficiente, porque tem vários projetos para serem analisados e teremos tempo para debater.

Fica aqui o meu apoio ao subsecretário de Segurança Pública do Estado, Sr.

Ari, pela atitude que tomou para que a Bahia não viesse, meu caro deputado Cacá Leão, fazer parte do noticiário nacional e por que não, internacional, como tendo a sua sede invadida pelos integrantes do Movimento Sem Terra. Parabéns ao Sr. Ari.

Mas gostaria de alertar a imprensa, porque também vi a imprensa dando mais espaço ao pessoal do MST do que para a própria Secretaria de Segurança Pública. A autoridade existe e tem que ser exercida quando se extrapola os limites toleráveis.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Concedo a palavra ao nobre deputado Paulo Azi pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, Sr. Presidente, participei hoje de uma audiência pública, provocada pela Comissão de Infraestrutura desta Casa, onde debatemos o modelo ferroviário proposto para as intervenções no Estado da Bahia.

Este assunto, Sr. Presidente, já é tema de muita preocupação de toda uma microrregião, que tem a minha cidade de Alagoinhas como polo central, em função de decisões tomadas pelo Governo Federal, que vem de encontro aos interesses de toda aquela microrregião, principalmente diante de uma resolução publicada pela ANTT, que determina, entre outras providências, a desativação daquela importante ferrovia, que hoje é objeto de concessão da Ferrovia Centro-Atlântica.

E aí, durante todos os encaminhamentos, do debate, ficou mais uma vez muito claro, Sr. Presidente, que um assunto dessa magnitude, dessa importância, que mexe profundamente com os interesses, inclusive, de todo o Estado da Bahia, não tenha tido lá atrás, porque o que estamos discutindo agora já são em cima, praticamente, de decisões que foram tomadas. E observamos que lá atrás, quando essas questões foram discutidas, debatidas no âmbito do Governo Federal, mais uma vez, no mínimo, observamos a omissão de S.Ex^a, o governador da Bahia, o Sr. Jaques Wagner.

Ficou muito claro que, nos traçados propostos para as ferrovias em nosso estado, o vetor predominante é aquele que faz com que as nossas ferrovias levem as nossas cargas, ou seja, as nossas riquezas para serem exportadas, seja pelo porto do Rio de Janeiro, seja pelo porto de Suape, em Pernambuco.

Não consigo entender como decisões como estas foram discutidas e foram tomadas com a complacência – para não dizer desconhecimento daquela que deveria ser, porque, de fato, é – da maior liderança política do nosso estado: o governador Jaques Wagner.

Deputado Rosemberg Pinto, existe toda uma mobilização do nosso município e dos municípios do entorno daquela cidade, melhor, das 25 cidades que serão, fatalmente, prejudicadas se esta resolução e se este traçado não forem rediscutidos e debatidos.

Estamos todos mobilizados para impedir que uma ação como esta se concretize.

Felizmente, repito, felizmente, temos, no Ministério dos Transportes, um ministro baiano, o ex-governador César Borges. Tenho a certeza de que ele não

tomará nenhuma decisão para prejudicar a Bahia e, em particular, a nossa querida cidade de Alagoinhas. Aliás, ele, pessoalmente, deu a sua palavra e a sua garantia de que estaria vigilante e cuidadoso para garantir que nenhum processo de desativação ocorreria naquela ferrovia antes da conclusão de uma nova malha ferroviária.

Mas isso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é mais um exemplo, dentre tantos denunciados pela Oposição nesta Casa, no que concerne ao completo descaso, à falta de cuidado, à falta de preocupação, à falta de prioridade, à falta de briga pelos interesses do nosso estado.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Assiste-se aos estados de Pernambuco, Ceará e outros do Nordeste receber os principais investimentos de infraestrutura do nosso País. É lamentável que S.Ex^a, o governador, mantenha esta postura de omissão.

Agora, vejam, deputados Cacá Leão e Gaban, depois de mais de 45 dias, o clima de conflito está instalado e está conflagrado na região Sul de nosso estado. Tal incidente exigia uma intervenção rápida e enérgica do governador para que pudesse se resolver aquele clima de conflito.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Só, agora, depois de 45 dias, o governador anuncia que realizará uma audiência com o ministro da Justiça. Deputado Zé Neto, este é o ritmo deste governo, infelizmente. Este é um governo que assiste, por exemplo, no dia de hoje, à ocupação da Secretaria de Segurança Pública pelos integrantes do Movimento dos Sem Terra que divulga um manifesto à Nação dizendo que este é o governo que menos desapropriou terras na história deste País, deputado Gaban!

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para concluir, nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Cacá, quem diz isso não é o deputado Paulo Azi, mas são os integrantes do MST, os seus representantes, o ex-deputado Valmir Assunção, hoje, deputado federal; o deputado Marcelino Galo. Eles estão, aí, declarando, deputado Gaban, que este é o governo que menos desapropriou terras e que menos fez reforma agrária neste País, quais sejam, o governo de Dilma, por conseguinte, o governo do PT.

Portanto, Sr. Presidente, quero crer que este Parlamento precisa continuar atento a essas questões relacionadas aos interesses do nosso estado para que possamos fazer desta tribuna um palco para, pelo menos, acordar e fazer com que este governador comece a defender os interesses do nosso estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de agradecer a visita dos alunos convidados a virem a esta Casa pelo Programa a Escola e o Legislativo, da Escola Dom Avelar Brandão Vilela, da minha querida cidade de Lauro de Freitas.

Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto por 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Deputado Cacá Leão, quero saudar os alunos

de Lauro de Freitas, cidade onde moro, e dar os meus parabéns aos professores e a todos os estudantes presentes a esta Casa.

Meus queridos deputados, deputadas, imprensa, deputado Paulo Azi, acabo de vir, junto com o deputado Marcelino Galo, da cidade de Maraú, onde fomos discutir a cessão de uma área pertencente à União aos moradores da comunidade de Campinho. Há uma ação da Justiça pedindo a reintegração de posse, avalizada pela Codeba, que se coloca como desinteressada pela área. Por isso, não se faz necessária a execução daquela ação, uma vez que a própria Codeba, que é interessada, disse na audiência pública da falta de seu interesse econômico para a atividade naval.

Nós estávamos discutindo exatamente um posicionamento do nosso governo no sentido de buscar um equilíbrio e dar uma solução que não prejudique a população que mora lá há 40 anos.

Por outro lado, o deputado Paulo Azi falou da audiência pública que fizemos aqui para debater as ferrovias na Bahia. Primeiro, o deputado está totalmente desinformado. Lógico que a audiência pública tinha a ver com o município de Alagoinhas, e ele estava lá para fazer uma visita. Mas, no recesso, eu e os deputados Bira Corôa e Joseildo Ramos trabalhamos aqui, junto ao governo do Estado da Bahia, representado pelas Secretaria de Infraestrutura e do Planejamento, e discutimos uma medida da Agência Nacional de Transportes que liberava, no dia 05, a FCA da concessão que havia feito para exploração do trecho entre a Bahia e Minas Gerais. Essa audiência pública foi fruto desses encontros que tivemos no recesso, aqui. Diferentemente do que fala o deputado Paulo Azi, quem convocou essa audiência fui eu, na Comissão de Infraestrutura, inclusive os convites vão assinados por mim, solicitando a presença das pessoas na audiência.

Lamento quando as informações são passadas aqui e parecem ser verdadeiras. Na realidade, nós temos uma posição comum, uma preocupação concreta com a forma como o governo federal tem tratado essa questão das ferrovias. Temos um debate de concepção de ferrovia. Entendemos que um País como este deve ter suas ferrovias como vetor do desenvolvimento, mas um vetor também de interligação entre as cidades.

Esse é um debate que eu quero fazer. Esse é um debate que precisamos tratar aqui como algo que interessa ao desenvolvimento dos municípios e dos estados. É por isso que discordamos da forma como as empresas trabalham as concessões das ferrovias, porque o único interesse delas é fazer o transporte dos produtos, principalmente como acontece com a Vale do Rio Doce, que só se interessa pelo trecho de Minas Gerais ao Espírito Santo, a fim de escoar o minério de Minas Gerais.

Por isso que esse é um debate que queremos fazer aqui. Mas um debate de conteúdo. Como sempre falo, não podemos ficar apenas nas denúncias, um dizendo que está assim, outro afirmando que está assado. Precisamos fazer um debate de conhecimento. Não podemos ir pelo caminho do denunciismo, em que um ataca e outro defende. Isso não ajuda o Parlamento. Talvez seja por isso que o nosso Parlamento esteja tão em baixa na opinião da sociedade, por falta, efetivamente, de um debate que faça com que esses estudantes que aqui estão voltem para suas escolas

compreendendo que a Assembleia é um local de debate, onde as pessoas aprendem e ensinam todos os dias, é por isso que eles estão aqui.

Se nos furtarmos apenas a fazer e falar do governador Jaques Wagner... Ainda bem que o deputado disse que o governador Jaques Wagner é a maior liderança da Bahia, e é verdade, coordena um projeto que melhora a vida das pessoas todos os dias.

Por isso, quero encerrar as minhas palavras dizendo que o debate da ferrovia é de todos, mas foi puxado, exatamente, por este projeto nosso aqui, pensando a Bahia e pensando o Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Expirado o horário do Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Grande Expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre deputado Carlos Gaban, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, alunos que nos visitam nesta tarde, inicialmente gostaria de parabenizar a Comissão de Constituição e Justiça, que na sua unanimidade e atendendo a um requerimento feito pelo deputado Bruno Reis, aprovou a vinda, na próxima semana, do secretário da Fazenda, Manoel Vitorio, à Comissão de Constituição e Justiça. Tenho certeza absoluta, meu caro Cacá Leão, de que a comissão estará abarrotada, se podemos usar esse termo, ou completamente lotada, para ouvir o secretário da Fazenda num momento tão delicado que a economia baiana vem apresentando. Tivemos manifestações na semana passada de vários segmentos organizados da sociedade, que representam em torno de 70% dos empregos. Vinte segmentos estavam aqui quando da aprovação do Refis, em que o governo, infelizmente, não quis acatar a nossa sugestão, bem como a solicitação dos empresários, para que fosse estendido a uma gama de pessoas bem maior, em vez de beneficiar apenas uma meia-dúzia de grandes empresas, se tiverem caixa com essa finalidade. Espero que, pelo menos, o governo consiga ter esses recursos necessários.

Então, a vinda do secretário da Fazenda é extremamente importante, porque, ainda hoje, em outro horário, vou fazer uma denúncia gravíssima de desperdício de dinheiro público, agora da ordem de R\$ 37 milhões, promovido pela Fundac. Mas vamos ter esse tempo, e hoje não poderia ser diferente, já que é um dia totalmente atípico, podemos assim dizer, interessante, porque nada mais, nada menos, vamos apreciar aqui – e já adianto, que a Oposição nesta Casa vai votar favoravelmente – três projetos da educação, projetos que beneficiam, inicialmente, não só condutores que estão encaminhando pessoas necessitadas, mas também que atendem aos professores do nosso Estado em outros pleitos, por isso mesmo terão o voto favorável da Oposição.

Mas, em contrapartida, temos dois temas extremamente interessantes. Um deles diz respeito a sete contas dos tribunais de contas, quatro do Tribunal de Contas do Estado e três do Tribunal de Contas dos Municípios. Sete contas do faz-de-conta, porque, na realidade, a Assembleia Legislativa da Bahia não tem quadro necessário para uma auditoria que possibilite a análise e o acompanhamento da execução orçamentária dos dois tribunais de contas, e a análise que se faz aqui, nas comissões temáticas, sobretudo na do mérito, que é a de Finanças e Orçamento, é uma análise *pro forma*, para cumprir o que determina a legislação, porque nenhuma análise é feita.

E no Plenário não será diferente. Vamos votar no escuro o que no escuro foi apreciado nas comissões. Em contrapartida, temos aqui duas contas interessantíssimas, são as contas do Executivo estadual, governo Wagner, anos 2008 e 2009. Por que são tão interessantes? Porque exatamente no ano de 2008 iniciou-se o rombo, o desgoverno, a falta de planejamento, a falta de controle, a falta de gestão, a falta de seriedade na elaboração da contabilidade do governo do Estado, com a conivência do Tribunal de Contas do Estado.

O TCE deveria ter acatado o voto proferido pelo relator, à época, Pedro Lino, sendo que foi a primeira vez na história do nosso Estado que um conselheiro daquela Corte opina pela rejeição das contas do governo. Mas o pleno resolveu aprovar as contas do governo, que teve naquele ano um déficit em torno de R\$ 277 milhões. Não puniu; nada fez.

No ano de 2009, o governo, com a certeza da impunidade, já tem um rombo de R\$ 973 milhões, aproximadamente, e vem, em sequência, acumulando rombo após rombo, chegando à situação catastrófica em que as finanças do Estado, hoje, se encontram.

Mas gostaria de começar lembrando – e vamos voltar a esse tema mais tarde – o relato do conselheiro Pedro Lino, que começa parte do seu pronunciamento: *“Auditoria do TCE constatou que a SEFAZ realizou a anulação de empenhos, após sua regular liquidação, nos movimentos dos dias 30 e 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 251.701.171,74. Tal procedimento irregular subavaliou os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício e a despesa orçamentária do período em igual valor.”*

Indo um pouco mais à frente: *“(...) Anulação de empenhos após a liquidação da despesa. Durante os trabalhos de elaboração do Relatório e emissão do Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo do Estado, foram identificados empenhos anulados após sua regular liquidação.”*

O que significa isso? Vem a despesa, alguém atesta o serviço realizado, depois do serviço ser atestado vai para pagamento. O governo paga e, daí a um tempo, ele anula o pagamento que fez. Isso ocorreu em 2008.

E vai mais o conselheiro: *“(...) com datas do movimento dos dias 30 e 31 de dezembro de 2008, relativo a despesas liquidadas por diversas secretarias...”*

Não foi apenas uma só. Uma delas foi o escândalo que gostaria de lembrar, que culminou com a prisão, inclusive, de coronéis da nossa gloriosa Polícia Militar. E

fatos que vou trazer mais uma vez a público para lembrar que os processos foram autorizados pelo então secretário da Administração e pela Secretaria da Fazenda, que fizeram a licitação, autorizaram a liquidação, autorizaram o cancelamento da liquidação feita. Hoje também vou apresentar aqui documentos oficiais daquela secretaria autorizando esse absurdo que aconteceu nas contas de 2008, sobretudo na Secretaria da Segurança Pública, que tinha, na época, que deixar pelo menos um rastro apagado, já que envolveu aí um escândalo que ocupou vários e vários dias das manchetes nos nossos jornais.

Mas o conselheiro Pedro Lino, interessante, faz uma tabela, a 67, valor dos empenhos cancelados por secretaria por ordem decrescente. Então, são empenhos cancelados após a liquidação da despesa: Secretaria da Segurança Pública, 85 milhões; Secretaria de Infraestrutura, 72 milhões; Secretaria da Saúde, 59 milhões; SAEB, 15 milhões. E assim vai uma lista de secretarias que totalizariam o valor de R\$ 251 milhões de reais.

Isso, por si só, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, seria motivo para desaprovação das contas do Exmº Sr. Governador Jaques Wagner.

(Lê) *“Despesas com contrato de REDA, que saiu de 2006 para o ano de 2008, despesas no valor de 262 milhões passou para uma despesa de 352 milhões de reais.*

A Constituição Federal de 1988, que estabelece princípios e valores fundamentais, como igualdade e justiça, estatui expressamente no artigo 37 e seus incisos, a prévia aprovação em Concurso Público como regra geral para o provimento de Cargos e Empregos na Administração Pública, Direta e Indireta, assegurando a todos os interessados a igualdade de oportunidade de acesso ao serviço público, desde que atendidos os requisitos legais para o cargo a que se candidatarem”.

Então, governo que se diz republicano nas constantes propagandas, incansáveis propagandas do governo Wagner, ele desrespeita o artigo 37 e seus incisos, que tira o direito de uma pessoa que se formou prestar um Concurso Público, ter sua estabilidade, prestar o seu serviço na atividade pública. Esse governo que começou com a política ao desrespeitar o direito de um cidadão que estava formado e que queria ingressar no serviço público, que exigia, através do REDA, a carteira de filiação do PT. Este sempre foi o argumento utilizado: tem carteira do PT, tem REDA garantido.

Similar ao que está fazendo a Presidente Dilma, que depois do Projeto Minha Casa, a meu ver uma declaração oficial de compra de votos, ela agora dá 5 mil reais para as pessoas mobiliarem. Por que, então, não mobiliar? Mas, dá 5 mil reais numa compra de votos antecipada, que eu não vejo a Justiça do nosso país, infelizmente, agir. Pois é, é o governo republicano do PT que tenta colocar a mordaca, não só no Judiciário baiano, mas, infelizmente, no Judiciário nacional.

Outro item, meu caro Coronel Santana, V.Ex^a que tem relevantes serviços prestados à nossa querida PM, que segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal desaprova as contas, e que tem levado o Tribunal de Contas dos Municípios a desaprovar contas de dezenas e dezenas de prefeitos, é o não cumprimento das metas

físicas. Já em 2008, segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado, programas finalísticos de governo com execução abaixo de 30%, a campeã impactou infraestrutura para aceleração do crescimento do turismo em nosso Estado. Não é à toa que o nosso turismo está decrescendo ano a ano, já tem Pernambuco e outros Estados, infelizmente, alcançando e ultrapassando o Estado da Bahia em número de turistas.

Foi executado, este ano, apenas, não se assuste, coronel Santana, 0, 07% do orçamento. Não chegou a 0,1% de um total de 14 milhões 450 mil, foi liquidado apenas 5 mil e 400 reais.

Desenvolvimento ambiental- PDA : 1,41% de execução, de 12 milhões e 900 mil, apenas 104 mil. Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, 2,75%; Interiorização e Regionalização do Turismo, 3,27%.

Não investe na capital, também deixou de investir no interior, atingindo apenas 3,27%.

Esporte de Alto Rendimento. Falando em Olimpíadas, que vai chegar a Copa do Mundo, se investiu, já naquele ano, apenas 3,82% do orçamento aprovado pelo Poder Legislativo.

E assim vai. São praticamente todas as secretarias, ou quase todas. Vinte e cinco deixaram de cumprir menos que 30%; e a maioria esmagadora menos que 15%.

Por isso que é importante a análise dessas contas este ano, porque aqui já relatei dois fatos que por si só deveriam ter feito com que o pleno Tribunal de Contas do Estado reprovasse as contas do governador.

Outro trecho: “(...) A disponibilidade financeira do Estado, em 31/12/2008, foi publicada pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2008 como sendo de R\$ 844 milhões.

Entretanto, quando são excluídos dessa disponibilidade os valores relativos às receitas de transferência da União, incorporadas ao ativo financeiro do Estado em 2008 (R\$253,049 milhões), cujos recolhimentos efetivos ao Tesouro estadual somente ocorreram em 2009, os recursos vinculados calculados pelos auditores deste TCE (R\$714,221 milhões), bem como os empenhos realizados e liquidados por diversas unidades orçamentárias do Estado e anulados (sic) pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) com data de movimento (sic) de 30 e 31/12/2008 (R\$251,701 milhões), têm-se uma disponibilidade financeira líquida negativa de 374 milhões.”

Por que estou aqui lembrando mais um trecho do pronunciamento? Exatamente, deputado Paulo Azi. Por que estou relatando aqui o que estava ocorrendo em 2008, segundo relatório elaborado pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado? Porque isso aqui é o início do rombo, deputado Paulo Azi. Foi onde começou o desmando ao qual chegou a Bahia, sem ter hoje um poder de investimento. Começou em 2008.

E o pleno do Tribunal de Contas do Estado, mesmo com todas essas irregularidades, opinou, infelizmente, por dar recomendações. Se viermos pelo voto, veja como inicia, meu caro presidente do DEM, querido amigo deputado Paulo Azi.

Olhe como inicia o voto do conselheiro Pedro Lino, à época: *“Inicialmente, quero evitar a repetição da ladainha, a mesmice de todos os anos, e não começarei reclamando da falta de tempo para a preparação do Relatório, até porque, cada dia mais, estou convencido de que o problema não está nas disposições constitucionais, na exiguidade dos “únicos” 60 dias, cada vez mais curtos, e sim na falta de decisão, de vontade de dar solução para tal problema, deixando para fazer somente nesse período análise do exercício findo que passou na janela do ano e só o TCE não viu...Até porque “cego é o que só vê até onde a vista alcança.” Este é o relato do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. “Procurarei, aqui, ater-me à análise, sobretudo jurídica, (ou jus política), e buscar, a partir de agora, apenas, enquadramento legal ao pouco (embora não tenha faltado trabalho extenuante a boa parte da equipe que desenvolveu esse Relatório) que, diante do muito, se conseguiu realizar; especialmente porque, no presente caso, as dificuldades foram aumentadas em face de um grave acidente de percurso, que, ao depois, se vai relatar.*

Comecemos, porém informando que, prima facie, as contas, como recebidas da egrégia Assembléia Legislativa, em seus grandes números, retratavam um Estado superavitário, cofres cheios, dinheiro farto, com grandes disponibilidades financeiras, superiores ao bilhão e meio...”

Essa é a contabilidade oficial apresentada pelo governo que alcançava a cifra de 1,5 bilhão. E, na realidade, tinha um déficit de 251 milhões. É um negócio que nos deixa até consternados em ler.

Indo mais à frente: *“(...) Dentro da moderna teoria constitucional a obrigação primeira de um “Estado Democrático de Direito”, com objetivos agendados e qualificados fundamentais, de, entre outros, garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza (arts 1º e 3º da CF)*

Nesse exercício, mais se afigurava primordial tal tarefa, especialmente porque no ano que se iniciava, o Plano Plurianual de uma nova – e eleita-administração que afirmava adjetivando pela participação da própria população na escolha e decisão das políticas públicas, que teve como premissa, segundo o Governador Jaques Wagner, “a síntese de um esforço coletivo que envolveu tanto o conhecimento técnico dos servidores públicos de todas as Secretarias do Estado quanto as demandas e propostas apresentadas pelos representantes dos diversos segmentos da sociedade que estiveram presentes nas plenárias do PPA participativo.”

É o governo da propaganda que deixa muito claro que já fazia desde aquela época. Orçamento participativo, um PPA que vai definir o rumo dos investimentos no Estado para os próximos anos. Todos nós não podíamos duvidar da palavra daquele que foi eleito pela vontade da maioria do povo da Bahia, numa eleição surpreendente, sim, no primeiro turno. Criou-se a expectativa, vários audiências e debates públicos foram feitos, no que o governador chamava “a primeira vez em que o Estado Democrático e Republicano da Bahia teria um orçamento com a vontade popular expressa no que seria executado pelo Poder Executivo no Estado da Bahia”. Era o que dizia com muito orgulho.

É o que fizeram os que se elegeram na base do governador Jaques Wagner. E

aqui a palavra do governador, que foi retratada no relatório do Tribunal de Contas do Estado. Aí a gente pergunta: na prática, o que aconteceu com aquela vontade popular expressa nas inúmeras e inúmeras audiências públicas para que se elaborasse um orçamento participativo? Nada! O que fez o Exmº Sr. Governador? Esqueceu os compromissos com a população. Esquece-se de que foi eleito no primeiro turno, esquece o seu compromisso, as propagandas e as promessas de campanha, esquece das audiências públicas de um orçamento que seria participativo, esquece de tudo. Aumenta o número de REDA, solicitando a apresentação de uma carteirinha de filiação ao PT para ter um cargo no governo.

Optou-se por aqueles políticos que esqueceram que foram eleitos pela vontade popular para fazer uma oposição de fiscalização àquele que se elegeu, para que este não tivesse desvios de conduta e não deixasse de cumprir os programas e as promessas que tinha feito na campanha. Optou pelo caminho mais fácil do adesismo. Foram aderir ao governo para ter as facilidades. O governo tinha 20 secretarias. E o governador criou 11 secretarias a mais. Foi um aumento de mais de 52%! E, aí, o rombo começa. Disse o ex-secretário Carlos Martins, segundo o relatório do próprio Tribunal de Contas, que, para maquiar as contas, disse-se ter disponibilidade financeira da ordem de 1,5 bilhão com um déficit de mais de 270 milhões.

A bancada lagartixa que o governo tem aqui também foi conivente e foi responsável. Se tivessem o mínimo de comprometimento, não só com o governador, mas com aqueles que os elegeram, eles deveriam ter feito algo mesmo se não gostassem de analisar as finanças. Pelo número de assessores que todos temos, pelo menos um, tenho certeza, tem a competência necessária para apresentar ao deputado as falhas desta conta.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Mas nem isso fizeram! Acharam melhor aprovar tais contas na Comissão de Finanças e Orçamento que nunca funciona. Esta só funciona para dizer amém ao que vem do governo. Não o alertaram e chegamos ao que chegamos!

Mas terei muito tempo hoje. A noite é longa. Apenas fiz a análise de duas folhas do conselheiro Pedro Lino.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Mas, meu caro presidente, como os meus 25 minutos se esgotaram, vou, depois, apresentar, para conhecimento desta Casa, o voto proferido. Vou apresentar, também, meu caro presidente Aderbal Fulco Caldas, o relatório que fiz sobre as contas de 2012. Eu o entreguei não só ao presidente do Tribunal de Contas, mas a todos os conselheiros do Tribunal de Contas, ao Ministério Público que tem assento no Tribunal de Contas do Estado sobre todas as irregularidades cometidas em 2012.

Concluindo, por que estou falando isso, Sr. Presidente? Para mostrar que as falhas de 2012 são as mesmas que vêm desde 2008. Se o governo tivesse tido o mínimo cuidado de ver, não só o que a Oposição falava, mas o que falava o relator do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas de 2008, as nossas contas públicas estariam em melhores condições.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Se o governo tivesse acordado e tomado as devidas providências, o estado da Bahia não estaria hoje sem ter o poder de endividamento e sendo taxado, até pelo presidente da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia –, uma das instituições mais respeitadas do nosso estado, como um governo que não tem gestão na administração das contas públicas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao Represente do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, usará o tempo de 10 minutos o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, é triste, é lamentável. Veja V.Ex^a que, hoje, temos, em pauta, 12 projetos para analisar. Nenhum projeto, oriundo do Executivo do governo Wagner, passou pelas comissões temáticas; local correto para discutir tais projetos em um Poder Legislativo forte e respeitado pela população.

Nessas comissões, nós, parlamentares, temos a oportunidade de apresentar emendas e discutir exaustivamente. Nessas comissões, os segmentos organizados da sociedade podem dar a sua contribuição aos projetos oriundos não só do Executivo, mas de outros Poderes, mas objetivamente do Executivo. Nenhum projeto, encaminhado pelo governador Wagner, passou por elas.

Neste governo dito republicano e democrático, a rotina desta Casa é a seguinte. Os projetos vêm e ficam paralisados nas comissões temáticas, porque o governo detém a maioria e não dá quórum para apreciação e votação. Depois de decorrido o prazo estabelecido no Regimento Interno, tais projetos vêm a Plenário sem nenhum tipo de discussão.

A outra forma que o governador Wagner, dito republicano e democrático, utiliza são os regimes de urgência que fazem com que o Refis, por exemplo, em menos de uma semana, seja apreciado por esta Casa. Até o Sindsefaz, grande aliado do governo, mesmo pelas pirotecnias feitas pelo ex-secretário Carlos Martins, coloca uma nota paga na imprensa, muito bem redigida por sinal, e diz que o Refis foi feito de uma maneira açodada e que não atendeu grande parte da população, como nós da Oposição defendemos nesta Casa que fosse ampliado o leque de benefícios.

E, mesmo assim, Sr. Presidente, vemos um Plenário vazio. Não se discute nas comissões, não se discute em lugar nenhum. É hora de vir aqui para se ter um contraponto, isso faz parte da democracia, meu caro presidente. Uns falam e os que tiverem argumentos rebatem. Mas é lógico que a Base do governo não tem nenhum argumento, porque tudo que estou falando aqui, tudo que a Oposição tem feito, ou provamos com relatórios do Fiplan, do antigo Sicof, ou com relatórios feitos pelos

próprios auditores do Tribunal de Contas do Estado. Então, contra fatos não há argumentos. Mas pelo menos a Bancada do governo deveria vir aqui, na hora em que formos apreciar as contas de 2008, para saber que foram coniventes na Comissão de Finanças e Orçamento quando se omitiram, mesmo sendo apresentadas as enormes falhas que também foram detectadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Será que ser governista é estar aqui assim? Será que estão ajudando o governador ou estão prestando um desserviço ao governo e, em consequência, à população da Bahia? Acredito nessa segunda hipótese. E é nesse sentido, Sr. Presidente, que solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, para que os deputados que estejam nas dependências desta Casa, em seus gabinetes, na sala do cafezinho ou por onde estiverem, que venham ao Plenário para que, de uma maneira democrática, possamos debater. E não terão como debater, só se for com dados inverídicos como, numa tentativa desesperada do Líder do governo, ele tentava dizer que as finanças estavam em dia – como dizia Carlos Martins - e agora o Estado está nessa situação.

Mas, Sr. Presidente, não com o intuito de derrubar a sessão, mas para que os parlamentares aqui venham, solicito que seja estipulado o tempo de 15 minutos estabelecido pelas lideranças desse partido, já que também isso não consta do Regimento Interno. Reforçando que a intenção não é derrubar a sessão, mas fazer com que os deputados da Base do governo venham pelo menos ouvir para saber que vão apreciar uma conta cheia de irregularidades, que são essas contas agora que fazem. Com exceção de alguns deputados do PT, que vou hoje apresentar os dados, uma denúncia gravíssima, têm tido benesses, mas a maioria esmagadora sobretudo daqueles que aderiram ao governo não tem nenhuma obra para mostrar nas comunidades que representam, porque o governo não tem poder de investimento.

Então, nesse sentido, que seja feita uma verificação de quórum acionando as campanhas, estabelecendo o tempo de 15 minutos para que os parlamentares que estejam nesta Casa venham ao Plenário. E para que as assessorias que estejam em seus gabinetes e que porventura o deputado não esteja ainda aqui na Casa telefonem para que eles venham para cá para, pelo menos, saber o que está acontecendo antes de votar.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado.

(O Sr. Presidente aciona as campanhas)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, minha questão de ordem é só para reforçar o atendimento ao pedido do deputado Gaban. Solicitamos a todos os deputados da Base do governo que estejam nesta Casa que compareçam ao Plenário para confirmar suas presenças para que possamos dar continuidade a esta sessão de grande importância para o Estado da Bahia. Onde aprovaremos não só projetos de interesse da sociedade baiana, mas também dos tribunais de contas dos municípios e

do próprio governador do Estado. Por isso, solicito que todos venham aqui ao Plenário, já estamos na contagem do tempo regimental, para que possamos dar continuidade a esta sessão importante para o Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas): - V.Ex^a também será atendido, nobre deputado.

Solicito que seja zerado o painel.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que se encontram na sala de cafezinho, nos seus gabinetes, ou em quaisquer outros lugares deste prédio ou do anexo, há um pedido de verificação de quórum de continuidade da presente sessão. Solicito a presença dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para solicitar a presença dos colegas deputados, tanto de Oposição quanto de Situação para que compareçam ao Plenário da Assembleia Legislativa porque temos aqui vários projetos para serem votados, inclusive dois projetos que tratam da questão da educação. Temos vários projetos importantes para discutirmos aqui e é importante que haja o debate entre Situação e Oposição. Então, a Oposição também precisa marcar a presença para que possamos dar quórum de continuidade da presente sessão e ganhar tempo aqui nesse debate.

Portanto, quero fazer um chamamento para que todos possam comparecer aqui nesse exato momento porque temos aqui até o momento a presença de 12 Srs. Deputados. Precisamos de pelo menos mais 9 deputados que deem a presença para que possamos dar continuidade à presente sessão.

Todos os colegas que estejam na sala do cafezinho, em seus gabinetes, estejam articulando e atendendo suas respectivas bases, atendendo as lideranças, aqueles que estão aqui nesse momento na Assembleia Legislativa, pedimos que se desloquem para o Plenário desta Casa para que possamos ganhar tempo e dar continuidade a esse debate.

Acho que são debates importantes, sejam os projetos relativos à questão da educação, sejam os projetos relativos à prestação de contas do governo do Estado e até mesmo do Tribunal de Contas dos Municípios e também do Tribunal de Contas do Estado. Temos aqui vários projetos do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Contas dos Municípios, temos os projetos de prestação de contas do Executivo, do governador do Estado e temos projetos relativos à questão da educação. São várias proposições e precisamos fazer esse debate aqui. E para fazermos esse debate não podemos fazê-lo só com a base de governo, é preciso que a base de Oposição também marque presença aqui e também dê a sua presença. Então, temos aqui até o momento 16 Srs. Deputados presentes, estão faltando pelo menos 5 para que possamos realmente reiniciar os trabalhos.

Portanto, fazemos esse chamamento a todos os deputados para que compareçam, o mais rápido possível, aqui ao Plenário para que possamos dar

continuidade a esse processo, para que possamos objetivar e fazer um grande debate aqui durante essa tarde. Temos 16 deputados, estão faltando apenas 5 deputados para que reiniciemos os trabalhos. Temos muitos deputados que estão em seus gabinetes, leva um tempo para chegarem aqui ao Plenário, mas já temos 17 deputados. Ainda faltam 3 deputados para dar quórum, agora está faltando só mais 1. Aliás, não, há 19 deputados.

Quem está chegando, vá adiantando, porque estamos precisando de dois deputados.

O Sr. PRESIDENTE(Aderbal Fulco Caldas):- Já há número suficiente.

Está reaberta a sessão.

O Sr. PRESIDENTE(Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, peço para ser inserida nos Anais desta Casa uma matéria do jornalista, escritor e ex-deputado estadual e federal, Emiliano José, publicada no jornal *A Tarde* de ontem, com o título: “Ditadura e mortes de baianos.”

O seu importante artigo começa da seguinte forma:

(Lê) *“Antonio Carlos Monteiro Teixeira e Dinalva Monteiro Teixeira, formados em Geologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dermeval Pereira Souza e Rosalindo Souza: ambos concluíram Direito, também na UFBA. José Lima Piauhy Dourado, estudante da Escola Técnica Federal da Bahia, Nelson Lima Piauhy Dourado, da Petrobras, irmãos. Vandick Reidner Pereira Coqueiro, estudante de Economia da UFBA. Dinaelza Santana Coqueiro, estudante de Geografia da Universidade Católica de Salvador. Uirassu de Assis Batista, estudante de Direito da UFBA.*

Estes baianos foram mortos no início da década de 70 na Guerrilha do Araguaia, comandada pelo PC do B. Eram muito jovens, dispostos à luta contra o regime instalado em 1964. Lembre-se do dirigente comunista baiano Maurício Grabois, morto na mesma guerrilha. Derramaram o sangue em nome da liberdade.”

Este artigo começa assim, relatando o nome dos baianos que foram mortos durante a ditadura.

Ele conclui o seu artigo da seguinte forma:

(Lê) *“A Comissão Estadual da Verdade, recém-instalada pelo governo Wagner, tem um caminho áspero, mas necessário, para percorrer. Não é fácil visitar o inferno. No entanto, para que ele não se repita, para que ditaduras nunca mais nos atormentem, é preciso esquadrihar, revelar tudo que ocorreu sob aquele período sombrio, onde nos escudávamos nas palavras do poeta para resistir: faz escuro, mas eu canto porque o amanhã vai chegar. Ainda bem que os poetas existem. A poesia muitas vezes nos salvou da loucura, nos resgatou do inferno, nos livrou das trevas.”*

Peço para ser inserida nos Anais desta Casa esta matéria, muito oportuna neste momento em que foi instalada a Comissão da Verdade do Executivo. Nós temos, também, aqui, a Comissão da Verdade na Assembleia Legislativa. É um trabalho

muito importante para revelar a crueldade da ditadura, que trouxe tantos prejuízos para a democracia e para a nossa sociedade. Portanto, gostaria de fazer o registro e pedir para que seja inserida nos Anais desta Casa esta matéria do jornal *A Tarde*.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de comentar, também, aqui sobre a PEC, de autoria da deputada Luiza Maia, do voto aberto. Na realidade, esse debate do voto aberto é antigo, de autoria da Bancada comunista na legislatura passada. Nós também apresentamos uma PEC no mesmo sentido, e eu fui escolhido como relator.

Infelizmente, não foi possível discutir, debater e votar essa PEC naquela oportunidade.

Agora, temos aí a PEC apresentada e colocada na Ordem do Dia. Particularmente, acho que devemos votar de preferência hoje ou votar o mais rápido possível. A questão do voto aberto ou fechado é uma polêmica que se trava ao longo da história, há prós e contra.

Na realidade, esta Casa Legislativa, todas as proposições, ou quase todas, já são de voto aberto. Existem algumas exceções, por exemplo: a escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas; a eleição da Mesa Diretora; o veto do governador; a cassação dos mandatos; a escolha e votação de títulos de Cidadão Baiano, entre outras questões.

Estamos aqui, hoje, para debater e discutir esse assunto. Eu, particularmente, tenho a seguinte opinião, apesar de sempre estar refletindo sobre essa temática e analisando os prós e os contras: entendo que devemos estabelecer o voto aberto para tudo. É uma discussão que se deve ser o voto fechado para o veto de governador, para a eleição da Mesa e para a escolha de conselheiros do Tribunal de Contas do Município e do Tribunal de Contas do Estado.

Particularmente, acho que deveríamos abrir tudo. Voto aberto para tudo! Somos 63 deputados, todos eleitos, democraticamente, pela sociedade. Não há sentido, na escolha do presidente e do secretário da Mesa Diretora, votarmos secretamente. Não há necessidade! Votaremos abertamente.

A questão do veto do governador, também, acho que não há sentido o voto secreto. Votaremos abertamente também. A escolha dos conselheiros, votaremos abertamente também. Votaremos aberto em todas as proposições, sem exceção. Acho que, em determinados momentos, é necessário o voto secreto. Isso foi necessário e importante para resguardar os mandatos; enfim, para dar maior liberdade. E isso foi necessário historicamente.

Mas, neste momento, acredito que já não é mais necessário mantermos a questão do voto secreto. Acho que a sociedade brasileira amadureceu e avançamos no processo democrático. Acho que evoluímos de forma que a questão do voto secreto torna-se, neste momento, desnecessário. Acho que temos condições de tomar as votações de todas as posições de forma aberta, soberana e tranquilamente, sem precisar o voto secreto. Por isso, quero, aqui, defender essa posição de voto aberto para todas as questões. E não deixar nenhuma exceção. Essa é a minha tese.

A outra questão, Sr. Presidente, que quero, também, registrar aqui, diz respeito à PEC que apresentamos. PEC de nossa autoria, que acaba com a remuneração extra

quando das convocações extraordinárias durante o recesso. Também acho que essa PEC deve ser votada, seja hoje, ou na próxima semana, ou nas próximas semanas. É uma PEC que precisa ser votada. Não temos mais nenhuma necessidade, não é correto o pagamento extra quando das convocações extraordinárias, até para ser coerente com o que sempre defendi. Desde quando entrei aqui, em 2003 - estamos em 2013, portanto, há 10 anos -, que defendo essa tese.

Acho que pagamento extra, quando das convocações extraordinárias, não é correto, tendo em vista que recesso parlamentar não é férias. O recesso parlamentar não é férias! Por isso não podemos e não devemos concordar com a tese de que os parlamentares estão distantes e são convocados para virem desenvolver uma determinada atividade e é preciso receber extra por isso. Os parlamentares, durante o recesso, estão trabalhando, estão no exercício dos seus mandatos. Estando no exercício dos seus mandatos, precisam estar também dispostos a, se necessário for, numa situação emergencial, vir à Assembleia Legislativa votar determinado projeto sem precisar receber alguma remuneração extra por isso. O salário já é suficiente, é completamente desnecessário o extra para as convocações extraordinárias durante o recesso parlamentar.

Portanto, entendo que essas duas PECs, seja do voto aberto, seja a PEC que acaba com a remuneração extra nas convocações extraordinárias durante o recesso parlamentar, devem ser apreciadas, senão hoje, nas próximas semanas ou próximos meses.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará por 10 minutos o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Registro a presença do nobre vereador Mário Zan, do município de Malhada.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, nobre representante de Alagoinhas, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje teve lugar nesta Casa, no Plenário do novo anexo, uma discussão substantiva que mergulhou em um dos temas estruturantes que, inclusive, estivemos tratando aqui da tribuna e que é crucial para um Estado com as características geográficas, com as características estratégicas que tem a Bahia.

Estou falando da retomada dos investimentos no modal ferroviário, e a discussão teve lugar por conta de uma resolução que foi elaborada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, e essa resolução veio a público no *Diário Oficial* do último dia 05 de julho, sendo a resolução do dia 03.

No seu bojo, a matéria que era oficializada no *Diário Oficial da União* trazia uma série de informações que se transformaram numa inquietude muito grande por

conta da importância desse modal para o Estado da Bahia, que detém também, em solo nacional, o modal hidroviário, com águas interiores, águas do Rio São Francisco, vasta produção de grãos, de minérios, de madeira, e também a possibilidade de ter o maior porto do Brasil nas águas abrigadas pela Baía de Todos os Santos. Eis que o porto se traduz no maior gargalo de infraestrutura e logística do Estado da Bahia.

Essa discussão teve lugar nesta Casa e contou com presenças importantes de engenheiros ferroviários, do representante do superintendente de transportes terrestres da ANTT, Sr. Jean Mafra, que quando discorreu sobre a malfadada resolução 4.131, discorreu sobre aquela resolução como se estivesse tratando de outra matéria, colocando de forma cristalina que o Estado da Bahia iria receber novos trechos ferroviários modernos e importantes, fazendo a ligação Sudeste-Nordeste, cruzando a FIOF, que vem no sentido Oeste-Leste, melhorando a intermodalidade no Estado da Bahia, trazendo informações muito boas, aplacando a inquietude de diversos setores, principalmente o setor ferroviário baiano, que se levantava contra o texto original, que até hoje está vigendo, daquela Resolução nº 4.131.

Ora, faltou ao governo federal trabalhar com os governos municipais e estaduais a 4 mãos, buscando mergulhar nas relações sociais, econômica, decisão política. A Fiof está inclusive sendo alvo de questionamentos em função do seu entroncamento com a ferrovia Norte-Sul, que atravessa os Estados produtores de grãos, porque na interseção, tende para escoar a produção do Oeste brasileiro em portos do Sudeste, em vez de trazer para o Porto de Ilhéus e para um futuro porto em Salvador, que pode estar sendo instalado na Baía de Todos os Santos.

Então, essa discussão é importante, trata da perspectiva da retomada dos trens de passageiros, ligando aquilo que já se convencionou chamar de Região Megametropolitana de Salvador, uma capital com mais de 3 milhões de habitantes e que não tem uma ligação ferroviária para aqueles aglomerados humanos que saem da Região Metropolitana de Salvador, alcançando cidades importantes, como Alagoinhas, na vertente do Litoral Norte, Feira de Santana e também o Recôncavo baiano.

Não podemos perder essa oportunidade histórica, e lá se deu causa a um encaminhamento importante, para elaborarmos a Carta de Salvador, que estará sendo feita, mas também a instalação de uma frente parlamentar baiana sobre o transporte ferroviário. A Bahia detém uma das maiores memórias estratégicas ferroviárias; ainda detém a memória técnica ferroviária entre nós, e o município de Alagoinhas ainda ostenta o maior entroncamento ferroviário do Norte-Nordeste.

E o que é pior: revelou-se atualizadíssimo o traçado que em 1850 foi detalhado e implantado pelos ingleses, que construíram a primeira ferrovia na América Latina, exatamente no Estado da Bahia. Portanto, há um conteúdo social e histórico de memória, mas, acima de tudo, um incrível apelo econômico moderno, para transportar inclusive em contêineres frigoríficos as frutas que saem de avião para a Europa lá do Médio São Francisco, cuja realidade V.Ex^a, deputado Carlos Brasileiro, conhece tão de perto.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Quero conceder, como sempre faço, um aparte ao nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Joseildo Ramos, gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo importante e oportuno pronunciamento que faz. É, como V.Ex^a, com muita propriedade, afirmou, um momento extremamente oportuno, para não dizer histórico. O próprio governo federal tem dito que há orçamento, mas faltam projetos para melhorar a malha rodoviária do nosso País.

A Bahia tem uma oportunidade única, pois tem um ministro baiano que já foi deputado estadual, secretário, vice-governador, governador. Acredito ser este o momento de discutirmos e criarmos uma frente parlamentar, como V.Ex^a está sugerindo, para debater os problemas não só rodoviário mas ferroviário do nosso estado.

Gostaria de parabenizá-lo, porque a iniciativa é extremamente válida. A Bahia não pode perder este momento como V.Ex^a coloca muito bem e com muita propriedade.

Parabéns, deputado!

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço e incorporo o aparte do nobre deputado Gaban ao nosso discurso.

Para finalizar, quero dizer que, nos dias atuais, uma resolução que trata de algo estruturante não pode deixar de colocar uma linha acerca da necessidade de se manter e, até, de ampliar os postos permanentes de trabalho na via ferroviária. É a memória ferroviária do estado da Bahia. É a memória daqueles que acompanharam o primeiro momento da interiorização do desenvolvimento do estado da Bahia.

Aquele traçado é celebrado até hoje e não merece nenhum reparo, independente das novas tecnologias. Este é um traçado que, até hoje, se afigura como moderno depois de 150 anos de operação.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Mas, também, deputado Aderbal Fulco Caldas, presidente desta sessão, cabe a lição, qual seja, de nada adianta fazer a concessão de utilização do transporte ferroviário, nos moldes em que se fez em 1996, se, depois, a concessionária devolve uma sucata ao Estado brasileiro, a exemplo da forma como a Vale do Rio Doce devolveu para a União, praticamente sem nenhuma sanção.

Portanto esta é a nossa manifestação acerca da urgente questão ferroviária.

Muito obrigado por vossa tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 10 minutos, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, todos os que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson, ouvintes da *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para registrar que tivemos, hoje, na Ordem do Dia da Comissão de Saúde, a indicação para relatar alguns projetos.

Gostaria de citar os projetos que estão tramitando nesta Casa, especialmente na Comissão de Saúde; e, também, chamar a atenção dos relatores dos projetos para que apresentem os pareceres de cada projeto.

Por exemplo, foi apresentado, na Comissão de Saúde, o Projeto de Lei nº 19.494/2001, de autoria da deputada Ângela Sousa, que classifica a visão monocular como deficiência visual. E o relator indicado por este presidente da comissão foi o deputado Alan Sanches. Gostaria que a deputada conversasse com o deputado Alan Sanches para acelerar o parecer deste projeto.

Todo projeto que passa pela Comissão de Saúde tem uma certa urgência, porque tratam-se de projetos que precisam, realmente, ser aprovados, uma vez que a população pode ser beneficiada pelo projeto.

O outro projeto, nº 14.224/2004, do ex-deputado Tarcízio Pimenta que diz o seguinte: Torna obrigatório que as academias de ginástica e clubes esportivos situados no Estado da Bahia, possuam aparelho desfibrilador semi-automático em suas dependências. Determinei a deputada Maria Luiza para apresentar o parecer.

O outro projeto, nº 18.353/2009, de autoria da deputada Maria Luiza Laudano, que Institui a Semana da Conscientização do Tratamento da Doença de Alzheimer e dá outras providências. O relator é o deputado Tom Araújo.

O outro projeto, nº 19.296/2011, de autoria da deputada Ângela Souza, determina a obrigatoriedade da realização do “Teste do Olhinho” e dá outras providências. O relator é o deputado J. Carlos.

Estou fazendo isso da tribuna, nobres deputados e deputadas, porque lamentavelmente, hoje, nós não aprovamos algumas audiências públicas importantes por falta de quórum presencial na Comissão de Saúde. Existe o quórum da assinatura, mas para aprovar as audiências públicas precisamos do quórum presencial. Realmente hoje não houve. Deixamos de aprovar a audiência pública, para o dia 24, que diz respeito a doação de órgãos, que é de muita importância para a Bahia, inclusive o dia 27 é o Dia Nacional de Doação de Órgãos, mas não foi aprovada. Outra audiência que diz respeito ao autismo na Bahia. Nesta Casa já estão tramitando nove projetos com respeito a esta assunto. Semana passada fiz um apelo a alguns dos Srs. Deputados para que possamos sentar, inclusive eu mesmo apresentei um projeto e também outros deputados, porque já que são projetos que têm o mesmo pensamento, os temas são todos parecidos, então temos que chegar num senso, ver qual é o melhor, ou então elaborar um projeto para que ele seja aprovado.

Não podemos apresentar tantos projetos com respeito a um tema, um problema que precisa ser resolvido, mas nenhum deles chegar ao plenário para ser votado. Se

um já é difícil, imaginem nove. Então, depois vou encaminhar aos Srs. deputados.

O outra audiência pública diz respeito a Obesidade na Bahia. Nós precisamos encarar, enfrentar e, também, encontrar uma solução para resolver esses problemas, principalmente no que diz respeito a Obesidade da Bahia. Está sendo, realmente alarmante o número de pessoas com esse problema, as pessoas estão indo à óbito, por falta de políticas públicas para o enfrentamento desse problema. É por isso que, com a falta da presença dos deputados, hoje, não aprovamos essa audiência pública.

Espero que na próxima terça-feira, quando teremos uma audiência pública para discutir a atual situação das comunidades terapêuticas na Bahia, espero que também nós possamos aprovar essas audiências públicas, porque é uma cobrança da população. A Comissão de Saúde tem cobrado a solução dessa problemática.

E eu gostaria de informar, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que na semana passada estive numa audiência com o secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, quando apresentei, como presidente da Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa, algumas demandas e questões levantadas nas últimas audiências públicas, especialmente a respeito das doenças crônicas não transmissíveis, como autismo, obesidade mórbida e lupus. O secretário Jorge Solla disse que nos informará sobre os dados e quais as providências que o governo da Bahia está tomando.

Em relação à denúncia que o deputado Luciano Simões fez aqui na semana passada sobre o DPT de Santo Antônio de Jesus, inclusive, o deputado Gaban até cobrou de mim a respeito desse caso, levei ao conhecimento do secretário, apesar de ele já estar sabendo.

O que acontece é que a profissão de necropsista não existe aqui, na Bahia, e precisa ser regulamentada. Em alguns estados já o foi, porém, aqui, na Bahia, ainda não. Disse ao secretário que apresentarei uma indicação ao governo do Estado para que providências sejam tomadas. Enquanto o projeto não é apresentado, o processo, lamentavelmente, só pode ser feito dessa forma. Mas o secretário me garantiu que providências serão tomadas o mais rapidamente possível.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Já está terminando o meu tempo, deputado, mas concedo o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Com a tolerância do Sr. Presidente, pois é um assunto muito importante.

Deputado José de Arimatéia, quero parabenizar V.Ex^a, atuante presidente da Comissão, porque tomou as providências necessárias. Acho que é por aí, por iniciativa de algum parlamentar, que se deve fazer a regulamentação. Se o governo tiver dificuldade em elaborar, acho que V.Ex^a mesmo seria um grande autor de um projeto que beneficiará sobremaneira à população baiana. Todos nós, os 63 parlamentares, não podemos deixar uma profissão tão importante ficar sem ser regulamentada em nosso Estado.

Parabéns pelas providências tomadas. Sugiro que V.Ex^a tome a providência de elaborar um projeto que irá contribuir muito com a população baiana e, naturalmente, terá o reconhecimento de todos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Muito obrigado, deputado, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Realmente, apresentarei a indicação, porque, como é um projeto que obrigará à contratação, seria inconstitucional uma proposta do Legislativo. Ele terá que ser apresentado pelo governo do Estado para que possa ser apreciado na Casa o mais rapidamente possível.

Era só isso, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC/PRP, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, por todo o tempo, falará o deputado Bruno Reis.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, imprensa, ocupantes das Galerias, os que nos ouvem e nos assistem através da *TV Assembleia*, hoje, nobre deputado Carlos Brasileiro, na reunião ordinária da CCJ, a comissão mais importante da Casa, nobre deputado Gaban – não foi uma comissão especial ou temporária, não, foi a CCJ –, nós, da Oposição, com o apoio da Base do governo, que cochilou, convidamos para vir a esta Casa o novo secretário da Fazenda, o Sr. Manoel Vítório.

Estou ouvindo pelos corredores alguns deputados integrantes da comissão, em especial aqueles que, por algum motivo, que espero que tenha sido nobre, não puderam fazer-se presentes no momento da deliberação, dizendo que não vão acatar esse convite e buscando os mais diversos argumentos para tentar invalidá-lo.

Por que temer, nobre Vice-Líder do governo, Carlos Brasileiro? Gaban, já se passou um mês da posse do atual secretário, portanto, tempo suficiente para ele tomar pé nas finanças do Estado, vir a esta Casa, abrir a caixa-preta e responder a algumas das nossas perguntas.

A primeira pergunta que não quer calar é a seguinte: quem efetivamente foi ou é o responsável pelo rombo de R\$ 2,6 bilhões nas contas públicas do Estado? Queremos que o secretário responda o porquê e como está a liberação de quase R\$ 14 bilhões que esta Casa autorizou em operações de crédito, para que o governo pudesse contrair financiamentos para engordar os cofres públicos.

Queremos saber onde esses recursos foram aplicados? Hoje, nobre deputado Gaban, encontrei um amigo empreiteiro que presta serviço para o Estado. Ele me disse que lhe são devidos R\$ 20 milhões. Afirmou que estava quebrado e que deve, de juros bancários, R\$ 10 milhões. Está recorrendo a uma operação no Desembahia, apresentando os contratos, para ver se consegue fugir dos juros dos bancos privados.

Perguntei há quantos meses ele não recebe. Ele disse que tem fatura de um ano sem receber. Nobre deputada Maria del Carmen, sei que a senhora, que tem muito

conhecimento de causa porque presidiu a Conder, sabe que essa empresa deve no mercado mais de R\$ 80 milhões a empreiteiros. E estes não têm previsão para receber.

Tem funcionário de terceirizada que presta serviço ao Estado acorrentado na porta da Secretaria da Educação dizendo que só vai sair de lá depois que receber o pagamento dos seus salários. E as empresas terceirizadas não estão pagando porque não recebem do Estado há mais de 4 meses.

É para isso que nós queremos que o secretário venha a esta Casa explicar onde está o dinheiro para fazer esses pagamentos. Queremos, nobre deputado Carlos Brasileiro, que o secretário venha a esta Casa para dizer por que fez contingenciamento de diárias e de passagens aéreas; por que anunciou o corte de 10% de cargos e de contratações de funcionários terceirizados, mas o decreto não fez referência nenhuma ao helicóptero. Por que não cortou as despesas com o helicóptero da Polícia Militar que serve ao governador?

As contas feitas pela Oposição, nobre deputado Adolfo Viana, referentes aos gastos com helicóptero, significam que o governador está gastando o valor de um carro popular por dia. Gasta R\$ 28 mil por dia, nobre deputado Carlos Brasileiro, com helicóptero! Por que não cortou as despesas com helicóptero?

Então, queremos que o secretário venha a esta Casa para esclarecer essas dúvidas, senão vamos ficar com as notícias que temos da “rádio peão”. Sabe o que é “rádio peão”, deputada Maria del Carmen? É o que o povo fala. Viu Carlinhos, é o que o povo fala aqui na Assembleia, o que o povo fala nas secretarias é que os R\$ 14 milhões dos financiamentos que o Estado contraiu foram gastos para custeio, para pagar as despesas dessa máquina pública inchada que é o governo do Estado da Bahia, campeã nacional na criação de cargos comissionados, na criação de secretarias, quadruplicaram o número de REDAs... Ê, rapaz, o povo que era contra Reda! Todo discurso de petista tinha que fazer referência ao Reda! Quadruplicaram. PST, meu Deus do Céu!, virou... perderam a noção: toma PST para deputado indicar na cidade tal, na cidade tal, na cidade tal... não fazem nem mais conta. É para atender o deputado, não tem limite, libera tudo, está tudo liberado, é só mandar os nomes que o povo contrata. Também não paga, mas contratar, contrata.

Então, o que a “radio peão” diz aí é isso, que o dinheiro foi desviado para custear a máquina pública. Dizem que o secretário de Administração à época, que era o responsável por esse inchaço da máquina pública, portanto o responsável por essa despesa desenfreada do Estado, foi ser secretário da Fazenda. Então, na pior das hipóteses, ele é corresponsável, porque a desculpa que já ouvi de gente do próprio governo é “a culpa não é dele não, a culpa é do ex-secretário”. Estão jogando toda a bomba no colo de Carlos Martins. Dizem que quando o governador fala que o culpado é Carlos Martins, chega fica aliviado. Como se ele não fosse o responsável, como se não fosse o governador que decidisse. E me parece que não é, porque é um governador que não despacha com os secretários: entregou cada secretaria a cada partido. É um mangue. O que tem de recursos gastos com associações...

Ao longo do dia, tanto os nobres deputados Gaban, Elmar e outros da

Oposição, ao apreciar as contas do governador, vão trazer aqui as despesas e os gastos com as ONGs. Recursos para a prefeitura fazer convênios de obras, não tem, não. Mas despesa com ONG, meu amigo... A Fundac mesmo é campeã de celebrar convênio. É cada convênio milionário um maior que o outro. Hoje vamos ter oportunidade de revelar esses dados.

Então, para que a “rádio peão” não prevaleça a sua opinião, é importante, nobre deputado Carlos Brasileiro, a vinda do secretário a esta Casa. Eu queria contar com os membros integrantes da CCJ, onde aprovamos esse requerimento, para que, já na semana que vem, na terça-feira, o secretário possa vir aqui ou então delegar ao deputado Joseildo Ramos, presidente da Comissão, que faça o devido convite, que faça o contato com o secretário e programe a vinda dele aqui. A sociedade baiana, a população baiana quer entender, porque se se chegar ao porteiro do prédio, ao vendedor da barraquinha, ao cobrador de ônibus e falar do governo do Estado, todo mundo só sabe de uma coisa: tá quebrado! Esse é o sentimento geral, do interior à capital.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- O governo quebrou!

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, antes de anunciar os oradores, pedi pela ordem, pois fui citado pelo deputado Bruno. Eu queria dizer que se a CCJ atendeu ao Regimento desta Casa, ou seja, se estiver respaldado, mesmo não tendo, no momento da votação, número suficiente para a indicação e o chamamento do secretário; acredito que se não for por outro motivo de força maior ou por compromissos já agendados pelo secretário, não vejo nenhum problema para Manoel Vitório, secretário da Administração, vir a esta Casa, até porque este é o governo que tem mais mandado secretários para atender a chamamentos de deputados em toda a história da Bahia.

Então, não vejo nenhum problema Manoel Vitório vir e explicar o que está acontecendo com os recursos do estado, até porque ele foi para a secretaria para se somar àqueles que já passaram. E se é que existe desordem nas finanças, que ele coloque ordem.

Então, é muito salutar este chamamento. Acredito que Manoel Vitório virá, a não ser que tenha um outro compromisso agendado.

Para usar o tempo de 10 minutos, falarão, por 5 minutos cada, as deputadas Maria del Carmen e Luiza Maia, respectivamente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, antes de formalizar esta questão de ordem, gostaria de responder ao que foi colocado pelo meu caro amigo e deputado Carlos Brasileiro que, efetivamente, está coberto pelo Regimento o procedimento utilizado, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça.

Mais que isso, além da lista de presença que é assinada, hoje, em todas as comissões, até uma atitude louvável, todo parlamentar, que chega à comissão, tem de fazer o seu registro. Existe este mesmo painel na comissão.

Deputado Carlos Brasileiro, V.Ex^a sabe disso. Mas eu estou falando para as pessoas que estejam, porventura, ouvindo a *TV Assembleia*, a fim de que elas tenham conhecimento de como funciona a Casa. Hoje, em todas as comissões temáticas, há um painel semelhante a este que temos aqui. E quando o parlamentar chega à comissão, ele registra a sua presença através de assinatura.

Então, quem preside a sessão tem de olhar pelo painel se há ou não quórum, porque regulamento é isso. Se porventura algum parlamentar se ausentou ou alguns se ausentaram, se alguém pedir verificação de quórum para a continuidade do funcionamento da comissão, é a mesma coisa do Plenário. Se não tiver quórum, o presidente diz não ter número suficiente e derruba a sessão.

No caso de um requerimento que pode ser, não de convocação, porque cabe ao Plenário da Casa fazê-lo. Mas, no caso de convite, este pode ser verbal ou por escrito. Se ninguém contestar o argumento feito ou o requerimento feito de uma dessas duas formas, cabe a quem está presidindo aprová-lo.

Só não pode, deputado Carlos Brasileiro, no caso, se tivesse, por exemplo, mais de um deputado – não sei porque eu não estava lá – e um deles dissesse “olha, não tem quórum para votação”, aí, o presidente tem de acatar. O presidente não pode dizer simplesmente: “Não há quórum.” Alguém teria de provocá-lo para isso. Então, é válido.

Concordo, também, com V.Ex^a. Conheço o secretário. Acho, até, este um momento oportuno ele vir, porque várias medidas foram tomadas pelo governo para ver se consegue equilibrar as finanças. E este é o momento de ele vir e mostrar as medidas que estão tomando e qual a expectativa que ele tem para os parlamentares desta Casa e para aqueles que se interessam por este assunto.

Mas, antes de minha querida amiga, competente gestora, e deputada Maria del Carmen iniciar o seu pronunciamento, já que tenho certeza de que ela vai, mais uma vez, fazer um pronunciamento extremamente interessante, eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, a fim de que mais parlamentares compareçam ao plenário.

Hoje, tivemos pronunciamentos interessantíssimos. Estou procurando debater. Estou esperando encher o plenário para voltar a debater as contas de 2008 que são importantíssimas, porque foi, lá, que se iniciou este processo de descontrole do governo, chegando ao caos que hoje nós estamos.

Observem, os deputados Paulo Azi, Joseildo Ramos e Rosemberg Pinto, hoje, falaram sobre a malha viária e rodoviária do estado. Acho este um momento oportuno. Hoje, nos salões desta Casa, houve debates sobre este tema. Temos de aproveitar o momento, porque temos um ministro baiano. Então é um pronunciamento interessante.

Nesse sentido, solicito a V.Ex^a fazer uma verificação de quórum de continuidade da presente sessão para que os parlamentares, que ainda não estejam ainda no Plenário, se façam presentes.

E que seja, também, meu caro presidente, aberto o tempo de 15 minutos, estabelecido pelas Lideranças, para que os parlamentares que não estejam aqui tenham tempo de vir.

Gostaria, também, de que V.Ex^a solicitasse aos assessores e secretários dos deputados que telefonem para aqueles que ainda não tenham chegado à Assembleia, para que eles venham. Vai ser uma sessão que transcorrerá pelo dia e pela noite e deve terminar durante a madrugada, dependendo do que o governo for votar. Se formos votar, pelo menos, cinco dos projetos que ele tem em mente, provavelmente iremos até o meio-dia de amanhã. Se diminuir o número de projetos, talvez a sessão dure um pouco menos, depende do que se for votar. Mas é interessante que venham para cá, para debater.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

Solicito que seja zerado o painel.

Comunicamos aos Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que se encontram na sala do cafezinho, nos seus gabinetes ou em quaisquer outras dependências da Casa que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Pela ordem a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, quero aproveitar essa questão de ordem para convocar os nossos companheiros, parceiros, amigos deputados para que – naturalmente, a todo momento somos convocados por prefeitos e vereadores para dar-lhes atendimento nos gabinetes, no saguão –, sejam mais rápidos em seus passos pelos corredores, se possível, para registrarem suas presenças e darmos continuidade à sessão, haja vista a existência de um pedido de verificação de quórum.

Enquanto eles se vão aproximando – já somos 10, estão faltando 11 –, eu gostaria de prestar minha solidariedade aos companheiros e amigos do Movimento dos Sem Terra da Bahia que, neste momento, mais uma vez, ocupam o INCRA em busca de agilidade nos processos de reforma agrária. Sabemos que neste Brasil, e nesta Bahia, de muitos anos de injustiça e desigualdade não se conquistam direitos se não for pela luta. Portanto, estar ali, ocupando, significa estar buscando o direito à terra. E como sabemos que quem conquista a terra conquista o direito à dignidade de ter o pão de cada dia, sobretudo o direito de colocar o pão na mesa de muitos brasileiros e brasileiras que a cada dia aguardam a produção da agricultura para

adquirirem alimentos.

Portanto, queria ser solidária com o movimento organizado, um movimento pacífico e que busca o seu direito de ter terra, assistência técnica, crédito, moradia e terem em seus assentamentos as condições de viverem com dignidade com a sua família.

E, ao mesmo tempo, quero, também, prestar minha solidariedade aos técnicos, aos profissionais, aos peritos que trabalham no INCRA, porque a sua carreira profissional, hoje, tem os salários defasados e distantes dos de outros técnicos e agrônomos que trabalham em outros ministérios, como o da Agricultura. Hoje, mesmo, estou enviando cartas à nossa presidenta Dilma, ao presidente do INCRA, ao ministro do Desenvolvimento Agrário para que seja corrigida essa distorção e que os técnicos, peritos e agrônomos do INCRA tenham os mesmos salários e os mesmos direitos dos técnicos e agrônomos que trabalham em outros órgãos federais.

Assim, quero, mais uma vez, nesta questão de ordem, pedir que o Sr. Presidente faça soar as campainhas e convoque os colegas com urgência.

Temos já 14 deputados em Plenário e queremos, o mais brevemente possível, dar continuidade à sessão, até porque temos projetos importantíssimos a serem votados. Essa demora dos Srs. Deputados em virem ao Plenário só faz atrasar a nossa sessão. Agora, já são 17 deputados.

Venham o mais rapidamente possível, pois só faltam quatro para completar o quórum. Adentrem o Plenário e registrem suas presenças para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, aproveitando que o Plenário está com um pouco mais de deputados e deputadas, quero esclarecer a todos os parlamentares que no dia seguinte à obstrução que fizemos na semana passada o deputado Zé Neto – posso até entender a posição dele, no primeiro momento, pela pressão que sua Bancada fazia – afirmou que o Líder da Oposição tinha desfeito um acordo e que isso iria prejudicar os professores.

Apenas para que fique registrado nos Anais desta Casa, deputado Zé Neto, que, dentre os projetos a serem votados hoje, os referentes aos professores do Estado só estão em pauta graças a um acordo de Lideranças que permitiu que fossem dispensadas as formalidades necessárias. As declarações do prezado Líder do governo feitas no dia seguinte, fruto, talvez, da emoção e da pressão que ele sofria de sua Bancada, foram infelizes. Ele foi infeliz em suas palavras quando disse que o acordo de Lideranças tinha sido retirado. Não é verdade, tanto que hoje três projetos estão na pauta de votação única e exclusivamente por um acordo de Lideranças. Se não tivéssemos dispensado as formalidades, eles não poderiam estar na Ordem do Dia.

É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de que ficasse registrado nos Anais desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Está restabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- O quórum foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Passo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, volto à tribuna desta Assembleia para, mais uma vez, chamar a atenção de meus pares sobre a questão da votação da PEC nº 126 que propõe o voto aberto em todas as proposições e em todas as matérias desta Casa.

Deputados, queria lembrar que, agora, o Brasil passou por um grande constrangimento. Nós assistimos, sem entender, ao fato e isso pode acontecer aqui conosco: a Câmara Federal não cassou o mandato de um deputado preso. Imagine que coisa absurda, que arbitrariedade, que coisa mais louca! Para que serve o mandato deste deputado preso, se ele não pode exercê-lo? Para desmoralizar a Câmara Federal, o Congresso.

Então acho que a gente, aqui, corre o risco da desmoralização. Se não votarmos a PEC do voto aberto para todas as proposições e em todas as situações, nós corremos o risco de o Congresso Nacional aprovar, também, o voto aberto em todas as situações. E esta Casa vai ficar com que cara? Como vamos ficar?

Eu não estou entendendo o que está acontecendo em nossa Casa. No mês de junho, o povo foi para as ruas e mandaram vários recados para nós. Não foi, presidente? A gente precisa ouvir o que está acontecendo. Em 2011, foi o primeiro ano em que apresentei a PEC aqui. Já soube inclusive o deputado Edson Pimenta e outros, também, apresentaram esta proposição nesta Casa. Tudo foi arquivada e ficou por isso mesmo.

Perdi em 2011. Apresentei no ano passado, ou seja, 2012. Há um ano e quatro meses, o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e não sai de lá. Acho que, hoje, já foi decidido, entre os líderes num acordo, colocar tal projeto em pauta nesta sessão. Solicito aos meus pares ter bom senso e votar, favoravelmente, a PEC do voto aberto, amplo, geral e irrestrito como fizemos na campanha da anistia.

Então, sim ao voto aberto, amplo, geral e irrestrito, porque acho que desta forma esta Casa dá uma demonstração de coragem e independência e dá uma demonstração de que a relação com o Poder Executivo e com o Poder Judiciário tem de ser harmônica, mas independente.

Então, os argumentos que estou ouvindo pelos corredores não convencem ninguém. Dizem: “Ah, vai sofrer retaliações. Ah, tenho medo do governador. Ah, vai ser assim. Ah, vai ser assado.”

Afinal de contas, nós fomos eleitos para quê? Estamos nesta Casa representando, gente! Ninguém aqui é candidato de si mesmo ou deputado de si mesmo, porque se não tivesse 30, 40, 50, 80 mil votos, ninguém chegaria aqui. E quanto às pessoas que votaram na gente? E quanto aos nossos eleitores e aos nossos apoiadores, como eles ficam? Isso, aqui, é uma representação que estamos fazendo. Não dá para vir representar pessoas e segmentos secretamente ou escondido.

Estou em campanha. E, às 18h, vamos fazer um *twittasso*: “Assembleia sem segredo!” E queria pedir a todos que concordam que a votação deve ser geral, ampla e irrestrita e que, às 18h, coloquem, no seu *twitter*: “Assembleia sem segredo, voto aberto já para todas as proposições!” Desta forma, estaremos dando uma demonstração para a sociedade de que esta Casa quer reformular este Regimento que está ultrapassado, que está atrasado e que está cheio de anacronismo.

Então, presidente, quero, ainda neste minuto, repudiar a atitude do subsecretário da Segurança Pública. Não me lembro o sobrenome dele, mas ele se chama Sr. Ari. Ele não pode receber nenhum movimento à bala. Ele não pode receber à bala muito menos os sem terras! (Palmas.) Está errado.

Faço um apelo ao governador do estado para exonerar, imediatamente, este subsecretário. Bote ele para ser delegado, pois ele é de carreira e não pode ser demitido. Acho infeliz a postura dele. O Movimento Sem Terra é um movimento sério, ordeiro, pacífico que faz suas manifestações sem perturbar ninguém.

Agora, a luta pela reforma agrária é urgente e necessária. O Brasil está atrasado. Estou aqui para prestar a minha solidariedade e o meu apoio ao Movimento dos Sem Terra e repudiar a atitude deste subsecretário.

Gostaria de pedir ao governador Jaques Wagner a exoneração imediata deste subsecretário.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa que nos ouvem nesta tarde, venho a esta tribuna para apresentar minha posição sobre diversos temas que hoje foram debatidos aqui.

Queria, inicialmente, dizer, em função do que foi trazido pela deputada Luiza Maia, que acho que todos os deputados desta Casa, ou pelo menos a grande maioria, apoiamos o movimento sem-terra, um movimento sério, comprometido, que tem um trabalho e uma forma de atuar muito clara, e somos todos contra qualquer tipo de violência, seja ela feita por qualquer ente público.

Quero também me colocar em relação ao que V.Ex^a, deputada Luiza Maia, trouxe à tribuna desta Casa sobre o voto livre, voto aberto nesta Casa. Está nos jornais de hoje a opinião dos deputados, e nós fomos uma daquelas apontadas como sem opinião. A questão é que a Bancada do PT tomou a decisão de que qualquer projeto polêmico seria debatido anteriormente dentro da Bancada do PT. Após essa decisão, se caminhará na decisão majoritária da Bancada ou a Bancada daria condições de cada um tomar a sua posição, se fosse algo em torno de que não se fechasse questão.

Portanto, nós só opinaremos sobre o processo dessa votação após a reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que, felizmente e infelizmente, por conta da audiência pública hoje realizada nesta Casa, não foi possível fazer.

Quero parabenizar os deputados Joseildo Ramos, Rosenberg e Herbert, que é

o presidente da Comissão de Infraestrutura, da qual eu também sou membro titular, pela audiência pública hoje realizada, quando aqui debatemos o cenário que envolve a desativação e a devolução dos 1.760 quilômetros das ferrovias que estão hoje concedidas à Ferrovia Centro-Atlântico. Queria parabenizá-lo pela mobilização no sentido da quantidade de autoridades da área ferroviária, de figuras expressivas, de diversos deputados que lá estiveram, dos mais variados matizes, que, inclusive, convergiram na posição e na opinião, deputado Gaban. Todos os que lá estavam, todos os que se pronunciaram – com exceção daquele que representava a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que colocou a sua posição, a posição do projeto da agência, de que todos os deputados discordavam –, convergiram e houve uma discussão. A opinião conjunta da Oposição e da Situação nesta Casa foi em defesa dos interesses da Bahia, porque eles são, em última instância, aquilo que nos une, inclusive unindo naquele momento. Parabenizo o deputado Joseildo. Vimos o prefeito e o ex-prefeito de Alagoinhas, adversários políticos, pela primeira vez aliados na defesa dos interesses de Alagoinhas e dos interesses da Bahia.

Nós, que somos da área técnica, deputado Carlos Gaban, e outros companheiros, colegas, sonhamos sempre que chegaria o momento em que o modal ferroviário fosse priorizado neste País. E, para nossa alegria isso, de fato, começa a se transformar em realidade, quando o Brasil, quando a presidenta Dilma decide investir na área de ferrovias, construindo milhares de novos quilômetros de ferrovias para, de fato, integrar os diversos modais e fazer com que a possibilidade do escoamento da nossa produção possa chegar aos portos brasileiros.

Com certeza, o nosso saudoso professor Vasco Neto, que tive o privilégio de ter como paraninfo de formatura, se hoje ressuscitasse e visse a proposta aqui apresentada pela ANTT para a ferrovia que interliga BH ao Porto de Sauípe, voltaria, e o projeto apresentado para a construção da FIOF, com certeza, reprovava todos os técnicos que lá elaboraram o projeto.

Portanto, essa é a manifestação que queríamos fazer desta Tribuna, parabenizar esta Casa pela mobilização, parabenizar e conclamar todos os deputados, como já fez aqui o deputado Joseildo Ramos, no sentido de que seja criada essa Frente Parlamentar em Defesa das Ferrovias Baianas, e que sejam unidos aí nessa proposta também os deputados federais e os senadores da Bahia, porque esse é o interesse maior do nosso Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):-Com a palavra o nobre Líder da Minoria...

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENT (Nelson Leal):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a proceder uma verificação de quórum, observando os 15 minutos regimentais, haja vista que não temos aqui o número de deputados para a continuidade da sessão, uma sessão

importante que, inclusive, discute o projeto da deputada Luiza Maia, do voto aberto, que é uma aspiração da maioria, com certeza, dos deputados desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Nelson Leal, eu tenho entendido, aqui, esse excesso, na minha opinião, de questões de ordem para verificação de quórum a cada 10 minutos. Eu entendo, às vezes, a angústia dos deputados que adoram estar nesse Plenário, com isso cada 15 minutos que ficam mais aqui pra chegar em casa 4, 5 horas da manhã. Eu sei que as pessoas gostam muito desta Casa e utilizam todos os artifícios possíveis no sentido de ficar mais tempo aqui, e isso é bom para o Parlamento baiano.

Quero aproveitar esse momento para convidar os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes para virem até aqui atender o pedido do nobre deputado João Carlos Bacelar, porque ele fica doidinho quando não vê os deputados aqui, fica numa angústia danada e tal, então pedimos que venham até aqui para que possamos atendê-lo.

E aí, deputado João Carlos e deputada Luiza Maia, aproveitando esse momento aqui, primeiro quero dizer que o Partido dos Trabalhadores ainda não debateu a posição sobre a questão de voto aberto e voto fechado. Todas as colocações são opiniões particulares, e é um direito, e tal, de fazer opinião.

Eu, às vezes, só fico meio preocupado quando eu ouço aqui toda hora um discurso: - as ruas mandam recado, as ruas mandam recado. Eu não recebo recado da rua, porque eu ando na rua todos os dias, eu fui forjado nas ruas. Aí, às vezes, a turma daqui diz que as ruas mandam recado. Eu leio todos os dia, eu acompanho as movimentações, eu não vivo essa angústia das pessoas que votam aqui pautado pelas ruas, eu voto pautado pelo que eu entendo que as ruas precisam, mas não pautado pela rua, e nem pautado, às vezes, por determinadas menções que saem aí no dia a dia. Então, eu acho que isso é que não ajuda a trazer um Parlamento, realmente, pujante, consolidado.

Por isso, quero dizer que o Partido dos Trabalhadores, na próxima terça-feira, vai se reunir para tirar uma posição, a maioria..., o jornal *A Tarde* hoje já colocou pelo voto aberto, com algumas ressalvas, uma parte coloca, outros têm uma posição de uma forma total, mas nós vamos afinar uma posição para que a gente traga uma posição do Partido dos Trabalhadores afinado com o que a concepção nossa entende por essa posição.

Gostaria que marcasse os 15 minutos para que possamos fazer essa verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a também será atendido.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas).

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão, formulado pelos deputados

João Carlos Bacelar e Rosemberg Pinto. Convido todos os deputados que estejam no cafezinho, nos seus gabinetes ou em qualquer setor da Casa para que se façam presentes aqui no Plenário.

Zere o painel e marque os 15 minutos.

Mais uma vez eu convido a todos os deputados para que se façam presentes no Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. (Pausa)

Restabelecido o quórum.

Há um pedido de prorrogação da sessão pelo tempo de 1.000 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PR/PSDB...

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Pela ordem, deputado.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a poderia, por gentileza, repetir, não deu para a gente ouvir direito o tempo da prorrogação...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Prorrogação da sessão pelo tempo de 1.000 minutos, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Tiveram mais cuidado, 1.000 minutos dá meio-dia de amanhã? Termina quando?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Por volta de 16 horas.

O Sr. Gaban:- Vamos às 7 da manhã? Não cochile, deputado Zé Neto. Peça uma prorrogação depois, porque vai passar de 16 horas, hoje. A previsão nossa é meio-dia. Mas vamos lá. Só para ficar atento para não cair, senão na semana que vem tem, mais uma vez, sessão até as 5, 6h da manhã.

É apenas, Sr. Presidente, meu caro deputado Nelson Leal, para alertar o Líder, porque na semana passada ele pediu 14 horas e não deu. Chegamos às 4h da manhã e a sessão terminou. Então, hoje, com 1.000 minutos melhora, mas não complementa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado, quem V.Ex^a vai indicar pelo tempo do PR/PSDB?

O Sr. Gaban:- Por todo o tempo o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra a deputado Luciano Simões pelo tempo de 10 minutos. Deputado, quero parabenizar-lhe, em nome de todos os deputados presentes.

Restabeleça o tempo do deputado. (Palmas)

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Obrigado a todos os deputados.

Sr. Presidente, o serviço público da Bahia, nesses últimos dias, vive momentos de dor e fome. As últimas matérias dos jornais da Bahia demonstram o calote que dá o governo do Estado, deputado Gaban, e denuncio aqui, há cerca de 3 anos. Isso não consta no Portal da Transparência. O governo engana o povo da Bahia com a propaganda que todos conhecem. São 525 mil reais por dia para mentir para o povo da Bahia.

Mentira tem perna curta, e ao ler os jornais *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e

Correio da Bahia lê-se logo: “Barreiras – Governo da Bahia dá calote em servidores contratados.” Mais na frente: “Vereador do PT”, do nosso companheiro Joseildo, “disse que o governo baiano está massacrando os terceirizados.” Em outro jornal: “Empregados terceirizados se acorrentam em frente à Secretaria da Fazenda.” E há os *blogs*: “Servidores acorrentados em toda a Bahia.” E o governo da Bahia, gastando 525 mil reais por dia, diz na TV que está tudo bem.

Há cerca de 2 ou 3 anos, quando era secretário da Fazenda, eu recebia no meu e-mail, no *Facebook*, denúncias de empresários que estavam prestando serviço terceirizado e obras ao governo da Bahia e não queriam se identificar. Deputado Nelson Leal, quando eu fazia perguntas, inquirição ao secretário da Fazenda naquelas visitas funcionais à Casa, ele negava veementemente e dizia que as contas do governo da Bahia estavam redondas.

Mas, hoje, senhores da Imprensa, não sei se foi o efeito do voto aberto na Câmara Federal e da Emenda Constitucional do voto aberto na Assembleia Legislativa, chega um e-mail em minha caixa com a listagem das empresas que o governo da Bahia está levando à falência. São empresas que prestaram serviços ao governo do Estado desde 2010. Empresas que já não prestam mais serviços à Embasa. Inclusive algumas das licitações da Embasa têm dado em aberto, nenhuma empresa aparece para concorrer. Da mesma forma, a Sucab que deve a todo mundo. Hoje, deputado Gaban, quem toma conta da Sucab, órgão construtor de obras do Estado, são os ratos e as moscas. Devem aos terceirizados e às empresas que prestaram serviço.

Agora o pior vem da Conder. Segundo o e-mail que me chega dos empresários, deputado Gaban, a Conder deve às empresas prestadoras de serviço e de engenharia, no dia de hoje, exclusivamente a Conder, 85 milhões de reais. Como hoje foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça a convocação do secretário da Fazenda, aguardamos que, em sua visita, ele possa explicar ao povo baiano essa situação.

Das empresas listadas no e-mail que recebi, quem lidera é a Metrus Engenharia. A Metrus Engenharia, deputados Gaban, Paulo Rangel e Zé Raimundo, é a empresa que presta serviço na reforma da Avenida Pinto de Aguiar e faz os viadutos que pretendem intercalar o Imbuí. A essa empresa são milhões e milhões de reais em débito que a Conder não paga. A empresa está pré-falimentar e, parece-me, que no dia de hoje já está entregando algumas obras e abandonando obras do governo do Estado.

A segunda empresa que vem listada aqui é a UFC Projetos e Fiscalização. A essa empresa, parece-me, que a Conder deve mais de 20 milhões. Uma empresa que existe na Bahia há mais de 30, 40 anos, está pré-falimentar, já saindo do Estado da Bahia e o governo sempre mentindo para o povo através da propaganda.

A outra empresa listada no e-mail que a Conder está passando o calote e falindo é a LJS. Essa empresa, segundo o e-mail, cuida da obra da Feira de São Joaquim. Está também, parece-me, já abandonando a citada obra e está no caminho da falência. Essa é a verdadeira situação do Estado da Bahia.

Vem mais! A Construtora Elite na mesma situação; a Construtora CSC, que

cuida da obra do Pelourinho, praticamente já está também ameaçando entregar a obra; a ConstruQuali, que cuida do mercado de Paripe também está na falência, sem receber há mais de um ano do governo do Estado da Bahia, mais especificamente da Conder.

Tem também, deputado Gaban, na lista do e-mail sobre o calote do governo do Estado, a empresa BSM que cuida também da manutenção da Feira de São Joaquim, das reformas mais rápidas naquele mercado aberto.

Tem também a empresa Itatiaia, que é uma empresa de engenharia que prestou e presta serviços ao Estado. Está também na lista da falência.

Esse, deputados Gaban e Nelson Leal, é o quadro que precisa que o novo secretário da Fazenda, ex-secretário da Administração, Manoel Vitório esclareça ao povo da Bahia. As empresas falindo, abandonando as obras; os editais de licitação da Embasa e de outros órgãos estatais dando deserto; os empregados das terceirizadas, os REDAs e os PSTs se acorrentando nos órgãos públicos; e o governo, deputado José de Arimatéia, continua mostrando ao povo da Bahia na TV que vai tudo bem.

Esperamos que o secretário da Fazenda, depois da aprovação do convite que foi feito pela Comissão de Constituição e Justiça, venha relatar a verdade ao povo da Bahia.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Com o aparte o deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Luciano Simões, parabéns! Vimos denunciando, o próprio presidente da FIEB agora também se manifestou sobre a má gestão do Estado, e V.Ex^a agora apresenta uma lista de pessoas. Veja o ponto a que chegou a situação de algumas empresas, porque várias têm reclamado para nós todos, mas quando pedimos dados, nomes, elas se omitem e falam: “Gaban, se a gente der o nome e for divulgado, aí é que a gente não recebe mesmo do governo”. Têm medo.

Vejam o estado de desespero a que essas empresas chegaram, não sei se foi apenas uma associação, ou um segmento organizado que se manifestou relatando a situação desesperadora das empresas que prestam serviços e não recebem.

E preocupa também. Estamos falando em obras importantes que o governador acaba de anunciar como a obra da passarela do Imbuí, a Pinto de Aguiar. São obras que todos nós que moramos e gostamos de Salvador queremos ver concluídas. E a primeira empresa que V.Ex^a cita aí, são responsáveis por essas duas obras. Está em pré-falência e já entregando outras obras para o governo.

Então eu acho que é um serviço que V.Ex^a presta ao governo...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- (...) e aos deputados da Base governista para que vão ao governador, ao secretário da Fazenda. É a oportunidade, com a sua tolerância, Sr. Presidente, do secretário vir aqui para também esclarecer esses fatos.

Parabéns pela gravíssima denúncia que V.Ex^a apresenta nesta tarde.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- E para concluir, Sr. Presidente

Quero aqui fazer um alerta à Imprensa, porque sei que serei contestado por este pronunciamento pelos órgãos financeiros do Estado e pela Conder. Agora, gostaria

que a Imprensa, quando houvesse a contestação, cobrasse daquele que estivesse contestando pelo governo que mostrasse o *site* de contas a pagar da Conder e da Sucab. Eu pediria à Imprensa que, no momento oportuno em que fosse levado à contestação o meu pronunciamento, pedisse ...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): - Deputado Luciano, para concluir.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) o *site* de contas a pagar da Conder.

E quero encerrar com as palavras da entrevista do presidente da FIEB, professor José Mascarenhas: “A questão da Bahia é incompetência de gestão.”

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria, do Bloco Parlamentar DEM/PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Gaban:- Usarei todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, a lei nº 12.527, sancionada no dia 18/11/2011, é a lei da informação, da transparência. Diz no seu art. 8º: “*É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*” Diz no seu § 2: “*Registro de qualquer repasse ou transferência de recursos financeiros*”; § 3: “*Registro das despesas.*”

O deputado Luciano Simões traz uma grave denúncia de falta de pagamento do governo. Por exemplo, se nós acessarmos o *Transparência Bahia*, em cumprimento a essa lei nº 12.517, pelo menos ela deveria estar atualizada, deputado Carlos Brasileiro. Por exemplo, dados tirados hoje do *Transparência Bahia*, no *site* da Sefaz Bahia: receitas totais, atualizado até junho, desatualizado. Se pegarmos despesas totais, até abril apenas. Pagamentos efetuados por credores, está em março. Transferência do governo, março. Estamos no mês de setembro. Quer dizer, o governo não respeita nem uma lei que ele próprio sancionou. Para que existe o *Transparência Bahia*? Para que existe o *Portal de Transparência*? É só para botar na televisão? Tem que respeitar essas coisas. Não respeita o Parlamento porque sabe que tem a maioria que balança a cabeça e o rabo como lagartixa para dizer sim, sim, sim, e não tem o cuidado necessário para cumprir com a obrigação de respeitar pelo menos o que a Constituição nos manda. Porque cada um de nós, quando somos eleitos, juramos respeitar o que determina a Constituição e as leis em vigor em nosso Estado. O governo não respeita e o Legislativo não faz absolutamente nada.

Ficamos extremamente tristes. Até porque, já dizia Mangabeira: “Pense num

absurdo. Na Bahia tem precedente!” Mas vamos dizer um outro. O Tribunal de Contas do Estado que tem por seu dever fiscalizar as contas do Executivo, não tem até hoje, estamos no mês de setembro, acesso ao Fiplan. Não tem podido acompanhar a execução orçamentária de cada órgão do governo, até hoje, estamos em setembro. O Tribunal de Contas não está conseguindo fiscalizar as contas do governo, porque nem o sistema Fiplan, que é restrito aos deputados até um nível de informação apenas, não temos os relatórios que deveríamos ter acesso também. O Tribunal de Contas é pior ainda. O Tribunal de Contas não tem acessado absolutamente nada da execução orçamentária do Estado. Como é que fiscaliza? É um faz de contas!

Por isso que hoje vamos esgotar as contas do Tribunal de Contas. É um toma lá dá cá. São quatro contas de presidentes do Tribunal de Contas do Estado e três do Tribunal de Contas dos Municípios. Vamos votar o quê? Não temos auditoria, não temos um acompanhamento da execução orçamentária mês a mês. Está que nem o Tribunal de Contas com relação ao Estado esse ano. Já passamos do meio do ano e ninguém faz nada.

Cadê o Dr. Welington do Ministério Público? V.Ex^a é chefe do Ministério Público. Não se pode confundir indicação do governador com cargo de confiança. Se não vale, não vale para ninguém. Não quero aqui defender o ex-prefeito João Henrique, não; muito pelo contrário, pegou, tem que pagar. Agora, por que o Ministério Público? Dr. Welington, entra com uma ação contra ele e não entra pelo mesmo motivo com ações contra o governo do Estado? Por que o Tribunal de Contas do Estado não cumpre a lei de responsabilidade fiscal que o Tribunal de Contas dos Municípios faz cumprir? Por isso reprovou as contas de vários prefeitos no ano passado.

Então, é um peso e duas medidas. O Tribunal de Contas, Dr. Welington, só entra com ação contra prefeito. Não entra contra o governo contra as mesmas falhas, por quê? Essa é a pergunta que tem que ficar no ar. É a mesma pergunta que tenho feito de uma maneira até exaustiva: por que o Tribunal de Contas dos Municípios cumpre o que determina a lei de responsabilidade fiscal, punindo os prefeitos que não cumprem o que determina a referida lei, e o Tribunal de Contas do Estado não? Por que dois pesos e duas medidas se a lei vale para todos?

E aproveitamos até para ver, o tempo ainda me permite, outra denúncia gravíssima, mas não dá em nada na Bahia. Olhem a Fundação José Silveira: sabem quanto essa empresa já ganhou do governo Wagner sem licitação? O deputado Líder do PT está aqui me ouvindo, meu caro Rosemberg: 531 milhões a Fundação José Silveira já ganhou de mão beijada do governo Wagner sem licitação. A última, publicada anteontem, de 37 milhões com o Fundac. Se nós pegarmos só na Sesab – Secretaria de Saúde do Estado – são 423 milhões de reais sem licitação.

Que doce é esse que tem na Fundação José Silveira? Você complementa com o Fundac com 107 milhões, dá um total de 531 milhões sem licitação. Que doce tem essa Fundação José Silveira? Onde está o Ministério Público do Estado da Bahia? Onde se encontra o Tribunal de Contas do Estado da Bahia? Onde estão os deputados da Comissão de Finanças do Poder Legislativo? Será que é correto, será que é para

isso que fomos eleitos, para dizer amém para uma descaração desse tipo? Por que não se respeita pelo menos o que determina uma lei federal que dá o direito e a obrigação ao gestor público fazer o concurso público? Mas não, não faz concurso público e faz uma vergonha dessa.

Só existe no País e na Bahia a Fundação José Silveira? É um absurdo! É mais de meio bilhão de reais sem licitação apenas para uma fundação. Não existe um outro órgão competente no Estado ou no País, deputado Carlos Brasileiro? Por que só a Fundação José Silveira recebe mais de meio bilhão de reais, deputado Zé Neto? Quatrocentos e vinte e três milhões da Sesab; cento e sete milhões da Fundac. É isso que o governo Wagner está fazendo ano a ano. Desde 2007 só tem a Fundação José Silveira. Pelo amor de Deus!

No ano de 2012, apenas, para não ser muito prolixo, já foram R\$ 96 milhões da Sesab e R\$ 43 milhões da Fundac. É para perguntar: dois pesos e duas medidas até quando, meu Deus? Até quando? Esse governo está acabando.

Há uma certeza de impunidade tão grande, e a certeza de que o Ministério Público só age contra prefeitos, porque talvez seja mais fácil, menos penoso... Não sei qual é a razão. Dr. Nélcio é que tem que nos responder...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para concluir, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- (...) por que o Tribunal de Contas do Estado não age como o Tribunal de Contas dos Municípios? Será que é mais fácil analisar os prefeitos por serem mais fracos? Que poder é esse?

Se houvesse transparência, provavelmente, meu caro presidente, Nelson Leal, e se esta Casa tivesse autoridade para fazer uma CPI para verificar o nepotismo cruzado entre os órgãos existente na Bahia, provavelmente iríamos descobrir muita coisa e ver os absurdos que acontecem.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, esta Casa deve votar hoje projetos importantíssimos para o Estado, especialmente o que trata da carga horária dos professores, para o que o governo dá uma solução parcial, como tudo o que faz, aliás. E o Plenário está vazio, Sr. Presidente. Poderíamos estar, aqui, aproveitando essa oportunidade para discutirmos essa questão, o voto aberto, as contas do Sr. Governador, enfim, uma série de matérias do interesse da coletividade, mas, infelizmente, o Plenário está vazio.

O Plenário está vazio apesar de uma Bancada governista com mais de 40 deputados, o que é um sinal de insatisfação dos deputados da Base para com o governo do Estado. Mas a Bahia não pode pagar pela insatisfação de quem optou por apoiar um governo que tem trazido o atraso, a injustiça e sérios prejuízos para a Bahia.

Às vezes, pode parecer chato, uma coisa birrenta, mas não é. O que queremos é

a presença dos deputados para discutirmos olho no olho a situação da educação no Estado, por que não se cumpre a lei de 1/3. E o governo, agora, quer dar uma gratificação aos professores, mas não garante o professor fora da sala de aula para seu planejamento, para cuidar de suas atividades.

Enfim, Sr. Presidente, são uma série de ações da maior relevância e temos um Plenário vazio, o que não atende ao disposto no Regimento Interno. Então, quero, nesta questão de ordem, solicitar uma verificação de quórum.

Também peço licença a V.Ex^a para registrar a presença nas Galerias Paulo Jackson do vereador Jairo Rocha, presidente da Câmara Municipal de Uauá, e do vereador Gugu, também da Câmara Municipal de Uauá.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, será atendido.

Pela ordem, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Solicito, neste momento, para atender à questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar, qual seja, a de que os deputados da Base do Governo, aqueles que estejam em seus gabinetes ou nos corredores desta Casa, dirijam-se ao Plenário para registrar as suas presenças, pois há um pedido de verificação de quórum de continuidade da sessão.

Quero, também, dizer que os deputados que dão tanta importância aos projetos de lei, que serão votados nesta Casa, que a maioria absoluta, mais de 90%, estão na Assembleia. Se os deputados não estão no Plenário, estão nos seus gabinetes atendendo às demandas do interior, do Recôncavo baiano e as demais lideranças. Assim como o deputado João Carlos deve ter atendido às pessoas de Uauá, os outros deputados, também, estão atendendo às lideranças de todo o interior da Bahia.

Hoje, a frequência de lideranças é muito grande nesta Casa. E o fato de os deputados não estarem presentes em Plenário não significa que os deputados não dão importância aos projetos que serão votados.

Por isso, chamamos todos os deputados, neste momento, para registrar as suas presenças, pois há um pedido de verificação de quórum solicitado pelo deputado João Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a, também, será atendido, deputado Carlos Brasileiro.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Srs. Deputados e Srs. Deputadas, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados João Carlos Bacelar e Carlos Brasileiro. Srs. Deputados, que estão na sala do cafezinho, em seus gabinetes e nas dependências deste Poder, dirijam-se ao plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Solicito zerar o painel e marcar os 15 minutos regimentais.

(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Está estabelecido o quórum.

Com a palavra o Líder do Governo ou do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador.

ORDEM DO DIA00

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para discutir o parecer do projeto de lei nº 20.424, deputado Leur. (Pausa)

PROJETO DE LEI Nº 20.424/2013

Altera dispositivos das Leis nº 8.261, de 29 de maio de 2002, nº 12.603, de 03 de dezembro de 2012, e nº 12.818, de 24 de maio de 2013, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 55 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 - Para o desenvolvimento das atividades complementares deverá ser reservada 1/3 (um terço) da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5º a 8ª séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio, na forma estabelecida no Anexo VII desta Lei.”

Art. 2º - Fica acrescido o inciso XII ao art. 71 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, com a seguinte redação:

“Art. 71

-
.....

.....

XII - readaptação funcional.”

Art. 3º - O Anexo VII da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002,

passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 4º - O art. 3º da Lei nº 12.603, de 03 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“**Art.** **3º**
-
.
.....
.....

Parágrafo único - Não se aplica ao servidor afastado para exercício de mandato eletivo em entidade sindical o disposto no inciso II deste artigo.”

Art. 5º - O art. 26 da Lei nº 12.818, de 24 de maio de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“**Art.** **26**
-
.....
.....

Parágrafo único - Ficam reajustados em 3,765% (três vírgula setecentos e sessenta e cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2013, os vencimentos básicos dos ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, não abrangidos pelo disposto nos incisos I a XI do *caput* deste artigo.”

Art. 6º - Fica acrescido ao Anexo III da Lei nº 12.818, de 24 de maio de 2013, tabela com os valores dos símbolos dos cargos em comissão de Secretário Escolar, Vice-Diretor e Diretor, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 7º - Enquanto não for implementada a distribuição da carga horária na forma estabelecida no art. 55 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, com a redação dada por esta Lei, a carga horária destinada para atividade complementar poderá ser remanejada para atividade em sala de aula, no limite máximo de 02 (duas) horas/aula, observada a necessidade do ensino, hipótese em que será paga ao professor da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Gratificação em valor nominal.

§ 1º - A Gratificação prevista no *caput* deste artigo será calculada segundo o Anexo III desta Lei.

§ 2º - Após a implantação da distribuição da carga horária na forma estabelecida no art. 55 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, o remanejamento previsto no *caput* deste artigo somente poderá ocorrer em casos excepcionais, e desde que o professor já tenha ultrapassado o limite máximo de aula extraordinária estabelecido para a jornada de trabalho a que estiver submetido, condicionada à autorização do Governador do Estado, ouvido previamente o Conselho de Política de Recursos Humanos - COPE.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto nos arts. 5º e 6º, que produzirão efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2013, e no art. 7º, cujos efeitos financeiros retroagirão a 1º de abril de 2013.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO PROFESSOR

JORNADA OBRIGATÓRIA		PROFESSOR 20 HORAS				
Clientela	Regência de Classe	Atividade Pedagógica		Regência de Classe		
		Na UEE	Livre Escolha		Na UEE	L i v r e E s c o l h a

Educação Especial e Séries iniciais do Ensino Fundamental	20 horas semanais	---	---	40 horas semanais	---	- - -
Séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	13 horas semanais	05 horas semanais	02 horas semanais	26 horas semanais	10 horas semanais	0 4 h o r a s s e m a n a i s

ANEXO II

CARGO EM COMISSÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/07/2013

Cargo	Símbolo	Nível	Vencimento
Secretário Escolar	SP	-	678,00
	SM	-	747,57
	SG	-	790,22
	SE	-	959,12
Vice-Diretor	VP	1	711,93
		2	747,57
	VM	1	804,45
		2	856,83
	VG	1	971,88
		2	1.150,95
	VE	1	1.214,86

		2	1.304,39
Diretor	DP	1	1.023,07
		2	1.150,95
	DM	1	1.457,86
		2	1.713,63
	DG	1	1.943,79
		2	2.301,87
	DE	1	2.429,75
		2	2.608,78

ANEXO III

CÁLCULO DA GRATIFICAÇÃO

01 HORA/AULA REMANEJADA SEMANALMENTE PARA ATIVIDADE EM SALA DE AULA

VALOR DA HORA/AULA x COEFICIENTE DE 3,94
--

02 HORAS/AULA REMANEJADAS SEMANALMENTE PARA ATIVIDADE EM SALA DE AULA

VALOR DA HORA/AULA x COEFICIENTE DE 3,94 x 02

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):-Para discutir o parecer do projeto de lei nº 20.424, deputado Leur Lomanto. (pausa)

Na ausência, com a palavra o deputado Bruno Reis. (Pausa)

Na ausência, com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, estou tentando falar com V.Exª que permutei o horário com ele. Deputado Leur Lomanto está na sala do cafezinho, eu disse que iria utilizar. Eu avisei a V.Exª que permutei com ele.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Gaban, V.Exª, que por sinal já foi presidente desta Casa e a dirigiu com muita competência, sabe que é necessário que os dois deputados confirmem qualquer permuta.

O Sr. Gaban:- Deputado Leur, eu disse que V.Exª trocou de horário comigo. V.Exª confirma? ... Está aí, eu falei desde o primeiro momento para V.Exª.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Gaban, eu chamei por duas vezes o deputado Leur. Já chamei o deputado Leur, o deputado Bruno, o deputado Sandro, vou agora chamar o quarto orador que é V.Exª.

O Sr. Gaban:- Presidente Nelson Leal, V.Exª me permite?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Permito.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a pode consultar o sistema de som, pode consultar as taquígrafas, desde que V.Ex^a indicou o deputado Leur, eu disse “eu troquei, presidente”. Ele está aqui para comprovar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Mas agora já não pode, deputado Gaban, V.Ex^a sabe disso.

O Sr. Gaban:- Sabe o que vai acontecer, presidente? Nós iríamos obstruir apenas o primeiro projeto; agora vamos obstruir todos que serão votados. Deputado Elmar Nascimento, vamos, a partir de agora, obstruir todos os projetos. Tínhamos acertado obstruir apenas o primeiro. Já que é assim, vamos obstruir todos a partir deste momento. Já antecipo que vamos votar favoravelmente aos três projetos dos professores, mas vamos obstruir todos. E começa comigo obstruindo como o primeiro orador.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Meu caro presidente, deputado Nelson Leal, apenas a título de esclarecimento, me inscrevi para fazer a discussão desse projeto na terça-feira passada. Infelizmente, a sessão encerrou naquela terça-feira sem que iniciássemos o processo de discussão desse projeto.

Eu nem sabia que minha assinatura ainda estava para inscrição a fim de discutir esse projeto hoje novamente. Eu havia feito um acordo com o deputado Gaban no sentido de que eu iria sair e, se necessário, o deputado Gaban falaria no meu lugar e eu falaria mais à frente.

Pediria a V.Ex^a, se for possível, trocar com o deputado Gaban para não perder, porque tenho interesse de me inscrever e falar novamente. Se não for possível, entendo e acato a posição, e iremos discutir os projetos que serão apreciados após esse.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Leur e deputado Gaban, V.Ex^{as}, ambos meus amigos, eu gostaria muito de atender à solicitação de V.Ex^{as} mas, infelizmente, não posso pois não fui comunicado, só por causa disso, presidente.

O Sr. Gaban:- Me permite?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Permito, sim.

O Sr. Gaban:- Carlos está aí, ele que, como outros funcionários, deste Parlamento e da história do Legislativo, e é ele que tem assessorado praticamente todos os presidentes que já passaram por esta Casa. Solicito que V.Ex^a averigue, porque eu acredito – Carlos pode confirmar ou não – que é a praxe nesta Casa fazer a troca, não obrigatoriamente estão os dois juntos. Até porque nós temos fé de ofício! Dentro do Parlamento, se a palavra de um parlamentar não tiver validade, o que é que vale, Sr. Presidente? É nesse sentido que eu solicito a V.Ex^a que consulte. Só quero que V.Ex^a consulte! Se o Sr. Carlos, que é quem assessora, disser: “Não, tem de estar os dois que fizeram sempre.” Nunca chegou para falar: “Olha, troquei o horário”. Se estiver em vigor, não tem problema, eu acato. Só peço a V.Ex^a que faça isso. Só isso!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Deputado Gaban, só quero ajudar.

Quando V.Ex^a pediu a questão de ordem, eu já tinha terminado de chamar o deputado Sandro Régis. Eu já tinha determinado!

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero apenas dizer ao presidente da Casa o seguinte, não há objeção da Bancada do governo. Deputado Gaban, queremos que isso se resolva de forma tranquila, porque, caso contrário, ficaremos nessa celeuma sem necessidade. Está tranquilo. Da nossa parte, aceitamos.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero apenas esclarecer um ponto, a discussão se refere ao parecer ou ao projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Ao parecer.

O Sr. Paulo Azi:- Sendo assim, não foram abertas as inscrições para discutir o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Não, é apenas o parecer!

O Sr. Paulo Azi:- O deputado Leur Lomanto Junior pode se inscrever para discutir o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Pode! É apenas o parecer, deputado Gaban! V.Ex^a entendeu?

O Sr. Gaban:- Sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, hoje, para mim, para esta Casa e para a Bahia, é um dia extremamente importante, porque estamos discutindo o que ocorreu em 2008. A situação que temos hoje na Bahia é fruto do ocorrido em 2008, é fruto do descontrole financeiro alertado esse exaustivamente pela Oposição.

Gostaria apenas de relembrar algumas manchetes da época: jornal *A Tarde* “*Contas de Wagner sob suspeita*”; *Política Livre* “*No vermelho*”; jornal *A Tarde* “*Crime. Relator rejeita contas do governo.*”; jornal *A Tarde* “*Houve uma pirotecnia, diz petista*”. Eu sempre digo que parece que os discursos são gravados, deputado Zé Neto, porque V.Ex^a utiliza os mesmos argumentos e termos do deputado Waldenor Pereira. A mesma pirotecnia que defendia Waldenor Pereira, V.Ex^a também utiliza nos seus discursos. Na coluna *Tempo Presente*, jornal *A Tarde*, o jornalista Levi Vasconcelos escreveu: “*De alma lavada. O deputado Carlos Gaban passou de atento espectador para ferrenho torcedor do relatório de Pedro Lino sobre as contas do governo Wagner.*” Aliás, eu fui lá assistir o parecer do conselheiro Pedro Lino, e o jornalista disse que eu fiquei de alma lavada. Quarta-feira, 03/06/2009, grupo *A Tarde*, “*Motivos. Alteração artificial. O parecer prévio das contas do governo Wagner contradiz informação do Estado e aponta alteração artificial da contabilidade.*” – estou lendo trechos apenas – “*Estorno. O fato mais grave relatado pelos auditores do TCE é um estorno de R\$ 250 milhões de empenhos realizado em*

2008. Tal valor foi reservado e contabilizado como liquidado. Ou seja, o Estado reconheceu que os serviços prestados já mereciam pagamento. Faltava apenas a última operação contábil, que é o pagamento, quando as previsões de pagamento foram retiradas das contas do governo.” Vermelho, a operação de estorno é parte de uma operação que, segundo relatório, serviu para o Estado alegar que terminou o ano no azul, com 844 milhões disponíveis. No entanto, os auditores do TCE indicam, em 31 de dezembro de 2008, que o caixa do governo era negativo, de 375 milhões. Olha, 844 milhões de superávit e na realidade 375 milhões de débito.

Verbas da União – utilização de recursos vinculados, detectava e anunciava o jornal A Tarde na época. Reda – aumento do Reda, como a gente vem ano a ano denunciando. Dívida fiscal líquida – segundo o parecer prévio, apresentado por Pedro Lino, o governo não cumpriu a meta para reduzir a dívida fiscal – DFL. Ela era de 695 milhões e, ao invés de diminuir, aumentou em 162 milhões e chegou ao final do ano em 857 milhões.

Quarta-feira, no grupo A Tarde, Carlos Martins disse que cumpriu Lei de Responsabilidade Fiscal. Quero dizer que desde 2008 é discurso mesmo do governo. Não adianta conselheiros relatarem o ocorrido. O discurso e os termos utilizados pelo antigo líder, Waldenor, e pelo atual líder, Zé Neto, são os mesmos.

A primeira pergunta que se faz é: estão querendo enganar a quem? Será que esse engano que tentaram passar para a população da Bahia e para a base do governo, como é que ficam agora quem deu essas informações erradas, contraditórias e defasadas? Balanços fraudulentos, será que isso foi bom para a Bahia? Será que se tivesse atentado as nossas denúncias ou no mínimo acatassem o que estava dizendo o Tribunal de Contas do Estado, a situação do Estado seria hoje de pré-falência? Será que a Bancada do Governo agiu certo a não dar fora em nenhuma sessão da Comissão de Finanças e Orçamento para analisar, julgar e debater esses sistemas?

Meu caro presidente Sandro Régis, quero aproveitar para parabenizá-lo e dizer que estou extremamente satisfeito, deputado Sandro Régis, que V.Ex^a, dia 25 próximo, na sede do DEM, assinará a ficha de filiação do nosso partido, o que nos orgulha muito, pela forma combativa, séria e serena que V.Ex^a tem exercido seu mandato aqui no Poder Legislativo. Seja muitíssimo bem-vindo ao nosso partido DEM.

Mas eu perguntaria, meu caro presidente, deputado Sandro Régis, será que ser leal ao governo é apenas dizer sim? Ou lealdade se configura quando aquele que é verdadeiramente leal apresenta ao governo as falhas que ele está tendo para dar tempo de corrigi-las? Será que um governo, que se diz democrático e republicano não deveria desde 2008, se o Tribunal assim relatou, se a Oposição desde lá vem combatendo isso, será que não deveria o governador desconfiar pelo menos do secretário da Fazenda, Carlos Martins? Está certo que foi tesoureiro da campanha dele, mas as coisas não podem ser confundidas. Gestão não se pode agir com o coração, tem que agir com a razão, tem que colocar pessoas competentes nos seus devidos lugares. Aqueles que queiram ser apadrinhados dê um cargo de assessoria, um cargo qualquer.

A Bahia é recordista do Nordeste em número de cargos de confiança. É o segundo estado do Brasil recordista em números de cargos de confiança. Daria para Carlos Martins um cargo desses. Mais do que justo! Trabalhou, ralou na campanha, foi atrás dos empresários para pedir dinheiro, como sempre em toda campanha tem aquele que fica responsável pelo caixa. É natural, mas dá a ele um cargo de secretário da Fazenda? Pegar o Estado da Bahia, que sempre foi referência nacional em termos de Secretaria da Fazenda... Era um exemplo para outros Estados da Federação.

A Bahia, em 2007, quando o Exmº Sr. Governador Jaques Wagner assumiu, representava 5% do ICMS nacional. Com a administração desastrosa do Sr. Carlos Martins, a participação da Bahia no ICMS nacional vem caindo ano a ano. Essa, que é a principal arrecadação do nosso Estado, chegou ao nível de 4,4%. Mesmo com a falta de gestão do governo, com esse apadrinhamento, com esse conchavo político feito pelo governador com aqueles que aderiram ao seu governo, se se tivesse mantido o patamar de 5% que o Sr. Carlos Martins encontrou, a Bahia teria arrecadado de 2007 para cá R\$ 7 bilhões a mais. Ele deu 11 secretarias para esses adesistas, mesmo com todos esse desmancho, com essa falta de responsabilidade até com a gestão e com as contas públicas.

Esse faturamento, deputado Luciano Simões, de R\$ 7 bilhões a mais, cobriria até esse rombo de R\$ 2,6 bilhões. Nós votamos favoravelmente ao Refis porque reconhecemos a péssima situação financeira e não queremos que o Estado continue sem poder de investimento, não queremos. Verificamos que o governo, nos sete primeiros meses deste ano, investiu apenas 7,7%, quando deveria ter investido, no mínimo, em torno de 50%, mas está quebrado.

V.Exª, deputado Luciano Simões, traz hoje um relato nominando as empresas que são credoras do Estado. Empresas que prestaram serviços e não receberam. Eu, particularmente, preocupo-me com esse trânsito caótico de Salvador e imagino que esta é a preocupação de todos os parlamentares. A primeira empresa que V.Exª citou hoje é responsável pelas obras da passarela do Imbuí e da Pinto de Aguiar. Essas duas grandes obras vão ajudar a melhorar o tráfego dos veículos, evitando os constantes engarrafamentos. É um tormento!

Estou morando na Paralela e, quando vou para a área do Iguatemi, digo que vou para a cidade, porque a demora é muito grande. Em tempos normais, iríamos para Feira de Santana com o mesmo tempo que gastamos nesse percurso. Saindo daqui, um pouquinho para a frente – estou aqui no Le Parc –, para chegar até o Iguatemi, gasto uma hora, uma hora e meia, é o normal. Dava para ir a Feira de Santana!

Uma das empresas responsáveis por melhorar o tráfego, nessa região do entorno da Paralela, está prestes a quebrar, e consegue ter a coragem de anunciar. Por quê? No desespero. Ao pedirmos o nome dessas dezenas de empresas que nos têm procurado, elas se recusam a dar o nome, com medo de o governo não efetuar o pagamento dos serviços prestados. Mas não pagar o direito que tem? Vai esperar quebrar?

Ficamos extremamente preocupados. E fico mais preocupado ainda quando

vemos a Fundação José Silveira receber R\$ 531 milhões sem licitação, só na Sesab, R\$ 423 milhões, que, somados com mais R\$ 107 milhões e pouco da Fundac, são R\$ 531 milhões. Que milagre tem essa Fundação José Silveira? Mas que descontrole tem esse governo! Por que ele desrespeita um decreto federal que exige que o gestor público providencie um concurso público para dar oportunidade àqueles que, na maioria dos casos, sobretudo, aqui no Nordeste, com muito sacrifício de seus pais, conseguem pagar um curso técnico profissionalizante ou conseguem, num caso muito menor, pagar uma universidade? Às vezes, se endividam para dar a seus filhos a oportunidade de terem um futuro melhor, porque a maioria não teve essa oportunidade, porque não pôde frequentar uma boa escola.

Hoje, temos mais universidades na Bahia. Não é preciso os estudantes todos irem para o Sul do País. Agora, os pais se sacrificam, pagam, endividam-se, o estudante se forma, mas não tem um concurso público no Estado. Gasta-se uma fábula dessas apenas com a Fundação José Silveira, fora os REDAs e os PSTs. Não há bom senso.

Tem horas que não consigo entender e não posso concordar que entre em vigor um decreto do governador, fazendo contingenciamento de despesa de 15% linear nas secretarias, mais um decretão para diminuir custos, continuam saindo os contratos normalmente. Da Fundac saíram 37 milhões, para a José Silveira, como a Sesab já é acostumada; saiu da CAR, contratando motorista, saiu patrocínio. Até vi na televisão: bonito, artista baiano fazendo forró lá em Nova Iorque! Foi destinado patrocínio para um outro grupo de artistas que recebe milhões e milhões. Não conheço um artista, e é justo, que não esteja milionário. Todos têm seus aviões particulares. Esses famosos que têm seus aviões particulares, em plena crise, em pleno decreto do governador Jaques Wagner, estão sendo financiados para fazer show em Nova Iorque e em Paris. Será que esse decreto é para valer ou para inglês ver? Não dá para entender.

Hoje, o MST disse que na Bahia... e quase invadiu hoje... aí é errado. Hoje já fiz pronunciamento sobre isso. Não concordo que ele invadam o prédio da Segurança Pública do nosso Estado, tem que ter autoridade nesse momento.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- V.Ex^a está inscrito, deputado Luciano.

Seria um escândalo nacional o MST invadir o prédio onde o secretário de Segurança Pública fica. Agiu corretamente o subsecretário Ari, mas os próprios líderes do movimento disseram que estavam protestando, e estavam acampados até depois do almoço, na frente do prédio da Secretaria. Podem se manifestar ordeiramente, não atrapalha o tráfego, não atrapalha nada, acho que a manifestação tem que ser em frente ao órgão que está desrespeitando os seus direitos. Mas o que eles disseram? “A Bahia é o Estado da Federação que menos teve assentamento de terra no Brasil.” Então, a Bahia, sempre, em último lugar.

Concedo um aparte ao deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Gaban, quero parabenizá-lo pela coragem que V.Ex^a tem de chegar a esta tribuna e elogiar, aqui, o comportamento legal do secretário de Segurança Pública e do subsecretário que, evitando um dano moral ao

Estado, exerceu o que o código penal prescreve, que é o *desforço incontinenti*. Na propriedade pública, também, é cabível a aplicação desse dispositivo. Estão de parabéns os gestores da Secretaria de Segurança Pública que, evitando um dano ao erário, um dano moral à posição que aquela Secretaria representa no contexto do Estado, não deixaram que o mal acontecesse na manhã de hoje no Estado da Bahia.

O Sr. GABAN:- Muito obrigado, deputado Luciano. Agradeço e incorporo o pronunciamento de V.Ex^a ao meu pronunciamento. Seria mais um fato lamentável para a Bahia, sem precedentes no Brasil o prédio da própria Secretaria de Segurança Pública ser invadido. Agiu certo.

Mas isso mostra a insatisfação. Vimos uma matéria paga do Sindsefaz, no jornal *A Tarde*, quase meia página, no domingo. O que eles diziam? Que o Refis foi aprovado de maneira açodada. Olhem que o Sindsefaz sempre defendeu Carlos Martins e é o braço direito e esquerdo do governo, criticando a forma açodada com que o governo aprovou. O que o Sindsefaz fala? Que deveria ampliar o leque das categorias que deveriam ser prestigiadas, que pelo menos deveriam ter a oportunidade, vamos assim dizer, de pagar seus débitos. Quantos e quantos carros vemos, meu caro deputado Paulo Rangel, o Detran apreender porque estão trafegando sem que os donos tenham pago o IPVA? Por que o Estado não deu oportunidades para eles? Por que o Estado, nesse Refis, como diz o SindSefaz...

Parece que era o nosso discurso, da Oposição, naquela obstrução em que fomos até as 4h30min, mostrando que o Estado não perderia nada, mas beneficiaria uma gama bem maior de pessoas que, às vezes, por estarem desempregadas...

Nesses 7 anos de governo Wagner nenhum média empresa se instalou aqui, na Bahia. Não quero grande, não! Ô, que inveja, no bom sentido, que tenho de Pernambuco!

Na época de Antonio Carlos Magalhães, a porta de entrada dos investimentos no Nordeste era a Bahia. O que sobrava ia para Pernambuco e Maranhão. Hoje, a situação se inverteu, e estamos pagando por falta de gestão. A porta de entrada dos investimentos no Nordeste é Pernambuco; a segunda porta é o Maranhão. O resto vem para a Bahia. Não pode isso!

A indústria têxtil, que gerou em torno de 5 mil empregos diretos, foi para lá, apesar do potencial que temos. Poderíamos estar reformando o nosso porto aqui, que está defasado. Lá existe um porto novo, indústria de refino de petróleo nova, e com uma posição geográfica muito mais favorável em relação à Europa do que a Bahia. Imaginem, eles, com um porto mais moderno, com uma indústria de refino de petróleo muito mais moderna que a nossa, qual será o prejuízo para a nossa economia daqui a alguns anos?

Finalizo, meu caro presidente, dizendo: li na imprensa, e espero que não seja verdade – já pedi para o nosso advogado preparar uma ação civil pública e criminal se for verdade – o que está sendo anunciado aí, que o governador está tentando renegociar a antecipação dos *royalties* do petróleo dos próximos 10 anos para tapar o rombo nas contas, fruto da falta de administração do governo. Não pode o governador querer tapar o buraco que deixou, de R\$ 2 bilhões e 600 milhões, antecipando a

arrecadação de dois futuros governos. Isso seria um crime!

Se o Tribunal de Contas não faz a sua parte, eu farei a minha, defendendo os interesses da Bahia e defendendo quem vai governar a Bahia nos próximos 8 anos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos discutindo o parecer conjunto das “Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao projeto de lei nº 20.424/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual altera dispositivos das Leis nº 8.261, nº 12.603 e nº 12.818, na forma que indica, e dá outras providências”.

E o que diz o parecer?

(Lê):- *“O projeto que ora passo a relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão Plenária, enviado à Assembleia Legislativa pelo Exm^o Sr. Governador do Estado, destina-se a promover alterações nas Leis nºs 8.261/2002, 12.603/2012 e 12.818/2013, 'estabelecendo que 1/3 (um terço) da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5^a à 8^a séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio deverá ser reservado ao desenvolvimento das atividades complementares em consonância com o disposto no § 4º da Lei Federal nº 11.738, de 16 julho de 2008...”* – que altera a lei que estabeleceu o piso salarial no Brasil – *com a possibilidade de remanejamento de até 02 horas das sobreditas atividades complementares ao desenvolvimento de atividades em sala de aula, observada a necessidade do ensino, sendo criada gratificação mensal para pagamento”, conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que “a medida prevê que os Professores em readaptação funcional passaram a perceber a Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe e os servidores da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio afastados para o exercício de mandato eletivo em entidade sindical, poderão participar dos processos de promoção realizados nos anos de 2012 e 2013.”*

As alterações propostas estabelecem, também, a majoração em 3,765%, a partir de 1º de julho de 2013, dos vencimentos básicos dos ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631/2003 que não tenham sido contemplados pela alteração remuneratória prevista nos incisos I a XI da Lei nº 12.818/2013.

“Por fim, cabe registrar que as alterações ora propostas deverão gerar um acréscimo de despesa da ordem de R\$ 28.064.438,00 em 2013 e de R\$ 38.925.118,00 2014.

Trata-se, portanto, de matéria de relevante interesse público por quanto vem introduzir melhorias nos padrões remuneratórios e de qualificação para a categoria

dos professores que é, sem dúvida, uma das mais importantes carreiras de servidores públicos, além do reajuste dos servidores do extinto CEPED não alcançados pela Lei nº 12.818/2013.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2013.”

Srs. Deputados, trata-se de uma lei para inglês ver, repito, trata-se de uma lei para inglês ver! O que nós devemos exigir do governo do estado? A nomeação de professores em número suficiente para que a lei de um terço seja cumprida para que o professor tenha descanso, para que o professor possa planejar as suas atividades, para que o professor possa estudar, para que o professor possa sair de uma carga horária desumana em sala de aula.

Mas este governo é perverso para com os professores! Este governo é o que mais tem maltratado os professores baianos haja vista que, no ano passado, tivemos uma greve de mais de 120 dias. Uma greve de 120 dias mostra que, na Bahia, a educação do filho do trabalhador não é prioridade nenhuma!

Duvido do fato de que os deputados tivessem convivido com 120 dias de greve dos professores caso eles tivessem filhos ou netos matriculados em escolas públicas! Mas como se trata da educação do filho do trabalhador, não estavam interessados o Poder Executivo, ou seja, o governador e a Secretaria de Educação.

Primeiro, este desinteresse se expressa neste projeto de lei que chegou aqui, deputado Gaban, no dia 20 de agosto! Nenhuma comissão da Casa se reuniu para discutir, para chamar os professores, para discutir a situação da educação na Bahia, porque aqui tudo é na base do rolo compressor. Não vêm, não discutem, não defendem o governo, porque o governo, pelas suas atitudes, é indefensável. E, aí, atropelando, vem para se votar mais um projeto de lei. Todos, todos, deputado Euclides Fernandes, votados sem se discutir nas comissões. Eu fico a me perguntar: para que servem as comissões nesta Casa? Um terço, a reserva de um terço da carga horária do professor está na lei federal com a finalidade de liberar o professor para pesquisa, de liberar o professor para o estudo, de liberar o professor. Volto a dizer da estressante e desumana carga horária à qual é submetido. Mas, inclusive, a nobre relatora deputada Kelly, a próprio deputada Kelly, foi traída pela consciência. No seu parecer, vejam o que a deputada diz: “Trata-se, portanto, de matéria de relevante interesse público porquanto vem introduzir melhorias nos padrões remuneratórios para a categoria dos professores.”

O governo, deputada Kelly, não dá o aumento e burla a lei federal. Porque a lei federal não manda pagar duas horas não. A lei federal manda que o professor saia da sala de aula. E pagar as duas horas, não vai compensar a saída do professor. O governador não teve o interesse de dar um aumento digno aos professores do Estado da Bahia e fica agora dizendo que está cumprindo a carga horária de um terço! Fica com um desvio, um subterfúgio.

O que é que o professor do Estado deve fazer? Receber, sim, essa gratificação, mas a partir do outro dia da sanção da lei, tem que estar nas ruas exigindo que seja respeitada a lei de um terço. Aí, sim, nós poderemos ter uma educação de qualidade, caminhar para uma educação de qualidade. Aí, sim, nós poderemos dizer que a Bahia está cumprindo a lei federal. Agora, não. Está parecendo e fica parecendo para a população que é um projeto bonzinho, que é um projeto inovador, que é um projeto que vai melhorar a qualidade da educação na Bahia, quando, na verdade, é um projeto que continua colocando a categoria dos professores como uma categoria subalterna, como uma categoria sem importância, como uma categoria que não é objeto da preocupação do governador.

Deram 5% de aumento divididos, escalonados, fora da data-base. Agora, inventam essa solução. Não deixa de ser uma solução inteligente para ludibriar a boa-fé dos professores, dos pais dos alunos, dos alunos, porque, volto a dizer, ela não vai ao encontro do espírito da lei federal, salvo engano, de iniciativa do eminente ilustre senador Cristóvão Buarque. É isso. E, aí, vendem para a imprensa baiana, para a sociedade baiana, que estão cumprindo a lei. De maneira nenhuma!

Continua o Governo do Estado sendo o inimigo número um dos professores. E tenho certeza que a categoria aceitou isso em função dos seus reduzidos salários, do salário de fome, do salário que não incentiva mais a nenhum jovem a ingressar na carreira do Magistério, a fazer Pedagogia. Porque na Bahia, onde todo absurdo tem precedente. A política do Governo do Estado na área de educação é um programa de alfabetização de jovens e adultos, é um desvirtuamento de uma política. Aqui, em lugar do Governo do Estado investir na criança, daquela que está ingressando nas primeiras séries, de investir na alfabetização das crianças, investe num tal de um Topa e dizem que já alfabetizaram mais de um milhão de pessoas. Só na propaganda do Governo da Bahia! Porque, na realidade, a Bahia é o oposto da propaganda do Governo.

Quem entende de educação, e a deputada Kelly entende, sabe que seria impossível neste período, com as dificuldades que a educação de adultos têm, com as dificuldades da educação de adultos, alfabetizar-se um milhão e duzentas mil pessoas. Aonde? Aonde? Usasse esse dinheiro dessa propaganda, desses *outdoors*, vendendo uma imagem diferenciada da realidade, usasse para financiar a educação, usasse para melhorar o salário dos professores. Se sabemos que na rede pública em função das condições físicas, não conseguimos alfabetizar uma criança de 8 anos, 75% das crianças chegam no 5º ano analfabetos. É o Topa de Wagner que vai alfabetizar os jovens e os adultos na Bahia? Só na propaganda do Governo da Bahia!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Com o aparte o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado João Carlos Bacelar, queria parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que faz no início da noite desta terça-feira, e V.Ex^a está tratando a questão da educação. Gostaria de falar para V.Ex^a, e para os demais deputados, que temos um exemplo muito próximo da cidade de Salvador, que é o

município de Mata de São João, onde o ex-prefeito João Gualberto fez um belíssimo trabalho na questão da educação até a 5ª série. O trabalho foi tão bem feito que acabaram as escolas particulares, não existe mais escolar particular naquele município. É um sinal de que o município está atendendo de forma muito boa a expectativa dos pais e dos alunos da cidade de Mata de São João.

Então, queria parabenizar V.Exª por chamar a atenção do Governo do Estado da Bahia e gostaria de dar como referência, quem sabe, o governo olhando para essa cidade aqui perto, Mata de São João, aprenda como fazer uma educação de qualidade. Muito obrigado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, deputado Adolfo Viana, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Realmente, V.Exª chama a atenção para o exemplo bem-sucedido que é o do município de Mata de São João, na área da educação, o melhor IDEB da região metropolitana, a melhor infraestrutura escolar. Enfim, uma proposta pedagógica avançada.

Quero também lembrar, já que V.Exª fala de um assunto municipal, a situação do professor de Salvador, com os salários muito superiores aos salários pagos pelo Governo do Estado da Bahia com aumentos que colocaram em 2 anos e 7 meses Salvador como o 2º melhor salário do Magistério no Brasil. Isso, sim, é dar prioridade à educação e não inventar. Da mesma maneira que usaram com a Polícia Militar e com a Polícia Civil durante todo esse desgoverno do PT, eles estão agora usando com os professores. Não têm a capacidade, a sensibilidade política, nem dão prioridade à política pública, e aí ficam inventando essas gratificações.

Essa lei que vamos votar hoje aqui, volto a dizer, o parecer da deputada relatora, por um lapso, por tê-la traído a consciência, chamo atenção para os aspectos financeiros da proposta. E a proposta de 1/3 não tem nada a ver com o aspecto financeiro. O que o professor precisa, deputada Kelly, é 1/3 da sua carga horária destinado à pesquisa e ao estudo.

V.Exªs, Srªs Deputadas e Srs. Deputados, conhecem a realidade de uma escola da periferia da cidade, o nível de violência a que esses professores estão submetidos, ameaças de morte, veículos destruídos. Será que o conjunto desta Casa sabe os desequilíbrios psicológicos a que uma grande parte dos professores está submetida por falta de uma política social mais ampla? Todos os problemas sociais se refletem e têm um rebatimento nas escolas, e é por isso que o professor precisa desta redução de 1/3 na sua carga horária. Não adianta, este projeto de lei significa que o governo não assume que paga mal ao professor e quer aqui encontrar uma saída.

Está dizendo, deputado Paulo Azi, que está cumprindo a lei de 1/3, mas não está cumprindo coisa nenhuma, é uma vergonha o atraso da Bahia na área da educação, e é por isso que este Estado está neste estado de coisas, é por isso que a desigualdade social aqui aumenta cada vez mais, e é por isso que o IDHM da Bahia, mesmo tendo crescido, não alcançou os patamares dos outros Estados porque aqui a educação é um caos, a educação não é prioridade no governo Wagner, o professor tem no governo Wagner o seu pior inimigo, essa é a triste realidade do Estado.

Este projeto, a que vou votar favoravelmente, não atende aos dispositivos da

lei federal de 1/3.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pela ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender ao pedido de verificação de quórum do deputado Leur Lomanto Junior, solicito que zere o painel e faça a contagem dos 15 minutos.

Aproveito também para convidar a todos os deputados que estão em seus gabinetes a comparecerem ao Plenário e registrarem as suas presenças, para que possamos dar continuidade a esta sessão de grande importância para a aprovação de projetos de lei do Executivo, como também do Tribunal de Contas dos Municípios e do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Há uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

Zere-se o cronômetro e marquem-se 15 minutos.

Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, que estão nos seus gabinetes, ou que estão despachando, há uma verificação de quórum para a continuação da sessão.

(Verificação de quórum.)

Restabelecido o quórum, há 21 Srs. Deputados presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson por 20 minutos. (Pausa.)

Na desistência do deputado Carlos Geilson, com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente, demais deputados presentes, este projeto de lei que acaba de ser apresentado, temos algumas restrições a ele, a lei que define o piso salarial também define que o professor tem que ter um terço do seu tempo disponível fora da sala de aula para que possa fazer o planejamento das aulas, as correções das tarefas e até estruturar melhor para oferecer melhores condições de aula a seus alunos.

Ocorre que o governo, não desejando ampliar o quadro de professores, quer buscar uma solução, pagando a esses profissionais um terço em dinheiro, sem permitir que eles possam fazer a preparação para que melhor possam levar conhecimento aos alunos das escolas públicas.

Isso, realmente, é um absurdo! Num País onde queremos elevar a educação, melhorar a qualidade de ensino nas escolas públicas, o governo está ao contrário: sobrecarrega o professor da forma que ele deseja, sem respeitar a lei, sem procurar

dar condições para que o professor possa levar a esses alunos um melhor conhecimento e que possam ter uma escola pública digna e merecedora do povo brasileiro e baiano. Isso significa que para se entrar numa faculdade, hoje, tem que existir as cotas para que os alunos das escolas públicas possam acompanhar os que estudam em escolas particulares.

Isso é uma falta de respeito, é uma falta de consideração, não só aos alunos, mas aos seus pais, aos professores que dedicam integralmente o seu tempo para melhorar a qualidade de ensino. Mas o governo não procura entender que apenas o dinheiro não é o suficiente. Temos que respeitar aquilo que é definido, estabelecido na lei.

Deveria abrir concurso para ampliar o quadro de professores, para dar ao professor o que ele realmente tem direito: condições para ensinar e transmitir melhor seus conhecimentos aos alunos.

Procura-se a forma mais prática, pagar 1/3 e sobrecarregar o professor de trabalho, causando estresse, cansaço e não permitindo que ele tenha mais tranquilidade para ensinar a seus alunos e leve um melhor conhecimento.

Isso significa que o nosso País continua a andar para trás, que o nosso Estado continua a perder espaço. Enquanto outros estados procuram atender a lei, o nosso sempre procura um jeitinho para burlar, para buscar uma solução que não é a melhor para o baiano.

Então, queremos que, nessa lei, os deputados procurem analisar, procurem ver o quanto está discordante, o quanto vai trazer de consequências e que ouçam, pelo menos, os professores e vejam, realmente, o que eles querem, se tempo para planejar, estruturar suas aulas e dar melhores condições de ensino a seus alunos ou receber um dinheiro e fingir que está ensinando.

Tenho certeza de que um professor que tem compromisso com sua profissão não quer dar uma aula com enganação, fingindo que está ensinando. Ele quer, realmente, transmitir tudo aquilo que tem de conhecimento, levar a seus alunos a sua bagagem, o seu cabedal, porque tenho certeza de que o orgulho desses professores é ver seus alunos, amanhã, numa faculdade, formados, desenvolvendo a profissão que foi iniciada porque esses professores deram oportunidades a eles.

Dinheiro não é tudo na vida. Tenho certeza de que esses professores ficariam muito mais felizes em ver esses alunos, num percentual bem maior do que hoje, passando no vestibular, ingressando numa faculdade. Para isso, os professores querem dar-lhes conhecimento para que sejam capazes de concorrer em igualdade com os alunos das escolas particulares.

Vocês podem analisar que na Universidade Federal, nas universidades públicas, hoje, a maioria dos alunos que lá ingressam são aqueles que podem pagar uma faculdade, mas passam porque tiveram um ensino numa escola particular planejada, mais desenvolvida. E essas vagas que poderiam ser de pessoas mais carentes são ocupadas por pessoas que têm condições de pagar uma faculdade. E o aluno da escola pública sempre fica sem oportunidade de estudar numa faculdade pública. Caso queira, tem que pagar a escola, pagar seu estudo, porque na

Universidade Federal ou nas universidades estaduais não terá condições de concorrer com alunos que estudam em escolas particulares.

Eu tenho um colega que fez uma pesquisa nas universidades e descobriu que 90% dos que passam na faculdade pública são pessoas que têm um bom nível intelectual e também financeiro, enquanto aqueles que não têm um bom nível intelectual e financeiro estão pagando sua faculdade com seu suor e sua luta, mas deveriam ter essa oportunidade, pois não têm condições de pagar uma faculdade pública, como a federal ou a estadual.

Então, queremos pedir aos deputados de Oposição em especial e também aos deputados de Situação que analisem esse projeto e procurem ver e analisar com mais cautela, com mais sensatez, ouvindo a classe, ouvindo os alunos para que possam fazer uma votação mais coerente, porque já basta de leis aqui aprovadas e inaplicáveis. O País está cheio de leis que são aprovadas e não são aplicadas no dia a dia, porque procuram atender, às vezes, as necessidades particulares, individuais e não coletivas. Então é preciso que o governo saia desse lado particular e busque o entendimento coletivo não só para os professores, mas também agregando os alunos neste momento em que eles precisam, realmente, elevar o nível intelectual em qualidade e conhecimento na escola pública.

Então, Srs. Deputados, agradeço a oportunidade e estaremos aguardando também que os outros possam, realmente, em especial os deputados de Situação, os professores, porque existe aqui muitos deputados que são professores, que façam suas análises com consciência, procurando fazer o seu voto com mais certeza daquilo que é melhor para os baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Herbert Barbosa por até 10 minutos (Pausa). Com a palavra o deputado Herbert Barbosa por até 10 minutos. Na desistência...

(O deputado Rosemberg Pinto interrompe o presidente)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a quer uma questão de ordem? Se V.Ex^a quiser, eu lhe concedo a questão de ordem. Agora, ou fala o presidente ou fala V.Ex^a.

Com a palavra o deputado Luciano Simões por até 25 minutos (Pausa). Com a palavra o deputado Luciano Simões por até 20 minutos.

Não havendo mais orador, encerrada a discussão do parecer.

Em votação no âmbito das comissões.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento: Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a uma verificação de quórum de votação no âmbito das comissões.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Exª será atendido.

Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender à questão de ordem do deputado Elmar Nascimento, solicitamos a presença dos deputados da base de sustentação do Governado Jaques Wagner que estão nos seus gabinetes ou nos corredores, que venham para o Plenário atestarem com suas presenças a continuidade desta sessão para que possamos votar os amplos e variados projetos de interesse do Governo da Bahia e, portanto, dos baianos. É preciso que se façam presentes para a verificação de quórum de votação nas comissões. Portanto, os deputados da Comissão de Orçamento, Constituição e Justiça, Defesa do Consumidor, Finanças e Comissão de Educação. Srs. Deputados dessas comissões, por favor, compareçam ao Plenário para registrarem suas presenças e também dar quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à chamada dos deputados da Comissão de Constituição e Justiça)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente. O tempo regulamentar é de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já abriu o painel, deputado. Já está aberto.

Dentro dos 15 minutos você faz a convocação. Se tiver o quórum, encerra, se não tiver, paciência.

O Sr. Paulo Rangel:- É porque eu interpretei aqui diferente. V.Exª pode chamar a segunda comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Claro que você pode chamar durante os 15 minutos, deputado. É óbvio, se faz a primeira chamada, a segunda e a terceira. Claro que pode.

O Sr. Paulo Rangel:- Tem 15 minutos. V.Exª pode até chamar a próxima comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Claro, quando tiver o quórum você encerra.

(O Sr. Presidente continua a verificação do quórum nas comissões).

Já há 5 deputados.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Elmar contou presente, não é isso? Porque o deputado Elmar foi o autor da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

(O Sr. Presidente verifica o quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já há número suficiente.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços.

(O Sr. Presidente verifica o quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já há quórum.

Comissão de Finanças e Orçamento.

(O Sr. Presidente verifica o quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já há quórum.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para discutir, com a palavra o deputado Elmar Nascimento por até de 20 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Apenas para pedir a correção do painel. Marcaram 10 minutos e são 20.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, consertem o painel. Pois não, deputado Elmar Nascimento. V.Ex^a tem 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, aqui está o projeto de lei encaminhado pelo Exm^o Sr. Governador do Estado que (Lê) “*altera dispositivos das Leis n^o 8.261, de 29 de maio de 2002, n^o 12.603, de 03 de dezembro de 2012, e n^o 12.818, de 24 de maio de 2013, na forma que indica, e dá outras providências*”.

A presente Proposição tem por escopo alterar dispositivos das leis supra referidas, estabelecendo que 1/3 (um terço) da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5^o a 8^a séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio deverá ser reservada ao desenvolvimento das atividades complementares, em consonância com o disposto no § 4^o do art. 2^o da Lei Federal n^o 11.738, de 16 de julho de 2008, com a possibilidade de remanejamento de até 02 horas das sobreditas atividades complementares ao desenvolvimento de atividade em sala de aula, observada a necessidade do ensino, sendo criada gratificação mensal para pagamento.

Além disso, a medida prevê que os Professores em readaptação funcional passarão a perceber a Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe e os servidores da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio afastados para exercício de mandato eletivo em entidade sindical poderão participar dos processos de promoção realizados nos anos de 2012 e 2013.

Por fim, as alterações propostas estabelecem que os ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3^o da Lei n^o 8.631, de 12 de junho de 2003, não abrangidos pelo disposto nos incisos I a XI do caput do art. 26 da Lei n^o 12.818, de 24 de maio de 2013, terão os seus vencimentos básicos majorados em 3,765% (três vírgula setecentos e sessenta e cinco por cento); a partir de 1^o de julho de 2013, além de acrescer tabela com valores dos símbolos dos cargos em comissão de Secretário Escolar, Vice-Diretor e Diretor ao Anexo III da Lei n^o 12.818, de 24 de maio de 2013.

As alterações de que trata esta Proposição gerarão acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2013 da ordem de R\$28.604.438,00 (vinte e oito milhões seiscentos e quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais) e, no ano de 2014, da ordem R\$38.925.118,00 (trinta e oito milhões novecentos e vinte e cinco mil cento e dezoito reais).

Conforme previsto no art. 79 da Constituição do Estado, solicito que, na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência, aproveitando para renovar, a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração”

Em primeiro lugar, quero registrar que a Oposição sempre vota a favor de projetos que beneficiam os servidores. E este projeto é uma conquista da classe dos professores que consegue que 1/3 do seu regime de trabalho seja reservado para os expedientes fora da sala de aula. Ou seja, o planejamento da hora/aula. Porque é sabido que nenhum professor consegue dar uma aula de qualidade sem que dedique parte do seu tempo de folga ao treinamento e planejamento das respectivas aulas. Portanto ele utiliza esse tempo na execução do trabalho que faz em sala de aula. Nada mais justo que seja abatido 1/3 desse tempo.

Como o governo não teria condição de suprir a quantidade de profissionais que precisariam ser contratados para cobrir essas horas que deixarão de ser ministradas aulas pelos professores, o governador pede autorização para pagar essas horas extras sob forma de gratificação. É uma medida até inteligente, do ponto de vista de que não precisará contratar novos profissionais. Apenas passar-se-á a remunerar as atividades extracurriculares dos professores.

A preocupação é de que os professores passem a trabalhar efetivamente mais que a jornada semanal que sempre foi uma reivindicação do professor que fosse de forma remunerada e oficial. A partir do instante que se vai contratando profissionais para suprir essa demanda de até 30%, o professor terá um decréscimo no seu salário. Já que irá incorporar a esse salário, esse tempo de 2 horas extras por dia. Num primeiro instante serão agregadas ao salário do professor, só que terá uma carga horária maior do que as 40 horas semanais. Quando voltar ao normal, ele terá uma redução do seu salário.

A outra questão, e vamos debatê-la muito daqui a pouco, é a preocupação com o momento que o Estado passa. É claro que quando um gestor encaminha um projeto dessa magnitude e com esse significado de benefício de pessoal, poderia a Oposição fechar os olhos e votar a favor, agradando o funcionário público. Mas um Estado que está com dificuldades financeiras altíssimas, onde o governador baixa um decreto de contingenciamento da ordem de 300 milhões, encaminha um projeto de Refis para captar recursos para sanar problemas iminentes do caixa do governo, utilizando também recursos de contas vinculadas do Estado que deveriam ser aplicadas em objetos específicos, seja de convênios ou de empréstimos, nos preocupa que seja concedido esse projeto. Porque o governo é perdulário, gasta muito mal. Não planeja os gastos.

Deputado Carlos Brasileiro, sei que V.Ex^a é a favor e eu também sou, vou votar a favor. Se tivéssemos a consciência de que o governo planeja a execução dos seus gastos, e V.Ex^a foi prefeito e sabe o que é isso, sabe muito bem o que é aumento de receita, mas o governo diz em sua Mensagem que essa proposição dará um acréscimo na folha de pagamento da ordem de 28 milhões e seiscentos, em 2013, e de 38 milhões 925, em 2014. Pergunto ao Líder, Vice-Líder e à Bancada do governo: de

onde vai sair o dinheiro para pagar? Poderia aqui de forma muito simples e clara apenas votar a favor e agradar a classe dos professores, repito. Mas a bola de neve está aumentando. As dificuldades financeiras num governo que não planeja, tapa-se o buraco de um lado e vê-se abrir do outro. E quando vemos o contingenciamento de cafezinho, de diária de servidor, cortando tudo quanto é tipo de cursos, de viagens de servidores, qualquer tipo de promoção, qualquer tipo de cessão de funcionários, ao mesmo tempo concede um aumento de salário merecido, mas eu acho que associado a esse aumento de salários deveria vir também algum tipo de projeto, de fusão de secretaria, de corte de cargos de confiança, correspondentes a esse incremento de despesa que vai ter de pessoal. Porque se já temos um problema no Caixa do Estado em que o governador determina ao secretário da Fazenda que faça um corte de 300 milhões para adequar o Caixa com o Estado, como é que se aumenta o gasto com pessoal sem previsão de onde é que vai se cobrir esse gasto? Aí é uma administração perdulária que não tem compromisso com as boas práticas modernas de gestão.

Assistimos esta semana, e o governador não reagiu, muito menos o secretário da Fazenda, coube ao vice-governador reagir laconicamente, a afirmação assertiva do presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia de que o problema do Estado não era de recursos, era de gestão.

E se nós formos fazer um levantamento de qual era a receita do último ano do governo de Paulo Souto para a receita atual do governador Wagner, é mais do que o dobro da receita, deputado Adolfo Viana. E o que é que justifica esse estado de aperto financeiro do governador? A falta de planejamento e falta de fazer o dever de casa. Senão vejamos. Eu não acho uma boa prática e entendo que, infelizmente, na democracia frágil que vivemos no nosso País, em que se fez uma Constituição de certa forma parlamentarista com regime presidencialista, não há governo que chegue na presidência da República, no Executivo estadual ou na Prefeitura que não tenha que montar um governo de coalizão, de apoio dos partidos para poder governar. E há duas formas de fazer-se isso: uma com as modernas práticas em que se faz um governo enxuto, com o mínimo possível de pessoal, priorizando-se os investimentos e contemplando a base parlamentar, seja na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, ou no Congresso Nacional, com obras para beneficiar as comunidades que cada um dos parlamentares representa; ou a forma nefasta, pior, que é aderir ao fisiologismo em que se incha a máquina do Estado, cria-se uma série de secretarias para não abrir mão do coração do governo, e aí se promove o inchaço de cargos em comissão, de cargos de confiança, de REDAs, com muito pouco retorno da prestação do serviço para a comunidade. E é essa a realidade que existe hoje, infelizmente, na Bahia.

De 19 secretarias do Estado, o governador ampliou para 31, manteve o coração do governo centralizado nas mãos do PT, nas mãos do seu partido, e dividiu nacos de poder criando capitánias hereditárias em cada uma das secretarias, não tendo nenhum resultado positivo a apresentar, essa é a realidade.

Vejo criar a Secretaria de Conselho Penitenciário, ou sei lá qual é o nome que deram a essa secretaria, a Secretaria de Relações Internacionais. Eu lhe pergunto:

qual o resultado que trouxe? Agora saiu o secretário Fernando Schmidt para presidir o Bahia e não supriram essa ausência dele, porque é uma ausência que não faz falta. Essa secretaria não faz falta nenhuma ao governo. O governo fica centralizado no Partido dos Trabalhadores, naquilo que importa, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria da Administração, Casa Civil. Pelo menos isso, que é o coração do governo, fosse mantido. Temos que admitir que na Saúde, bem ou mal, se tem um norte, porque tem sido conduzida desde o primeiro instante pelo secretário Jorge Solla, que é o responsável pelos sucessos e insucessos da secretaria.

Mas não se pode admitir que um estado vá bem quando se chega na Secretaria de Planejamento e se tem quatro secretários num mesmo governo. Começou com o secretário Roland, depois veio o secretário Zezéu Ribeiro, depois veio o secretário Walter Pinheiro e agora o secretário Sérgio Gabrielli, numa função essencial do Estado, que é o Planejamento. Mas pior do que isso é o que fizeram com a Fazenda. Não é possível que seja escolhido um gestor para a Fazenda para logo ser mudado. Aí colocam um secretário da Fazenda, o Sr. Carlos Martins, que não entendia nada de Fazenda, tinha sido delegado do trabalho, tesoureiro da campanha do governador Jaques Wagner e nunca teve relacionamento nenhum com a Fazenda. Não entendia do ramo e começou a criar a bola de neve que resultou nesse déficit estrondoso, monstruoso que existe no caixa do Estado. O governador deu graças a Deus quando o secretário Carlos Martins – porque o governador tem dificuldade de demitir os amigos – pediu licença para se candidatar a prefeito de Candeias. E, graças a Deus, o povo de Candeias não o quis, para que ele não fizesse com as finanças de Candeias o que fez com as finanças do Estado.

Aí nomeia um economista, um rapaz preparado, ligadíssimo ao Partido dos Trabalhadores, Dr. Luiz Petitinga, como secretário da Fazenda do Estado. Tenho que reconhecer, pelo menos ele era sincero, era verdadeiro e procurou acertar. Se não lhe foram dados os instrumentos para conseguir acertar, aí é culpa do governo, culpa do governador, mas ele procurou fazer o diagnóstico para acertar. E não há mistério, seja onde for, seja na administração de uma empresa privada, meu caro deputado Carlos Ubaldino, onde se gasta mais do que se arrecada o destina é a falência. Não tem outro jeito. Na hora que se vai definir o gasto com pessoal, a primeira coisa que tem que fazer é saber quanto arrecada. Não se pode estar votando plano de cargos e salários, estar votando aumento, estar votando seja o que for, sem saber qual o impacto. E, quando for votar, porque é justo que seja votado, fazer o corte em alguma coisa. Isso se chama planejamento, que infelizmente não tem no nosso Estado. Nem planejamento no âmbito das secretarias para priorizar investimentos e saber o impacto financeiro que terão cada um dos projetos que forem votados aqui com referência ao custeio, nem planejamento de desembolso da Secretaria da Fazenda.

O governador tinha que dar autonomia ao secretário da Fazenda, que tem a chave do cofre, para ele negociar a prioridade do desembolso financeiro com cada um dos secretários. De sorte, o Estado aqui não ficasse prejudicado do ponto de vista do cumprimento das suas obrigações financeiras. Vamos discutir daqui a pouco as

contas. Em 2008, já era alertado pelo relator das contas, conselheiro Pedro Lino, que o Estado tinha práticas criminosas em relação à contabilidade e à execução financeira, porquanto está gastando mais do que arrecada. E quando chegou no final do ano teve que criminosamente interferir na contabilidade, cancelando empenhos legítimos de quem prestou serviços financeiros, de quem prestou locação de serviços ou fez obras para o Estado e não tinham condição de receber porque não tinha respaldo financeiro suficiente do Tesouro na fonte 00.

Portanto, meus prezados companheiros, a Oposição vota favoravelmente ao projeto de lei nº 20.424 de 2013, que é um pleito antigo da categoria. Apenas fazemos questão de frisar que a falta de compromisso do governo com o planejamento financeiro do

Estado. Ao mesmo tempo, o governador encaminha um projeto que vai redundar num gasto, em 2013, da ordem de 2 mil e 28 milhões; em 2014, de 35 milhões do Estado. No mesmo instante em que faz um decreto de contingenciamento, era obrigação do governador demonstrar onde ele está botando uma despesa equivalente para fazer jus a esse aumento de despesa. É fácil, Sr. Governador. É só cortar os REDAs desnecessários, os PSTs desnecessários e as secretarias que não funcionam, e no ralo da corrupção desse governo teríamos como economizar esse recurso. Mas não aumentar a despesa dessa forma e que mostra mais uma vez a falta de planejamento e a falta de compromisso do governo.

Encaminho, Sr. Presidente, no sentido de a nossa Bancada votar favoravelmente à aprovação em atendimento ao pleito antigo e justo dos professores do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Para discutir o projeto de lei nº 20.424 de 2013, o deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, muitos dos senhores devem ter acompanhado através da imprensa o fato ocorrido no último sábado à noite, em que um bandido, um assaltante entrou na residência do meu avô, o ex-governador Lomanto Junior. E pasmem, Sr^{as} e Srs. Parlamentares. Meu avô reside no sexto andar de um prédio no Vale do Canela. O bandido entrou, deputada Ângela Sousa, escalando seis andares até a varanda do prédio onde conseguiu adentrar no apartamento, mas graças a Deus o enfermeiro que o acompanha diariamente impediu a sua entrada na área da sala de televisão que ficava logo após os quartos onde ele e minha avó dormiam.

Isso é para vocês terem uma ideia do nível de insegurança que estamos vivendo no Estado da Bahia e aqui na nossa cidade de Salvador. Nem dentro da nossa própria casa, deputada Laudano, temos segurança. As pessoas já andam com medo de saírem às ruas devido ao aumento da violência na nossa capital. Essa semana, à luz do dia, tivemos um assalto a um importante hotel da nossa capital, comprovando esse sentimento de insegurança vivido pela população de Salvador. Graças a Deus nada ocorreu ao meu avô e a sua esposa. O bandido conseguiu fugir naquela noite. Mas

hoje recebemos a notícia de que já foi preso o assaltante que tentou assaltar o apartamento onde mora o meu avô.

Quero dizer que a segurança pública, deputado Sandro Régis, é uma questão que vem, ao longo de anos e anos, agravando-se em nossa capital e em nosso Estado.

A capital, Salvador, que tem no turismo uma das suas principais atividades econômicas, infelizmente, vem sendo propagada e divulgada, cada vez mais, como uma das cidades mais violentas do Brasil. É preciso, meu caro amigo deputado Delegado Deraldo Damasceno, V.Ex^a que conhece profundamente a questão da segurança pública na Cidade de Salvador, que se tome uma providência.

Venho dizendo desta tribuna, em várias e várias oportunidades, que a segurança pública deve ser prioridade por parte de qualquer governo. Eximo, aqui, de culpa, deputado Rosemberg Pinto, os vários secretários que passaram pela Secretaria da Segurança, inclusive o atual, Dr. Maurício, que procura, dentre suas limitações, fazer um bom trabalho. Mas segurança pública não se faz sem dinheiro, sem aplicar bem os recursos em novas viaturas, armamento de ponta e o pagamento de salários dignos aos policiais civis e militares.

É dessa forma que o governo deve priorizar a segurança pública: enviando recursos para combater a violência, que, a cada dia, a cada hora, a cada momento, vem tomando conta da Cidade de Salvador.

E no interior do nosso Estado não é diferente. É só abrir os jornais e ver que a cada dia a manchete aponta: assalto a banco. Hoje, mesmo, houve um em Bom Jesus da Serra. Em todos os municípios da Bahia, praticamente, já ocorreram assaltos a bancos.

Digo e repito que é preciso priorizar a segurança pública em nosso Estado para que não aconteça o que está ocorrendo: a cada dia aumentam os índices de homicídios, de assaltos.

Deputado Adolfo Viana, com o *crack* invadindo o interior, o aumento do número de usuário de drogas em nosso Estado é assustador. Com relação às drogas, o desespero leva, muitas e muitas vezes, o usuário a roubar, a matar para poder sustentar seu vício.

Venho a esta tribuna para agradecer a todas as pessoas que nos telefonaram, solidarizando-se com meu avô, o ex-governador Lomanto Junior, pelo ocorrido.

Quero parabenizar e agradecer ao delegado responsável pelo caso, que se esforçou e em pouco tempo conseguiu solucionar o caso e prender o bandido, que hoje deu entrevista no programa do Bocão, deputado Paulo Rangel, dando risada. Disse ele: “Bocão, eu vou ser solto daqui a seis meses, um ano, e o próximo apartamento que eu vou escalar, que eu vou invadir, vai ser o seu”.

V. Ex^{as} imaginem a audácia desses bandidos, que não respeitam nem a polícia nem o Judiciário. Ele dizia: “Prepare lá um bobó de camarão que eu vou escalar o seu prédio. Irei comer o seu bobó e assaltar a sua casa”.

Veja a que ponto chegou o nosso Estado da Bahia, deputado Carlos Geilson. É triste presenciarmos e vermos a audácia dessas pessoas que estão, realmente, perdendo completamente o respeito pela polícia e pelo Judiciário do nosso Estado.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- V.Ex^a está inscrito, deputado Carlos Geilson.

Mas, tratando deste assunto, deputado Carlos Geilson, concederei um aparte a V.Ex^a. Sei que deseja abordar este tema. Depois, na oportunidade, abordarei outro tema neste meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao nobre deputado, querido amigo, representante legítimo da cidade de Feira de Santana, Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Leur Lomanto, V.Ex^a traz esse tema, que é a segurança pública em nosso Estado, e aborda um problema que aconteceu com uma pessoa tão querida da sua família, que é o seu avô, o ex-governador Lomanto Junior.

A ousadia dos bandidos é tamanha que desafia até o apresentador do programa de TV e de uma forma debochada. Isso é a certeza da impunidade. Se V.Ex^a fizer uma pesquisa, observará que na sua família não houve somente um membro assaltado. Em outras famílias, V.Ex^a pode constatar que todos os membros já foram vítimas de assalto. Isso tem sido um fato corriqueiro.

E o que faz o governo do Estado? Atado, mãos atadas, perdido, não encontra o cerne da questão para combater a violência. E essa violência chega a todos os grotões. Não pensem que é um problema que está restrito aos grandes centros.

O tráfico de drogas se espalhou. Aonde não chegou neste Estado a cocaína? Onde, em que cidade, em que localidade, não há um traficante, alguém comercializando maconha? E o que faz o governo do Estado? Nada.

A presidente Dilma, em campanha, falou da campanha contra o *crack*. Parece que o recado da presidente foi mal interpretado. Ela queria falar o craque de futebol, porque o *crack*, essa droga, esse flagelo que assola a nossa sociedade, até agora o seu governo nada fez para combater.

Quantas e quantas famílias estão padecendo, sofrendo com um de seus membros enredado, envolvido por essa praga, por essa miséria que é o *crack*? Mais uma vez, aqui, chamo a atenção: o que tem feito o governo do Estado?

O governo federal, nós não falamos mais, porque perdeu o controle das fronteiras. E o governo do Estado, esse já entregou as nossas divisas ao tráfico. Livre, entra e sai sem ser importunado.

Esse é o retrato da nossa Bahia, meu caro deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e incorporo-o ao meu pronunciamento. V.Ex^a sempre se coloca de forma bastante direta e imparcial nos assuntos com relação ao nosso Estado, deputado Carlos Geilson, mas, às vezes, o fato ocorrido, como ocorreu com o ex-governador Lomanto Junior, se torna público por se tratar do ex-governador, de uma pessoa que já exerceu vários cargos, mas a quantas e quantas pessoas esse fato ocorre?

O delegado, na entrevista, ouvi-o dizendo que só neste ano, foi o décimo com esse mesmo bandido, esse mesmo assaltante, tanto que o apelidaram de homem-aranha do Canela e da Barra, pois o assalto clássico dele é esse. Ele sobe escalando os

prédios, entra, assalta, vai embora, ninguém vê, ninguém sabe.

Fatos como esse vêm ocorrendo e muitas vezes não são divulgados. Então, realmente, para concluir, deputada Luiza Maia, é de indignar as pessoas, é chocante a pessoa estar dentro do seu apartamento e o mesmo ser invadido. A que ponto chegamos. É um fato lamentável.

Mudando de assunto, Sr. Presidente, quero tratar, nesse momento, deputada Luiza Maia, da questão do projeto apresentado por V.Ex^a em relação ao voto aberto.

Deixei claro o meu posicionamento ao *Jornal A Tarde*, que me ligou na tarde de ontem, dizendo que estava fazendo uma enquete com os Srs. Parlamentares, e me perguntou sobre o meu posicionamento. Deixei bastante claro na entrevista que sou a favor do voto aberto, resguardando e ressaltando algumas votações, a exemplo da votação para presidente da Assembleia Legislativa, a exemplo da apreciação do veto do governador.

Imaginem esta Casa, este Parlamento, estes deputados que aqui estão, deputado Bruno Reis, apreciando um veto do governador Jaques Wagner. Aham que existiria alguma chance de se derrubar um veto? Como já tivemos oportunidade, não lembro se nesta ou na Legislatura passada, de derrubar vetos do governador, inclusive com grande parte da base governista.

Imaginem V.Ex^{as} se haveria alguma possibilidade, com esse governo tão republicano, tão democrático, com métodos tão naturais, sem perseguição, acham que seria possível derrubar um veto? Muitas vezes vetos em defesa, em favor da sociedade baiana.

Por isso, deixei claro o nosso posicionamento com relação à votação do voto aberto, ressaltando esses três itens que são, justamente, eleição de presidente da Assembleia, veto do governador e eleição de conselheiro do Tribunal de Contas.

Tirando isso, acho que é uma oportunidade desta Casa colocar em votação para que possamos, em consonância com os anseios da sociedade e preservando este Parlamento, trazer essa matéria para votação.

Além disso, outra importante matéria sobre a qual já tive oportunidade de chamar atenção na semana passada refere-se à PEC que já foi apresentada pelo deputado Euclides Fernandes sobre o orçamento impositivo. Deputado Rosemberg, sei que V.Ex^a é a favor, aliás, acredito que não há parlamentar que possa, em sã consciência, ser contra a aprovação do orçamento impositivo nesta Casa, não posso crer.

Sei que o Líder do governo, deputado Zé Neto, começou a trabalhar contra e pedir, inclusive, ao deputado Euclides Fernandes, que retirasse a PEC de tramitação, mas não posso entender como os parlamentares da base do governo podem concordar com isso.

Ora, o que queremos é o fortalecimento do Poder Legislativo, fortalecimento da atuação parlamentar, deputado Nelson Leal. É humanamente inacreditável chegarmos aqui, ao final do ano, apresentarmos 50 milhões, 100 milhões, 30 milhões de emendas parlamentares e vermos todas, todas, absolutamente todas rejeitadas pelo relator que relata o orçamento do nosso Estado.

É frustrante para nós parlamentares, para as cidades que representamos. Ora, são emendas para pleitear quadras poliesportivas, ambulâncias, viaturas e praças, mas são todas rejeitadas.

Chegou a hora deste Parlamento levantar a cabeça, independentemente de Oposição ou Governo. Hoje, a Oposição está na Oposição e amanhã será governo, e vice e versa! Esse não é um projeto que beneficiará a Oposição ou o Governo, é um projeto beneficiará a relação política dos parlamentares com as suas bases eleitorais e com as cidades do nosso Estado, e que possibilitará que tenhamos as nossas emendas aprovadas e que as verbas cheguem nos municípios que representamos. É muito frustrante, deputado Adolfo Viana, V.Ex^a propor uma emenda para destinar R\$ 100 milhões à cidade de Casa Nova e o relator, numa canetada só, dizer que você não terá nem R\$ 1 milhão, nem R\$ 500 mil. Isso é frustrante para um parlamentar.

Nós, parlamentares, já temos todas as dificuldades para aprovar um projeto de lei nesta Casa. Apresentamos um projeto de lei nesta Casa que ele fica tramitando de comissão em comissão, e ficamos tentando trazê-lo para este Plenário para que seja aprovado. Agora essa oportunidade... A PEC está aí! O deputado Elmar Nascimento, Líder da Oposição, já assinou as dispensas de formalidade e foi buscar a assinatura do Líder do Governo, o deputado Zé Neto, para que se colocasse em votação ainda hoje a PEC do orçamento impositivo.

Poderíamos discutir, como está sendo discutido no Senado, se aplicaríamos 30% na saúde ou 20% na educação, mas que, de fato, levantássemos a cabeça do Poder Legislativo da Bahia e votássemos ainda hoje o orçamento impositivo nesta Casa.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Solicito que V.Ex^a proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Caso haja a recomposição do quórum, ouviremos o nobre deputado Adolfo Viana. Tenho certeza de que o pessoal de Casa Nova está ligado no Canal Assembleia para assistir esse grande e emergente político daquela região.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, antes de solicitar que V.Ex^a zere o painel e marque os 15 minutos regulamentares, quero convidar todos os deputados, principalmente os da Base do Governo, a se fazerem presentes no Plenário, já que existe uma questão de ordem do deputado Carlos Geilson solicitando um verificação

de quórum para a continuidade da presente sessão. Portanto, comunico aos deputados que se encontram no cafezinho, nos seus gabinetes ou na biblioteca realizando estudos que existe uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Gostaria que V.Ex^a zerasse o painel e marcasse os 15 minutos regulamentares, para que pudéssemos, assim, recuperar o quórum desta tão importante sessão, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- V.Ex^a também será atendido, deputado Paulo Rangel.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Carlos Geilson e Paulo Rangel. Convido todos os Srs. Deputados que estejam na sala do cafezinho, em seus gabinetes ou em quaisquer dependências deste Poder que se façam presentes no Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão.

Que zere o painel e marque 15 minutos.

(Verificação de quórum)

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente é para convocar os Srs. Deputados que se encontram na Casa, na sala do cafezinho, na biblioteca ou em seus gabinetes, pois há um pedido de verificação de quórum, portanto, precisamos da presença de todos os Srs. Deputados, principalmente da base do governo para darmos continuidade à sessão. Até o momento tem apenas 14 Srs. Deputados e precisamos de 21 presentes no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Restabelecido o quórum, com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, ouvi hoje atentamento o deputado Leur Lomanto Junior, que me antecedeu nesta tribuna. Ele falava sobre o assalto ao apartamento do ex-governador Lomanto Junior, no sábado passado, por um cidadão apelidado de “Homem Aranha”. O deputado demonstrava desta tribuna a sua indignação pelo ocorrido com o seu avó.

Quero dizer ao deputado Leur Lomanto Junior que este sentimento é o mesmo de dezenas e dezenas de famílias que também têm os seus familiares assaltados no Estado da Bahia quase diariamente. A Bahia é, sem sombra de dúvida, um dos estados mais violentos do Brasil.

Gostaria de aproveitar para chamar a atenção desta Casa, que tem a obrigação de ajudar, tanto a Secretaria da Segurança Pública quanto o governo do Estado, a enfrentar esse problema gravíssimo que vive a Bahia. Não tenho dúvida de que o problema da segurança pública não acabará com um projeto de lei, mas tenho certeza de que muitos deputados já apresentaram projetos de lei que, se aprovados, irão dificultar bastante, deputado Marquinho Viana, a ação dos bandidos.

Chamo a atenção da Mesa Diretora desta Assembleia para que façamos um

mutirão a fim de buscarmos os projetos de lei que venham dificultar as ações dos bandidos em nosso Estado. Uma vez aprovados, as ações dos bandidos serão dificultadas e o nosso Estado não será o destino predileto deles hoje.

Atendo-me agora ao projeto de lei que está sendo discutido, faço a leitura da proposição do governo do Estado sobre o projeto de lei nº 20.424.

(Lê) “A presente Proposição tem por escopo alterar dispositivos das leis supra referidas, estabelecendo que 1/3 (um terço) da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5º a 8º séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio deverá ser reservada ao desenvolvimento das atividades complementares, em consonância com o disposto no § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com a possibilidade de remanejamento de até 02 horas das sobreditas atividades complementares ao desenvolvimento de atividade em sala de aula, observada a necessidade do ensino, sendo criada gratificação mensal para pagamento.

Além disso, a medida prevê que os Professores em readaptação funcional passarão a perceber a Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe e os servidores da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, afastados para exercício de mandato eletivo em entidade sindical poderão participar dos processos de promoção realizados nos anos de 2012 e 2013.

Por fim, as alterações propostas estabelecem que os ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, não abrangidos pelo disposto nos incisos I a XI do caput do art. 26 da Lei nº 12.818, de 24 de maio de 2013, terão os seus vencimentos básicos majorados em 3,765% (três vírgula setecentos e sessenta e cinco por cento); a partir de 1º de julho de 2013, além de acrescer tabela com valores dos símbolos dos cargos em comissão de Secretário Escolar, Vice-Diretor e Diretor ao Anexo III da Lei nº 12.818, de 24 de maio de 2013.

As alterações de que trata esta Proposição gerarão acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2013 da ordem de R\$ 28.604.438,00 (vinte e oito milhões seiscentos e quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais) e, no ano de 2014, da ordem de R\$ 38.925.118,00 (trinta e oito milhões novecentos e vinte e cinco mil cento e dezoito reais).

Conforme previsto no art. 79 da Constituição do Estado, solicito que, na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência, aproveitando para renovar... ”

Gostaria de dizer, deputado Carlos Geilson, que este projeto chegou a esta Casa e o nosso Líder, deputado Elmar Nascimento, já falou por toda Bancada que seremos a favor do projeto.

Mas ouvi, também, atentamente, vários parlamentares subirem nesta tribuna e falarem da forma com a qual o governo do estado vem empregando os recursos. Ouvi, aqui, atentamente, o deputado João Carlos Bacelar fazer um belíssimo pronunciamento, onde ele mostrava que, aqui no estado da Bahia, a terceira idade tem um tratamento especial e que é justamente a referência do ensino de nosso estado, esquecendo completamente as crianças que precisam ser alfabetizadas.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Disse ao deputado João Carlos Bacelar que nós temos aqui um belíssimo exemplo, deputado Carlos Geilson, de como cuidar da educação de crianças. Aqui no município de Mata de São João, governado pelo ex-prefeito do PSDB, João Gualberto, as crianças recebem todo *kit* escolar, além de uma ótima merenda entregue aos alunos. Cada criança que estuda nas escolas do município de Mata de São João tem a oportunidade de levar, diariamente, para sua casa, quatro pães. Foi instalada uma padaria em cada escola.

A gente pode observar, deputado Leur, que, em Mata de São João, não existe mais escola particular. As escolas do município de Mata de São João são tão bem cuidadas. Os pais dos alunos estão tão satisfeitos que as escolas particulares não existem mais, pois fecharam as portas. E as escolas do ensino municipal atendem, perfeitamente, bem aos pais e às crianças.

Ouçó com prazer o aparte do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Adolfo Viana, gostaria de parabenizar V.Exª pelo seu pronunciamento e pelo assunto que V.Exª está abordando.

Sem sombra de dúvidas, é público, para toda a Bahia, que a administração, realizada na prefeitura de Mata de São João, começou com o ex-prefeito João Gualberto. Ele, realmente, transformou a realidade daquele município.

Quem se lembra do município de Mata de São João, antes da eleição do prefeito João Gualberto, recorda-se muito bem como se encontra, hoje, o município de Mata de São João. V.Exª esteve lá recentemente. Eu, também, já tive oportunidade de visitar o município algumas vezes. O deputado João Carlos Bacelar conhece o município, pois é o deputado mais votado lá.

Hoje, Mata se transforma em um dos principais atrativos turísticos de nosso estado graças a esse trabalho corajoso e empreendedor que é do perfil do ex-gestor daquele município e que vem tendo continuidade nesta nova gestão.

Então gostaria de me associar às palavras de V.Exª e dizer que a Bahia, realmente, precisa de políticos que tenham esta determinação, esta força, esta liderança. Eu tenho certeza de que o ex-prefeito João Gualberto ainda irá contribuir muito para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

Parabéns a V.Exª.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço ao deputado Leur Lomanto pelo aparte. Incorporo as palavras de V.Exª.

Quero dizer, deputado, que ontem fui convidado a participar, na *Rádio CBN*, de uma entrevista com o jornalista Êmerson José, e uma ouvinte, jornalista da *Tribuna da Bahia*, montou uma chapa composta por Paulo Souto, Geddel Vieira Lima e João Gualberto. Fiz questão de dizer que seria uma grande chapa, porque falar do governador Paulo Souto dispensa qualquer tipo de comentário, por ser um homem sério, gestor que todos nós admiramos, e muito. O ministro Geddel Vieira Lima tem serviços prestados em todo o Brasil e em todo o Estado da Bahia. E nessa chapa teria a revelação que é o ex-prefeito de Mata de São João, João Gualberto, que realmente mudou definitivamente a vida das pessoas naquele município.

Ouço agora, com prazer, o deputado Sandro Régis, que se emocionou quando falei aqui sobre o ex-governador Paulo Souto.

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Com o aparte o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizar V.Ex^a, que demora de ir à tribuna, mas é um grande tribuno, um grande orador. Tem se mostrado um jovem de personalidade, que teve tudo para buscar o caminho mais fácil, mas respeitou o seu eleitor, a sua região e faz um grande mandato nas oposições.

Parabenizo-o por suas colocações. Não há dúvida de que nossos quadros são muito melhores do que os do governo. Quando o governo se aperta, chama um dos nossos para socorrê-lo. Foi assim agora, já que o chefe do Tesouro do Estado é o ex-secretário de Finanças do governo Paulo Souto.

O secretário que mais se destaca no governo é o vice-governador Otto Alencar, que também já foi do nosso time. O que acontece é que o governo PT não tem quadros, por isso, quando ele precisa, vem buscar os nossos amigos. V.Ex^a citou três nomes que têm serviços prestados à Bahia: o ex-governador Paulo Souto, o ex-ministro Geddel Vieira Lima e esse jovem político João Gualberto, que fez um excepcional trabalho e mudou de forma brilhante a situação dos munícipes de Mata de São João. Não tenho dúvida de que em 2014, quando botarmos o nosso bloco na rua e apresentarmos o nosso time à sociedade baiana, o povo virá firme e forte, porque ele não aguenta mais tanto lero-lero, tanta enrolação.

Um governo que deixou a criminalidade tomar conta, um governo, deputado Adolfo Viana, que não paga a ninguém. Está aí o PST, sem ser pago há 3 meses. É o rei do calote. As empresas que prestam serviço ao Estado estão quebrando. São R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões de rombo. É um governo que não honra os compromissos.

A Bahia quer a marca do trabalho, da competência, da seriedade, que Paulo Souto, Geddel e Gualberto, com certeza, têm para apresentar ao povo baiano.

Muito obrigado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Muito bem, deputado Sandro Régis, V.Ex^a fez um belíssimo aparte.

O Sr. Carlos Geilson:- Um aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Olha, meu caro deputado Adolfo Viana, acabo de ouvir o pronunciamento do deputado Sandro Régis, deveras emocionado ao se referir ao ex-governador Paulo Souto, que tem relevantes serviços prestados a este Estado, e o do senhor, caro deputado Adolfo, que se refere a João Gualberto, que foi um prefeito que marcou época e cravou o seu nome na história da Cidade de Mata de São João, vejo que V.Ex^a se emociona porque já sonha com melhores dias para o Estado da Bahia. Não tenho dúvida de que João Gualberto no Palácio de Ondina e V.Ex^a na presidência desta Casa será uma dupla para fazer a Bahia avançar, para fazer a Bahia crescer.

E o deputado Leur Lomanto lembra também do ex-ministro Geddel Vieira Lima, um tocador de obras, rápido, célere, ágil sempre que está no Executivo.

Também V.Ex^a já falou, e eu li nas redes sociais, que há um nome que corre por fora, e que sendo convocado será de suma importância para o projeto das oposições na Bahia, o do prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo de Carvalho.

Nomes, graças a Deus não faltam para as oposições. Enquanto os governistas se debatem à procura de nomes, as oposições carregam no bocapiu nomes expressivos, nomes de densidade eleitoral para a eleição que se avizinha. Com certeza, vamos chegar ao Palácio de Ondina e subir as escadarias daqui, do Palácio Luís Eduardo Magalhães, pela porta da frente, ungidos por uma massa de baianos que, com certeza, vai consagrar a volta das oposições para que possamos governar, de fato e de direito, para o progresso que a Bahia tanto sonha. Governar este Estado é dar-lhe um rumo porque o atual governo perdeu o rumo e todos estão acéfalos, sem saber onde começar, onde terminar e para onde vão.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

Pude observar que a nossa Bancada citou diversos nomes de capacidades diferenciadas, todos eles: o ex-ministro Geddel, o ex-governador Paulo Souto, o prefeito José Ronaldo, que faz um belíssimo trabalho em Feira de Santana, e o ex-prefeito João Gualberto.

Deputado Carlos Geilson, ao final da entrevista, um ouvinte perguntou qual dos nomes nós gostaríamos de enfrentar na eleição. Seria o secretário da Casa Civil? E citou outros nomes da Base do governo.

Respondi que a nossa preocupação não está em um nome porque a população do Estado da Bahia não está preocupada com qual nome o governo vai apresentar para a sucessão do governo Jaques Wagner. A população da Bahia quer é mudança porque entende que esse grupo que aí está não tem um modelo bom, não tem um modelo que cuide dos baianos e resolva os problemas do nosso Estado.

É isso que a Oposição vai apresentar no ano que vem, uma forma diferente de se fazer política, uma forma diferente de cuidar da Bahia e dos baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavram para discutir, o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, devido ao baixo número de parlamentares da Bancada do governo presentes, e tenho certeza de que todos querem estar aqui para ouvir o pronunciamento, o discurso do deputado Bruno Reis, que acho que tem muito a acrescentar no dia de hoje, inclusive, como lembra bem o deputado Carlos Geilson, para que possa tirar as dúvidas que ainda existem na discussão desse projeto, solicito a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- V.Exª será atendido.

Pela ordem o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, para atender à solicitação do deputado Leur Lomanto, pedimos que os Srs. Deputados que estejam nos seus gabinetes compareçam a este Plenário para confirmar suas presenças para darmos continuidade a esta sessão tão importante que votará projetos do Executivo e também as contas do governador Jaques Wagner. Por isso, chamamos a todos para virem confirmar e darem o quórum necessário para a continuidade da presente sessão.

Peço a V.Exª que registre os 15 minutos regimentais.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Os Srs. Deputados serão atendidos.

Peço que marquem os 15 minutos e zerem o painel.

Convidamos todos os Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, para comparecerem ao Plenário para continuidade da presente sessão.
(Pausa)

Os Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes ou em alguma reunião, pedimos a todos que compareçam ao Plenário para continuidade da presente sessão. (Pausa)

(Continuação da verificação do quórum)

A Srª Fátima Nunes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Srª Fátima Nunes:- Srs. Deputados que estão nos seus gabinetes ou no saguão, faltam apenas cinco deputados para a continuidade da sessão. Portanto, pedimos pressa nos passos, porque sei que estão no elevador, andando nos corredores, subindo a escada. Pedimos um pouco mais de rapidez para que possamos dar continuidade à sessão.

E aqueles que, por acaso, estejam com fome e tiveram de ir para o restaurante, encurtem o jantar e venham o mais rápido possível. Sei que estão, lá, atentos olhando para a TV. Bem, chegaram mais dois. De modo que, agora, estão faltando quatro deputados. Venham o mais rápido possível. Ainda temos o tempo de tolerância, mas quanto mais pudermos agilizar os trabalhos, concluiremos mais cedo a votação e teremos mais tempo para a família.

(O Sr. Leur Lomanto Junior não marcou presença no painel.)

(Vários Srs. Deputados manifestam-se fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Foi o deputado Leur Lomanto Junior quem o pediu. Tenho certeza absoluta. (Pausa)

Dê o quórum aí, deputado Leur. Foi V.Exª quem pediu a verificação de quórum. Por isso tem de estar presente no plenário. Solicito ao deputado Leur Lomanto Junior marcar a sua presença, porque foi V.Exª que pediu a verificação de quórum.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Por favor, deputado Leur.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Só um questionamento a V.Exª. Eu sou obrigado a

dar presença antes do decorrer do prazo? No Regimento, há alguma coisa referente a isso?

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Durante o decorrer do prazo. Posso olhar isso aqui agora. Mas foi V.Ex^a que pediu a verificação de quórum.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Peço a V.Ex^a, se puder, consultar o secretário da Mesa, o Sr. Carlos, sobre se posso aguardar o prazo até os últimos minutos. Peço a V.Ex^a para consultar.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Ok. Já temos quórum suficiente para continuar a presente sessão.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, só um detalhe. Se não tem presença, o pedido de ordem inexistente...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Ele cai, porque o deputado não está presente. Tranquilo.

O Sr. Zé Neto:- Porque é uma tolerância. E o deputado Leur fica aqui fazendo suspense. Na verdade, estava quieto, porque na hora H, a gente derrubava.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Questão de ordem do deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Primeiro, só para esclarecer. Aquele deputado que pede uma verificação de quórum, dentro do prazo estipulado pelas lideranças, é quem vai registrar presença. Em lugar nenhum está especificado. Não existe nem isso no Regimento. Pelo Regimento, não tem o prazo de 15 minutos...

(A Sr^a Fátima Nunes manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Sim, querida, ele tem o tempo dele para fazer dentro dos 15 minutos. Agora, Sr. Presidente, a questão de ordem, deputado Zé Neto, é no sentido de auxiliá-lo. Para pedir uma verificação de quórum para a continuidade da sessão, veja que a bancada de V.Ex^a continua tão revoltada quanto estava na semana passada. Totalmente insatisfeita. E veja a dificuldade para pedir uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão!

Então, é bom sentar com a bancada e fazer aquelas promessas que vai cumprir, mais uma vez, o que não foi cumprido. A Bancada do PT não precisa, não. Está todo mundo satisfeito. A gente vê convênio saindo a toda a hora para atender a um e a outro. Mas, e o resto? O resto está insatisfeito.

Então é mais um alerta para que não passe o vexame de na hora de votar as contas do Exm^o Sr. Governador, ter a dificuldade para ter os 32 Srs. Deputados necessários para o quórum de votação, lembrando, meu caro presidente, que preside com muito brio esta sessão, para que não venha o governo passar um outro constrangimento de não conseguir ter o quórum de votação, já que, repito, até para continuidade da sessão está tendo dificuldade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra para discutir o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, aos

presentes ainda nas Galerias, aos telespectadores da TV Assembleia que acompanham atentamente esta sessão, meus cumprimentos.

Estamos aqui, nobre Líder Zé Neto, a discutir uma matéria muito importante para a educação. Como V.Ex^{as} sabem, desde o início desta legislatura tenho tido oportunidade de me posicionar, nesta Casa sempre, em defesa dos educadores da Bahia. Hoje, tem um projeto sob apreciação deste Plenário, nobre deputado Euclides Fernandes, onde pretende-se pagar uma gratificação, de 1/3 da carga horária que era destinada para atividades extra classe, ou seja, todo professor, de 20 ou 40 horas ter 1/3 dessa carga horária destinada a atividades complementares.

O que é isso, nobre deputada Maria Luiza Laudano? Para que V.Ex^a possa entender, até porque é importante que muitos deputados da Base do governo aqui, deputado João Carlos Bacelar, votam o projeto sem nem saber o que estão votando, estou explicando o projeto de forma didática para facilitar a compreensão. Esse 1/3 é para elaborar as aulas que serão ministradas, para preparar-se, qualificar-se mais, corrigir as provas e para elaborar as avaliações dos alunos.

E agora, pretende o governo com este projeto pagar para que o professor ao invés de utilizar esse 1/3 que era destinado para esse tipo de atividade, esteja em sala de aula lecionando. Não tenha dúvida que esta lei descaracteriza o conceito maior ou o objetivo maior da lei que era justamente permitir ao professor que tivesse esse tempo até para melhor especializar-se a fim de oferecer aos alunos uma educação de melhor qualidade.

Mas, deputado Euclides Fernandes, como é um projeto de interesse dos professores, o sindicato nos procurou, diversos professores estiveram em nosso gabinete manifestando o interesse na aprovação desse projeto que atendia aos anseios e às expectativas, até porque seria uma forma de ter-se uma remuneração melhor, não era esse o melhor caminho, o melhor caminho era pagar melhor ao professor.

Nós somos aqui nesta Casa, deputado João Carlos Bacelar, relator da lei que equiparava o piso estadual ao piso nacional. Tivemos a honra de poder relatar esta lei. Este ano, por exemplo, o reajuste do piso nacional foi 7,97%. O governo do estado praticou esse reajuste no piso estadual? Não. Praticou de forma parcelada o IPCA, que é a inflação do período, portanto 5,8%, dando 2% até junho e 3,8% a partir de julho. Até a Prefeitura de Salvador - é público e notório a situação em que o prefeito ACM Neto a encontrou, uma dívida de três bilhões de reais, deputado J. Carlos, sendo que 2,5 bilhões de dívida fundada e 560 milhões de dívida a curto prazo - reajustou este ano com base no piso nacional. Não vou falar aqui do passado, porque se compararmos os reajustes que foram dados em 2011, nos períodos em que João Carlos Bacelar foi secretário, com o reajuste dado pelo governo do Estado aos professores, é uma vergonha. E olhem a situação financeira da prefeitura é muito pior do que o Estado. O Estado, Wagner quebrou agora, mas quando recebeu, tinha as contas saneadas, a Bahia era um exemplo, uma referência em ajuste fiscal. Quem primeiro implantou a Lei de Responsabilidade Fiscal, a nobre deputada Maria Luiza sabe disso, que era deputada na época aliada do então governador Antonio Carlos Magalhães, quando se criou a LRF, a Bahia já aplicava. Quando a lei veio, não se

precisou fazer ajuste nenhum, modificação nenhuma, porque a Bahia já se enquadrava em tudo que a lei estabelecia. A lei serviu para enquadrar outros Estados, mas o Estado da Bahia já cumpria o que estabelecia a lei, os índices de Educação, Saúde, pessoal já eram praticados aqui. A lei, naquele momento, só veio coroar o que já acontecia na Bahia.

O melhor caminho era cortar as despesas supérfluas para poder remunerar melhor o professor. Se o salário dos professores fosse um salário digno, não haveria necessidade de na prática o professor estar vendendo um terço da sua carga horária para o Estado. Não é isso, secretário João Carlos Bacelar? Está vendendo. E está vendendo por quê? Por que o professor é a favor? Porque o salário é muito baixo, é uma forma de melhorar o seu salário para que, ao final do mês, ele possa pagar as despesas do seu orçamento familiar. O professor é classe média, e todos sabemos que classe média, nobre deputado Isidório, está falida. Essa política do governo federal, política de consumo, comprar carro à prestação, casa à prestação, geladeira à prestação, aumenta o plano de saúde, aumenta a mensalidade do filho na escola, por isso a classe média está falida. Está lá pendurada no banco, com juros elevados, sem perspectiva. Por isso foram para as ruas protestar. A classe média foi para as ruas porque tinha perdido a perspectiva.

Aí, vem um projeto como esse que vai permitir vender um terço, lógico que o professor está favorável. Mas não é a melhor alternativa, não é o melhor caminho. Não é com este projeto que vamos proporcionar à população educação de melhor qualidade. Educação de melhor qualidade é remunerar melhor o professor, ao final de cada ano dar bônus, como muitas prefeituras fazem, até para atingir o limite de 25% dos gastos com educação, coisa que vem reduzindo gradativamente neste governo.

Se fizermos um comparativo de 2007 a 2012, o investimento do governo – que já chegou a investir 30%, 33% do Orçamento – em educação vem caindo ano a ano. O governo Wagner parece que cumpre os 25% forçadamente, na marra, porque a educação só é prioridade do PT nos palanques, na campanha, no horário eleitoral político, mas depois que acaba a campanha, que desce para a realidade, deixa de ser prioridade.

É por isso que, infelizmente, quando analisamos os dados da Firjan, avaliamos o IDEB da Bahia, vemos que nós temos as piores escolas do País. Estamos entre os piores estados. Estados pobres do Nordeste estão melhores posicionados do que a Bahia porque a educação não é prioridade para o PT.

Mas vamos votar favoravelmente a esse projeto porque, se não é o remédio ideal, pelo menos vai amenizar a dor. Quando o paciente, como muitos professores, está na UTI, precisando de um remédio, se não pudermos ministrar o ideal, pelo menos devemos dar um que vai ajudar a amenizar o sofrimento e a dor, nobre deputada Maria Luiza Laudano.

O que estamos fazendo, aqui, é um paliativo, não é uma situação definitiva. Espero que no futuro os professores que vão receber por 1/3 da sua carga horária, realmente, tenham consciência de que é preciso trabalhar, de que é preciso cumprir a carga horária para que os milhares de alunos baianos possam ter uma educação

melhor.

Então, esse projeto vai contar com o nosso apoio, com o apoio da Oposição. Estamos aqui, discutindo a matéria, mesmo com o avançar das horas, porque é uma matéria importante, porque qualquer governo sério prioriza a educação. Então, vale a pena estarmos aqui, discutindo esse projeto.

A Oposição, como sempre – não é Carlinhos? –, apresenta emendas para melhorar o projeto, para ajustar, mas não tem direito nem de mudar uma vírgula. Esse governo se diz republicano e democrático, mas só no discurso, porque na prática é um governo tirano e ditador, não é isso, Coronel Santana?

Então, a Oposição, como sempre, apresentou emendas, quis aperfeiçoar, melhorar o projeto, mas, mais uma vez, suas emendas não foram acatadas pela nobre relatora do projeto, emendas essas que iriam aperfeiçoar, melhorar e qualificar ainda mais o projeto, deputado Carlos Brasileiro.

Mesmo assim, vamos votar favoravelmente, mostrando que nós, diferentemente de vocês, não fazemos uma Oposição irresponsável, uma oposição do quanto pior, melhor, do ser contra tudo e contra todos, do tipo só porque a iniciativa é do governo vamos ficar contra. Não, votamos, sim, o que é bom para a Bahia, o que é a favor da Bahia. É por isso que vamos votar favoravelmente.

Vamos debater aqui ao longo da noite, ainda existem diversos deputados inscritos, e é importante, nobre deputada Ivana Bastos e deputado Fabrício Falcão, ouvir a opinião de cada deputado. Seria importante, também, que V.Ex^a se inscrevesse para dar opinião sobre esse projeto, Gaban.

Hoje eu estava aqui na Assembleia, na hora do almoço, havia uma reunião na prefeitura e eu fui lá, a caminho, no carro, ouvia Varela, hoje ele desancou nos deputados, infelizmente colocou todos nós no mesmo balaio, dizendo que aqui só tinha lagartixa, que deputado estava aqui só para dizer amém, que os 63 deputados, todos eram puxa-saco do governador, que não era possível que as coisas acontecessem e não se ouvisse a voz de um deputado. Por quê? Pela postura dos deputados da base do governo que, infelizmente, estão nesta Casa só para dizer amém. São incapazes de debater e discutir uma matéria, de aperfeiçoar e de qualificar um projeto. Estão aqui só para votar na hora em que são convocados, e mesmo assim com dificuldade. Cada verificação de quorum que é solicitada a Bancada tem dificuldade de colocar 21 parlamentares para continuar a sessão, está sendo necessário a gente advertir que é preciso vir os deputado senão não haverá quorum para votação, os 32 deputados.

A semana passada foi um verdadeiro carnaval aqui. A Bancada, insatisfeita, é verdade, deputada Ivana, nos olhos de V.Ex^a a gente vê a cara de insatisfação, os olhos de V.Ex^a revelam isso. Dizer que V.Ex^a está satisfeita com esse governo, deputada Ivana? V.Ex^a, nobre representante de Guanambi e região, a única obra que tem lá e que o governo chama a responsabilidade, deputado Gaban, é uma obra que o ex-ministro Geddel Vieira Lima deixou quase pronta pelo Ministério da Integração, que foi a adutora do algodão. Aí não tem mais o que mostrar e falam que os parques eólicos são obra do governo. Imaginem, o vento! Wagner já tem um título:

embaixador do vento! Combina com ele, nobre deputado Gaban, porque as palavras dele se perdem no vento, é ou não é?

Está aí a Ferrovia Oeste/Leste que a nobre deputada preside a comissão, briga, insiste, cria problema e a rodovia ninguém vê a cor dos trilhos, não sabe se o trilho vai ser preto, vai ser cinza, está lá em terraplanagem, mexe areia para lá, mexe areia para cá, até os tratores estão atolados nessa terraplanagem da Ferrovia Oeste/Leste.

O Porto Sul ainda não tem nem as licenças ambiental concluídas. Aí vem com ponte Salvador/Itaparica. É não ter compromisso com as palavras, nobres deputados. Infelizmente o governador Wagner é isso: não tem compromisso com as palavras – vai soltando, vai prometendo, vai dizendo que vai fazer e acontecer e as coisas não acontecem. E V.Ex^{as}, deputados, sabem que estou falando a verdade – chega lá Wagner com o prefeito e autoriza tudo – o prefeito, coitado, chega no interior e anuncia para população – estive com o governador que vai me dá o asfalto, a cobertura da quadra, a feira municipal, a reforma da praça, e aí não sai nada, deputado Gaban, ainda deixa o prefeito, coitado, desmoralizado.

Hoje conversava com uma liderança minha no interior, lá de Barra do Choça, o governador esteve lá quando faltava uma semana para a eleição – “estou assinando aqui a ordem de serviço para pavimentar o bairro Ouro Verde, em 15 dias a obra começa.” Em 1º de maio estive lá com o deputado Paulo Azi, rodamos o bairro numa caminhada do dia do trabalhador e nada de obra começar. Aí, nos discursos, porrada no governador, porque V.Ex^a sabe que na política quando não funciona no amor, funciona na dor. Aí, depois, parece que, das cobranças, começaram a fazer a obra. Aí a liderança veio aqui, hoje, no gabinete e eu falei: e aí, como está a obra do Ouro Verde? Ele disse: oxente, paralisou. Os empreiteiros foram lá, tiraram as máquinas, tiraram tudo, disseram que não iriam mais fazer a obra, porque desde junho, que foi quando a obra começou, até hoje, não receberam uma fatura, não têm mais condições de continuarem a obra.

Eu quero ver, Gaban, como é que vai acabar este governo, porque as notícias que chegam é que todas as obras na Bahia estão paralisadas. Já passou para o segundo colocado na licitação, para o terceiro colocado, nobre deputado Carlos Brasileiro, já há licitações de obras que foram feitas pela terceira vez, e a obra não vai ser concluída. Imaginem que ainda falta um ano e meio para acabar o governo, imaginem como vai estar esse governo no final do ano que vem, e triste da Bahia que vai chegar em 2014 com essa realidade.

Mas, Sr. Presidente, esse projeto importante para os professores do Estado da Bahia conta com o nosso apoio. Vamos votar, sim, pela sua aprovação.

Muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 20 minutos.

Convido a deputada Fátima Nunes para assumir a Presidência.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas,

é com prazer que subo a esta tribuna para discutir esse projeto em tela, que teve como relatora a nobre deputada Kelly Adriana Magalhães.

Daqui a pouco vou falar sobre esse projeto, mas quero abordar que aqui nesta Casa já se falou, e muito, da possibilidade da TV aberta. Obviamente que nós temos hoje o *Canal TV Assembleia*, via *internet*, se falou que ainda esse semestre nós teríamos funcionando a TV aberta, mas eu tenho observado que a coisa não tem andado, e se tem andado está restrita aos bastidores e a informação não tem chegado à maioria dos parlamentares, e eu me incluo nesta maioria.

É de bom alvitre, deputado Paulo Rangel, que tenhamos também aqui a TV aberta, o que iria facilitar, e muito, para que seus eleitores, lá em Paulo Afonso, naquelas cidades em que V.Ex^a faz política, e, diga-se de passagem, as mais distantes, por sinal, que essas pessoas pudessem acompanhar a atuação de um parlamentar do calibre do deputado Paulo Rangel e de tantos outros. E é necessário que haja essa divulgação, que as pessoas acompanhem o comportamento de cada parlamentar, como ele se posiciona diante das proposições que são apresentadas nesta Casa, para que as pessoas entendam o porquê do silêncio da Bancada do governo.

Um projeto como esse dos professores que o governo apresenta, o projeto é lido aqui, a deputada Kelly apresenta o seu relatório, o seu parecer, ninguém do governo sobe a esta tribuna para falar dos benefícios, falar da importância desse projeto. Eu não entendo, nós já estamos chegando aqui às 21 horas e até agora nenhum deputado do governo ousou usar esta tribuna. Por quê? Eu pergunto por que nenhum deputado do governo fala, se o projeto é tão bom, se o projeto é tão maravilhoso?

Desafio um deputado do governo, que após a nossa fala, tantos outros governistas, subam a esta tribuna, o deputado Paulo Rangel, que é engenheiro e que conhece perfeitamente a situação dos professores. Deputada Maria Luiza Laudano, venha à tribuna falar deste projeto, porque V.Ex^a vai votar sim, mas não apenas votar sim, pois deve dizer por que vai votar sim e explicitar seu voto.

É necessário que cobremos esta postura dos governistas.

E, aí, eu evoco a importância da TV aberta, pois seria além do *Canal Assembleia*, ou seja, seria mais uma ferramenta para que o eleitor pudesse acompanhar, de fato, o desempenho do seu parlamentar. O eleitor saberia como o seu parlamentar vota e não apenas tomar conhecimento de seus votos através da assessoria do parlamentar, não apenas através do viés da visão da assessoria, deputada Maria Luiza Orge.

Eu peço à Mesa diretiva da Casa posicionar-se sobre o assunto. Informe-nos a quantas andam a implantação da TV aberta para que os baianos possam, de fato, acompanhar o desempenho de cada parlamentar.

Quanto ao projeto dos professores, votarei sim pela aprovação. E há de se perguntar: se se vai votar sim, por que ele usa o tempo para falar do projeto? A deputada Graça Pimenta, daqui a pouquinho, fará uso também da tribuna. V.Ex^a é de Feira de Santana. Os professores querem ouvir a voz da nossa querida deputada, musa, inclusive, da Casa, ao falar, também, sobre os benefícios deste projeto para os

professores.

Acompanhei atentamente o pronunciamento do nobre deputado João Carlos Bacelar. Foi muito feliz quando apontou as incoerências. Não é um projeto que é de um todo maravilhoso, porque tem as suas incoerências. Mas, a ideia central é importante. E é por isso que eu vou votar favorável. É por isso que nós, da Oposição, vamos votar favoráveis, porque não fazemos Oposição por ser oposição. Fazemos oposição naquilo que entendemos que não é bom ou que é ruim para o povo da Bahia.

Ao contrário, outrora, em tempos pretéritos, o PT, na oposição, agia diferente de nós. O PT era contra tudo. Não aceitava nem discutir e analisar os prós. Era tudo pelo contra. O partido chegou a votar contra a vinda da Ford para a Bahia. Pasmem, repito, pasmem o que era esta oposição!

Mas não fazemos esse tipo de oposição. Nós não fazemos oposição do quanto pior melhor. Se está ruim e este governo anda mal das pernas, sofremos todos. Todos nós somos pilhados e atingidos por um governo fraco, por um governo que não atende às reivindicações do povo deste estado. E nós somos povo. Nós estamos inseridos neste contexto.

E é por isso que não podemos advogar quanto pior melhor. Nós, da Oposição, não podemos seguir o exemplo daquela oposição retrógrada, radical, usando óculos de couro. Não, não podemos seguir por este caminho. Não podemos enviesar por esta linha. Não podemos seguir essa trilha. Essa não!

O deputado Elmar Nascimento, nosso Líder, sabe qual é a postura que seus liderados querem e devem seguir. E é por isso que vamos votar a favor deste projeto, porque você, professor e que cobra essa posição, saiba que esse projeto está indo à votação por que a Oposição colaborou, porque a Oposição se juntou ao governo na medida em que entende que o projeto traz seus benefícios. Mas poderíamos, se incorporássemos a Oposição do passado, criar dificuldades para aprovar.

Nós estamos discutindo os projetos e convocando os deputados governistas para que façam o mesmo, não mergulhem no silêncio. Saibam de forma clara, concisa e explícita o que estão votando. Deputado não pode ser governista e só governista. Ele não pode ser conduzido pelo Líder do governo sem que tenha a autonomia de questionar, sem que tenha a autonomia de apontar também a sua visão. Esta Oposição desta Casa é alicerçada e tem o seu balizamento no que for melhor para o povo da Bahia. E esse projeto atende às expectativas do professor em parte. Mas só de atender em parte já conta com o nosso apoio e beneplácito.

No tempo ainda que me resta, quero falar da violência. Essa violência que atinge a todos nós, baianos, quando em cada esquina um baiano se depara com uma arma apontada para sua cabeça. Essa violência que tem dizimado famílias, que tem levado a juventude ao flagelo das drogas e contra a qual o governo perdeu a guerra. Lamentavelmente o governo perdeu a forma de atuar. A Polícia Militar está desaparelhada, as cidades do interior com 10, 15, 20 mil habitantes têm apenas um ou dois policias militares de plantão e quando muito apenas um policial civil. Cidades territorialmente com uma densidade importante, e a Polícia não consegue chegar.

Há eventos de concentração de massa em que a própria população faz o seu

policciamento, porque a Polícia lá não chega. Esse último final de semana, em Feira de Santana, na localidade de Ovo da Ema, no distrito de Maria Quitéria houve dois dias de festa. Sábado, à noite, percebi, deputado Zé Neto, que não havia um policial. Essa é a Polícia desaparelhada. Culpa-se o policial? Não. Culpa-se o comandante? Não. Culpa-se o secretário da Segurança Pública? Em parte. Culpa-se o governador? Sim, porque não dá estrutura nem condições à Polícia para atuar.

A deputada Luiza Maia não gosta de ouvir a verdade, incomoda-se, sente urticária quando se toca em problemas que atingem diretamente este governo, pelo seu fracasso, pela falta de política de segurança pública eficaz, que dê proteção ao povo baiano. Você que me assiste agora pelo Canal Assembleia, você que trabalha nos gabinetes dos deputados governistas e da Oposição, quantos já não tiveram membros da família vítimas dessa violência? Ninguém escapa. Outro dia eu estava fazendo uma observação, em minha família, todos já foram vítimas de assalto, todos sem exceção. Desafio a quem não tenha na sua família um parente que não foi vítima. E o que o governo faz? Cruza os braços? Parte para o enfrentamento? Equipa-se? Busca se parilhar? Não se tem notícias, não se tem conhecimento. E não ouço, não vejo, não sinto. Será que os deputados governistas não têm o sangue correndo nas veias para se indignarem, para cobrarem, para reivindicarem desse governo que, pelo menos, articule-se para enfrentar o crime organizado.

Nunca se roubou e se furtou tantos carros na Bahia. Quadrilhas e mais quadrilhas especializadas em atacar bancos pelo interior; quadrilhas que fizeram delegados reféns, que fecharam batalhões, trancaram os policiais. Onde nós estamos? Na cidade de uma novela que passou Greenville? Sucupira, de Odorico Paraguaçu? Onde nós estamos afinal de contas? Que Estado é esse em que o governador vive mergulhado num silêncio sepulcral nos assuntos que dizem respeito à população. Será que os apelos, as reclamações, os choros, não chegam aos ouvidos do governador? Até quando o deputado Líder do Governo vai ficar usando óculos de couro? Ele não quer enxergar essa realidade que está diante dos seus olhos. É um governo fraco, que, infelizmente, perdeu a guerra para o crime organizado.

Nós temos que nos preparar e pedir a Deus que continue nos protegendo, dando-nos a segurança necessária para criarmos os nossos filhos, educarmos os nossos netos porque a situação cada vez mais piora. E o que me deixa indignado, o que me intriga, é que o governo aceita tudo de forma passiva e leva sua bancada silenciosa também para o ralo da incompetência. Não é outra situação, senão a incompetência. Poderíamos até perder essa guerra contra a violência, desde quando a perdêssemos lutando no campo de combate. Não, nós estamos perdendo pela letargia, pela indolência, pela preguiça, pelo faz de conta, pelos desmandos administrativos.

A violência, hoje, é motivo de preocupação para todas as famílias. Pontos de ônibus, mães de família que saem pela manhã para o trabalho e não conseguem chegar ao trabalho porque no meio de caminho têm as suas bolsas tomadas de assalto. Às vezes, a mãe de família só se sente mais tranquila quando vê que o seu filho ou o seu marido voltou para casa são e salvo. É essa Bahia que não queremos, é contra essa Bahia que nós protestamos. A Bahia que nós reivindicamos é a Bahia do

trabalhador, é a Bahia do progresso, de um governador que não apenas aceite tudo de forma passiva. Esse é o problema maior nesse Estado.

Dizem que o governador é gente boa, mas nós não precisamos apenas de um governador gente boa. Queremos um governador competente, ativo, ágil e que vivencie conosco os nossos problemas. A pergunta que eu faço mais uma vez é se o governador não é informado que a segurança pública está um caos?

Semana passada, estive pessoalmente com o secretário Maurício Barbosa. É operoso? Sim. É bem intencionado? Sim, mas apenas com boa intenção ele não vai fazer milagres. Apenas com boa intenção não vai resolver os problemas cruciais, problemas que afligem a todos nós, que atormentam a todos nós, baianos. Infelizmente, meu caro deputado Marcelino Galo, o tráfico de drogas se espalhou por este Estado. Desde aquelas cidades pequeninas mais longínquas aos grandes centros. Não bastam as nossas fronteiras desprotegidas, as nossas divisas entregues ao crime organizado. Quando há uma repressão num grande centro, há uma migração para o Nordeste e, especialmente, para a Bahia, pela facilidade, porque aqui eles encontram terra fértil para se espalhar, para poder colocar em prática suas ideias maléficas para a nossa população.

Fica aqui o nosso registro de indignação, chamando a atenção do governador Jaques Wagner e dos seus liderados, levantem a voz, armem-se de ideias e de estratégias para combater o crime organizado. E, para finalizar, anuncio que votarei favoravelmente ao projeto em tela que trata da questão dos professores.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem , Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Prezada presidente que está aí hoje com todo o gás presidindo esta sessão, é uma honra tê-la como nossa presidente, gostaria até que fosse definitiva, minha cara presidente, seria um bom nome para termos a independência que o Poder Legislativo pede, mas não temos eleição agora, temos as votações para serem feitas ainda hoje.

Sentimos que a Bancada do governo parece estar raivosa como estava na semana passada. Estávamos aqui comentando, recebemos alguns telefonemas de membros da Bancada do governo dizendo que estão recebendo telefonemas constantes dos gabinetes da Liderança do governo para que venham para cá. Eles dizem que não virão, que só estão aqui os lagartixas, que eles não virão. Se é verdade, não sei. O que sabemos dizer, minha cara presidente, é que semana passada essa revolta ficou notória. Chegou ao ponto do Líder do governo, deputado Zé Neto, dar uma enquadrada, até injusta ao meu modo de ver, no Líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Rosenberg, que tem sido uma pessoa extremamente leal ao partido. Uma pessoa que tem defendido quando pode, naturalmente são raras as vezes, mas quando pode, quando lhe fornecem algum argumento que tem o mínimo de credibilidade, ele vem e defende o governo. Está presente aqui no Plenário

praticamente o tempo todo. Nas Comissões Temáticas da Casa também sempre presente. Até ele foi enquadrado pelo Líder do governo, demonstrando a falta de controle.

É difícil. Uma Bancada que quando faz as contas vê que, se não tiver no mínimo 50 mil votos, está fora, e grande parte dessa Bancada não tem 50 mil votos, começa o desespero, o que é natural. Aí vai atrás do governo e o governo diz que não tem dinheiro, mas vê cada dia que passa membros do Partido dos Trabalhadores serem agraciados através dos órgãos que controlam, mesmo com o decreto de contingenciamento de despesas. Vai ficando, cada dia que passa, mais longe a possibilidade de deputados competentes que aderiram ao governo retornarem a esta Casa a partir do ano que vem, as contas mais otimistas que se fazem, que da base do governo apenas em torno de 20 atuais parlamentares conseguirão ter mais de 50 mil votos. Vemos que em torno de 28 Srs. Parlamentares da base do governo não terão condições de retornar a este Poder Legislativo. É uma pena. Há vários deputados competentes, trabalhadores que poderiam continuar prestando serviços, mas sabemos que infelizmente o governo está quebrado, não vai poder ajudá-los. E o que está fazendo? Endividando um pouco, mas está tentando pegar dinheiro para eleger aqueles que ele considera puro sangue.

Por isso que vemos dificuldades na permanência de membros da base do governo presentes aqui no Plenário, o que nos força a cada 20 minutos, porque foi feito um acordo, isso não existe no Regimento, mas a Casa está funcionando com acordo em cima de acordo, que vai fazer um outro acordo e estamos aguardando um novo acordo de tantos acordos que têm. Então, é difícil até para quem está presidindo, minha cara presidente, saber o que está valendo e o que não está valendo, tamanhos os acordos e as jurisprudências que já se tomaram em decisões, que acho que ninguém sabe, porque é tanta coisa, não é, deputado Carlos Ubaldino, que fica difícil sabermos o que está valendo.

Sabemos que pelo menos o tempo de 20 minutos foi um dos inúmeros acordos, fora do Regimento, que foi acordado aqui pelas lideranças. No tempo de 20 em 20 minutos pode-se fazer uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Então, dessa forma, minha cara presidente, solicito que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, chamando aqueles deputados, acho que ainda não estão dormindo porque ainda é cedo, a partir de meia-noite começam a dormir, que estão por aí assistindo ao jogo da seleção ou ao pré-jogo, que se encontram aí pelos corredores da Assembleia ou nos seus gabinetes, que venham aqui para uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido. Peço aos técnicos que zerem o painel, deem o tempo de 15 minutos. E aproveito a oportunidade...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr^a Presidente, não solicitei, desculpe, pedi uma verificação para

a continuidade da presente sessão. Não solicitei que seja acionado o painel, apenas fiz uma verificação de quórum.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Estou convocando...

O Sr. Gaban:- Apenas caberia a V.Ex^a contar quantos deputados existem.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Deputado Gaban, estou convocando...

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, gostaria que fosse dado o tempo regulamentar, que fosse zerado o painel, convocados todos os deputados que estão nesta Casa, que estão jantando agora porque estão cansados, com fome, porque está sendo uma sessão longa, extenuante, os deputados estão se alimentando para poderem resistir a essa longa noite aqui para aprovar projetos importantes para o governo, para esta Casa.

Gostaria que V.Ex^a zerasse o painel e convocasse todos os deputados e, mais uma vez, chamar a atenção dos nossos nobres deputados e deputadas que estão nos diversos espaços desta Casa, que estão em seus gabinetes estudando, se preparando para amanhã quando haverá várias sessões de várias comissões, que compareçam a este Plenário.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Solicito aos técnicos da informática que zerem o painel. Convoco os deputados que estão na sala do cafezinho para se fazerem presentes aqui no Plenário urgente, precisamos dar continuidade à sessão, são vários projetos que vamos votar.

Portanto, aqueles que desejam a continuidade da sessão, marquem as suas presenças e os nossos líderes também.

Que os Líderes dos partidos e das Bancadas acionem seus companheiros, seus pares, o máximo possível para darmos continuidade à sessão.

O Sr. Paulo Azi:- Sr^a Presidente, o painel foi zerado?

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Foi zerado. Marcou-se o tempo regimental de 15 minutos e já começou a se marcar presença.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a determinou que fosse zerado o painel. Então, zerar novamente, não. Mande voltar lá 11 minutos, não pode zerar, não.

Sr^a Presidente, não estou entendendo o que V.Ex^a está fazendo. V.Ex^a não havia determinado que se zerasse o painel?

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Zerar o painel e marcar o tempo.

O Sr. Gaban:- Então, zerou novamente agora, não entendi. Não pode zerar novamente, não.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Foi zerado e marcado o tempo.

O Sr. Gaban:- Então, ele zerou novamente. Agora, são 10 minutos, não são 15 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Quatorze minutos.

O Sr. Gaban:- Desde aquela hora, só se passou 1 minuto?

V.Ex^a determinou, está registrado, Sr^a Presidente. V.Ex^a errou uma vez e está

errando novamente, Sr^a Presidente. Desculpe-me, V.Ex^a determinou, e eu até questioneei V.Ex^a ter determinado, que se zerasse o painel, porque eu não havia solicitado. Foi uma determinação de V.Ex^a.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Que foi cumprida. Agora, estamos aguardando a presença dos deputados.

O Sr. Gaban:- Mas dessa forma não está cumprindo!

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Já há quórum para a continuidade da sessão.

O deputado Paulo Azi fará uso da palavra.

Retornem o quórum, por favor, Srs. Técnicos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

Não desejando fazer uso da palavra o deputado Paulo Azi, passo a palavra ao deputado...

O Sr. PAULO AZI:- Sr^a Presidente, Sr^s Parlamentares, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores que acompanham esta sessão das Galerias desta Casa, pela *TV Assembleia*, estamos a discutir aqui, praticamente, num monólogo, porque os deputados e deputadas do governo se comportam como se lagartixas fossem. A deputada Luiza Maia, então, adora balançar a cabeça, no sentido do amém a S.Ex^a.

Recordo-me, deputada Luiza Maia, que V.Ex^a quando chegou a esta Casa era tão combativa, exalava vontade de representar o povo de Camaçari nesta tribuna. V.Ex^a, ao passar aí pouco mais de três anos, foi moldada. Hoje é outra Luiza Maia: cordata, silenciosa, devidamente enquadrada.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Concederei um aparte ao deputado Carlos Geilson para poder iniciar o discurso...

A Sr^a Kelly Magalhães:- Que falta de respeito com a colega Luiza Maia, deputado!

O Sr. PAULO AZI:- A deputada Luiza Maia, infelizmente...

Eu não desrespeito, pelo contrário, estou aqui a elogiar a deputada Luiza Maia.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Não... Nada disso... Solidariedade com as mulheres, rapaz!

O Sr. PAULO AZI:- A maneira como a deputada Luiza Maia chegou a este Parlamento...

A Sr^a Kelly Magalhães:- Ela é uma voz ativa e combativa.

O Sr. PAULO AZI:- () emocionava a todos nós. Agora, a deputada está cordata, não é, deputado Carlos Geilson?

O Sr. Carlos Geilson:- Deputado Paulo Azi, lembro-me bem do início desta legislatura. A deputada Luiza Maia já foi mais aguerrida. Já subiu a essa tribuna para fazer discursos enfáticos, inclusive, contra o próprio Partido dos Trabalhadores, do qual faz parte. Já votou contra uma proposição do governador. Sei que vai votar todas as vezes que entender que a proposição não atende aos interesses da categoria.

Depois que o Líder do governo, Zé Neto, deu-lhe um castigo, que foi duro, realmente, ela acabou cedendo. E hoje está, eu diria, mais cordata e mais dócil.

Aquela deputada Luiza Maia que se insurgia contra a orientação do seu Líder hoje está quietinha e silente. Hoje, não discursou ainda nem para falar do projeto que votará daqui a pouco, que é um projeto que beneficia os professores. De modo que estou sentindo falta daquela Luiza Maia naquela mesma cadeira. Mas a saudade daquela Luiza Maia está doendo em todos nós. Que saudade está fazendo a Luiza Maia aguerrida, combativa! Hoje, mais calma e mais cordata. Mas há de ressurgir a qualquer momento aquela Luiza Maia que todos nós queremos ver de volta.

O Sr. PAULO AZI:- É verdade, deputado Carlos Geilson! Gostávamos e venerávamos muito mais a antiga e aguerrida Luiza Maia. Agora, a deputada Luiza Maia, que foi devidamente enquadrada por esse governo, perdeu aquele brio, aquela gana e aquela força. Mas é isso mesmo! São os mimos do poder que, possivelmente...

Sr^a Presidente, não estou entendendo essa sirene aí.

Pois bem, nobres parlamentares, nobres deputados, vou aqui tentar, deputado Carlos Geilson, ajudar a minha nobre e querida deputada Luiza Maia, trazendo opiniões e discutindo o projeto, até para que possa ajudá-la quando ela for proferir o seu voto.

Estamos, aqui, Srs. Parlamentares, discutindo, em primeiro lugar, um assunto que é palpitante para este Plenário, porque todas as vezes em que se trata de educação, todos nós precisamos ter a seriedade devida. O governo encaminha a esta Casa um projeto que, efetivamente, traz alguns benefícios para os professores da rede estadual de educação. Mas é bom que se diga que os benefícios previstos nesse projeto já são direitos conquistados pelos professores do nosso País.

O artigo que molda o referido projeto, artigo 55, que trata do desenvolvimento das atividades complementares e considera que 1/3 da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores dos ensinos fundamental e médio, na realidade – se eu estiver errado, o nobre professor e deputado Zé Raimundo me corrija – isso é o que já está previsto na lei do piso. Se não me recordo o deputado Zé Raimundo pode me ajudar, a lei do piso, data de 2006, 2007, deputado Zé Raimundo, e desde essa época já constava nessa referida lei federal o dispositivo que determinava que 1/3 das horas previstas na carga horária dos professores fossem destinadas às atividades extra classe, atividades no sentido de fortalecer a matriz pedagógica dos próprios professores do Brasil afora.

Portanto, esse dispositivo que agora se insere na legislação estadual é tardio, chega depois de uma série de movimentações e manifestações dos professores, mas, ao nosso ver, ainda assim não atende àquilo que a própria lei federal, quando instituiu esse benefício, desejava alcançar.

O objetivo, senhoras e senhores parlamentares, dessa nova inserção era, como disse, possibilitar aos professores a condição de ter um certo período da sua carga horária destinado à atividades extra sala de aula, mas de extrema importância para o desenvolvimento do seu desempenho enquanto portador de conhecimentos para a juventude do nosso País. Esse foi e é o objetivo maior da legislação. Esse foi e é o objetivo maior da nossa conhecida lei que trata do magistério em nível nacional e batizada como a lei do piso.

Quando vamos avaliar o referido projeto, o próprio projeto traz, no seu artigo 7º, algo que contradiz essa determinação e esse direcionamento que deveriam ser observados pelos governos estaduais e, mais especificamente, pelos legisladores estaduais.

No artigo 7º, o governo simplesmente remete essas horas que deveriam ser, como disse, destinadas a essas atividades extra classe, remete-as simplesmente...

(Deputada Luiza Maia fala fora do microfone.)

O Sr. PAULO AZI:- Deputada Luiza Maia, a senhora deveria prestar atenção. Se quiser um aparte, eu Concedo a palavra; se quiser discutir o projeto comigo, concedo-lhe um aparte com o maior prazer.

Então, esse artigo, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, praticamente destrói aquilo que era previsto no próprio projeto, deputado Zé Raimundo, e na Lei do Piso Nacional, porque, simplesmente, passa a ser um artifício para conceder uma remuneração aos professores que deverão continuar na sala de aula e não mais terão as duas horas para as atividades extra-classe. Isso faz com que o referido projeto se resuma a uma maneira de se dar uma gratificação aos professores. Tenho a certeza de que esse não é o desejo e o objetivo da maioria esmagadora dos professores da rede estadual de educação. O governo Jaques Wagner inovou!

Todos nós nos recordamos dos momentos históricos vividos por esta Casa, quando acompanhamos uma greve que durou 115 dias. Naquela época os professores lutavam também pelo cumprimento da Lei do Piso Nacional. O governo, mesmo tendo assinado um acordo se comprometendo a cumprir o Piso, rasgou o acordo, não cumpriu com o que determina a lei e buscou caminhos sinuosos para dar uma espécie de cala boca aos professores do Estado. O aumento deveria contemplar todos os professores ativos e inativos, mas foi dado apenas a uma parcela desses mediante cursos de avaliação, o que não tem nada a ver com os preceitos e com o que se estabelecia na lei federal que trata das questões ligadas ao magistério.

Agora não é diferente! O governo que este ano, mais uma vez, desrespeitou a Lei do Piso Nacional, que, pelo segundo ano consecutivo, descumpriu a legislação federal, resumindo-se a dar um aumento que não conseguiu contemplar nem a reposição salarial, deputado Jurandy Oliveira, agora, mais uma vez, de forma sinuosa, de forma transversa, se utiliza de um expediente, se utiliza de uma conquista dos professores Brasil afora para, fazendo de conta que estaria garantindo esse direito e esse benefício, dar, mais uma vez, como disse, de forma sinuosa, um aumento a determinadas parcelas dos professores da rede estadual de educação.

Eu não tenho dúvidas de que a maneira pouco respeitosa com que o governo trata essa importante categoria, deputado Alan Sanches, é a principal causa de hoje vermos a Bahia ostentar índices vergonhosos quando se fala de educação pública neste País. Diferentemente da propaganda oficial do governo, os números oficiais, os dados oficiais do próprio governo demonstram o quanto estamos atrasados, o quanto penalizamos a nossa juventude. Será que esse governo não se sente desconfortável quando vê a Bahia descendo a ladeira e ter a educação pública do nosso Estado ocupando a vergonhosa posição de 22ª pior educação pública do País? Será que esse

governo não consegue parar para pensar e reavaliar que não pode continuar a fazer essa propaganda mentirosa que o povo não acredita mais nisso? Como é que o governo vai para a televisão dizer que alfabetizou 1 milhão e 100 baianos, quando os números oficiais apontam para pouco mais de 170 mil, Sr^{as} e Srs Parlamentares?

Aliás, deputado José de Arimatéia, existe algo interessante nesses números do governo, porque quando ele terminou o seu mandato há 3 anos, divulgou nos 4 cantos da Bahia que havia alfabetizado 1 milhão de baianos. Temos isso gravado e documentado, há propaganda oficial do governo, propaganda de campanha a reeleição do governador Jaques Wagner, que havia alfabetizado 1 milhão de baianos. Ora, 3 anos depois, apenas 100 mil.

Quer dizer, um governo que não se preocupa nem com a qualidade da sua mentira, não se preocupa nem em deixar as pistas de forma tão clara para ser desmascarado. E bota na televisão aquelas pessoas simples, humildes para mostrar que estão numa nova vida, alfabetizadas, como se elas estivessem ali representando mais de 1 milhão de baianos. Todos nós sabemos que é uma mentira, uma peça de marketing, uma propaganda. Mas felizmente a própria população já vem conscientizando-se, percebendo que esta Bahia pintada na televisão, mostrada como se fosse a 7^a maravilha do mundo, não existe.

O que existe é um Estado que perdeu as suas referências como principal locomotiva econômica do Nordeste, como um Estado cujos filhos e filhas viviam em segurança, onde os índices de criminalidade eram os menores do País, onde a educação era tratada com respeito e seriedade, falando-se a verdade, onde as pessoas morriam muito menos nas portas e nas filas dos hospitais.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, que nós assistimos a uma sessão como esta, um monólogo, os deputados da base do governo, não sei se chateados com o tratamento pouco respeitoso que têm tido ou se envergonhados pelas dificuldades que estão tendo que representar as suas bases, preferem simplesmente silenciar, não discutir. Mas nós estamos aqui, Sr^a Presidenta, cumprindo com a nossa obrigação de alertar este Parlamento e, principalmente, alertar o povo da Bahia sobre o infeliz momento que os baianos e o nosso Estado estão convivendo.

Muito obrigado, Sr^a Presidente

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr^a Presidente, quero parabenizar o deputado Paulo Azi pelo belíssimo pronunciamento que proferiu nesta noite de terça-feira. Um pronunciamento embasado em dados que provam que, infelizmente, o governo do Estado insiste em erros, em atitudes que não convêm à sociedade.

Aproveitando esta noite em que diversos deputados irão usar a tribuna para trazer a verdade da Bahia aos baianos, peço que V.Ex^a faça uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Muito obrigado.

O Sr. João Bonfim:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Questão de ordem, deputado João Bonfim.

O Sr. João Bonfim:-Nobre deputada Fátima Nunes, que preside esta sessão, gostaria que V.Ex^a procedesse a essa questão de ordem do depurado Sandro Régis com o acionamento das campainhas, alertando os deputados que se encontram nas diversas dependências desta Casa para adentrarem o Plenário, porque precisamos dar continuidade a esta sessão, que tem importância muito grande para este Parlamento, vez que serão aprovadas matérias de interesse da sociedade baiana.

Gostaria que todos os deputados estivessem presentes para receberem a notícia que trago sobre o resultado do julgamento do recurso especial nº 757, do município de Muquém do São Francisco, que tem como recorrido os candidatos Márcio Mariano e o seu vice. Esse recurso especial irá restabelecer o princípio da soberania popular e manterá o registro da candidatura de Márcio Rodrigues Mariano, que foi eleito, por duas vezes, em Muquém do São Francisco. Ele não havia sido empossado em função desse recurso especial que foi acatado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, e agora o Tribunal Superior Eleitoral confirma a registro da candidatura de Márcio Rodrigues Mariano.

Temos, neste momento, a confirmação de que Muquém do São Francisco tem um prefeito eleito, pela segunda vez, que deverá ser empossado assim que o acórdão do julgamento for publicado. A relatoria foi do ministro Castro Meira, e logrou o voto de mais quatro outros ministros. Márcio Rodrigues Mariano, hoje, é o novo prefeito de Muquém do São Francisco, com a confirmação do seu registro de candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Peço aos Srs. Deputados que compareçam a este Plenário para darmos continuidade a esta sessão que, como já disse anteriormente, é muito importante para a Bahia, porque precisamos aprovar as matérias que estão na pauta do dia.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Atendendo ao pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Sandro Régis e reiterado pelo deputado João Bonfim, peço que o painel seja zerado e marcado o tempo de 15 minutos.

Srs. Deputados presentes ao Plenário registrem suas presenças, e os que estiverem na sala do cafezinho venham o mais rapidamente possível para marcar a presença, pois assim daremos continuidade à presente sessão.

(Os Srs. Deputados registram suas presenças no painel eletrônico.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Srs. Deputados, registrem suas presenças.

Pelo número de deputados no Plenário já se sabe que há quórum suficiente, mas, como é necessário constar no painel, solicito que suas presenças sejam registradas o mais rapidamente possível.

No painel constam 16 Srs. Deputados, mas 27 Srs. Deputados estão em suas cadeiras. Portanto, registrem suas presenças.

Já há quórum regimental. Vamos dar continuidade à sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Concedo a palavra ao deputado Gaban.
(A deputada Maria del Carmen fala fora do microfone.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Carlos Gaban. Muito obrigada, deputada Maria del Carmen.

O Sr. GABAN:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o deputado Paulo Azi me passou, aqui, uns dados interessantes. Nos primeiros 4 anos do governo, o TOPA alfabetizou 1 milhão. Agora, nos últimos 2 anos, só mais 100 mil. Nem topar estão topando mais. A propaganda está maravilhosa, mas o número de PST eles não divulgam. Não temos acesso ao Fiplan. Aliás, nem o Tribunal de Contas tem acesso ao Fiplan. Os números são contraditórios, deputado Paulo Azi, e essa coisa não se encontra...

Falando em contradições, já apresentei aqui uma associação extremamente bem aquinhoada com esse governo, que está dando uma topada atrás da outra. Mas essa topada aqui, deputado Paulo Azi, é maior, porque se trata da Fundação José Silveira, hoje apresentei os dados, que conseguiu R\$ 543 milhões do governo com dispensa de licitação. Quinhentos e quarenta e três milhões! Que maravilha, hem!

É um doce que essa Fundação José Silveira tem, porque só ela é contratada. Parece que não há outra entidade na Bahia para se contratar para prestar serviços.

Ganha de longe da Prefeitura de Camaçari. Luiz Caetano não fazia esse absurdo, não. Ele dava oportunidade, pelo que eu sei, a várias empresas de participarem...

O Sr. Bira Corôa:- Mas perde para Salvador.

O Sr. GABAN:- Não perde, não! José Silveira? O que é isso, meu querido Bira Corôa? V.Ex^a acaba de me entusiasmar para fazer o que já estou agendado a fazer na segunda-feira próxima, às 11 horas. Sabe onde estarei? Numa reunião no Ministério Público. Sabe para quê? Vi as ações do Ministério Público com relação a alguns contratos firmados pelo ex-prefeito João Henrique, que deixou a situação calamitosa. O Ministério Público atuando, como é o seu dever e sua obrigação.

Agora vou levar vários casos, entre eles o da Fundação José Silveira, apresentando ano a ano os contratos que tiverem dispensa de licitação no valor de 543 milhões, para cobrar as mesmas providências que o Ministério Público está tomando, mas quando chega lá, há um grupo comandado pela promotora Rita Tourinho, que, quando se trata de prefeitos municipais, tem autonomia e autoridade para entrar com ações e apurar, como é o dever do Ministério Público.

A informação que temos, acho até que deveríamos fazer uma visita ao procurador-chefe, Dr. Wellington, é de que ele avocou para si todo e qualquer processo ou denúncia contra o governador do Estado e contra qualquer secretário. Não temos visto essas coisas ocorrerem, e o pior: trago aqui até para ajudar, lhe confesso que não fiz ainda um relatório, vou fazê-lo antes de ir ao Ministério Público, a informação de que desde 2008 já começavam os desmandos .

V.Ex^a deve se lembrar naquele grande escândalo, que ficou mais de uma semana no noticiário, referente à Polícia Militar, coronéis presos etc... Meu caro coronel Santana conhece bem esse processo e vai daqui a pouco tratar desse assunto

aqui na tribuna, mas vou tratar de um assunto da mesma época. Ele vai tratar daquela empresa lá de São Paulo que continua trabalhando para a Bahia mesmo depois dos escândalos. Aquela empresa que dá os carros para a polícia, aloca os carros. Qual o nome dela mesmo? Júlio Simões, uma empresa paulista envolvida no escândalo passado, mas que continua alocando os carros para toda a Polícia Militar do Estado da Bahia. A mesma empresa do escândalo de algum tempo atrás.

E para ver como as coisas funcionavam naquela época, vou tratar aqui do Centro Médico Hospitalar da Bahia. Há aqui um ofício encaminhado pelo então diretor da Polícia Militar da Bahia, Departamento de Finanças, o coronel, PM Edgar França Aires dos Santos Neto. Na época, 23 de outubro de 2009, ele encaminhou um ofício ao comandante geral: *“Remeto a V.Ex^a para conhecimento e adoção de medidas julgadas cabíveis cópia do processo formal de dispensa de licitação DS-01/2009, cópias do processo de pagamento 129/ 130/ 135 de 2009 bem como análise realizada por esse Departamento Financeiro, onde consta desconformidades detectadas por esse diretor financeiro, as quais impediram a liquidação dos processos supramencionados.*

Destarte, tendo em vista a relevância e a imperiosidade do serviço que são realizados pelo Centro Médico Hospitalar da PMBA...”

E por aí ele vai.

“(...) buscando precaver a administração castrense do instituto de improbidade administrativa ou prevaricação, sugiro o encaminhamento” – dizia o coronel – “dos originais dos processos sobre comento que se encontram no Departamento de Saúde à Procuradoria Geral do Estado para devida análise e pronunciamento como anteriormente sugerido por esta Diretoria de Finanças através do ofício 484/2009, União, de 30 de julho de 2009”.

E, dentre outros fatos, vou preparar para encaminhar ao Ministério Público um documento.

(Lê) *“Encaminho V. S^a, de retorno, os processos de pagamentos n^o 106, e 107, e 108/2009, contemplados pelas notas de empenhos n^o 23063, 23067 e 23069, todas no valor individual de R\$ 850.000,0 (oitocentos e cinquenta mil), perfazendo um total de R\$2.550.000,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), referentes ao pagamento de despesa do serviço de Gestão e Operacionalização das Ações de Serviço de Saúde do Centro Médico Hospitalar dessa OPM/Gestora as quais não foram liquidadas em razão das não conformidades abaixo relacionadas.*

1. Ausência, na instrução do processo de dispensa emergencial de documento com a indicação da existência de disponibilidade de recursos orçamentários, à época, no valor de R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais) resultante de 6 parcelas na média mensal de R\$ 850,000.00 (oitocentos e cinquenta mil reais), conforme decisão em reunião ocorrida em 20/11/2008, fls. 137, e na minuta do contrato, fls. 211, como recomenda o Inciso III, do art. 11, da Lei 9.433/05 que dispõe:

Art. 11 - Nenhuma obra ou serviço será licitado ou contratado, sob pena de nulidade dos atos e responsabilidade de quem lhe deu causa, sem que atenda aos

seguintes requisitos:

I...

II...

III - disponibilidade de recursos orçamentários.

2. Ausência de estimativa do orçamento do empreendimento, detalhado em planilhas que expressem a composição de seus custos unitários, disponíveis para consulta de qualquer cidadão, posto que o constante do processo possui preço estabelecido pelo futuro contratável, contrariando o disposto no Inciso V, do art. 11 da Lei nº 9.433/05.”

É longo. Ele cita parecer preliminar de auditoria assinado, à época, pelo auditor-chefe, José Jorge Bahia César, Coronel da PM. Há dados importantes.

(Lê) “Ausência de registros da comprovação, pela contratada, por mês-competência, do fornecimento de vale transporte e alimentação...”

Ausência de registro quanto à apresentação mensal, de cópia da folha de pagamento dos empregados vinculados ao presente contrato.

Observa-se, ainda na instrução processual, a existência de documento oriundo da Secretaria de Saúde do Estado, assinado pelo Sr. André Castro Alonso Filho, Superintendente da SUREGS, página 192-A, informando ao Comando da Corporação a descentralização de crédito orçamentário no valor global de R\$2.257.200,00... (...).”

É tanto dinheiro jogado fora que nós ficamos estarecidos, deputado Zé Neto. Estou encaminhando esses documentos, porque isso é uma prova cabal. Primeiro, deputado José Neto, já vou adiantando que é como foi relatado pelo conselheiro Pedro Lino nas contas de 2008 que nós vamos, depois, tratar deste assunto: é o cancelamento de despesas já pagas no exercício. Você empenha, liquida e, depois, manda cancelar o que já foi liquidado.

Este, aqui, é um dos exemplos que foi dado à época. Diz inclusive o auditor-chefe: (lê) “Ausência de publicação do ato de dispensa de licitação.”

Olha o descuido da gestão deste governo.

(Lê) “a) Ausência de Publicação do Ato de Dispensa de Licitação por Emergência, conforme preceitua o § 2º art. 65 que diz: “As dispensas previstas nos incisos III a XXIII do art. 59, as situações de inexigibilidade referidas no art. 60 e seus incisos, necessariamente justificadas, bem como o retardamento a que se refere a parte final do § 4º, do art. 15 desta Lei deverão ser comunicados à autoridade superior dentro de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como **condição para eficácia dos atos (grifo nosso)**...” ”

Nem o processo de dispensa de licitação irregular foi, sequer, publicado no Diário Oficial.

(Lê) “b) Ausência dos autos de indicação de disponibilidade do recurso orçamentário contratado, conforme preceitua o inciso III, do art. 11, combinado com o § 3º do art. 65 da lei nº 9.433/05.”

“(...) b) Ausência dos autos de indicação de disponibilidade do recurso...;

c) Ausência de indicação de estimativa de preço, detalhado...;

d) Ausência de declaração do gestor da Unidade Contratante em obediência ao que dispõe os incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101/2000.

Dos processos de pagamento...

a) Empenho das despesas de serviços contratados realizados a posteriori, para pagamento das faturas...;

b) Irregularidade no exercício da atividade da comissão de recebimento, em razão do não cumprimento na íntegra do § 4º do art. 161, que diz: 'O recebimento definitivo, compras ou serviço cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de no mínimo três membros'...' Nem isso foi respeitado.

"(...) Diante dos fatos e documentos analisados, esta Auditoria conclui recomendando:

Diante das irregularidades apresentadas, como as ausências de documentos e procedimentos imprescindíveis na formalização dos processos de dispensa de licitação e pagamento, em consonância com os preceitos legais, além do não cumprimento em parte das recomendações da Procuradoria de Licitações e Contratos, contidas na página 278 do referido processo de dispensa, recomenda-se o encaminhamento da documentação em análise (dispensa e demais documentos que a acompanham) à Procuradoria de Licitações e Contratos, para pronunciamento, em razão da constatação de vícios insanáveis, quando da formalização da Dispensa de Licitação por Emergência, bem como do descumprimento da execução contratual."

Este é o parecer do auditor-chefe da Polícia Militar, coronel PM Jorge Bahia César.

Sabe o que aconteceu, Srs. Deputados? Essa empresa que tem uma, digamos, preferência do governo, com todas as irregularidades, foi contratada! Se nós analisarmos o relatório do processo formal de dispensa de licitação nº 001/2009, processo de pagamento, os absurdos continuam. Num dos trechos... No breve histórico, por exemplo, *"Conforme ilustrações abaixo, extraídas da Internet, o Hospital da Polícia Militar já prestava serviço de leito de retaguarda desde o mês de fevereiro de 2009, antes mesmo de findar o processo de dispensa de licitação..."* E a empresa já estava lá prestando serviço antes - deputado Reinaldo Braga, preste atenção - da dispensa de licitação. Antes da dispensa da licitação, a empresa queridíssima do governador já foi beneficiada com R\$ 543 milhões. Começou lá em 2008, antes de ser dispensada do processo de licitação, irregular, segundo o relatório do auditor-chefe da PM ela já prestava serviço, antes da dispensa de formalidade, eivada de vícios e de erros, conforme determina a legislação de licitações em vigor no nosso Estado, no nosso País.

Mas as irregularidades não param por aí. Nesse relatório interno da Polícia Militar do Estado da Bahia, que eu vou entregar, repito, ao Ministério Público, sabe por que, deputado Reinaldo Braga e meu caro deputado Zé Neto? Porque as coisas aqui na Bahia ocorrem de uma maneira impressionante. Essas contas da PM são do exercício de 2008. Até agora não foram julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Sabe por quê? Porque o governo do Estado estava aguardando esta Assembleia - que

só abana a cabeça, a maioria esmagadora, em torno de 48 deputados lagartixas, que ficam abanando a cabeça - aprovar as contas do governo em 2008, deputado João Carlos Bacelar. Esta Assembleia já disse que vai aprovar, porque não interessa para eles que tenha irregularidades ou não. A Bancada do governo acredita na impunidade constante, para agora eles aprovarem essas contas de 2008 cheia de erros... Mas o Ministério Público vai ter que apurar, porque eu vou lá, vou entregar formalmente na segunda-feira às 11 horas da manhã, na segunda próxima. Agora que vem aqui, que está em processo, chegou para o conselheiro relatar agora só, deputado Carlos Brasileiro. Ficou desde 2008 até agora segurando. Sabem por quê? Para não dar constrangimento para o Governo. Como é que aprova as contas do Governo, um processo desse, um processo interno! As pessoas responsáveis da Secretaria de Segurança Pública deram o parecer de todas as irregularidades, mas isso não impediu que essa querida empresa aí que o governo adora, fosse contratada.

E vejam, olhem os absurdos neste relatório aqui, Relatório do Processo Formal de Dispensa de Licitação 01/2009. Se pegarmos, é tanta irregularidade, tem um dado aqui interessantíssimo, deixe eu procurá-lo. Os erros são tantos que o tempo não seria suficiente. A Fundação José Silveira é tão querida pelo Governo que neste relatório aqui, ele faz uma comparação de valores. Ele pega um contrato 068, que teve o valor de 4,9 milhões para ser executado em um ano, deputado Carlos Brasileiro, vamos arredondar para 5 milhões para um ano.

O contrato subsequente, também dispensa de licitação para a Fundação José Silveira é um contrato de 5,1 milhões, mais ou menos o mesmo valor, 100 mil a mais. Mas sabe para quê? Para seis meses. É o dobro do preço, é mais que o dobro do preço. Quer dizer, faz um contrato, na hora em que ele expira em um ano, contrata um novo contrato pelo dobro do preço, a mesma José Silveira! Está aqui no relatório. E essas contas do governador foram aprovadas! As contas da PM provavelmente devem ser rejeitadas, agora depois que aprovarem, agora que saiu lá da tramitação de 5 anos no Tribunal de Contas do Estado para agora ir para julgamento.

Então, são essas coisas, deputado Carlos Brasileiro, que não honra ninguém. O governador, tenho certeza absoluta, que ele se deve sentir envergonhado na hora que tomar conhecimento dessas coisas que estão ocorrendo no seu governo, porque é inadmissível que as coisas ocorrem, relatório interno. O Coronel Santana vai apresentar agora uma complementação de irregularidades também feitas na PM naquela época, e que nada acontece! E as contas ficam paralisadas no Tribunal de Contas do Estado! Espera aprovar aqui as contas do governador para começar a tramitar lá... da PM de 2008 agora que chegou, que tenho acompanhado isso, que chegou às mãos do Conselheiro Pedro Lino essa semana, porque aqui está sendo votado.

Então, essas coisas não engrandece a Bahia, não engrandece a nenhum gestor público e tenho certeza que o governador Jaques Wagner ao tomar conhecimento dessa denúncia terá que convocar uma reunião dos seus secretários, muitos envolvidos daquela época para pedir esclarecimentos e as providências que devem ser tomadas. Porque o Ministério Público vai ter que agir, não tem como não agir com

tantas irregularidades internas devidamente registradas pelos diretores responsáveis na época e pelas auditorias de cada órgão responsável.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado Carlos Gaban.

O Sr. GABAN:- Então, minha cara Presidente, complemento o meu pronunciamento, esperando, sinceramente, que o Exm^o Sr. Governador tome as providências necessárias para que antes que ele seja, ou os órgãos do governo intimados pelo Ministério Público para prestar esclarecimentos, que ele já tome as medidas administrativas necessárias.

Termino o meu pronunciamento, minha cara Presidente, solicitando que seja feita uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sra. Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- De novo, deputado? O Sr. está...

O Sr. Gaban:- Sabe por quê, minha cara Presidente, porque tem muito deputado assistindo jogo ali, começou o jogo. Terminou a novela que por sinal estava interessantíssima, eu até fui assistir um pouquinho, deu até para dar umas gargalhadas, estava até boa hoje. Mas terminou a novela, começou o jogo da seleção brasileira. Para que sejam convidados os parlamentares que estejam na sala do cafezinho, assistindo ao jogo da seleção do Brasil para virem ao plenário, porque, daqui a pouco, o próximo orador inscrito, para discutir, é o Coronel Santana. Pela sua postura, pela sua seriedade e pelos documentos que tem em mãos, por ser de uma maneira muito simpática e elegante comigo, fico, extremamente, satisfeito de V.Ex^a ter mostrado esses documentos de extrema gravidade.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir o pedido.

O Sr. Gaban:- Eu tenho 5 minutos para a questão de ordem. Tenho mais 4 minutos e meio, deputada. Minha cara presidente, nós vamos ficar aqui até de madrugada.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Conclua o seu pedido, por favor.

O Sr. Gaban:- Não sei por que esta agilidade. Deveria vir alguém da Mesa Diretora para presidir. Deputado Sandro Régis, por favor!

Sr^a Presidente, eu, até, entendo. V.Ex^a está cansada, pois está, aí, há um tempão e já cumpriu mais do que deveria com sua obrigação. Não é verdade? Deputado Sandro Régis, V.Ex^a é da Mesa, assuma a presidência dos trabalhos. Acho que deve haver um remanejamento na presidência dos trabalhos. Quem é da Mesa tem de ser remanejado. É duro ficar aí presidindo a sessão. O governo apanhando que nem... Como diz o ditado popular? “Mulher de malandro que diz que apanha...” Não sei. O ditado popular diz isso.

Bem, sem ter defesa para fazer, fica um monólogo aqui. Apresentamos dados. Apresentamos relatórios de auditoria interna da polícia mostrando irregularidades. E há o governo beneficiando esta Fundação José Silveira desde 2008. Depois de apresentar aqui que, de 2007 para cá, ganharam 543 milhões de dispensa de licitação. Eta empresa danada! Não tem relatório de diretor... Esta Fundação José Silveira! Eta

nome bonito, viu!

Mas sabem o que é? Nós não temos intimidade com esta fundação. O pessoal do PT é quem a conhece bem. Para ter a coragem de, num governo, você dar... Imaginou 543 milhões de dispensa de licitação para a Fundação José Silveira? Não tem nenhuma fundação na Bahia que tem competência? É um negócio assustador! Notória a especialidade provavelmente! Hein, deputado Zé Neto, só ela tem competência para contratar gente e sabe para quê? Porque o governo de V.Ex^a não se contenta em ser o recordista do Nordeste em números de cargos de confiança, recordista do Nordeste e do Brasil, acredito, por ter criado o maior número de secretarias num governo só. Esta Bahia é campeã, pois saiu de 20 para 31 secretarias. São 52% de acréscimo.

Nenhum governo, nem o do Piauí, teve a coragem de fazer o que o governo da Bahia fez. E quanto ao PST? Pelo amor de Deus! Quadruplicou o valor gasto em PST no governo Wagner! E quanto ao REDAs?

Quando o nosso ex-deputado Zilton Rocha passou a conselheiro, ele fez considerações dos erros e críticas ao governo. Eles mesmos disseram: “O governo indica o conselheiro Zilton e ele está mostrando irregularidades do governo.”

É a mesma mentalidade do PT de Lula. Os ministros, no processo do mensalão, votaram como determinam a Constituição e as leis em vigor no País. Foi dito: “O Lula me traiu, porque eu indiquei e ele está querendo colocar na cadeia aqueles que roubaram o País.”

É a mesma confusão! E, aqui na Bahia, fizeram com o nosso ex-colega Zilton, pois ele agiu conforme dever agir qualquer conselheiro, ou seja, ele analisou e apontou os erros. Mas Zilton foi criticado por muitos, pois traiu a confiança do governador. Mas ele continua firme na sua função.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Para concluir, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Gaban:- Eu tenho ainda um minuto.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- O senhor está fazendo um novo discurso. A questão de ordem já foi solicitada.

O Sr. Gaban:- Eu tinha 5 minutos, minha cara presidente. Se V.Ex^a estiver cansada... Deputado Sandro Régis, V.Ex^a é da Mesa, portanto, assuma a presidência dos trabalhos, pois a deputada está cansada, coitada. Eu quero lhe ajudar, deputada. A senhora tem o meu respeito e a minha consideração.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Acabou o seu tempo.

O Sr. Gaban:- Por isso mesmo...

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Tenha a paciência!

O Sr. Gaban:- (...) dentro dos 42 segundos que ainda me restam, solicito fazer uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão, a fim de que os deputados deixem de assistir ao jogo da seleção brasileira e venham ouvir um importante pronunciamento que será feito pelo Coronel Santana, pois ele tem prestado tantos e bons serviços à PM de nosso estado.

Obrigado, minha cara presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- V.Ex^a será atendido, deputado Gaban.

E, durante a sua questão de ordem, dois deputados pediram questão de ordem também.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr^a Presidente, minha querida presidenta, quero concordar com a verificação de quórum pedindo que seja marcado o tempo, acionem as campanhas e convoquem os deputados para virem aqui atender ao pedido do deputado Gaban na verificação do quórum. Queria aproveitar este momento e me dirigir ao deputado Gaban para dizer que a deputada Fátima Nunes preside a sessão, é uma deputada de respeito. Sei que por conta do horário, o deputado fez uma três vezes de uma forma pouco elegante com a presidente, pedindo, inclusive, ao deputado Sandro Régis para substituí-la, de uma forma um tanto quanto irônica. Só estou dizendo isso, respeito bastante o deputada, porque acho que quando alguém está presidindo a sessão não pode da nossa parte ser tratado dessa forma. Acho que isso não é bom para nós...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, fui citado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes, quero dizer, primeiro, que sou o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos na Oposição, portanto sei o papel da Oposição. Agora, questão de ordem de 15 em 15 minutos com os deputados aqui presentes, precisamos ter o bom senso. Faço um apelo, vamos aqui estipular o tempo de 1 hora...

O Sr. Gaban:- Não pode, presidente. Há um acordo de 20 em 20 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, deputado, só um segundinho. Pode sim. Eu estou com a a palavra, faço um apelo a V. Ex^a. Não é possível que de 20 em 20 minutos peça uma verificação de quórum. Eu já fiz oposição nesta Casa, na época, fizemos um acordo de no mínimo 2 horas, eu era deputado de Oposição. De 2 em 2 horas, pedia-se a verificação. Mas fazer um discurso e pedir verificação de quórum, aí tenham paciência.

Faço um apelo, é óbvio que tem que haver o bom senso, porque pedir verificação de 20 em 20 minutos, vai ser obrigado o presidente dar... Vamos fazer aqui um acordo, porque não é possível.

Enquanto estiver presidindo aqui, só de hora em hora. É uma decisão da Presidência, é o limite mínimo. Temos que ter o bom senso. Vamos obstruir o projeto... Vamos usar o bom senso. De hora em hora, eu como presidente ou outro colega presidindo aqui, é, no mínimo, de hora em hora, porque os deputados estão aqui presentes, está claro que tem número suficiente aqui.

Então faço um apelo, é um acordo de cavaleiros, senão vamos botar em votação... Já pensou se o deputado pedir de 3 em 3 minutos, o presidente é obrigado a dar? Se estiverem quatro ou cinco deputados aqui, tudo bem. Estamos vendo aqui que há mais de 21 deputados, Eu faço um apelo...

Deputado Sandro Régis, quando eu era deputado de oposição, foi feito um

acordo para ser de 2 em 2 horas. Tudo bem, foi outra época. Já fizemos acordo aqui de, no mínimo, de hora em hora, eu como presidente da sessão. Há um ano, dois anos, três anos, nessa legislatura. Eu só darei questão de ordem com o prazo mínimo de 1 hora.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria, até falei com a deputada Fátima Nunes, em momento algum quis desrespeitá-la, muito pelo contrário. Acho que tem que ter rodízio aí na Mesa. É cansativo ficar aí presidindo, então a minha intenção foi solicitar ao deputado Sandro Régis, que faz parte da Mesa, para substituí-la. Inclusive eu perguntei a ela agora: Deputada, a senhora sentiu que eu a ofendi? Ela: Não, de maneira nenhuma! Eu estou cansada.

Por sentir que ela estava cansada, eu pedi que fosse feito um rodízio, é normal. A pessoa ficar o tempo todo presidindo, não tem quem aguente, e há vários membros da Mesa Diretora para fazer as substituições quando alguém estiver casado.

O outro tempo, meu caro amigo presidente Marcelo Nilo, provavelmente foi mal informado, mas nós não estamos fazendo verificação de quórum de 5 em 5 minutos. Estamos respeitando o último acordo que havia sido feito já na legislatura passada, seria respeitado o tempo, de no mínimo, 20 minutos. Então, estamos respeitando o tempo de 20 minutos, que é o acordo em vigor.

Eu não tenho autoridade para fazer um novo acordo, até porque não me reuni com a Bancada, porque isso não pode, também, ficar mudando, deputado Zé Neto, de uma hora para outra. Na hora em que o Líder da Oposição chegar e se reunir conosco, pode modificar esse acordo.

O deputado Leur está confirmando que o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, acaba de ligar, foi consultado, diz que o acordo existente com o Líder do governo é de 20 minutos.

Então, meu caro presidente, estamos respeitando os 20 minutos, e gostaria de que isso fosse preservado até que o novo acordo, se for o caso, entre em vigor. Esta é a solicitação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a decisão da Presidência é no mínimo de hora em hora. Enquanto eu estiver presidindo aqui, só concedo verificação de quórum de hora em hora, é o mínimo que recomenda o bom senso. De 20 em 20 minutos, é inaceitável.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Deputado João Carlos, V.Ex^o, que é um deputado coerente, é inaceitável, questão de ordem de 20 em 20 minutos, vai ser uma obstrução infinita.

Enquanto eu estiver presidindo aqui, é de hora em hora.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a está passando dos limites...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não estou passando dos limites, não, deputado. V.Ex^a não tem mais questão de ordem sobre este assunto.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo orador, deputado Coronel Santana pelo tempo de 20 minutos

O Sr. Gaban:- V.Ex^a está passando por cima de um acordo de Lideranças. Quando estivermos assumindo a presidência, vamos fazer o quiser.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sobre este assunto não dou mais questão de ordem.

Farei o quórum e marco uma hora, porque é inaceitável, é o mínimo de bom senso. Não estou querendo ser autoritário, tenho paciência, agora, nunca vi uma obstrução demorar mais na questão de ordem do que os deputados discursando, vamos ter o bom senso, deputado Gaban.

Faço um apelo. Todo mundo sabe aqui que tenho paciência. Os deputados da base do governo acham que tenho muita paciência com a Oposição, não é verdade, eu respeito a Oposição.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, primeiro há a verificação de quórum. Eu concedo e sugiro ao próximo presidente que sentar aqui: no mínimo de hora em hora, é o mínimo do bom senso. Eu faço um apelo. Eu nunca vi nesta Casa se fazer uma obstrução de um projeto durante 15 horas. Não existe.

Zere-se o painel e marquem-se os 15 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram marcar as presenças, por favor.

Srs. Deputados que estejam presentes, que queiram marcar as presenças, por favor.

Quando falo de hora em hora, é para se ter o bom senso, se tiver quatro, cinco deputados aqui presentes e o deputado pedir, eu concedo, mas com vinte e poucos deputados, estamos vendo a olho nu que há número, vamos usar o bom senso.

Até vou propor no Regimento da Casa, já que agora está no computador, e os deputados vão decidir se é de meia em meia hora, se é de hora em hora, porque não é possível, eu faço um apelo. Se, por exemplo, tiver bom senso, teve mais de 21 Srs. Deputados...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, uma questão de ordem, rápida.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, o que quero é o consentimento de V.Ex^a, porque, muitas vezes, o Plenário está ficando com cinco ou seis deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aí, tudo bem! Claro! Tem que ter bom senso. O deputado Gaban pode até pedir de 3 em 3 minutos. Se houver quatro ou cinco deputados, eu atendo. Agora, estando aqui 40 deputados ele pedir... Vamos usar o bom senso.

Quero registrar, aqui, minha posição política. Não sou e jamais serei autoritário. Agora, não é possível que uma verificação de quórum...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, mais uma questão de ordem para V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente Marcelo Nilo, quero concordar, agora, com

V.Ex^a. V.Ex^a tomou uma posição anterior... Eu acho que, às vezes, o ímpeto, o cansaço nos faz errar, tomar uma decisão, que não é o estilo de V.Ex^a, totalmente arbitrária e até meio nazista: “É, vai ser assim, tarará...” Mas agora, Sr. Presidente, V.Ex^a usou o bom senso e, aí, sim, eu concordo: quando o Plenário ficar vazio tem que pedir verificação de quórum. Concordo com V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a parece que pegou o espírito do deputado estadual Marcelo Nilo quando na Oposição. Agora, eu sempre tive bom senso e espero que V.Ex^a também tenha.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, meu querido amigo, o deputado Coronel Santana, pelo tempo de até 20 minutos.

Antes de passar a palavra, faço um apelo aos deputados para que fiquem presentes, porque, realmente, temos que ter bom senso. Agora, se só tiver quatro ou cinco no Plenário, eu, estando na presidência dos trabalhos, concedo a verificação de quórum. Agora, vamos também ter bom senso, pois precisamos também ver um pouco o jogo do Brasil.

Com a palavra, o deputado Coronel Santana, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente, queria falar com o presidente Marcelo Nilo presente, até porque discordei dele ao estabelecer de hora em hora. Entendemos que esta Casa tem que funcionar e ao se definir de hora em hora, quando, como muitas vezes acontece, só há dois deputados no Plenário vai ser preciso esperar 1 hora para poder pedir nova verificação de quórum? Eu acho isso uma falta de respeito!

Da mesma forma que os deputados da Oposição estão aqui também deveriam estar os da Situação, pelo menos mantendo a sessão em funcionamento, com 21 deputados presentes. Agora, desce todo mundo, vão para seus gabinetes, a biblioteca, o cafezinho, a sala de televisão e deixam o Plenário vazio e os deputados de Oposição ficam sentados, mantendo a sessão!

Se nós pedimos quórum é porque queremos derrubar a sessão automaticamente. Não há por que darmos presença, quem tem que dar presença são vocês e não nós. Então, vejo que essa posição de colocar a verificação de quórum de hora em hora não pode ser praticada.

Mas, senhores, a minha posição aqui, hoje, é para falar em relação à continuação do deputado Gaban. Estamos, aqui, com as contas do governo de 2008 e 2009 para serem votadas, e queria só fazer uma reflexão para que todos lembrem daquela situação em 2009, quando foram presos alguns coronéis, dentre eles o ex-comandante geral da Polícia Militar.

Queria lembrar aos senhores que em 2002 e 2003, ainda no governo Paulo Souto, comandeí o policiamento da capital e trabalhava com 200 veículos diariamente na Cidade de Salvador. Ao retornar, em 2007, para comandar a Região Metropolitana, e trabalhava aqui, no Centro Administrativo, onde ficava o Centro de Comunicação das Polícias, recebia informações constantes lá. Circulavam em Salvador apenas 62 carros. Vejam os senhores que em 2002 e 2003 eram 200, e apenas 62 em 2007.

Recordo-me muito bem que deputados colocavam *outdoor* na rua, reclamando da violência, da inquietação em que ficava a comunidade porque não havia como atender a esse povo que reivindicava, que fazia pedidos.

E o coronel Santana procurou o governo, à época, para solicitar algumas medidas em relação a atender melhor e ter mais viaturas. O governo disse que não tinha condição de adquirir esses veículos, que o Estado não dispunha de recursos para adquiri-los. E ele disse que havia estados em que funcionava o *leasing*. Era uma locação, e após 3 anos de pagamento o carro passaria a pertencer ao patrimônio do Estado, o veículo era incorporado ao patrimônio do Estado.

O governo pediu maiores esclarecimentos. Um oficial foi ao Estado de Minas Gerais e fez um apanhado de como estava funcionando lá esse procedimento. Trouxe os dados para o governo do Estado, que os passou para a secretária da Casa Civil, parece-me que de nome Eva, para analisar essa proposta do comandante geral da Polícia Militar e opinar, e ela, na época, opinou em implantar o pano piloto pela Polícia Militar.

O senhores sabem que todos os procedimentos de alto volume de dinheiro para licitar sempre foram feitos pela Saeb, seja aquisição de carros, locação de carros, fardamento ou armamentos, sempre quem faz é a Saeb, e esses carros que locaram, quem fez a locação foi a Saeb, e a empresa que foi contemplada foi a Júlio Simões Transportes Serviços Ltda. Ocorre que esses carros chegaram, começaram a funcionar, e o erro administrativo da Fazenda, em 2008, empenhou muito mais do que a receita do Estado, o orçamento do Estado, e teve que anular mais de 200 milhões para poder fazer o nivelamento das contas. Dentre esses, foi anulado o contrato que tinha a Polícia Militar com a Júlio Simões, 14 milhões, 315 mil reais da Júlio Simões, de empenho que estava sendo feito para pagar, foi anulado, porque o Estado não tinha lastro financeiro e poderia ficar em alcance com o Tribunal de Contas por ter empenhado muito mais do que estava previsto no orçamento, empenhos já liquidados.

A Secretaria da Fazenda foi lá e anulou todos esses empenhos.

O Sr. Gaban:- Permita-me um aparte, até para termos um diálogo, um debate sobre esse tema. Diga-me uma coisa: veio ordem da Secretaria da Fazenda para fazer esse cancelamento de empenhos?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Em hipótese alguma. A Polícia Militar depois foi detectar que houve anulação desses empenhos, dentre eles essa Júlio Simões no valor de 14 milhões, e o Coronel Franco, diretor de finanças, à época, informou ao Comando-Geral sobre essa situação que estava ocorrendo. Então, o empenho ficou cancelado.

O Sr. Gaban:- Quer dizer, por iniciativa da própria Secretaria da Fazenda, não tendo consultado o órgão que fez os empenhos?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- E pelo que eu sei não foi só a Polícia Militar e a Júlio Simões, outras empresas também receberam seus empenhos.

Ocorre que quando chega em janeiro de 2009 sai o ofício da Secretaria da Fazenda, assinado pelo Sr. Pedro José Soares de Araújo, Gerente Financeiro do

Tesouro do Estado, determinando à Sra. Leila Tereza Ramalho Pinto, que fazia o elo de ligação Estado/Banco do Brasil, creditar à Júlio Simões 1 milhão 654 mil reais e fração, tenho a cópia do ofício aqui. Ocorre que, posteriormente a isso, o dinheiro saiu do cofre do Estado apenas por um ofício, não teve empenho, não houve empenho desse dinheiro, e os empenhos que tinham sido feitos já haviam sido anulados.

Então, o que acontece, o Coronel Aires que estava na DF recebe um ofício do Sr. Ilan Nogueira de Oliveira Santana, Gerente de Controle e Orientação, para que procedesse junto ao Sicof, a legalização desses pagamentos que foram feitos através de um ofício, um absurdo. O governo pagou à Júlio Simões através de um ofício. E após esse pagamento, lá vem agora mandar a Polícia Militar legalizar, junto ao Sicof, esse procedimento errado que eles praticaram cá pela Fazenda.

O Sr. Gaban:- Deputado Coronel Gilberto Santana, V.Ex^a tem aí a cópia do documento assinado que autoriza a pagar por ofício?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Está aqui na minha mão também. Tenho aqui.

O Sr. Gaban:- Isso é gravíssimo, isso é improbidade administrativa clara e flagrante. Esse documento é importantíssimo, eu nunca vi ter a coragem de assinar um documento mandando fazer um pagamento por ofício sem o devido empenho. É inacreditável.

Eu gostaria até de ver esse documento.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Eu passarei cópia para os deputados que desejem.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria de ter uma cópia, porque estarei indo a essa reunião no Ministério Público, e isso aí eu tenho obrigação, até pelo mandato que eu exerço, e tenho tido conhecimento, é meu dever e minha obrigação. E convidaria também V. Ex^a, se quiser me acompanhar será o maior prazer, se não puder, se tiver um compromisso, segunda-feira, às 11 horas, estaríamos juntos no Ministério Público para levar essas gravíssimas denúncias com os documentos que V.Ex^a apresenta nesta noite.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Ocorre que o Coronel Aires, à época diretor de Finanças, discordou de fazer o procedimento, legalizar uma coisa que já estava ilegal, que a Secretaria da Fazenda praticou. E aí encaminhou ao Corregedor Geral através de documento, tenho este documento aqui, informando-o essa situação. O documento foi encaminhado à Secretaria da Fazenda para ver que medida seria tomada.

Esse documento circulou em vários departamentos da Secretaria da Fazenda, dentre eles, novamente ao de Ilan Nogueira de Oliveira Santana, que é gerente de Controle de Orientação. E ele passou a informação que o secretário da Fazenda pediu, à época.

Ele fala: *“Em resposta ao ofício 70/2009 da UNION da PM, entendemos que a Diretoria do Tesouro – DEPAT, a qual enviou a solicitação de pagamento ao banco do credor Júlio Simões Transportes e Serviços LTDA, pode esclarecer quais faturas que foram pagas por ofício, que precisam ser regularizadas no Sistema de*

Informações Contábeis e Financeiras - SICOF”.

Então vejam os Senhores que ele informa que só esse órgão aqui, a Diretoria do Tesouro, poderia informar que foi ele que pagou, através de ofício para poder legalizar, junto ao SICOF, esses procedimentos errados que forma praticados pela Secretaria da Fazenda.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a, pelo que está apresentando aí, fica flagrante a maneira com que fizeram, quer dizer, maquiaram o orçamento e depois as informações, inclusive, do SICOF. Os pagamentos foram feitos de ofício, sem nenhum controle, sem serem inseridos na contabilidade do Estado e, posteriormente, fizeram um arranjo para legalizar, porque não teriam como comprovar, inclusive, esse pagamento irregular.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- E aqui ele continua, que mandou a polícia legalizar: *“Por fim, entendemos que os empenhos devem ser registrados no SICOF como DEA, em substituição aos empenhos anulados por ocasião do encerramento do exercício”.*

Vejam os Senhores que ele mesmo reconhece que a própria Secretaria da Fazenda errou, queria pagar com o DEA, porque os empenhos haviam sido anulados no exercício anterior, e fez através de ofício. Também tem uma outra autoridade lá que foi o diretor do Tesouro, o Sr. José Adelson Matos Ramos. Também ele prestou informações a pedido do Secretário da Fazenda, à época.

E ele diz o seguinte, vejam os Senhores a colocação deste cidadão, o que fez o pagamento. Ele não assinou, mas o Pedro que é o gerente fez a assinatura para o banco pagar: *“Em janeiro de 2009, o Sistema de Informações Contábeis e Financeiras – SICOF estava sem operacionalizar pagamentos por conta do fechamento do exercício de 2008 e a não abertura da execução orçamentária de 2009.*

Neste período é comum ocorrerem necessidades urgentes e inadiáveis de pagamentos de credores sob pena de inviabilizar algumas atividades administrativas do Estado”.

Vejam os Senhores que esse pagamento, ele diz que tinha que ser feito, porque era inadiável e poderia causar danos à administração do Estado e por isso é que foi pago dessa forma. Mas, o que mais estarrece e preocupa a gente é que ele volta a afirmar aqui também o que o Ilan afirmou. Ele afirma também que esses pagamentos deveriam ser regularizados como Despesas de Exercícios Anteriores. Ele também reconhece que era para ser feito dessa forma.

E, para piorar mais ainda, o Olintho, que também é superintendente da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda, Olintho José de Oliveira. Ele também presta informações e diz: *“A contabilidade deve registrar os atos e fatos contábeis, independente de qualquer situação. O fato de serem lícitos ou ilícitos não significa dizer que não existiram. No caso de serem ilícitos, cabe à justiça julgar. Mas devem estar registrados até para ajudar na apuração dos fatos.*

Para diligenciar pagamentos como Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) devem ser observadas as orientações contidas no Decreto nº 181-A, de 09 de julho

de 1991 (cópia anexa), informando o Decreto como se faz despesas anterior.” E mais à frente o que é mais grave: (Lê) “O pagamento em questão obedeceu a uma solicitação da SSP, para apurar fatos que estavam sob investigação sigilosa. Não fora essa motivação ele teria aguardado o procedimento normal.”

Então vejam os senhores, diz ele, porque não há esse documento que o secretário da Segurança tenha determinado à Fazenda pagar, mas ele fala aqui que se não fosse a solicitação, porque estava em fase de investigação, que poderia aguardar a sequência normal, que era fazer o DEA e encaminhar à Polícia para que tomasse as devidas providências.

O Sr. Gaban: - O que nos deixa estarecido é que é uma tentativa de não deixar um rastro do erro cometido.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Com certeza.

Veja que teve uma intenção, prepararam o flagrante, cuja vítima foi o Coronel Santana, disseram que ele fez licitação e superfaturou esses carros. Na verdade, não foi ele quem fez. Foi o ex-secretário Manoel Vitório que hoje está na Fazenda, à época secretário da Segurança Pública. Mas distorceram dizendo que foi o Coronel Santana que fez, para prejudicá-lo forjaram um flagrante, quebrando todos os procedimentos legais da contabilidade do Estado, retirando recursos do Cofre do Estado através de um ofício para depois pedir à Polícia para legalizar o ato errado e absurdo. E ainda, o auxiliar afirma que pagou porque foi à pedido da SSP.

Então, senhores, é este Estado que falamos que é democrata e republicano? É este Estado que tem transparência? Que fala aqui que herdamos a miséria do passado? Que miséria que herdaram? Aprenderam com quem isso? Paulo Souto deixou algum rastro aqui para eles? O que deixou foram bons exemplos. Ele deixou grandes obras. Mas o governo aqui fica a dizer constantemente que o governo passado deixou o rastro da miséria para o Estado.

Na verdade rastro quem está deixando é este governo, porque a Bahia parou de se desenvolver. A Bahia não tem obras. Você vai ao Extremo Sul e não tem nada, está lá o aeroporto abandonado. O povo reclamando porque tem que descer em Vitória do Espírito Santo ou Porto Seguro, porque o aeroporto de lá está sem funcionar. Uma região que tem quase 400 mil habitantes, poderia ter um aeroporto alternativo para Porto Seguro, até para Vitória também. Estão agregadas em torno de Teixeira de Freitas várias cidades importantes, mas o governo não investe em infraestrutura, educação nem segurança.

Chegamos em Itabuna, encontramos lá um centro de convenções que teve a obra iniciada por Paulo Souto. Obra realmente de importância para aquela cidade. E vejam que o governo Wagner teve uma votação expressiva em Itabuna, mesmo assim está lá a obra sem conclusão, o dinheiro público foi gasto e está tudo sendo destruído. O povo já pediu, eu já fiz a solicitação, mas o governo Wagner não tem compromisso com a Bahia.

Se você partir para Ilhéus, verá que há uma ponte prometida e até hoje não foi construída. Em Itabuna, há uma barragem que está paralisada por falta de pagamento. Estão lá os fazendeiros se queixando, porque a indenização não foi paga ainda. Se é

na área da Segurança, estão aí os índios invadindo as propriedades. Eu estava no Comando Regional Sul, à época, de 2004 a 2007, recordo bem que o juiz Dr. Higino, de Buerarema, quando esses que se dizem índios invadiram as propriedades dos pequenos produtores, e o deputado Marcelino Galo defende tanto a Agricultura Familiar, foram para a Justiça, o juiz determinou a reintegração, requisitou a Força Pública, e na época, havia um acordo que a polícia para atender essas requisições tinha que passar pela Casa Militar e pelo governo do Estado. Não foi cumprida porque lá eram índios. Que índios havia lá? Que terra de índio já que a demarcação não existia? Mas deixou chegar ao caos que está aí hoje. Eles se ousaram porque não houve a ação de imediato e hoje está aí a terra sofrendo, pequenos proprietários morrendo, outros passando fome, miséria, sendo despejados das suas áreas onde produziam seus grãos para sobrevivência e até mesmo gerando emprego e renda, economia ...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a dispõe de um minuto, deputado.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- (...) e o caos está lá instalado na região. Não tem área demarcada de índio, não tem área que defina quem é índio, existe a Funai com seus interesses lá. Pessoas como você, Gaban, loiras, de olhos claros, estão lá dizendo que são índios. Basta um procurar pela Justiça, entrou lá, virou índio. É um absurdo, é uma falta de respeito esse Brasil voltar a ser entregue aos índios.

Então é preciso que governo do Estado que está omissa tome posições mais enérgicas. Por isso é que eu não posso aprovar uma conta de 2009 com essas aberrações, até mesmo porque a conta da Polícia que está envolvida nesse procedimento aqui, agora que está nas mãos do Pedro Lino para poder ser analisada. Como é que se vai aprovar uma conta que tem envolvimento nesse fato aqui, aprovar a do governo agora e deixar o da Polícia para depois? Então eu acho que deveria ser tirado de pauta para, no momento certo, analisar as contas, já que há essa irregularidade aqui e gostaria levar ao Ministério Público com V.Ex^a para mostrar em documentos que eles realmente comprovam...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado, o seu tempo está esgotado.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- (...) o erro, o absurdo e a falta de respeito com o bem público do Estado e dos baianos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, atendendo ao que foi solicitado pelo nosso querido presidente Marcelo Nilo na hora em que fosse verificado o esvaziamento por parte da Bancada do Governo...

(Vários deputados da Maioria falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Gaban:- Não, a qualquer momento. Poderíamos fazer de 3 em 3 minutos

inclusive. Estou atendendo ao que foi solicitado pelo presidente Marcelo Nilo.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Não aceitamos que seja verificado o quórum presencial.

O Sr. Gaban:- Presidente, a palavra, parece-me, que é minha. Eu formulei a questão de ordem, que seja feita a verificação de quórum para continuidade da presente sessão. A Bancada do Governo é que tem obrigação...

A Sr^a Kelly Magalhães:- Isso é abuso. Não, não.

O Sr. Gaban:- Está todo mundo nervoso.

Sr. Presidente, se V.Ex^a pudesse garantir a minha palavra eu agradeceria.

Deputada Kelly, eu estou fazendo a questão de ordem.

A Bancada do Governo está ausente. Então eu solicito ao Sr. Presidente que seja feita uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Sr. Kelly Magalhães:- Não aceitamos.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Carlos Gaban, tendo em vista que só há 21 minutos e 38 segundos da solicitação de ordem anterior, há presentes 21 deputados em Plenário. Portanto, se V.Ex^a contar...

O Sr. Gaban:- Não, presidente, o quórum tem que contar é na Bancada do Governo, até porque o painel...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Eu tenho que contar o total dos presentes.

O Sr. Gaban:- Está feita a contagem? São 21? Então vou contar, porque se não tiver cai a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não.

O Sr. Gaban:- Então ninguém entra mais na sala.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Saíram dois deputados.

O Sr. Gaban:- Se o que está saiu é complicado, deputado. Se saiu, presidente, então solicito que seja feita a verificação de quórum para continuidade da presente sessão, já que não tem 21. Porque se for para contar, nós contamos, se tiver 21 ótimo, se não tiver cai a sessão. Tudo bem. Qual o critério, meu caro presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Carlos Gaban, vou, como o deputado Marcelo Nilo, apelar para o bom senso de V.Ex^a que é sempre presente.

Com os deputados saindo será inevitável que nós não tenhamos 21. Quando eu contei, nós tínhamos a presença dos deputados.

O Sr. Gaban:- Então pronto. Solicito, dentro do que foi solicitado pelo presidente Marcelo Nilo que mais de uma vez disse que se tiver pouca gente pode solicitar até de 3 em 3 minutos que vale, quando tiver 40 pessoas não pedir verificação de quórum.

Então como não temos 40 e a Bancada está esvaziada, solicito a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Gaban, eu vou apelar para o bom senso. Quando V.Ex^a pediu, havia.

O Sr. Gaban:- Eu não terminei de formular. Os meus 5 minutos não foram...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado, V.Ex^a tem todo o direito de

pedir questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Apelando ainda para o bom senso, vou pedir a V.Ex^a ...

O Sr. Gaban:- Tem 13 deputados, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido o deputado João Carlos Bacelar que está atento e que é o próximo orador. E que V.Ex^a fique atento para...

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, V.Ex^a sabe que tenho o maior carinho e respeito por V.Ex^a, mas com o presidente estamos contando 13. Treze não são 21, Sr. Presidente. Sugiro ao deputado Zé Neto ou alguém que peça para que seja estipulado o tempo, porque senão V.Ex^a vai ter que contar e encerrar a sessão.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu concordo que a política seja feita dentro das regras. Temos uma bancada de maioria, se quiserem mudar o Regimento, nós mudamos, como já fizeram várias vezes quando éramos da Oposição. E nós não fizemos isso, nunca utilizamos de nenhum expediente que não fosse do jogo. O jogo está jogado, vamos jogar o jogo. Se quiserem ficar aqui até de manhã, vamos ficar aqui até de manhã com eles obstruindo, como já fizemos quando éramos oposição. Não há problema nenhum nisso. Sabemos como isso caminha e temos que suportar.

Agora, a cada 20 minutos, cinco ele passa fazendo o pedido, aquele lenga lenga, e depois mais 15 à espera das pessoas que também estão cansadas, temos senhoras na bancada. Não há problema com a obstrução. Agora, tem que ter bom senso, porque é um tratamento pessoal. Uma coisa é a política, estar aqui fazendo discurso, é governo e oposição. Acho que o deputado Gaban está se perdendo numa situação de controle pessoal, de respeito pessoal aos colegas deputados e deputadas, porque se excede num procedimento. O pessoal foi jantar e, durante o jantar, disseram que iam pedir para ninguém ficar lá. Ah, porque estão aqui assistindo o jogo. Sim, qual o crime? Estamos passando a noite toda aqui, estamos trabalhando e trabalhando muito. Pelo menos a esmagadora maioria dos deputados aqui trabalha e muito. O que temos que ter claro na nossa cabeça é que isso aqui é um Poder ao qual dedicamos nossas vidas. Ninguém está aqui brincando.

Agora, me desculpe, com toda amizade e carinho que tenho por V.Ex^a, acho que V.Ex^a sai da política e entra num processo desgastante no campo e no nível pessoal que acho que não deveria existir. Faço um apelo, não é o Líder que está falando, é um deputado colega, esqueça oposição ou governo, já chega, deputado Gaban. Temos que começar a entender que nesta Casa há situações de disputa, faz parte da consolidação da democracia, mas há outras que são de convívio, de relacionamento, de respeito pessoal. Se V.Ex^a achar que isso é uma lógica, então não tem por que ter obstrução, porque cada um que faz vai ter mais 20 minutos, depois mais 5 mais 15. Até para V.Ex^as acho isso desgastante, porque estão falando, vão fazer várias obstruções, temos hoje vários projetos para serem obstruídos, não vai faltar tempo para obstrução. Então, estou pedindo a V.Ex^a que gaste o tempo da obstrução na obstrução.

O Sr. Gaban:- Meu prezado presidente, até para tentarmos chegar num ponto comum. Deputado Zé Neto, primeiro, não estou indo para o lado pessoal contra ninguém, pelo amor de Deus. Estou utilizando todos os argumentos e todas as formas que o Regimento permite para fazer obstrução e prorrogar a sessão, isso faz parte do jogo político, nada pessoal com isso.

Se V.Ex^a me permitir uma sugestão para que isso não volte a ocorrer, até tentando ajudar, a bancada de V.Ex^a tem 47, 48 deputados, nem sei, estão ocorrendo adesões. Agora não, esse número vai diminuir, o pessoal vai começar a voltar porque sabe que 50 mil votos na base do governo não vai ter. Então, a sugestão, Sr. Presidente, é que V.Ex^a mantenha 20 parlamentares aqui da base do governo, porque aí ninguém vai pedir.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Nós já temos 22 deputados, por favor.

O Sr. Gaban:- Mas é para evitar problemas futuros. Se forem mantidos 20 deputados da base do governo, não precisa nem 20, tem quem preside, que normalmente é da bancada do governo que tem a maioria, um para quem pede, dois, se tiver 19 deputados da base do governo aqui não tem esse problema, não tem solicitação de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Ok, deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido o eminente deputado João Carlos Bacelar para discutir. V.Ex^a terá até 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, antes de analisar a mensagem 38/2013 do Poder Executivo Estadual, quero fazer três registros rápidos.

Primeiro, discordar do deputado Carlos Geilson quando disse que a nobre deputada Graça Pimenta era a musa da Assembleia. Quero fazer uma homenagem agora à deputada Kelly Magalhães, já que estamos votando esse projeto, deputada, V.Ex^a é a musa do projeto de lei 20.424/2013.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputados, deputadas, temos um orador na tribuna, o deputado João Carlos Bacelar. Por favor, deputados e deputadas, conttenham-se. Gostaria que fosse descontado o tempo do deputado João Carlos Bacelar.

Deputados, por favor, V.Ex^{as} inclusive têm a tolerância do deputado Gaban para ficarem na sala do cafezinho e bater papo lá, por favor, silêncio.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero, inicialmente, antes de entrar no mérito do projeto, lembrar que essa terra viveu um dia dedicado à democracia. Esse dia ganhou espaço graças ao espírito aguerrido e perseverante de uma fiel torcida, sem dúvida, o maior patrimônio de um clube de futebol. Com todas as letras e com convicção, agora podemos repetir aliviados...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Gostaria de, mais uma vez, pedir aos deputados e deputadas, silêncio pois há um orador na tribuna. Entendo o cansaço de todos, mas gostaria de pedir respeito ao deputado que faz um pronunciamento

importante inclusive nesse momento, como são os pronunciamentos do deputado João Carlos Bacelar. Por favor!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, Sr. Presidente. Quero lembrar que nós, que a Bahia nesse momento pode respirar aliviada porque agora o Bahia tem dono realmente. O dono do Bahia é a sua imensa torcida e no último dia 7 de setembro deu uma grande demonstração de democracia. Um Clube que tem eleições diretas para presidente e para o Conselho, um Clube que é patrimônio deste Estado, um grande patrimônio, um imenso patrimônio da Bahia e que por uma série de razões, por uma série de desmandos vinha passado por uma situação difícil.

Pois bem, essa imensa torcida, essa Nação tomou às suas mãos a responsabilidade pelo destino do Bahia e elegeu uma nova diretoria. Quero aqui parabenizar o presidente eleito Fernando Schmidt que traz no seu currículo uma passagem gloriosa pelo Esporte Clube Bahia. E tive a honra, Sr. Presidente, de ter o meu nome incluído entre os outros cem conselheiros que foram eleitos no último dia 7. E espero no Conselho poder fiscalizar, contribuir, dar sugestões para que com certeza a terceira estrela esteja bordada naquele manto sagrado, que é a camisa do nosso tricolor.

Pois bem, feito esse registro feliz, trago, agora, um assunto que deixa a população de Salvador bastante preocupada: os médicos do Hospital Ernesto Simões temem o fechamento do setor de pediatria.

Repito, médicos do setor de pediatria do Hospital Geral Ernesto Simões Filho, no bairro do Pau Miúdo, aqui em Salvador, apontam uma possível ameaça de fechamento da unidade que atende a crianças.

O hospital está em reforma desde o dia 22 de agosto, o que fez a emergência funcionar em *containers*, além de outros serviços terem sido transferidos para o 16º Centro, no bairro de Pau Miúdo. Segundo o presidente da Sociedade Baiana de Pediatria, dr. Fernando Barreiro, dos 22 leitos anteriores, só 10 funcionam no momento.

Nessa última segunda-feira, uma reunião foi realizada com membros da Sobape e representantes do Sindicato dos Médicos da Bahia para cobrar uma posição das entidades responsáveis: “Nós queremos um posicionamento da Secretaria da Saúde do Estado e da direção do hospital sobre o que vai acontecer ali, se vai fechar ou não”. Disse Barreiro em contato com a imprensa baiana.

Segundo ele, a desconfiança aumenta pelo fato de, desde o começo da requalificação, não ter sido apresentada nenhuma informação concreta sobre o futuro daquela unidade pediátrica.

Barreiro lembra também que o Ernesto Simões atua em área de significativa densidade populacional com carência de atendimento médico. Ali se atende gente do IAPI, de toda a Liberdade, da Barros Reis e da Baixa de Quintas. Como ficarão essas crianças?

É isso, ilustre Líder, deputado Zé Neto, que pergunto a V.Ex^a: como ficarão as crianças desses populosos bairros que acabei de citar? Qual é a posição oficial do governo do Estado acerca do Hospital Geral Ernesto Simões Filho?

Aguardamos por essa resposta. Sabemos das deficiências da saúde pública brasileira, muito mais agravadas em nosso Estado. Falando-se do atendimento pediátrico, essa situação ainda adquire cores muito mais preocupantes.

Quero, agora, Sr. Presidente, voltar à mensagem nº 38, e começar a sua leitura com a exposição de motivos do Sr. Governador. Diz ele no teor da sua mensagem:

(Lê) *“A presente Proposição tem por escopo alterar dispositivos das leis supra referidas, estabelecendo que 1/3 (um terço) da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio deverá ser reservada ao desenvolvimento das atividades complementares, em consonância com o disposto no § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com a possibilidade de remanejamento de até 02 horas das sobreditas atividades complementares ao desenvolvimento de atividade em sala de aula, observada a necessidade do ensino, sendo criada gratificação mensal para pagamento.”*

Tenham, Srs. Deputados, a consciência de que essa reserva de 1/3 da carga horária é para o desenvolvimento de atividades complementares. Não é para o professor ficar em sala de aula. Mas como tudo aqui é no reino da fantasia, o governador, primeiro, que paga salários ultrajantes aos professores. Um governo que maltrata o grupo magistério. Um governo que deixou a rede estadual, somente no ano passado, com 120 dias de greve! Cento e vinte e dias de greve!

Se juntarmos, deputado Adolfo Viana, as greves do grupo magistério durante os dois mandatos do governo Wagner, eu não estaria aqui exagerando se dissesse que passamos mais tempo em greve do que tendo aula. É esse o quadro da educação na Bahia. É esse o legado do governo do PT na área da educação. Não tem, o governo do Partido dos Trabalhadores, compromisso com a educação do filho do trabalhador. Não tem a menor consideração!

Para fugir, para mascarar a realidade, elegem como prioridade absoluta de sua política educacional o tal do Topa – alfabetização de jovens e adultos. Não conseguem alfabetizar as nossas crianças. Setenta e cinco por cento das crianças, na Bahia, chegam analfabetas ao 5º ano. E vem o governo, na sua propaganda fantasiosa, dizer que já alfabetizou 1 milhão e 200 mil adultos. Não consegue alfabetizar as crianças no ensino regular, na escola pública, com professores titulados e com remuneração em dia. Imagine dizer que alfabetizou 1 milhão e 200 mil pessoas com professores que nem titulação tem. Professores que dão aulas em qualquer local, em qualquer associação, em igrejas, em ambientes que originariamente não eram destinados à educação.

Se não consegue alfabetizar numa sala de aula convencional, quem acredita nesta – desculpe-me o termo, mas o termo real é esse – mentira de dizer que alfabetizou 1 milhão e 200 mil pessoas. Onde, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto:- Na Bahia!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agora mais não, às 23h15, mas convidaria...

O Sr. Zé Neto:- Amanhã!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) amanhã, deputado Zé Neto, num horário mais cedo, às 19 horas, para irmos atrás de uma classe do Topa funcionando em Salvador. Não existe! Não existe! É como diz o ditado popular: “Algo para inglês ver.”

E, aí, vamos a outro programa da área educacional do governo: o Emetec. O Emetec tem como proposta, através de tecnologias, através da internet, levar a locais distantes da Bahia, e o deputado Marcelino Galo que muito bem conhece essas áreas, principalmente essa sobre a qual falarei agora, a área do Baixios, em Esplanada, por exemplo, levar o ensino médio ao filho do pescador.

Há sete meses o governo do Estado não paga o salário aos monitores. E aparece numa publicação, com papel couché, caríssima, que custou os olhos da cara, que foi elaborada por mestres do marketing, que custou uma fortuna, e ficam sete meses sem pagar o salário dos monitores.

Deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a que tem o compromisso com as causas sociais, aqui não estamos partidarizando nada, não estamos colocando a política... mas pergunto ao deputado Sargento Isidório, é justo ficar sete meses sem pagar os professores do Emetec? E aí? Que educação estamos aqui defendendo para o filho do trabalhador?

Contra fatos não há argumentos. Dizer que a educação é prioridade na Bahia, “aonde”?! Estou dando alguns exemplos: não cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho do professor para atividades complementares, salários baixos para o professor, sete meses sem pagar aos professores do Emetec.

Fico a me perguntar como é que esta bancada, que aqui na Casa dá apoio ao governo, consegue ir ao interior do Estado, consegue ir a uma comunidade discutir, quando sabe que naquela comunidade centenas de trabalhadores estão há sete meses sem receber.

Gostaria de saber se a empresa que presta o serviço na área do Emetec está sem receber. Não paga o salário de um monitor, que é um salário mínimo, imaginem se nessas escolas está chegando o sinal da internet. Nada, nada! Nos relatórios, tudo aparece às mil maravilhas, mas, na realidade, é o fracasso total. Fica parecendo até uma determinada prefeitura da Bahia que encaminhou um relatório ao MEC mostrando as salas de informática das escolas municipais. O auditor do MEC começou a notar que em todas as fotos aparecia o rabo de um gato. “Que diacho é isso? Tanto gato nas escolas desse município?” Não era nada disso. Tiraram a foto de um laboratório e pregaram a foto em diversos processos para enrolar os auditores do MEC.

É o que acho que deve estar acontecendo no caso específico do Emetec. Alguém pensar que está havendo um programa de ensino à distância com tecnologia, e há sete meses não pagam os monitores, como é que fica o jovem filho do pescador do Baixios? Como é que fica o jovem, filho de um trabalhador, lá em Curaçá, lá em Casa Nova, enfim, nos recantos distantes da Bahia?

Na propaganda do governo da Bahia, tudo funciona; na realidade, infelizmente, é um fracasso total! Fracasso de todas as políticas públicas seja na

segurança, na saúde ou na educação. No caso da educação, espero que o governador reconheça o fracasso, da mesma maneira que reconheceu o fracasso da política de segurança pública. O governador, constatando uma realidade já constatada pelos habitantes de Salvador, admitiu que as tais UPPs não funcionam, não são eficientes e que são um fracasso também na área da política pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concluindo, meu querido e ilustre presidente, estamos aqui, nós da Oposição, neste esforço, neste desgaste físico para apontar as mazelas e ver se conseguimos tocar nos corações de V.Ex^{as}.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, presentes às Galerias Paulo Jackson, nesta noite vamos discutir diversos projetos. Neste momento, discutiremos o projeto de lei nº 20.424/2013, que altera os dispositivos da lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002. Esse projeto, que o nosso Líder já encaminhou e direcionou a nossa Bancada, corresponde ao projeto da educação. Nós votaremos a favor desse projeto e dos professores. Só que a questão da educação vai muito mais além do que a questão desse projeto.

A educação da Bahia avançou muito pouco nesses 7 anos de governo Jaques Wagner. O grande anúncio e o grande investimento propagado pelo governo é o TOPA, investimento do governo federal. Investimento esse que tem sido muito deficitário na qualidade do ensino público do Estado da Bahia.

Deputado Leur Lomanto Junior, sentimos neste governo, a cada dia, o salve-se quem puder. Você sente no dia a dia, conversando com as pessoas, a certeza da derrota nas próximas eleições para o governo do Estado.

O deputado Zé Neto, no seu desequilíbrio, muitas vezes grita, gesticula, esperneia, mas não traz nada de concreto. Ele sobe nesta tribuna para falar sobre o passado. Ele grita e não tem eloquência nenhuma nos seus discursos! Ele grita aqui ou com os deputados da sua Base, porque na conversa ele não consegue convencer ninguém! O projeto que ele defende é falido, é o projeto que levou a Bahia para o buraco!

Você não pode defender um governo que não paga a ninguém, deputado Bruno Reis; você não pode defender um governo que dá o maior calote da história da Bahia! Eu desafio aqui uma empresa que esteja prestando serviço a este governo e que esteja recebendo. Como dizem na linguagem popular, “é o governo má paga”. Não paga a ninguém! Não tem credibilidade! Eu quero saber qual é o deputado da Base aliada que está satisfeito! Ninguém está, porque não tem um compromisso honrado com ninguém. Nesse governo assinatura não vale nada, o que assina não cumpre. Quero que venha um deputado aqui desmentir o que falo. É um governo que perdeu a

credibilidade, que criticou, deputado Adolfo, os REDAs do passado. É o governo hoje que tem muito Reda e que também não paga. O PST está aí, as pessoas com 3 meses de salário atrasado.

Aí começamos a analisar qual o grande legado, o grande avanço que esse governo trouxe nesses 7 anos, e não temos nada para identificar concretamente. Tenho o jornal Bahia Negócios, deputado Leur, do jornalista Geraldo Vilalva, que na sua manchete dizia que em 2015 a ponte Salvador-Itaparica estaria pronta. Mais uma lorota. Eles não têm compromisso com a verdade. É um governo baseado e focado no factóide. Todos os dias eles criam um factóide para poder enganar a população, esquecendo eles que o povo não aguenta mais tanta violência, que o povo não aguenta mais assistir a Bahia ser o Estado, proporcionalmente, mais violento do País.

Nós, baianos, não somos invejosos, mas estamos tristes em ver Eduardo Campos ser o grande líder do Nordeste, de ver Pernambuco levar as grandes obras. O Porto de Suape tem mais poder de investimento do que o Estado da Bahia. Este Estado que vem, em 7 anos, com a Bancada do Governo aprovando empréstimo para o Estado sobreviver. Onde está esse dinheiro? Quais foram as ações que esses empréstimos trouxeram para mudar a vida das pessoas?

Hoje estava conversando com um deputado governista e ele me disse: Sandro, quem mais desgasta o governo somos nós próprios, que chegamos no interior, somos cobrados e dizemos que o governo não tem dinheiro, não tem o que dar, o governo está quebrado. Quem leva essa imagem são os próprios deputados governistas, porque ou eles falam a verdade ou vão levar fama de preguiçosos e incompetentes nas suas bases.

Tem deputado aqui, Adolfo, que não tem um poço artesiano em seu município. Tem deputado aqui do governo que não tem um pneu de trator. Como ele vai se justificar em sua base? Se ele vai defender o governo, faz discurso ou fala a verdade? Que o governo está quebrado ou a população e sua liderança vai chamá-lo de preguiçoso e incompetente. É essa a realidade desse governo que esqueceu de administrar. Hoje um deputado governista, deputado Alan, fez a relação, conversando comigo e com outros deputados, do corte do governador. Vão cortar em todas as secretarias, menos as secretarias que o PT administra. V.Ex^{as} sabiam disso?

Não tem corte na Sedur, na Educação, na Saúde e não tem corte no helicóptero. Aí ninguém corta. Agora, nas secretaria da base aliada todas foram retaliadas. É esse o governo que não tem consideração nem com os baianos nem com sua base aliada. Um governo, deputado Adolfo, que não tem nada de concreto. Qual o grande legado que o governo vai deixar na Bahia além da criminalidade e da indústria do crime? Qual o grande avanço? O deputado Zé Neto vem à tribuna e começa a gritar. Grita que ninguém escuta, ninguém entende, porque ele não tem conteúdo, não tem argumentos.

O Sr. Adolfo Viana: Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o parte o deputado Adolfo Viana e depois o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a, como sempre, faz um

grande discurso nesta tribuna.

V.Exª coloca que os deputados da Base do Governo não estão satisfeitos com o governo. Se os próprios deputados da Base do Governo não estão satisfeitos, imaginem como está a população do Estado da Bahia.

V.Exª coloca muito bem que no próximo ano teremos eleições, e a população do Estado dará uma resposta a este governo que, realmente, não atende a nenhuma expectativa da nossa população.

Eu que viajo muito para o norte do Estado não vi sequer uma obra de grande porte no Vale do São Francisco. A população tem cobrado bastante através de manifestações nas ruas. A cidade de Juazeiro, que é a maior cidade do Vale do São Francisco, tem recebido, semanalmente, manifestações nas ruas cobrando ações, não só do governo municipal como também do governo estadual. O atual prefeito esqueceu de cuidar da cidade de Juazeiro e cuida hoje, exclusivamente, da campanha eleitoral do seu cunhado. É um governo que não governa para quem o elegeu e pensa sempre nas eleições que estão por vir.

Parabenizo V.Exª pelo belo pronunciamento.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- É verdade. Dizem que o governo tem 22 candidatos a deputado. Imaginem que loucura, Leur Lomanto Junior, são 22 candidatos, é cada um cuidando de sua vida, cuidando de suas bases, de seus interesses. É um governo sem comando. É o verdadeiro ditado popular: “Casa da mãe Chica. Todo mundo manda e ao mesmo tempo ninguém manda nada”.

Com o aparte o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Sandro Régis, V.Exª faz um retrato fiel do que vem ocorrendo no Estado da Bahia.

É um completo desgoverno. O secretário de Desenvolvimento Urbano, que tem a função de tocar as principais obras do Estado da Bahia, declara publicamente, através dos principais veículos de comunicação, a incompetência do próprio governo em tocar as obras do Estado. A morosidade e o atraso na realização das obras do Estado. O próprio secretário reconhece que o governo é incompetente. Vejam a falta de organização e de planejamento, meu caro deputado Sandro Régis, deste governo.

E mais, a desorganização financeira, como V.Exª colocou muito bem, faz com que empresas, literalmente, quebrem. O deputado Luciano Simões relatou, desta tribuna, que o débito do governo com algumas empresas estão fazendo as empresas passarem sérias dificuldades financeiras.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quebrando, quebrando.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- São R\$ 35 milhões devidos pela Conder a empresa Metrus Engenharia, responsável pela reforma da Avenida Pinto de Aguiar; um débito de mais de R\$ 15 milhões com a UFC Projetos; mais alguns milhões de reais com a LJS responsável pela obra da Feira de São Joaquim; com a ConstruQuali e várias, e várias outras empresas que o Estado vem deixando de pagar e que estão passando sérias dificuldades financeiras. É um verdadeiro desequilíbrio, um descontrole com as contas públicas, enfim, é um verdadeiro fim de governo melancólico. Como V.Exª falou, qual é o legado que este do PT está deixando para o

estado da Bahia? Nenhum. Muito pelo contrário! Deixa um legado de incompetência e de falta de planejamento. Não temos uma indústria de grande porte sendo instalada no estado da Bahia.

Então, mais uma vez, gostaria de ressaltar, enaltecer e parabenizar V.Ex^a pela coragem de mudar de partido, pois, no dia 25 de setembro, V.Ex^a estará se filiando ao Democratas.

Quero aproveitar esta oportunidade e parabenizar V.Ex^a pela coerência de sempre. V.Ex^a, no ano de 2006, perdeu a eleição para o governo do estado. Todos sabem da coerência de V.Ex^a e da amizade que V.Ex^a tem com o governador Paulo Souto. E V.Ex^a continuou seguindo firme na trincheira das Oposições na Bahia com um discurso firme, coerente e em consonância com os eleitores e com as suas bases eleitorais que foram os principais responsáveis pelo retorno de V.Ex^a a esta Casa, a este Parlamento.

Desejo toda sorte do mundo a V.Ex^a. Tenho certeza de que, agora, no partido comandado pelo brilhante presidente e deputado Paulo Azi, V.Ex^a continuará representando, com dignidade e honradez, a região Sudoeste da Bahia e todo o nosso estado.

Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Deputado Leur, V.Ex^a é um deputado que representa muito bem Jequié, pois é filho daquela terra, neto de governador, filho de deputado federal. V.Ex^a tem uma história longa na política. Imagino a frustração de V.Ex^a de ver, durante sete anos, a sua terra natal sem desenvolvimento. Não temos nada do governo do estado em Jequié. Nada! As últimas obras que Jequié recebeu foi quando Geddel era ministro ou Batista Neves era secretário do governo. Esta é a verdade. É um governo de muita propaganda, deputado João Carlos Bacelar, um governo que arrota propaganda e gasta fortunas na televisão, nas rádios e concretamente.

Fico imaginado a minha amiga Ivana Bastos, uma das mulheres mais trabalhadeiras que conheço em minha vida, um exemplo, a dificuldade que ela deve ter na região dela para levar o nome de Wagner. Qual foi a obra que o governo levou para a região da deputada Ivana? Qual foi a obra? Esta é uma deputada combativa. Ela não tem discurso, coitada. Deputado João Carlos Bacelar, dizer o quê? Qual foi a intervenção que o governo do estado fez em sua região que mudou a vida das pessoas? Não tem.

Assim, eu pergunto ao deputado Carlos Geilson de Feira de Santana: qual é a grande intervenção do governo do estado em Feira de Santana que mudou a vida das pessoas? Pergunto ao velho Jurandy: qual foi a grande obra do governo do estado em Ipirá que mudou a vida das pessoas? Não tem. Aí, você viaja e vê *outdoors* em todo canto da Bahia.

O Sr. Jurandy Oliveira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a está inscrito, deputado Jurandy Oliveira.

Vemos *outdoors* de hospital como o Couto Maia e o novo HGE com o povo morrendo. A saúde pública? Um caos. No HGE, não se tem nem *band-aid*. No HGE,

não se tem nem água oxigenada. Aí, deputado Leur, no desespero de colocar deputado em plenário, o Líder do Governo traz Leleto para fazer fofoca. A função de Leleto, aqui, é ligar para Sandra Lisboa para fazer fofoca. Ele diz: “Chefe, tem deputado que não está no plenário. Chefe, liga para tal deputado.” Porque só se coloca deputado em plenário na pressão! Só bota deputado na fofoca, porque a Base está insatisfeita.

Deputado Paulo Azi, houve um deputado conversando comigo agora que disse que Fernando Schmidt tem um cargo federal. Eu disse: “Rapaz, não tem. Fernando Schmidt é secretário de governo.” Ele me garantiu: “Não é, Sandro Régis. Eu sou deputado do governo e sei.” Quando fui olhar, Fernando Schmidt é secretário de Assuntos Internacionais. Aí, o deputado falou: “Realmente, é uma vergonha, não dá para defender esse governo”.

Secretário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia!

Depois dessa, encerro o meu discurso, deputado João Carlos Bacelar: triste Bahia na mão do governo Jaques Wagner!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Encerrada a discussão.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, diante de um pronunciamento dessa grandeza do deputado Sandro Régis, que colocou aqui, de forma cristalina, os problemas enfrentados pelo Estado da Bahia... Devo dizer, deputado Sandro, que eu também não conhecia, para mim, foi uma surpresa, essa Secretaria para Assuntos Internacionais. Leleto está dizendo que é de Relações Internacionais.

É um desperdício do dinheiro público, é o aparelhamento pelo PT – são 31 secretarias, se não me falha a memória. Acho que no governo Paulo Souto eram 20; agora já estamos com 31 – só para aumentar a sua base de apoio na Assembleia Legislativa, só que não está funcionando.

Já estamos observando, pelo andar da carruagem, uma verdadeira batalha pela sobrevivência entre os deputados da base parlamentar de apoio ao governo. São 20 e tantos entre secretários, superintendentes, dirigentes de órgãos que são candidatos a deputado estadual. Então, com certeza, muitos dos que estão na base governista, aqui, não voltarão para esta Casa.

Hoje, é público e notório, deputado Adolfo Viana, se alguém for, por exemplo, na Sudesb, verá que Bobô não libera nada. Ou melhor, só libera para quem for votar nele para deputado estadual. Se for à Secretaria da Agricultura – os deputados Cacá e Mário comandam essa secretaria – e disser que não vota em Eduardo Salles, também não arranca nem uma semente. Nem uma sementinha para plantar a pessoa terá se não votar em Eduardo e em Mário Negromonte.

O deputado Nelson está fora desse processo, já que na Sudic não é assim. Lá

está o Dr. Émerson, que não é candidato a nada e atende todo mundo. Agora, se for secretário e candidato, aí, meu compadre, ninguém tem nada, absolutamente nada.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado, qual a sua questão de ordem?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Tenho 2 minutos e meio. Irei concluir a minha questão de ordem. Inclusive, estou dentro do tempo, 1h16min.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Fique à vontade.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Só estou aqui porque o presidente da Mesa disse que questão de ordem para verificação de quórum era só de 1 hora. Como já passamos desse tempo, temos crédito, e a próxima será de 44 minutos, porque esta foi de 1h16min.

Todos sabem que o deputado Mário é candidato a deputado federal. O deputado Paulo Rangel está sofrendo em Paulo Afonso, porque diz que vai na Secretaria da Agricultura e não sai nada, nada, nada. Só sai se for votar em Eduardo Salles e Mário Negromonte. Aí, as portas se abrem.

Vou terminar aqui para não gerar ciúmes na base do governo.

Deputado Nelson, lá, na Sudic está tudo tranquilo, até porque não tem indústria alguma, por isso não tem nem disputa.

Então, quero solicitar de V.Ex^a, Sr. Presidente, uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pois não, deputado. V.Ex^a será atendido. Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Só para pedir para zerar o painel e contar o tempo regimental, para que os nossos companheiros que estão na sala próxima ao Plenário adentrem este recinto para registrar as suas presenças e atender ao pedido de verificação de quórum de votação do deputado Leur Lomanto.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Zere-se o painel, por favor. Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, há uma questão de ordem do deputado Leur Lomanto e do deputado Carlos Brasileiro para verificação de quórum de votação. Portanto, senhores, venham ao Plenário marcar as suas presenças.

Temos 5 deputados inscritos para encaminhar. Temos 21 deputados, é bom que todos os deputados desçam, tendo em vista que iremos iniciar o processo de encaminhamento. São 5 minutos para deputados que não são Líderes, temos 5 deputados inscritos.

Deputado Zé Neto, por favor marque a presença. Deputado Rosemberg, por favor. Já temos quórum de votação. Para encaminhar o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, só uma observação. Acho que várias máquinas precisam ser consertadas.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido imediatamente. Solicito a nossa equipe técnica que dê uma varredura aí, rapidinho.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):-Deputado João Carlos Bacelar, para encaminhar, 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs

Deputados. Estamos encaminhando, neste momento, o projeto de lei que altera dispositivos da Lei 8.261, de 29 de maio de 2012, da Lei 12.603, de 3 de dezembro de 2012, e da Lei 12.818, de 24 de maio de 2013. Esse projeto reserva 1/3 da jornada dos professores para atividades complementares. Isso, deputado Sandro Régis, no papel. Na prática, continua tudo como antes. Nada se altera. O governo, que não gosta do grupo do magistério, para não dar um salário digno aos professores, criou essa figura da gratificação. Porque a lei, que reserva 1/3 da carga horária do professor, é para o desempenho de atividades complementares, mas na Bahia, não. Na Bahia, o professor vai continuar na sala de aula. Na Bahia, o professor não vai ter tempo para as atividades complementares. Mais um descaso com a educação do filho do trabalhador. Mais um descaso.

O professor não vai ficar fora da sala de aula, não, Líder. O professor vai ficar na sala de aula. E vai receber uma gratificação por isso, o que fere o espírito da lei. O espírito da lei é retirar o professor, diminuir a carga horária do professor em sala de aula em 1/3. E, aí, vão pagar hora extra, uma espécie de hora extra ao professor.

Não querem fazer concurso. Não querem aumentar o quadro de professores do Estado e continuam sem cumprir a lei. Continuam sem cumprir a lei! O professor na Bahia tem que ficar dentro da sala de aula, sendo submetido a condições precárias de trabalho.

Deputada Fátima Nunes, V.Ex^a é professora?

A Sr^a Fátima Nunes:- Estou estudando.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- V.Ex^a tem que ter a sensibilidade e exigir do governador, deputada Fátima Nunes, que respeite o espírito da lei federal de reserva de 1/3 da carga horária do professor para o desempenho de atividades complementares, para que o professor estude, pesquise e possa preparar melhor sua aula, e desse jeito, possamos ter uma educação pública de qualidade.

O que esperar na área da Educação de um governo que convive, nos seus sete anos, com mais tempo de greve do que de aula efetivamente ministrada? É um governo que na área do magistério só tem resultados negativos. Mas lembre-se, deputado Gaban, ano passado foram mais de 120 dias de greve. No primeiro ano do governo Wagner, setenta dias de greve. Acabou a oportunidade do filho do trabalhador utilizar a educação como instrumento de ascensão social.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Nós, por orientação da liderança, vamos votar a favor, porque estamos votando é na melhoria salarial do professor, não que a Bahia atenda ao espírito da lei que reserva 1/3 da carga horária para que o professor possa estudar e melhor ministrar suas aulas.

Concluindo, Sr. Presidente, vamos votar a favor, mas como se isso fosse uma melhoria salarial do professor e não a reserva de 1/3 para a pesquisa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e deputado Yulo Oiticica, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, ocupo esta tribuna para fazer o encaminhamento deste projeto, oriundo do governo do estado, que beneficia os professores e recebeu parecer favorável da deputada Kelly Magalhães. Faço questão de fazer o encaminhamento.

(Há muito barulho de vozes no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Silêncio, deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Pedi ao deputado Zé Neto que se acautele e se acalme. A noite está, apenas, começando. Aliás, a noite está apenas chegando ao seu final, pois, já já, começaremos um novo dia, raiando, com muitos projetos a serem votados e debatidos.

E, aqui, graças a Deus, nós estamos exercendo o nosso papel e o nosso mister de opositor ao promover o debate dos projetos, enquanto a Base do Governo, orientada pelo seu Líder, prefere o silêncio. Sentimos este silêncio sepulcral. Vez por outra, a gente ouve o deputado Zé Neto, com sua voz esganiçada, orquestrar a sua base como um maestro regendo o silêncio! Deputado Bruno, a gente ouve o maestro quando ele está regendo uma orquestra para fazer o toque e a orientação. Já o deputado Zé Neto rege o silêncio. E é interessante que a Base segue ordem unida.

Mas, Sr. Presidente, lamento que o governo do estado não tenha construído, em minha cidade, Feira de Santana, uma sala de aula sequer. Observamos que o governador está já em seu terceiro ano do segundo mandato. Deputado Paulo Azi, em Feira, não se construiu uma única sala de aula. Isso fica evidente que este é um governo que não prioriza a educação, um governo que trata os professores de forma perversa e cruel, levando os professores a fazer uma greve que durou 115 dias, uma greve histórica e nunca vista em nosso estado.

Este governo é descompromissado com a educação. Agora, tenta engabelar ou ludibriar os professores ou os docentes do estado através deste projeto. Mas, de alguma forma, é um ganho, é um pequenino avanço. E nós, da Oposição, estamos fazendo encaminhamento com a permissão do Líder, deputado Elmar Nascimento, para a aprovação deste projeto.

José Raimundo é professor por excelência, deputado e político exercendo o mandato. Mas ele sabe disso porque é professor vocacionado e sabe que esta categoria precisa ser melhor tratada. O governo precisa ser sensível aos anseios dos professores neste estado.

Enquanto isso, é necessário que o deputado José Raimundo, no alto da sua paciência, transmita calma ao deputado Zé Neto. Hoje, ele está que tá! Hoje, ele está em seus melhores dias, pois está sobrando esporro para todo mundo. Vantagem para a bancada que está lá no fundo, porque, quem está aqui na frente, está recebendo os ares da insatisfação e do mal humor do deputado Zé Neto.

Ouçá meu conselho, viu, Zé Raimundo. (Risos) Fique, aí, no fundo, tranquilamente, com a sua calma e a sua paciência. Enquanto isso, o deputado Zé Neto está naqueles dias assim de muita atenção em relação à votação deste projeto.

De modo que, Sr. Presidente, encaminho pela aprovação deste projeto oriundo

do governo do estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Próximo orador, deputado Leur Lomanto Junior.

Lembro aos deputados que todas as máquinas estão funcionando, com exceção da penúltima mesa da minha esquerda e, na primeira fileira à minha esquerda, a segunda máquina.

O Sr LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, mais uma vez, o Líder do governo, deputado Zé Neto quer massacrar a sua Base. Sentimos a boa vontade dos parlamentares da Base do governo, mesmo muitos sendo maltratados, humilhados, a não ser aqueles deputados que têm secretário, que mandam, têm secretário candidato, esse aí, não, aí está todo mundo sorrindo. Eu estava aqui brincando, o deputado Mário na Secretaria da Agricultura, deputado Cacá, chegou lá prefeito, lideranças e disse que vota que vota em Eduardo Sales e em Mário Negromonte, abrem-se as portas. Hein, deputado Carletto, aí as portas estão escancaradas. A deputada Fátima Nunes parece que tem uma moralzinha lá.

Mas o deputado Zé Neto não fala isso com sua Base, não. A deputada Ivana está aí querendo conversar com V. Ex^a, pedindo para ter um pouco de tolerância... A deputada Maria Luiza Laudano, outros deputados estão aqui cansados, mas acho que o deputado Zé Neto incorporou o trator. Quer passar por cima o rolo compressor. “Não posso ficar aqui a reboque da Oposição, tem que ser como eu quero.” E ele grita, esperneia, como fala o deputado Sandro Régis. Grita com um, esperneia com outro. “Não, não posso ficar a reboque da Oposição.”

A Oposição está aqui discutindo, deputado Zé Neto. Estamos aqui com tranquilidade. Agora, nem isso o deputado Zé Neto quer que a Oposição faça mais, nem discutir o projeto o deputado Zé Neto quer que a Oposição faça mais. Infelizmente, deputado Zé Neto, o governo de V. Ex^a não vem tratando bem os parlamentares. E os parlamentares da Base do governo têm que abrir o olho mesmo, porque a forma que tem o governo de respeitar... Deputado Alan Sanches, Líder do PSD aqui, peitou, mostrou, daqui a pouco recuou... Só respeitam assim.

O deputado Euclides Fernandes, lá da minha cidade de Jequié, não foi lá, o governador esteve lá, ele não foi, disse que lá não ia, teve boicote da imprensa. Mas, no outro dia, lá estava o deputado Euclides em Maracás, voando no avião de Rui Costa, para lá, para cá, passeando... Quer dizer, é só bater o pé, dar uma birra que começa a aparecer e o governo a ajudar. Mas tem que ser assim mesmo.

Deputado Zé Neto, vou fazer uma apelo a V. Ex^a: sua Base está cansada. Vamos fazer um apelo, acho que foi proposto um acordo para V. Ex^a retirar, votar só um projeto hoje, deixar para outra semana o outro, mas quer tudo de vez! Quer botar tudo de uma vez só, impondo à sua Base parlamentar um desgaste desnecessário.

Parece que está tomando uma aulas com o deputado Clóvis Ferraz na Vice-Governadoria e quer passar o rolo: “governo é governo; oposição é oposição. Passa o

rolo compressor em cima de todo mundo.”

Mas dessa forma gostaria de fazer o encaminhamento ao projeto de lei, depois de o governo ter procurado massacrar o funcionalismo público do Estado da Bahia e humilhar os professores da rede estadual que ficaram em greve por vários e vários meses. Agora o governo tenta reparar o irreparável. O professor merece, sim, ser valorizado, ser tratado de forma digna pela função que exerce em nosso Estado, mas dessa forma o projeto podemos encaminhar e tenho certeza de que a oposição votará favoravelmente a este projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Próximo orador, deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o governo nos encaminha o projeto de lei nº 20.424, alterando dispositivos das Leis nº 8.261, de 29 de maio de 2002, nº 12.603, de 03 de dezembro de 2012, e nº 12.818 de 24 de maio de 2013.

E a alteração é para que o desenvolvimento das atividades complementares deverá ser reservado 1/3 da carga horária correspondente – é o espírito da lei – ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio, na forma estabelecida no anexo desta lei.

Fica acrescido o inciso XII ao Art. 71 da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002, com a seguinte redação: Readaptação funcional... não se aplica ao servidor afastado para exercício de mandato eletivo em entidade sindical o disposto no inciso II...

Na realidade, este projeto, em suma, descaracteriza o que está na filosofia do programa. Quando se estabeleceu que um professor teria 1/3 do seu tempo, da sua carga horária, para ficar fora de sala de aula, é para que ele tivesse condições de preparar melhor a aula que seria ministrada, que pudesse ter um tempo de pesquisa, pela internet, atualmente, e nos tempos mais remotos, nas bibliotecas, para melhor preparar o aluno a que ele tem o privilégio de ensinar.

Na realidade, esse projeto, o que faz? Os professores que não tiveram, aliás, as escolas que não têm e não tiveram um tratamento adequado pelo governo, que deveria ter feito um concurso público para suprir as necessidades, por falta dessa demanda de professores, o governo dá uma descaracterizada. Em vez de o professor ficar fora de sala de aula para preparar melhor o que será ministrado aos alunos, ele remunera o professor para que ele fique um tempo maior dentro da sala de aula.

É uma descaracterização. Na realidade, o que vai acontecer: apenas uma remuneração melhor para os professores. Perde-se na qualidade do ensino, porque não há o preparo das aulas, desfigura-se, como já disse, a ideia da lei em vigor, mas como é para dar uma remuneração melhor aos professores, que, efetivamente, no Brasil, de uma maneira geral, e na Bahia não tem sido diferente, são mal remunerados, não nos resta alternativa.

Não podemos, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a, que foi secretário da

Educação, já discorreu também sobre essa matéria, até por ter tido contato com os sindicatos, com os próprios professores nesse período, já tratou também desse assunto. Mas não cabe a nós protelar, se é a forma como o governo está administrando e, já faltando um ano e pouco para terminar o mandato, não terá tempo hábil para fazer o que determina o espírito da, lei, que é contratar novos professores. Não tem outra alternativa a Oposição nesta Casa a não ser encaminhar, e estou encaminhando, também, de acordo com a Liderança do nosso Líder, deputado Elmar Nascimento, favoravelmente à votação, mesmo sabendo que o projeto desfigura o que está previsto em lei, que é o tempo que o professor teria fora de sala de aula para preparar melhor o que será ministrado nas aulas. Mas, se o governo não fez concurso público, não tem professores suficientes, restariam duas alternativas: colocar estagiários, seria lamentável, repetir o processo de REDA e os professores não teriam preparo necessário. Então, perdemos na qualidade da aula que será ministrada, mas, pelo menos, aumenta um pouco a remuneração dos professores. Apenas nesse sentido que encaminho favorável, repetindo, como foi decidido e orientado pelo Líder Elmar Nascimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, mais uma vez esta Casa vai trabalhar hoje, até amanhã de manhã. Eu fico feliz!

O deputado Zé Neto quer votar as contas do governador na calada da noite. Ele quer votar as contas do governador quando a sua Bancada já estiver dormindo, para que ninguém saiba o que estas contas têm para serem votadas. É essa a intenção do deputado Zé Neto! Ele quer votar as contas na calada da noite, deputado Bruno Reis, porque, na minha cabeça, um governo que gasta mais, deputado Gaban, do que arrecada, não pode ter uma conta sadia. Na minha cabeça, um governo recordista em tomar dinheiro emprestado não pode ter as finanças saudáveis.

O governo da Bahia chegou naquela situação da grande parte do povo brasileiro, que toma dinheiro na mão de um para pagar ao outro, aí vai essa bola financeira – faz um empréstimo hoje para cobrir o rombo de ontem, aí já mata o outro empréstimo para ir rodando. Agora, o pior é que não paga a ninguém. O brasileiro ainda paga a quem deve e o governo não, deputado Nelson.

Para onde vai tanto dinheiro? Eu quero saber para onde vai tanto dinheiro? Líder Elmar, já foram quantos bilhões de empréstimo?

O Sr. Elmar Nascimento:- 14 bilhões.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- 14 bilhões, e deve quase isso na rua. Isso é caso de estudo! Não tem uma empreiteira que prestou serviço a esse Estado e recebeu. Daqui a uns dias, é verdade, vão tomar dinheiro na mão dos ciganos, porque só vai ter crédito com cigano. Porque, não é possível! Cadê o dinheiro do Estado? Tem obra de 2010 que começou e não recebeu nada. Não é brincadeira não, é vida de gente! Tem

empresário que faliu, que está demitindo porque não recebe.

Deputado Carlos Geilson, imagine V.Ex^a contratar, prestar serviço, emitir a nota, se já tem que pagar o imposto, e tomar banho e não receber. Isso é uma irresponsabilidade!

O Sr. Bruno Reis:- E as ONG's estão recebendo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Aí recebe. ONG, aí não falta. ONG não atrasa. Agora, prestar serviço sério a este governo, não recebe. Converse com qualquer empresário, de qualquer atividade e pergunte qual o nível de atraso de pagamento. É um negócio absurdo! Rapaz, e cadê o dinheiro que esse governo tomou? Não é pouco dinheiro não, deputado Nelson Leal. Cadê, deputado Rosemberg? V.Ex^a que fala com tanta autoridade, aqui nesta Tribuna, com um discurso tão estadista? Cadê o dinheiro? Cadê o dinheiro, meu amigo? São 14 bilhões e o governo não paga ninguém, o governo não paga fornecedor, o governo não paga empreiteiro, não paga PST, o governo não paga ninguém.

Eu deixo aqui a pergunta: cadê o dinheiro? O governo quebrou, deputado Bruno Reis, do jeito que está só a ciganada para salvar o governo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAUZO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, todos nós haveremos de encaminhar e votar favoravelmente ao referido projeto, mesmo entendendo que a proposta não atende aquilo que está expresso na lei do piso, porque tem lá um artigo meio que escondido que faz com que as horas que deveriam ser destinadas a atividades extraclasse, na realidade servirão para uma espécie de abono disfarçado aos professores da rede estadual de ensino.

É lamentável que a Oposição tenha procurado alertar o governo, tenha procurado demonstrar as inconsistências da proposta, e o governo, através do seu Líder, se mantenha irredutível. O deputado Zé Neto incorporou um estilo, não sei se querendo colocar a sua vasta Bancada à prova, mas deseja que a sua Bancada, de uma forma absolutamente injustificada, seja submetida a longas sessões legislativas nesta Casa.

O governo insiste em se utilizar de um rolo compressor, mesmo não tendo as condições regimentais para tal, um governo que tem as suas contas dormindo em alguma gaveta desta Casa há mais de 4 anos, deputado Alan. E nem acredito que seja o governo, porque S. Ex^a, o governador, não está lá se preocupando com as suas contas, sabe que não vai ter maiores dificuldades de aprová-las nesta Casa. O deputado Zé Neto tomou o capricho de querer votar numa única noite uma dezena de projetos. Não aceita a negociação, o diálogo, poderíamos, todos, já termos exaurido a discussão desse projeto, o projeto já poderia estar aprovado, poderíamos ter votado os outros projetos que se encontram na Ordem do Dia desta Casa, e na semana seguinte estaríamos discutindo aqui, unicamente, os projetos relativos às contas do

governador, mas o deputado Zé Neto quer impor à sua Bancada mais uma virada de noite, deputado Carlos Geilson.

O deputado Zé Neto quer demonstrar a sua força e o seu poder, já que não o fez e não conseguiu fazê-lo na terça-feira da semana passada.

Não se diga que a Oposição tem sido intransigente. Esse mesmo projeto só será votado nesta noite, inclusive com o voto favorável da Oposição, porque obteve a concordância dos deputados da Oposição. Se assim não o fosse, esse projeto, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, que trará pequenos benefícios aos professores, não seria apreciado na noite de hoje.

Mas o deputado Zé Neto, nobre Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) quer impor por uma birra.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a é um birrento!

Não imponha, deputado Zé Neto, um desgaste desnecessário a sua Bancada. Não faça com que senhoras como a deputada Maria Luiza Laudano,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor, há outros oradores.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) a deputada Neuza, a deputada Ivana, a deputada Del Carmen virem a noite nesta Casa. Guarde as viradas de noite, deputado Zé Neto, para quando o assunto exigir.

Mas V.Ex^a é birrento, e vamos, noite adentro, discutir os problemas da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, passamos boa parte da noite aqui discutindo o projeto de lei que trata de uma antiga e justa reivindicação dos professores do Estado da Bahia.

Realmente, meu caro deputado João Carlos Bacelar, que teve o privilégio de ser secretário da Educação do Município de Salvador, os professores não trabalham só na sala de aula. Não se ministra uma aula de qualidade se não forem dadas ao professor as condições para que ele realize, ao longo do tempo, toda uma preparação para poder passar algum conhecimento, preparando os alunos, as crianças, os baianos para todos os desafios que a vida há de se lhe apresentar mais à frente. Portanto, nada mais justo que 2 horas do tempo da carga horária do professor sejam dedicadas ao planejamento das aulas.

E o governo faz esse projeto – essa é a nossa indagação – no momento em que o governador, reconhecendo todas as dificuldades financeiras que a Bahia atravessa, baixa um decreto de contingenciamento no sentido, apenas, de equilibrar as contas do Estado daqui para a frente. É o que poderão refletir, porque não temos ideia do tamanho do rombo, esses R\$ 300 milhões contingenciados pelo governo do Estado.

E há que se observar que o legislador, o Congresso Nacional, quando criou, em bom tempo, a Lei de Responsabilidade Fiscal o fez na expectativa de impor ao gestor público a possibilidade, a obrigação de poder ter um equilíbrio financeiro entre o que é orçado e arrecadado e o que é gasto pelo Estado. Diante disso, procurou ao máximo possível, nas situações que lhe ocorriam, estabelecer parâmetros que impusessem ao gestor público uma amarração, de sorte a não deixar um legado de terra arrasada no Estado. Seria uma coisa muito ruim.

E como exemplo de uma dessas amarrações que impôs o Congresso Nacional, quando criou a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi impor aos governantes toda vez que mandassem qualquer tipo de projeto de renúncia fiscal ao Poder Legislativo, a demonstração de que isso não importaria num decréscimo da arrecadação. Ou seja, todas as vezes que fosse encaminhado um projeto de lei destinado a uma espécie de renúncia fiscal, mostrar no que importaria um acréscimo de algum tipo de fomento de uma atividade econômica que trouxesse um correspondente incremento de receita para o Estado e, por via de consequência, não houvesse um problema financeiro para as contas públicas.

Deveria o legislador também ter-se preocupado com essa situação e esse tipo de coisa. Acho que o governador poderia ter sinalizado no sentido de que ao tempo em que cumpriria uma antiga promessa de campanha, de que cumpriria um compromisso celebrado com os professores ao longo daquela gigantesca e histórica greve que tivemos ano passado, para dizer que cumpriria o que acertou na greve. Vai demonstrar de que forma vai cumprir o aumento do déficit nas contas do Estado. Afinal de contas, em 2013, o próprio governador em sua mensagem estima uma despesa da conta de 28 milhões e 900 mil reais. Ao longo de 2014, faz uma previsão de um incremento na despesa da ordem de 38 milhões de reais.

Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal deveria ter previsto isso. Qualquer gestor moderno que se preocupe com a saúde financeira do Estado teria a preocupação de que o projeto fosse aprovado, sem qualquer tipo de preocupação de demonstrar aos legisladores, a esta Casa, meu caro Vice-Líder deputado Gaban, de que forma vai cobrir. Nós apontamos a forma, desde maio, época das Manifestações, quando fizemos uma carta de intenções, dirigida a esta Casa, à sociedade como um todo, colocamos a saída para o governo.

E qual seria a saída, meu caro deputado João Carlos Bacelar que não estava aqui conosco? Das 19 secretarias de Estado encontradas pelo governador Jaques Wagner, hoje, são 31, e os serviços não melhoraram. Não refletiu em melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Ao contrário, estão piorando. Porque não se pode exigir serviço bom do funcionário que não recebe.

Houve um incremento na despesa do REDA, de 60 foi para 240 milhões. Os PSTs, da mesma ordem. E aí começamos a assistir a cenas que nunca vimos antes na história deste Estado, qual seja: trabalhadores acorrentando-se à porta da Secretaria da Fazenda para mostrar a indignação, o que pode haver de pior com o tratamento de um trabalhador. O sujeito paga ônibus do seu bolso, passa duas horas para se dirigir ao trabalho, mais duas horas para voltar, nesses engarrafamentos monstruosos por

que passa, porque a cidade precisa de algumas intervenções de mobilidade urbana. E chega ao final do mês, comprou no mercadinho fiado, a pessoa geralmente que trabalha nesses PSTs de serviços de limpeza pública são pessoas modestas, que comprem no mercadinho do bairro e não têm o dinheiro para pagar as suas contas. O comerciante, claro, tem que repassar multas e juros que tem que pagar ao banco. E a realidade é essa, um Estado quebrado.

Portanto, esse projeto de lei nos guarda duas faces: a primeira de alegria por conta de ver que, finalmente, num momento histórico, cumpre-se um compromisso antigo com a categoria importante dos servidores da educação, os professores. É legítimo, eles têm direito, trabalhavam mais do que a carga horária, afinal de contas reconhecemos que não se pode ministrar uma aula de qualidade, meu caro Euclides Fernandes que é dono de faculdade, não se faz uma aula de qualidade sem planejamento, ponto. Isso nós reconhecemos o que faz com que, com todo prazer, a Oposição vote a favor, vote pela aprovação. E é nesse sentido que a Liderança da Minoria encaminha para os deputados da Bancada da Oposição, votar a favor desse projeto de lei em homenagem aos professores públicos do Estado da Bahia.

Por outro lado, há uma preocupação muito grande porque esse governo, repito, é um governo perdulário porque gasta mais do que arrecada. Qualquer gestor, não precisa ser moderno não, é só a forma de se gerir, seja através de computador, ou de programas que facilitem o sistema de controle e de gestão, ou se é na cadernetinha como se fazia antigamente. Mas a primeira coisa para se disciplinar, até o cumprimento das metas da lei de Responsabilidade Fiscal, é ter noção da sua receita. Com a receita você vai calcular qual o máximo que pode gastar, você segura o custeio. E se você segura o custeio, é claro que sobra recursos para investimento. E não há, infelizmente, essa preocupação no sentido de segurar o custeio. Porque se formos comparar a receita que o governador recebeu, ela é mais que o dobro da receita que o governador encontrou. E houve um aumento desproporcional na despesa a ponto de levar o Estado a essa situação de falência que se encontra hoje.

Portanto, meu caro presidente, Srs. Deputados, reconhecendo a importância do projeto, a nossa Bancada encaminha no sentido de aprovarmos, presenteando os professores com essas duas horas para que tenham o planejamento das aulas e assim melhorando a qualidade do ensino no Estado da Bahia.

Esperamos que haja uma supervisão e...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- (...) um direcionamento, da Secretaria da Educação para que isso efetivamente ocorra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Paulo Azi:- O deputado Adolfo Viana é Líder partidário, portanto tem direito a 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Líder? V.Ex^a é Líder? Pois não. Então V.Ex^a tem direito a 10 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço, presidente deputado Marcelo Nilo, pelos meus 10 minutos e agradeço também ao deputado Paulo Azi pela lembrança.

O Sr. Sandro Régis:- É seu direito!

O Sr. ADOLFO VIANA:- Pela lembrança do deputado Paulo Azi que está atento ao meu direito e o deputado Marcelo Nilo atendeu de bate-pronto.

Mas eu gostaria de dizer que observei atentamente os discursos dos deputados da Oposição e pude perceber que o governo do Estado da Bahia bate vários recordes, mas, com certeza, esses recordes batidos pelo governo do PT no Estado da Bahia não alegram em nada os deputados da Oposição e, muito menos, a população do Estado da Bahia.

Pude observar aqui no discursos do combativo deputado Sandro Régis que o governo do PT no Estado da Bahia já quebrou o recorde em empréstimos, o governo já tomou 14 bilhões de reais em empréstimos e as contas do governo tendem a piorar cada dia que passa por não ter uma boa administração.

Observei também o discurso do nobre deputado João Carlos Bacelar que dizia que no primeiro ano do governador Jaques Wagner foram 70 dias de greve dos professores. Mais um recorde quebrado no ano passado, foram mais de 120 dias de greve, deputado João Carlos Bacelar. Realmente, esse tipo de recorde não alegra em nada os deputados desta Assembleia, muito menos a população do Estado da Bahia.

Vou me ater aqui ao projeto que vamos encaminhar neste momento, gostaria de ler (Lê) “ (...) *A presente Proposição tem por escopo alterar dispositivos das leis supra referidas, estabelecendo que 1/3 (um terço) da carga horária correspondente ao regime de trabalho a que estão submetidos os professores da 5º a 8º séries do Ensino Fundamental e os do Ensino Médio deverá ser reservada ao desenvolvimento das atividades complementares, em consonância com o disposto no § 4º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com a possibilidade de remanejamento de até 02 horas das sobreditas atividades complementares ao desenvolvimento de atividade em sala de aula, observada a necessidade do ensino, sendo criada gratificação mensal para pagamento.*

Além disso, a medida prevê que os Professores em readaptação funcional passarão a perceber a Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe e os servidores da Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio afastados para exercício de mandato eletivo em entidade sindical poderão participar dos processos de promoção realizados nos anos de 2012 e 2013.

Por fim, as alterações propostas estabelecem que os ocupantes dos cargos do Quadro Especial criado pelo art. 3º da Lei nº 8.631, de 12 de junho de 2003, não abrangidos pelo disposto nos incisos I a XI do caput do art. 26 da Lei nº 12.818, de 24 de maio de 2013, terão os seus vencimentos básicos majorados em 3,765%; a partir de 1º de julho de 2013, além de acrescer tabela com valores dos símbolos dos

cargos em comissão de Secretário Escolar, Vice-Diretor e Diretor ao Anexo III da Lei nº 12.818, de 24 de maio de 2013.

As alterações de que trata esta proposição gerarão acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2013 da ordem de R\$28.604.438,00 e, no ano de 2014, da ordem de R\$38.925.118,00.

Conforme previsto no art. 79 da Constituição do Estado.”

Bom, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o nobre deputado Líder da bancada de Oposição, deputado Elmar Nascimento, já comunicou a nossa bancada e vamos todos votar a favor do presente projeto.

Porém, gostaria de voltar a observar que os recordes batidos pelo governo do Estado da Bahia não agradam nada nada aos parlamentares de Oposição. Os deputados da base do Governo infelizmente não têm a capacidade de se indignar, porque, realmente, têm que servir ao governo do Estado da Bahia.

Gostaria de finalizar o meu pronunciamento, o meu encaminhamento pedindo aos deputados que se encontram exaltados neste Plenário, que respeitem os próximos oradores que virão e que não fiquem a discutir porque estamos encaminhando e muitos outros encaminhamentos serão feitos na noite de hoje.

Gostaria de parabenizar a Bancada do governo que se mantém presente agora, e não mais o deputado Gaban e o deputado João Carlos Bacelar terão que pedir verificação de quórum. Então, a nossa Bancada vai encaminhar favoravelmente ao projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, já estamos há 42 minutos do dia 11 de setembro de 2013. Não adianta nem cumprimentar as Galerias porque não tem mais ninguém uma hora dessa, acho que poucos ainda nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*.

Mais uma vez o Líder do governo com a sua intransigência, inflexibilidade e incapacidade de conduzir a sua Bancada e de promover um diálogo transparente, moderno e cumpridor de compromisso com a Oposição, e de ter levado as sessões de terça-feira, como esta, serem uma rotina para todos nós. Propusemos ainda esta noite aqui votarmos projetos importantes para a Bahia, como exemplo, os projetos que atendem aos professores, deixando para a semana que vem para debatermos as contas. Mas, deputado Zé Neto, acho que o deputado Sandro Régis conseguiu matar a charada, que é deixar realmente para votar durante a madrugada e que estará chamando menos atenção para as contas do governador. Contas essas que apresentam diversas irregularidades e que vamos ter oportunidade de chamar atenção.

Deputado Zé Neto, você pode pagar o preço se a Oposição tiver capacidade e acho que terá de prorrogar essa sessão para amanhã do dia 11. Então, se conseguirmos levar essa votação para a partir das 11 horas de amanhã, a imprensa já

estará aqui, a manchete em todos os meios de comunicação será de que a Oposição varou a noite debatendo as contas do governo. E se varou a noite debatendo as contas do governo é por que realmente existem muitos problemas.

Isso é uma reflexão para que V.Ex^a possa refletir e ter um pouco de sensibilidade, que às vezes nesse seu estilo arrojado falta para se chegar a um determinado entendimento. Vê-se que sua Bancada está cansada, morta, nosso Marcelino Galo ali já está com uma cara meio assombrosa. Mas, deputado Zé Neto, o governo do improviso e do arranjo esta noite vai apreciar um projeto que na verdade é um remendo. Ao invés de pagar melhor os professores do Estado da Bahia, por exemplo, deputado Capitão Tadeu, V.Ex^a que é um defensor dos servidores públicos, o Estado da Bahia não praticou esse ano reajuste do Piso Estadual no mesmo valor do que foi praticado no Piso Nacional. O Piso Nacional foi de 7.97% e o Estado deu apenas 5.8%, parcelado em duas vezes, 2% até junho e 3.8% a partir de junho.

Dessa forma, tem que se usar esse tipo de artifício. Como os professores estão todos com a corda no pescoço, para morrer afogado, pendurados nos juro do cartão de crédito, nos juro bancários, então, torna-se favorável à aprovação dese projeto. Claro! Vai poder pegar 1/3, que seria destinado às atividades complementares, como preparação de pós-graduação, seminários, cursos, mestrados, doutorados, momentos esses em que poderia refletir para a preparação de melhores aulas, correção e elaboração de provas, e venderá para o Estado, para poder melhorar sua renda e, quem sabe, amenizar um pouco o seu orçamento familiar, que já está mais do que endividado, em virtude dessa política consumista pregada no País pelo PT a partir de 2002, com a compra de carro, casa, geladeira, fogão e televisão, tudo parcelado. Estão todos endividados e pendurados nos bancos.

Só nos resta votar a favor dessa proposta, apesar de não ser o ideal, até porque esse governo é o governo do improviso e dos remendos, mas pensando nos servidores públicos, em especial os professores do Estado da Bahia, que recebem um dos piores salários do País, é que nós votaremos a favor.

O nosso encaminhamento é pela aprovação da presente matéria.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu estava ouvindo as palavra do deputado Sandro Régis, a preocupação dele com o caminho que foi dado ao dinheiro do Estado, porque não há dinheiro para pagar empreiteiros, fornecedores, as indenizações determinadas pela Justiça.

Senti falta aqui do colega Luciano Simões, que é um grande estudioso na parte de ONGs, e poderia esclarecer quantos milhões saem do cofre do governo para as ONGs para se fazer palestras sobre pré-sal, coisas que, às vezes, não têm cabimento, não é o momento. Fortunas essas ONGs recebem, e sabemos, muitas vezes, que não há direção para o que foi estabelecido, porque essas ONGs não estão estruturadas,

muitas vezes não estão preparadas. Como no ano passado, uma ONG do subúrbio recebeu R\$ 6 milhões, quase R\$ 7 milhões, para preparar mão de obra da área rural, e não havia nem sequer uma cadeira para acomodar uma pessoa para dar instruções.

É prova de que esse dinheiro é direcionado sem critério para essas instituições, sem avaliações, sem realmente saber-se se estão mesmo em condições de receber esse volume de dinheiro que é canalizado para essas ONGs, com certos objetivos e que, muitas vezes, o governo não procura ver se está sendo aplicado corretamente.

Vemos também a resistência do governo com relação ao descumprimento da ordem judicial. Há várias propriedades rurais ocupadas pelo movimento dos sem-terra, a Justiça requisita a força pública, o governo centraliza todas essas autorizações junto a ele, e milhares de ações estão aí sem serem cumpridas, em desobediência à ordem judicial. Seus proprietários têm o direito assegurado pela Constituição federal, que garante o direito da propriedade, mas essas garantias, nós não temos visto aqui, a vontade do governo de assegurar.

Há um colega da PM que pediu a intervenção do estado para a ordem ser cumprida. Ele sofreu retaliação por ter solicitado uma intervenção do estado da Bahia.

Sentimos que o governo do estado se sente maior do que todo mundo, a maior autoridade do Estado, maior do que o Poder Judiciário e, às vezes, maior até que o Legislativo, pois quer intervir nesta Casa em ações que não se deveria intervir.

A situação pela qual esta Casa passa neste momento é a de que o colega, deputado Zé Neto, quer ser um ditador e quer impor o que quer de qualquer forma, até mesmo causando desgastes a todos os deputados, para fazer aquilo que quer a qualquer custo e de qualquer forma.

Entendo esta como a Casa do diálogo, a Casa da democracia, a Casa dos entendimentos. Não estamos, aqui, para criar obstruções, mas também não estamos aqui para aceitar imposições da forma que o Líder quer fazer.

Então, estaremos aqui resistindo. Mesmo com poucos deputados de Oposição, estaremos aqui resistindo, a todo momento e a todo o instante, às provocações e à forma ditatorial com que nosso amigo está impondo aos deputados.

Sabemos do nosso cansaço. Mas, em represália à sua postura, à sua forma de agir, iremos resistir até o último momento para ele saber que não é desta forma que se vence, mas, sim, com o diálogo, sim, com a razão e, sim, com a compreensão e não com a imposição.

Esperamos que o deputado Zé Neto possa parar e refletir acerca de sua postura, pois não está correta a forma de agir de um Líder do Governo. Iremos continuar dificultando os projetos do governo para ser votados até que haja, realmente, a sensibilidade de se sentar com o Líder da Oposição e buscar uma solução.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto, para encaminhar, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, acho que não gastarei os 10 minutos.

Primeiro, na semana passada, tivemos um embate muito grande aqui – quero falar para a minha Bancada – e, no outro dia, fui para casa. Eu tenho uma pequena, lá, de dois anos, Luiza, que estava com a garganta inflamada. Passei a noite toda, minha mulher e eu – eu mais, eu fico fora de casa e fico mais tenso com essas situações – e ela gemia, acordava, pedia água, tomava medicamento. E eu passei a noite toda, mais uma noite, sem dormir em casa, e acordei – acordei-não! – levantei no outro dia para trabalhar. Luiza não foi à escola. Fiquei em casa até às 8 ou 9h e vim para Salvador novamente.

Qual é a reflexão que estou querendo fazer aqui com a minha Bancada? Chamar a atenção para uma situação que é muito importante. Nós temos missões na vida como na política que, para mim, não são dissociadas.

Quando decidimos por um lado, temos de exercer o que acreditamos. Sei que é cansativo. Quando éramos Oposição – e o deputado Marcelo lembra disso –, ficamos aqui, uma certa feita, dois dias seguidos. Não há problema! Era a opção de ser Oposição e enfrentar.

(Os deputados da Oposição aplaudem.)

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^{as}. têm tido de nós todo o zelo. Nunca, uma Oposição teve tanto zelo por uma Bancada de Governo como V.Ex^{as}. têm de nós. Aqui, nesta Casa, isso era uma coisa que não acontecia, V.Ex^{as}. têm hoje a nossa atenção! Quanto a isso, nós o fazemos; não como cobrança, mas como reconhecimento de um tempo novo que acontece em nosso estado. Hoje existe presença nos projetos. Interferem e muitos nos projetos. Muitas vezes, são relatores de projetos importantes para a Casa e para categorias ligadas a V.Ex^{as}, como aconteceu, na semana passada, com o deputado Gaban.

Quanto a tudo isso, nós o fazemos conscientes de qual é o nosso papel no momento em que estamos vivendo no estado.

Ouvi, aqui, durante a noite, várias vezes, o deputado João Bacelar fazer críticas severíssimas à educação. Procurei não fazer nenhuma réplica. Mas quero lembrar a V.Ex^a que a melhor coisa do mundo é a memória, principalmente na política. V.Ex^a fez críticas severíssimas, severas demais, mas esqueceu da sua gestão à frente da Secretaria de Educação no município de Salvador. V.Ex^a tem de lembrar que na hora da crítica, temos contraponto, isso é feito na política.

Quero dizer à Oposição que nós do governo temos uma bancada e vamos, hoje, fazer o esforço que for possível para cumprirmos o objetivo da noite que é votarmos as duas contas do governo e mais um projeto da educação. O próximo projeto da educação, se a nossa bancada estiver cansada, não vamos votar, mas vamos, sim, dizer à sociedade que V.Ex^{as}, hoje, fizeram obstrução durante muitas e muitas horas, e o projeto que era para ser aclamado por V.Ex^a, não aconteceu. V.Ex^{as} terão de assumir o ônus de ser Oposição e não medir consequências na hora em que toma posições também.

Quero dizer à nossa bancada que hoje teremos uma noite difícil, mas gostaria de pedir toda compreensão e zelo nesse instante, pois hoje teremos de votar, sim, com

a dificuldade que estamos tendo, o que faz parte do processo da política e é legítimo. Não estou dizendo que a Oposição não está fazendo o papel dela, aliás, temos de defender que a Oposição faça sempre o papel dela. Hoje estamos defendendo a democracia.

Claro que houve excesso durante o caminhar da noite quando o deputado Gaban e outros deputados a toda hora pediam contagem de quórum. Estava excessivo e hoje ficou claro o posicionamento do deputado Marcelo Nilo quando se colocou que de hora em hora houvesse contagem de quórum.

Quero dizer às Sras. e Srs. Deputados que é melhor votarmos hoje para não termos de voltar aqui na semana que vem. A essa altura, não temos mais o que justificar, depois de tantas noites tentando.

Para encerrar, deputado Marcelo Nilo, tivemos um contratempo. Numa dessas marcações de pauta, faltou luz, embolando o meio de campo. Temos de assimilar isso como um fato que não estava ao nosso alcance.

Quero agradecer mais uma vez à bancada, e que tenhamos resistência, compreensão tanto aqui como nas nossas famílias. O nosso compromisso com a mudança da vida dos baianos é o mesmo compromisso que peço a V.Ex^a e que tenhamos essa resistência e essa compreensão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como o deputado Zé Neto citou o deputado João Carlos Bacelar, vou conceder a questão de ordem.

Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, fiz aqui severas críticas à política educacional do Estado da Bahia do ponto de vista técnico, do ponto de vista da realidade, no mais alto nível.

Deputado Zé Neto, não é V.Ex^a nem ninguém que vai me ameaçar. Pelo contrário, V.Ex^a verá como vai ser o meu comportamento de agora em diante em relação ao governo. Não tenho medo porque não devo.

O secretário de Segurança de V.Ex^a abriu inquérito contra o incêndio que ocorreu na secretaria e disse, falo como exemplo: “vou mandar apurar, vou mandar fazer um inquérito bem feito”, mostrando que na Bahia, no governo de V.Ex^a, tem inquérito bem feito e inquérito mau feito.

Aqui não é Câmara mas, se V.Ex^a quiser, não tem problema, deputado Zé Neto, não me ameace porque não tenho medo, e vou mostrar agora. Agora V.Ex^a verá como as críticas serão feitas.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem. Deputado Gaban. Gostaria que fosse breve, por favor.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, eu havia dito que na semana passada V.Ex^a foi infeliz ao querer atribuir à Oposição, numa declaração que deu ao Bahia Notícia, que nós estávamos votando...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, deixe o deputado Gaban falar! Eu faço um apelo a V.Ex^a, deixe o deputado Gaban falar!

Deputado Gaban, prossiga, por favor.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, eu tenho 5 minutos, se V.Ex^a me permitir.

Na semana passada eu até entendi, V.Ex^a disse que estava cansado, exaurido e que queria restabelecer os contatos com a Oposição. Nós até aceitamos, mas V.Ex^a, hoje, volta a ser infeliz no pronunciamento que acaba de fazer. Se V.Ex^a parar para pensar, deputado Zé Neto, o grande culpado desta obstrução é V.Ex^a! Se V.Ex^a tivesse colocado, por exemplo, na semana passada unicamente o projeto dos professores, nós já teríamos aprovado.

Dissemos, na semana passada, que votaríamos a favor desse projeto, como votamos! Se estamos obstruindo, não é por conta desses três projetos, mas por causa das contas irregulares de 2008 e 2009 que estão para ser votadas. Esse é o tema! V.Ex^a não pode querer desviar a atenção, não pode querer jogar para cima da Oposição um ônus que não temos e dizer que estamos obstruindo o projeto dos professores. Estamos obstruindo, sim, a sessão.

O presidente já leu a ordem dos projetos que serão votados. Pedi ao presidente, no início da sessão, que lesse a ordem e os números dos projetos, inclusive eu pedi para relatar quais eram, e ele já deu a ordem. Na Ordem do Dia de hoje estão os três projetos. Depois desses três projetos, serão avaliadas as contas que estamos obstruindo. Repito, meu caro presidente, estamos obstruindo única e exclusivamente as contas.

Então, solicito, meu caro presidente Marcelo Nilo, que seja feita uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, meu caro deputado Gaban.

Zerem o painel e marquem os 25 minutos.

A Sr^a Luiza Maia:- Marque apenas 15 minutos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A verificação de quórum é de votação, portanto tenho de marcar 25 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram votar, por favor, marquem as suas presenças.

(Verificação de quórum de votação)

Há quórum para a votação. Retornem o painel.

Como V.Ex^a recomenda a sua Bancada, deputado Carlos Brasileiro?

O Sr. Carlos Brasileiro:- Recomendo o voto sim, Sr. Presidente, para o bem dos professores da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como V.Ex^a recomenda a sua Bancada, deputado Elmar Nascimento?

O Sr. Elmar Nascimento:- Recomendo o voto sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Srs. Deputados, os dois Líderes das Bancadas recomendam o voto sim.

(Em votação)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Aprovado. 53 sim e 12 não.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, no encaminhamento da sessão, peço que coloque em pauta o projeto de lei das contas do governo de 2008.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, tendo em vista que a a conta é mais antiga, deputado Gaban, o critério é votar o projeto que chegou primeiro na Casa. Então, vou atender V.Ex^a e colocar as contas que, pelo critério, é mais antigo. Sempre usei esse critério, tendo em vista que não tem nenhum sobrestando a pauta e os dois estão na Ordem do Dia.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, foi lido logo na abertura da sessão o requerimento da convocação da sessão extraordinária em que constava a pauta com a ordem de votação dos projetos. Fui consultado aqui inclusive pelo secretário-geral da Mesa se, por acordo, poderíamos dar continuidade à sessão sem a necessidade de derrubá-la ou ter uma convocação de uma sessão extraordinária com a repetição dos tempos das representações partidárias. Eu aquiesci imaginado que seria observada a ordem da convocação extraordinária feita pela liderança do governo na forma que estava lá. Foi dessa forma que fiz.

Então, solicito a V.Ex^a que obedeça a ordem de votação do requerimento de convocação feita pelos líderes de governo, porque foi dessa forma que fui levado a concordar com a prorrogação da sessão sem qualquer tipo de questionamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a tradição aqui na Casa é colocar os projetos mais antigos quando todos estão na Ordem do Dia. Não fiz nenhum acordo por votação cronológica, apenas relatei os projetos que estavam na Ordem do Dia. Não disse em nenhum momento que seria nessa ordem, mas que eles estavam na Ordem do Dia.

Sempre disse aqui que os projetos, exceto por acordo, são colocados em votação pela ordem de chegada. O projeto mais antigo aqui é do Tribunal de Contas. Se um deputado reclamar que estou botando um mais recente, posso levar para o Plenário decidir. Mas não tem nenhum sobrestando a pauta nem por ordem cronológica. Se V.Ex^a citar o Regimento que tem algum por ordem cronológica eu atenderei. Mas o Regimento é omissivo. Todos estão na Ordem do Dia e a Presidência sempre escolheu pelo bom senso. O deputado Líder do Governo fez o pedido, eu vi que é o mais antigo, então, deputado, vou indeferir a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Elmar Nascimento:- Gostaria que V.Ex^a informasse a ordem cronológica dos projetos de votação de julgamento de contas do governo e dos tribunais, para seguir a ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não tem problema nenhum.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, a preferência do Art. 186, peço que ele seja aplicado se V.Ex^a entender e quiser encaminhar ao Plenário, que trata exatamente da preferência e consiste na antecipação da discussão da votação numa proposição sobre os outros e da Ordem do Dia. Fala exatamente sobre a questão da cronologia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Deputado Gaban, o Art. 186 é muito claro, a preferência consiste na antecipação da discussão e votação de uma proposição sobre uma ou outra na Ordem do Dia.

(Lê) “§ 1º - As proposições têm preferência para discussão e votação na forma da ordem estabelecida no art. 111 deste Regimento.”

Eu tomei a decisão e cabe recurso da minha decisão ao Plenário. A ordem é cronológica e qualquer um pode pedir preferência. Nos tribunais, qualquer advogado pode pedir preferência. Então qualquer deputado, aqui, pode pedir preferência. Eu decido com o direito de recorrer ao Plenário. Esse é o bem senso.

V.Ex^a, deputado Zé Neto, foi muito feliz ao lembrar o art. 186.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, a preferência disposta no art. 186 consiste na antecipação da discussão ou votação de uma proposição sobre outra, ou outras, na Ordem do Dia.

O § 1º estabelece que:

(Lê) “As proposições têm preferência para discussão e votação na forma da ordem estabelecida no art. 111 deste Regimento.”

O art. 111 diz o seguinte:

(Lê) “Presente a maioria absoluta dos Deputados dar-se-á início à votação, na seguinte ordem:

I - requerimentos de urgência;...”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é o caso.

O Sr. Elmar Nascimento:- “(...) II - requerimentos de deputados que exijam deliberação imediata;

III - matéria da Ordem do Dia:

a) em tramitação urgente;

b) em tramitação prioritária;

c) em tramitação ordinária e especial.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em tramitação ordinária, que é o caso, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Para passar na frente de outras, presidente. Para seguir essa ordem.

Não há nenhuma matéria diferente. São todas elas de tramitação ordinária.

Sr. Presidente, se tivesse alguma matéria de tramitação prioritária ou de tramitação urgente, aí, sim, teríamos a preferência sobre a ordem cronológica, não de

forma aleatória.

Quando o remédio é o art. 111 e a sessão extraordinária, que seria o caso...

Repito, fui levado ao erro por conta de me pedirem a prorrogação. A sessão extraordinária acontece com pauta específica e se delibera na ordem cronológica do requerimento. Se o Líder do governo tinha o entendimento de inverter a ordem da programação de votação deveria ter colocado no requerimento de convocação da sessão extraordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, V.Ex^a foi muito feliz quando disse: primeiro, a urgência, não é o caso; prioritária, não há; em tramitação ordinária e especial.

O art. 186 é muito claro, diz, em outras palavras, que o Plenário decide.

Eu decidi que pode ser. Tenho o direito de escolher aqui e cabe recurso ao Plenário.

Infelizmente, vou indeferir a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Zé Neto:- O art.113 diz claramente que é lícito, na votação...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, o assunto está encerrado.

Indefiro a questão de ordem.

Vamos para o próximo projeto.

Posso até submeter a preferência da decisão ao Plenário, se os deputados quiserem.

O Regimento está muito claro e diz que tenho que levar ao Plenário.

O Sr. Zé Neto:- O art. 113 diz que: “É lícito ao Deputado, ao ser anunciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de determinada proposição.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O assunto já está encerrado. Está muito claro. Vamos para o próximo projeto.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, para ficar muito claro, aqui, e não haver qualquer dúvida, estão sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos de retirada de proposição, não é o caso; preferência, art. 2º, que é o caso. Está muito claro.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é em outro sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe, deputado, pensei que fosse sobre esse assunto.

O Sr. Gaban:- Eu até concordo com a posição de V.Ex^a.

Agora, V.Ex^a também colocou, com muita propriedade, que a tradição desta Casa e o bom senso sempre recomendou que os projetos mais antigos a serem votados têm preferência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, está claro no Regimento. Se um deputado pedir preferência eu tenho que dar.

Deputado Gaban, o Regimento é muito claro e diz que qualquer deputado pode pedir a preferência. E o deputado Líder do governo pediu a preferência. Eu sou obrigado, inclusive, a submeter ao Plenário, conforme esse artigo.

Vou submeter ao Plenário para atender ao art. 133. Srs. Deputados que concordam com a opinião do deputado Zé Neto...

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a proceder a uma verificação de quórum para a votação do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Não tem problema nenhum.

Zerem o painel. Marquem 25 minutos.

Os Srs. Deputados que queiram votar o requerimento marquem as suas presenças.

(Os Srs. Deputados marcam suas presenças no painel eletrônico.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum regimental para a votação do requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do deputado Zé Neto permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado contra os votos dos deputados Elmar Nascimento, João Carlos Bacelar, Carlos Geilson, Sandro Régis, Pedro Tavares, Leur Lomanto, Coronel Santana, Adolfo Viana e Paulo Azi.

Aprovada a preferência.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, invoco o art. 111.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já foi votada a preferência.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, invoco o art. 111 do Regimento Interno que diz o seguinte: (lê) “Art. 111 - Presente a maioria absoluta dos Deputados dar-se-á início à votação, na seguinte ordem: I - requerimentos de urgência; II - requerimentos de Deputados que exijam deliberação imediata; III - matéria da Ordem do Dia... (...).”

Nós já votamos as matérias da Ordem do Dia e abre-se um precedente para votar um requerimento depois de votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas foi V.Ex^a quem pediu, deputado. Então, retire o pedido. Fui generoso com V.Ex^a, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, o requerimento foi votado.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Quero estabelecer, aqui, o seguinte: o art. 111 estabelece a ordem de votação. Nós já começamos a Ordem do Dia e já votamos um projeto.

Pode-se votar um requerimento fora da ordem?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas foi V.Ex^a que o pediu. Eu estou sendo generoso!

O Sr. Elmar Nascimento:- Não, foi o deputado Zé Neto!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A preferência é diferente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pode?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode, deputado. Desculpe-me aí. Mas, por favor, a preferência...

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, o requerimento teria de ser apresentado ao início da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor!

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, em meu entendimento, o art. 111 é muito claro, ou seja, a primeira coisa que tinha de ter sido apresentada era o pedido de inversão de pauta. Mas já foi votado o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, independente disso, a Presidência decidiu. E eu tenho poder, modéstia à parte, de fazer desde que todos estejam no mesmo nível de escolher o projeto. Se eu, como presidente da Assembleia, não puder escolher o projeto, já que todos estão em mesmo nível, é melhor eu renunciar à Presidência. E eu não vou renunciar à Presidência.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado. Deputado, faço um apelo.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, eu vou encerrar. Só um instante. Só quero que fique consignado o que acontece aqui nesta sessão hoje. Votamos um projeto. Depois desse projeto, foi apresentado um requerimento de prioridade que alternava a votação. Eu só quero estabelecer isso porque...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou fazer o seguinte. Vou atender ao pedido de V.Ex^a. Retiro o requerimento. Mas decido que serão as contas do governo. Acho que tenho este poder, já que estou dentro do artigo.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, por favor!

Assunto encerrado.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não existe artigo nenhum que diga que há ordem cronológica para requerimento. Não existe! Se V.Ex^a me trouxer onde tem no artigo, sou obrigado...

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Existe uma preferência. E o deputado diz não aceitar a preferência.

Assunto encerrado.

Em discussão única e votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão única e votação o projeto do Decreto Legislativo nº 2.496/2013, de procedência da Comissão de Finanças,

Orçamento, Fiscalização e Controle, que aprova as contas do Poder Executivo do Estado da Bahia e dá outras providências. Exercício 2008”. Para discutir o meu querido amigo deputado Paulo Azi pelo tempo de 20 minutos.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.496/2013

Aprova as Contas do Poder Legislativo do Estado da Bahia do exercício de 2008.

A Assembléia Legislativa

Decreta:

Art. 1º – Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2008.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 14 de junho de 2013.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Vou atender ao pedido do deputado Elmar Nascimento para o uso da tribuna, com a aceitação do deputado Paulo Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, faço questão, neste instante, de consignar o acontecido nesta noite.

O presidente evoca para si o direito de estabelecer a pauta, que não é sua prerrogativa, senão o Regimento não fixaria a ordem de votação dos projetos. Segundo, estabelece-se um precedente aqui que nós vamos invocar todos os dias e não vamos aceitar que seja quebrado, meus caros deputados da Oposição, que hoje vão ter oportunidade de, em várias e várias sessões, poderem votar. Votado um projeto pelo governo, vou apresentar aqui 50 requerimentos de preferência e colocar os 50 para serem votados, e o presidente será obrigado a submeter à deliberação do Plenário.

Está sendo estabelecido um precedente aqui nesta Casa que nos dará o direito de que eu pegue 100 projetos da Oposição que estão aí, peça preferência para esses projetos, e o presidente será obrigado a submetê-los à deliberação do Plenário um a um, com verificação de quórum de votação de todos eles. É uma nova ferramenta para que a Oposição possa obstruir.

Faço questão de registrar em Plenário, porque, às vezes, casualmente, para poder-se atender a uma demanda do governo, se rasga o Regimento, e aí se estabelece

um critério. Portanto, para que fique bem estabelecido o que aconteceu nesta noite. O artigo 111 do Regimento Interno desta Casa disciplina a ordem de votação das proposições, e de forma muito clara, não dá à Presidência o direito de escolher da forma que quiser: 1- requerimentos de Urgência; 2- requerimentos de deputados que exijam deliberação imediata.

Um requerimento que pede a preferência para um projeto é um requerimento de um deputado que exige deliberação imediata.

3- matéria da Ordem do Dia. Entramos na matéria da Ordem do Dia, então, discutimos e votamos o projeto. Acabou a etapa de se apresentar requerimento. Esse era o entendimento da Oposição, que foi indeferido pelo presidente desta Casa. Aceito, o que não aceito é que se tenha dois pesos e duas medidas, porque aqui vou pedir à Liderança, agora, que apronte 100 requerimentos de preferência... Nós estamos numa sessão ordinária, não é extraordinária. Com requerimentos de preferência agora, e vou exigir que todos eles sejam submetidos a votação um a um, pedindo quórum de votação, conforme o presidente decidiu, de que requerimento pode ser apresentado a qualquer hora.

Faço um alerta a esta Casa. Para a Oposição está ótimo, é uma forma nova, um instrumento novo que nos é dado de poder obstruir uma sessão, de poder fazer uma infinita discussão de todos os projetos. Só eu devo ter uns 50 projeto de lei de minha autoria.

Vou fazer 50 requerimentos, orientar que meus deputados façam a mesma coisa, preparar esses requerimentos, meu caro deputado Reinaldo Braga, que já presidiu esta Casa, e, conforme a decisão de hoje à noite, a qualquer instante esses requerimentos serão submetidos a votação e não se obedece a essa ordem do artigo 111. Mas na hora em que for apresentado o requerimento, ele terá de ser objeto de deliberação do Plenário, porque hoje o deputado Zé Neto apresentou um requerimento de prioridade após o início da Ordem do Dia, depois da votação de um projeto, ou seja, depois de já ter sido observada a ordem do art. 111, surpreendendo a nós com uma orientação que não tínhamos. Até aprendi hoje uma forma nova de poder obstruir uma votação.

Fico muito satisfeito com isso porque é uma nova ferramenta, deputado Gaban, e teremos que pedir à assessoria da Liderança da Minoria que prepare o equivalente a projetos que tenhamos tramitando nesta Casa com a mesma quantidade de requerimentos. E no dia que desejarmos obstruir, vota-se cinco, depois mais cinco, depois mais cinco.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a me permite. Sem ter o direito de debater com V.Ex^a, só para ajudá-lo. Leia o art. 113, por favor. Sei que é antirregimental. Não estou querendo debater com V.Ex^a. Só para ajudá-lo.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- É lícito ao deputado, ao ser anunciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de determinada proposição.

A Ordem do Dia foi anunciada há muito tempo e já votamos projeto, Sr. Presidente. É ao ser anunciada a Ordem do Dia. A Ordem do Dia foi anunciada há 6

horas, Sr. Presidente. V.Ex^a corrobora os meus argumentos. Eu peço a V.Ex^a que defira, pois chegou à conclusão que eu tenho...

Sr. Presidente, depois da interrupção que V.Ex^a fez, eu vou transformar a minha discussão em uma questão de ordem para, com sua ajuda, pedir que anule a votação que houve, porque aqui está muito claro.

Há 7 horas foi anunciada a Ordem do Dia. Está muito claro aqui, no art. 113, e agradeço a V.Ex^a, que é lícito ao deputado, ao ser anunciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de determinada matéria. Precluiu o direito de pedir preferência de matéria. O Regimento é muito claro, Sr. Presidente. Eu gostaria de ouvir a manifestação de V.Ex^a acerca do art. 113 que V.Ex^a fez questão de me pedir para ler. Eu li. V.Ex^a me pediu que eu lesse. Estou pedindo que V.Ex^a me dê uma interpretação do art.113.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado eu não posso debater com V.Ex^a, mas está dizendo o art. 186 que a preferência consiste na antecipação da discussão ou votação de uma proposição sobre outra, ou outras, na Ordem do Dia.

A Ordem do Dia não é só o início, não, é o período todo, deputado. Por favor.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Ao ser anunciada, Sr. Presidente!

O Regimento Interno poderia dizer: “a qualquer instante na Ordem do Dia”, mas diz: “ao ser anunciada”. Sr. Presidente, com toda boa vontade...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Olhem o precedente que está sendo criado para a manutenção de um equívoco da Liderança do governo. Eu quero chamar a atenção da Casa para a manutenção de um equívoco, meu caro deputado Gaban, da Liderança do governo se abre a possibilidade de a qualquer instante se apresentar requerimento de preferência. Apenas para ratificar um equívoco cometido pela Liderança do governo hoje interpreta-se *contra legis*...

Quem estudou Direito aqui, meu caro deputado Euclides,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, só para contribuir com V.Ex^a, Ordem do Dia é do início ao fim.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Meu caro presidente, nem V.Ex^a acredita nisso. O art. 113 diz que é lícito – lícito é permitido – ao ser anunciada a Ordem do Dia. V.Ex^a não anuncia de 10 em 10 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bruno Reis, há um orador, seu colega, na tribuna. O seu Líder está na tribuna. Por favor, vamos ter bom senso.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Meu caro deputado Euclides Fernandes, meu caro Líder, deputado Zé Neto, quando se frequenta a Faculdade de Direito, no 1º semestre, quem estuda Introdução ao Estudo do Direito, e se trata da matéria de interpretação, há a interpretação de conformidade com a lei, tem a interpretação suplementar à lei e tem a interpretação que são sempre derrubadas pelo Judiciário, as *contra legem*, são as contra a lei. Isso é uma interpretação absolutamente absurda e contra a lei, porque o art. 113 é de uma clarividência, eu não o tinha observado e o presidente me chamou a atenção. Art. 113 – “É lícito ao deputado” – significa que é

permitido ao deputado – ao ser anunciada a Ordem do Dia, requerer preferência para votação ou discussão de determinada proposição.” Ao ser anunciada a Ordem do Dia, eu lhes pergunto: o presidente anuncia a Ordem do Dia de 10 em 10 minutos, para de 10 em 10 minutos para poder apresentar esse requerimento?

Eu estou fazendo aqui uma besteira muito grande, meu caro Líder. Considero isso um fato consumado. Agora, não vamos admitir uma interpretação hoje para amanhã mudar a interpretação. Porque, semana que vem, vou causar um transtorno aqui por conta disso para demonstrar. Vou apresentar aqui 500 requerimentos de inversão de pauta, de preferência pedindo que todos eles sejam submetidos à votação e à deliberação, na hora que eu quiser durante a Ordem do Dia. Na hora que eu quiser, porque V.Ex^a acaba de interpretar dizendo que a qualquer instante o requerimento pode ser apresentado. Eu errei. Eu errei e V.Ex^a está certo. Não discuto mais isso. A interpretação...

Sr. Presidente, vou apenas, ao final da minha fala, para que fique... e não venham usar outro tipo de argumento, para que fique confirmado pelo plenário desta Casa essa interpretação de V.Ex^a com a qual eu até concordo, é um instrumento a mais de obstrução para a Oposição que poderá, a qualquer instante, entrar com um requerimento de preferência e pedir que sejam votados. Serão 500 requerimentos que apresentaremos, vezes cinco, o que totaliza 2500 minutos de interrupção de votação para que se derrube um a um os requerimentos. É assim que em Brasília funciona realmente. A Oposição, quando quer obstruir, bota lá uma série de requerimentos para que eles tenham que ser derrubados um a um.

É uma interpretação... Acho que é o espírito oposicionista do presidente. Ele foi Oposição tanto tempo que interpreta o Regimento favorável à Oposição. E eu estou aqui fazendo um papel equivocado de Líder do governo, defendendo uma forma de interpretação do Regimento que é favorável. Portanto, não tem problema nenhum. Vamos começar essa discussão, vão ter outros que serão votados e nós vamos discutir esses requerimentos um a um.

Quero presidente, aproveitando os 8 minutos que me restam, se é possível debater as contas de 2008. E eu não poderia deixar, na qualidade de Líder da Oposição, de registrar o descabro em que se encontra a situação financeira do Estado por conta de uma gestão perdulária.

Meu caro deputado Gaban, já em 2008, na análise dessas contas, o voto condutor do relator conselheiro Pedro Lino já apontava no sentido de que o governo cometeu uma série de crimes contábeis, porquanto, ao final do ano, para não deixar um saldo negativo nas contas do Estado entre o que tinha para pagar, meu caro deputado Vando, porque é que entende bem de finanças públicas por ter participado, por diversas vezes da administração do município, ao chegar no final do ano, vendo que a Secretaria da Fazenda, que devia muito mais do que tinha dinheiro em caixa, houve por bem cancelar empenhos lícitos. Como é o processo de empenho? Abre-se um processo administrativo, faz-se a licitação, faz-se um contrato ou que seja de fornecimento de materiais ou de fornecimento de serviços como de locação de mão de obra ou seja de obras.

Depois, é atestado ou a entrega da mercadoria ou, no caso da locação de serviço, a prestação de serviço ou, no caso da execução de uma obra, conforme as medições, que a obra foi feita em determinado tempo.

Isso faz com que o empenho seja absolutamente considerado lícito e apto. A última etapa, depois de passar pelo controle interno, é o procedimento de pagamento.

Pois bem, sem nenhuma justificativa plausível, sem qualquer tipo de procedimento administrativo, sem parecer da Procuradoria Jurídica que desse embasamento se houve uma determinação da Fazenda de cancelamento dos empenhos, simplesmente, porque não havia saldo suficiente em caixa.

E a Lei de Responsabilidade Fiscal é de uma claridade muito grande no sentido de que o gestor só poderá deixar, de um ano para outro, em restos a pagar e em empenhos resto a pagar, quando tiver a correspondente soma em dinheiro no Tesouro declarado nas contas e demonstrado, contabilmente, a existência dessas contas.

E, aí, se cometeu um crime contábil, porque não se pode, sem qualquer tipo de justificativa, fazer cancelamentos de empenhos já lançados.

E mais! Nessas mesmas contas, foram identificados alguma coisa interessante. Os deputados aqui se recordam. Foram, exatamente, aquelas em que houve estourado o escândalo na Secretaria da Segurança Pública em que, inclusive, foram presos oficiais da Polícia Militar com aquela empresa chamada Júlio Simões, localizada no interior de São Paulo, em que se foi pago alguns empenhos, conforme investigação da Secretaria da Segurança Pública do Estado, no sentido de que esses empenhos estavam eivados de irregularidades e que haveria pagamento de propina.

Pois, com a finalidade de fazer uma espécie de flagrante, o secretário da Segurança e a equipe de inteligência da Polícia, à época, pediram ao estado para fazer um pagamento ilícito e nunca voltou aos cofres do Estado.

Foi determinado que se pagasse uma quantia à empresa Júlio Simões sem que houvesse empenho prévio, sem contrato administrativo, sem haver alguém certificando a realização do serviço, apenas para que o dinheiro entrasse, se consumasse o crime e se pudesse prender as pessoas envolvidas.

Não há, na administração pública, a previsão, a licitude que seja autorizado para um gestor fazer este tipo de pagamento.

Ou seja, o conselheiro Pedro Lino identificou, portanto, nas contas de 2008, uma série de irregularidades que não permitiu.

São essas contas também que ficaram demonstradas, no âmbito da Secretaria da Saúde, uma série de equívocos, que foi a rescisão que tinha por orientação inclusive da Delegacia do Trabalho no sentido de romper um contrato que existia com determinada cooperativa que tinha problemas com a Justiça do Trabalho para a contratação de médicos. Houve o rompimento. E não podia cessar ou sofrer processo de continuidade o pagamento desses médicos no Estado nem a prestação desse serviço.

Começou com a autorização do Sr. Secretário da Saúde. Os diretores dos hospitais contrataram o médico de boca, numa história sem precedente, sem nenhum tipo de processo administrativo a justificar a dispensa, a inexigibilidade de licitação,

o início do processo licitatório.

Ou seja, nenhum tipo de processo administrativo que desse o mínimo de aspecto de legalidade a esse pagamento. Denunciado e começando a atrasar o pagamento desses médicos com um, dois, três meses, porque não tinha a forma escrita ou legal que se exige de um contrato público, a administração foi encontrar, na modalidade prevista no orçamento de indenização, a forma do pagamento desses médicos.

E o que se prevê na modalidade de indenização prevista no orçamento do Estado? Indenização é para que se pague aquelas ordens emanadas do Poder Judiciário que passaram pelo crivo do Poder Judiciário, que se converteram em precatórios e que, em razão disso, podem ser, efetivamente, pagas sobre essa modalidade.

Portanto, essas contas são, absolutamente, eivadas de equívocos e de irregularidades, que, faço questão de registrar, houve um absurdo, uma leniência do governo do Estado, uma absurda leniência dos órgãos de controle, afinal de contas, órgão de controle para o governador só quando ele queria acomodar companheiro que tinha perdido as eleições. O projeto está em tramitação, da criação da Controladoria Geral do Estado. Portanto ficaram arquivadas as recomendações do Tribunal de Contas do Estado no sentido de que deveria melhorar o controle externo do Estado, foi no sentido de que não se poderia evoluir.

Portanto, com todas essas restrições, a Bancada da Oposição votará, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contra a aprovação das contas do governador do exercício de 2008. Esta Casa nunca teve a coragem de deliberar e agora trouxe.

É esse o meu pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Paulo Azi.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente Adolfo Menezes, o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, nos procurou para tentar ver um acordo, fez uma proposta. Eu solicitei ao mesmo, acho que é uma coisa razoável, dá para se conversar com a Bancada, dentro do que V. Ex^a colocou e dentro do que eu solicitei a V. Ex^a que falasse com o Líder do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu peço vênias a V. Ex^a, peço desculpas, mas os deputados da Base do governo preferem continuar. Eu tentei fazer um acordo, peço desculpas a V. Ex^a... Não conversei com o deputado Zé Neto ainda... estava conversando com vocês para ver se tinha possibilidade de conversar com o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Azi por 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, 01h44min da manhã de quarta-feira, e nós estamos a iniciar a discussão das contas de S. Ex^a o governador Jaques Wagner do

ano de 2008.

Portanto o governo resolve enfrentar uma obstrução para discutir umas contas que estão aqui nesta casa pelo menos há quatro longos anos. Sinceramente, não consigo entender as razões que fazem com que o Líder do governo insista nesse cronograma, efetivamente fazendo-nos imaginar que algo existe, que alguma coisa está por trás de toda essa celeuma.

Sr. Presidente, estou sem poder discursar, a zoadá aqui está muito grande.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Paulo Azi, pode continuar, vou pedir que os deputados respeitem sua fala. Deputado Zé Neto, há um orador na tribuna. Pode continuar, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Coincidência ou não, Sr. Presidente, essas são as contas que originaram, que causaram, deputado Brasileiro, todas as dificuldades financeiras por que hoje passa o governo do Estado.

Recordo-me de que, quando essas contas tiveram seu julgamento proferido pelo tribunal, a Oposição teve acesso aos relatórios e aos votos que foram dados pelas S.Ex^{as}, os relatores, nós, imediatamente, convocamos a vinda a esta Casa do conselheiro Pedro Lino.

O conselheiro, na época, havia feito um voto em que levantava várias questões, vários pontos acerca da legalidade e da legitimidade das contas do governo da Bahia. Alertava...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, peço que V.Ex^a suspenda a sessão para que eu possa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Carlos Geilson, deputado Bruno Reis, por favor, há um colega da Oposição na tribuna. Deputado Paulo Azi, são seus colegas de Bancada. Deputado Carlos Geilson, há um orador na tribuna.

O Sr. Carlos Geilson:- Quero falar.

O Sr. PRESIDENTE Adolfo Menezes):- Daqui a pouco, V.Ex^a está inscrito. Pode continuar, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Então, Sr. Presidente, na época, o conselheiro levantava, por exemplo, a sua surpresa com...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Um aparte.

O Sr. PAULO AZI:- V.Ex^a quer um aparte? Concedo a V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido deputado Paulo Azi, fico assim me perguntando, as contas vieram para cá reprovadas?

O Sr. PAULO AZI:- Vieram com votos divergentes, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Com voto divergente, mas na maioria foram aprovadas, fica faltando o voto perdedor. Parece até que o voto perdedor é o voto que definiu. Não é verdade. Ele foi voto vencido, reconhece, já deu publicamente uma posição de que reconhece, que a maioria aprovou as contas, e me parece que há um equívoco na argumentação, só isso, para ajudar V.Ex^a, porque há apenas um voto divergente. É como aqui: a maioria vota uma posição e a minoria é vencida, então, o projeto tem que ser contestado a vida inteira, quando nós aprovamos como minoria.

O Sr. PAULO AZI:- Deputado Rosemberg, se V.Ex^a se ater ao voto do

conselheiro Pedro Lino vai verificar que muito do que ele disse àquela época se refletiu hoje naquilo que estamos a observar nas finanças do Estado. Naquela época, em função do descontrole das finanças públicas do Estado foi feito uma série de cancelamento de empenhos. Então, veja V.Ex^a, o governo autorizou a despesa, a despesa foi empenhada, em muitos casos foram emitidas notas fiscais dos serviços e, depois disso, deputado Rosemberg...

(Tumulto no Plenário)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, o deputado Paulo Azi esta na tribuna.

O Sr. PAULO AZI:- Peço calma ao deputado Zé Neto.

Estamos aqui discutindo um assunto sério, deputado Zé Neto que já conseguiu votar, hoje, um projeto graças ao acordo feito com a Oposição. O projeto dos professores foi votado graças a um entendimento, a um acordo que dispensou as formalidades, o deputado Zé Neto precisa ter calma, tranquilidade.

Então, Sr. Presidente, eu dizia que era quase uma obrigação de todos os parlamentares desta Casa ler o relatório dessas contas de 2008 e que constam lá os votos divergentes, e que constam lá as recomendações, as ressalvas, porque, repito, ali já se renunciava, ali já se alertava a todos nós daquilo que poderia estar a acontecer no futuro.

Isso voltou a acontecer em 2009, piorou em 2010 em função do período eleitoral...

(Tumulto no Plenário)

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, vou suspender a minha fala e vou aguardar o silêncio, senão não vou poder continuar a falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna discutindo o projeto.

O Sr. PAULO AZI:- O deputado Rosemberg está ali, atentamente, ouvindo o meu discurso, deputado Joseildo, que praticamente não participaram dessa discussão lá atrás, porque à época não estavam nesta Casa, quero inclusive aproveitar e, quem sabe em função dos meus argumentos, votar com consciência pela rejeição das contas de S.Ex^a e o Plenário não permite.

Então, Sr. Presidente, quero aqui repetir, deputada Luiza Maia, não concordo com o que V.Ex^a fala, deixe eu dizer a V.Ex^a: Eu estou aqui neste Plenário há 10 anos, cheguei aqui e fui, no meu primeiro mandato, deputado da base do governo Oposição, o Partido de V.Ex^a era um Partido aguerrido da Oposição. Eu me recordo, não foi uma, nem duas, nem três vezes que esta tribuna foi ocupada por um digno representante do partido de V.Ex^a, o deputado federal Emiliano José, que por várias sessões, deputada Luiza Maia, fazia aqui pronunciamentos desta Tribuna utilizando-se de relatórios do Tribunal de Contas executados pelo conselheiro Pedro Lino. O Conselheiro Pedro Lino foi, durante muitos anos, deputada Luiza Maia, quase que a única corda que a Oposição, à época, se agarrava para tentar justificar as denúncias contra o governo atual. O deputado Pedro Lino chegou a ser alvo de homenagens nesta Casa pelos deputados de Oposição, do PT de V.Ex^a. V.Ex^a pode consultar os

Anais desta Casa, pergunte ao deputado Emiliano José que está aí vivo para confirmar.

Portanto, não entre, deputada Luiza Maia, com toda a consideração e respeito que eu tenho por V.Ex^a, nessa linha, que é muito utilizada pelo secretário da saúde Jorge Sola, de desqualificar a figura do conselheiro, porque eu, por vários momentos, já discordei das suas posições. V.Ex^a pode discordar, mas ninguém pode, de sua consciência, levantar qualquer ar de suspeição quanto a parcialidade ou a imparcialidade do conselheiro Pedro Lino. Ele é um homem polêmico, é verdade, mas extremamente independente.

Veja V.Ex^a que o conselheiro Pedro Lino foi indicado ao Tribunal de Contas, à época pelo grupo do senador Antonio Carlos Magalhães, e fez relatórios duríssimos contra o ex-governador Paulo Souto, ex-governador César Borges. Portanto, ele pode ser acusado de tudo, menos de tratar-se de um conselheiro parcial, seja ao governo de V.Ex^a seja ao governo de V.Ex^a seja ao nosso, porque trata-se de um homem polêmico, mas extremamente independente, e isso eu faço questão de deixar registrado.

E sempre fico indignado quando o secretário Jorge Sola se utiliza desse tipo de instrumento de desqualificação para, muitas vezes, responder às questões e aos questionamentos que estão e devem ser levantados pelos órgãos de controle, especialmente pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, não nos resta nenhuma outra opção, deputado Joseildo, V.Ex^a que não estava aqui, creio que V.Ex^a, resguardado pelo voto secreto desta Casa, protegido pelo sigilo do voto, haverá de votar de acordo com a consciência de V.Ex^a. E saiba que o voto de V.Ex^a não vai rejeitar as contas, porque o governo tem aqui ampla maioria nesta Casa, mas pelo menos se mandava um recado para que o governo, definitivamente, tenha aprendido, tanto a lição como as recomendações e as ressalvas que foram feitas pelos membros do egrégio tribunal, pois se tivessem sido observadas e se tivessem sido levadas um pouco mais a sério, não chegaríamos a uma situação, hoje, de quase insolvência das contas deste estado.

Há uma situação de que recursos de fontes vinculadas, de áreas prioritárias da saúde, da educação, de recursos que poderiam estar sendo utilizados em ações de combate à fome e à pobreza fossem desviados para cobrir o rombo do custeio das despesas que sustentam uma máquina ineficiente, pesada, obsoleta e fisiológica.

Lamentavelmente, o governo submete a todos nós a discussão de uma questão tão importante como esta, que a própria sociedade baiana deveria estar acompanhando mas que, infelizmente, poucos ou muitos poucos estão a acompanhar esta sessão, a fim de verificar o posicionamento e a postura de cada um dos 63 parlamentares que compõem este Parlamento.

Julgar as contas do governo, seguramente, está entre as três principais atribuições deste Poder ao lado da apreciação da LDO, do PPA e do orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Considero eu o julgamento das contas do governo como uma das principais atribuições deste Poder e que, infelizmente, será submetida a voto,

mesmo com mais de quatro anos dormindo nas gavetas deste Parlamento, seja colocado a voto numa sessão tumultuada, tensa, em que, seguramente, a esmagadora maioria dos parlamentares desta Casa...

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) está prestando o mínimo de assistência e de importância a essas questões.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância concedida por V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador e pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, inscreva-me para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a não está inscrito, deputado Gaban. Mas abrirei o precedente e vou inscrevê-lo.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, os deputados de Oposição, nesta Casa, respeitam-se. Nós não admitimos ameaças, não admitimos gritos, nem qualquer tipo de coação. As dificuldades que existem nesta Casa são justamente a forma agressiva, a forma grosseira e estúpida com que o Líder trata a Oposição.

Eu sou um parlamentar desta Casa que tenho uma das melhores relações com todos os colegas, independente de partido, independente de posição ideológica.

Mas é por um princípio básico e familiar que não admito ameaça, não admito qualquer tipo de jogo que venha atentar contra a minha moral. Não aceito ser comandado por outro deputado que não seja o Líder da minha bancada. Cresci conversando com meus pais. Fui orientado de forma educada. E, assim, procedo com meus filhos; assim, procedo com meus colegas de trabalho; assim, procedo com meus pares e, assim, procedo com os meus funcionários na rádio.

Agora, estar aqui subordinado a um deputado que está acostumado a dar gritos e a impor a sua vontade é outra coisa. Com este aqui? (O Sr. Deputado aponta para si mesmo.) Não vai conseguir. Se alguém já está acostumado a ouvir os gritos do Líder do Governo e a se agachar, se calar, aqui o endereço é totalmente errado.

Para dar grito e impor sua vontade nesta guarida e nesta terra fértil, ele não vai conseguir. Nós estamos, nesta Casa, neste momento, às 2 horas da madrugada e poderíamos, perfeitamente, fazer um acordo. Poderíamos ceder aos apelos do Presidente que tem crédito conosco para fazer o apelo.

Nós poderíamos ceder ao apelo do deputado Carlinhos Brasileiro e aos apelos de outros líderes de partidos que compõem a Base de Governo. Essas são pessoas lhanas, cordatas e civilizadas. Poderíamos perfeitamente atender ao apelo de qualquer um deles, menos do Líder do governo, porque não está preparado para exercer a função.

Líder é aquele que atrai para si os liderados, não aquele que os afasta. Poderíamos ter uma convivência perfeitamente civilizada, independentemente do campo em que estejamos atuando. Agora, subir na tribuna, na condição de Líder, e

ameaçar um colega, jamais vou aceitar; jamais concordarei com esse comportamento. É desrespeitoso e quer impor a vontade. Não, não vai conseguir.

Quero dizer que nós da Oposição vamos exercer o nosso papel sem ataques pessoais, até porque desafio, desde que assumi o mandato, que tenha havido ocasião em que eu tenha feito qualquer ataque pessoal a algum colega, que eu tenha chamado qualquer membro do governo de ladrão ou que eu tenha sido grosseiro. Se assim procedi, estou aqui para dar a mão à palmatória e pedir desculpas. Agora, admitir esse tipo de comportamento com um colega que suba à tribuna e diga: “Ou você fica calado ou vou lhe denunciar.” Denuncie. Aponte as mazelas. Se sabe de mazelas e não as fala, é conivente. Também faz parte do erro. Sr^{as} e Srs. Deputados, num horário desses, numa sessão tensionada, o Líder do governo subir à tribuna e fazer ameaças, mostra o quanto é despreparado, desqualificado para a assunção do cargo.

Voltando à questão das contas do governo, vamos votar contrariamente. Porque entendemos que o Estado vem gerindo de forma equivocada. Não seria irresponsável ou leviano para dizer que houve malversação, dolo ou roubo. Mas, pelos números apresentados, não precisa ser um expert em finanças para depreender que há uma administração que não corresponde à expectativa dos baianos. Há dinheiro mal aplicado; há dinheiro que está escorrendo pelo ralo, há excesso de contratação por REDA, justamente em ano eleitoral, há excesso de contratação em PST. Não posso dizer que em relação ao PST, aumente só em época de eleição. É uma coincidência, não posso afirmar se foi para contratar cabos eleitorais. Mas sempre ocorreu em épocas eleitorais o aumento de contratação por REDA ou PST.

O que leva, então, os governos a contratarem em demasia justamente nesse período eleitoral? Seria para aparelhar a máquina pública do Estado, visando o pleito? Nos deixa a entender ou subentender. Mas não posso afirmar de forma categórica que esse foi o princípio dessas contratações.

Uma outra questão é que o Estado da Bahia gasta muito em propagandas. Ora, Sr^{as} e Srs. Deputados, não seria aqui leviano em dizer que o governo não deve contratar, não deve fazer propaganda. Acho que deve sim, não neste excesso, não desta forma dilapidando os cofres públicos, dilapidando o erário, num investimento em propagandas que não correspondem à verdade.

Enquanto se gasta muito com propaganda para anunciar o que, de fato, não acontece, que não é verdade, na saúde o Estado vai muito mal. O Hospital Geral Clériston Andrade, meu caro deputado Gaban, está sem macas, sem médicos, com as pessoas sendo atendidas nos corredores. Desafio a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Arimatéia, a fazer uma visita de surpresa ao Hospital Clériston Andrade para poder testemunhar, para poder advogar o que nós estamos falando aqui. Desafio o deputado Ângelo Coronel, com base lá na região, a fazer uma visita ao Hospital Clériston Andrade. Esteja preparado, deputado, o senhor vai se deparar com cenas terríveis - pode se benzer – com pessoas sendo atendidas nos corredores, com pessoas sofrendo com a falta de atenção. Sabe por quê? Por falta de investimento, porque boa parte do dinheiro do Estado é desviado para propaganda.

Fala-se maravilhas do Hospital do Subúrbio como se fosse a 8ª maravilha. Vá

ao subúrbio e veja se o que diz na propaganda ocorre verdadeiramente.

Nós estamos vivendo e surfando na Bahia da propaganda, mas eu gostaria de viver na Bahia dessas propagandas, nessa Bahia onde as pessoas aparecem nas propagandas emocionadas falando que o Estado tem uma educação de excelência. Eu gostaria de viver nesse Estado onde se fala que há a melhor segurança pública do País.

Ora, meu Deus do céu, é muita cara de pau! Fazer propaganda, deputado Leur Lomanto, daquilo que a gente sente na pele e na alma, daquilo que a gente enxerga, que a segurança pública é um descaso neste Estado. Quem não enxerga é quem não quer ver.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS GEILSON:- Deputado Leur Lomanto, ouço V.Ex^a com muito prazer.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Carlos Geilson, o discurso de V.Ex^a faz-me lembrar o trecho de uma propaganda que foi lançada no *YouTube*, acho que há uns 2, 3 anos, V.Ex^a deve ter visto, que tratava justamente disso: Quero morar na propaganda do governo da Bahia.

E o que podemos observar quando andamos no interior do nosso Estado, em várias cidades, é que o governo gasta milhões de reais em propaganda tentando enganar a população baiana. Podemos citar diversos exemplos de propaganda que o governo vem fazendo que não condizem com a realidade. Cito sempre exemplo do hospital de Seabra. Está por aí espalhado por vários e vários *outdoors* no interior do Estado da Bahia como já estivesse em pleno funcionamento. E está lá a obra praticamente paralisada sem nenhuma previsão de término e a população da Chapada sofrendo pela falta de um grande hospital regional naquela região. Sem falar na ponte Salvador-Itaparica, essa grande propaganda do governo Jaques Wagner no ano de 2009, plataforma de campanha eleitoral. O governo fazia questão de espalhar em cada canto e cada recanto, fazendo propaganda nacional e internacionalmente de que iria construir uma ponte para ser inaugurada, deputado Coronel, em 2013. A propaganda que o governo fazia em 2009 da ponte Salvador-Itaparica é a de que haveria neste ano de 2013 uma grande inauguração, deputado Mário Negromonte Junior, e os carros estariam aí atravessando a ponte, fazendo grandes apresentações com maquetes eletrônicas e etc. Para quê? Para enganar a população baiana.

Então, V.Ex^a traz mais uma vez esse tema com a voz sempre eloquente mostrando que esse governo é muito bom em propaganda, e em propaganda enganosa. Gostaria de parabenizar e me associar às palavras de V.Ex^a.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Meu caro deputado Leur Lomanto Junior, incorporo o aparte de V.Ex^a.

E dizer que a propaganda é a alma do negócio. É um velho ditado que Joseildo bem conhece, foi prefeito de Alagoinhas e fez propaganda, e creio que foi propaganda verdadeira tanto que teve uma bela votação naquela cidade. Mas a propaganda do governo do Estado é mentirosa, não corresponde à realidade. Há um bombardeio de propaganda. E V.Ex^a sabe quando foi o recorde de faturamento dos órgãos de

comunicação em Salvador? Justamente na campanha para prefeito. Ligávamos a televisão e era uma propaganda de uma loja, uma propaganda do governo, de uma loja, do governo, mostrando a Salvador que o governo do Estado iria resolver os seus problemas, que nós bem conhecemos e sabemos. Tentando iludir, tentando engabelar. Não colou em Salvador e não vai colar no resto do Estado, porque as pessoas enxergam, as pessoas vivenciam os seus problemas e sabem perfeitamente que há uma distância muito grande entre o que está na propaganda e o que de fato acontece.

É por isso que vamos votar contra a aprovação das contas do governador Jaques Wagner.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O Tribunal votou a favor e V.Ex^a vai votar contra?

O Sr. CARLOS GEILSON:- V.Ex^a venha à tribuna e fale. Está com medo de receber grito do seu Líder? V.Ex^a ouviu gritos aqui na semana passada, não queira ouvir de novo. Sei que V.Ex^a não é de levar desaforo para casa. V.Ex^a teve que ouvir os gritos, botar a pasta debaixo do braço e ir para casa, porque é um deputado cordato, lhano, urbano, civilizado e não iria responder daquela forma grosseira, estúpida e atabalhoada com que foi atacado pelo seu Líder na semana passada. Eu pensei até em apresentar uma Moção de Solidariedade, de desagravo a V.Ex^a, um parlamentar coerente com seus posicionamentos. Mas para não criar nenhuma cisão na Bancada preferiu silenciar. E acho que essa é a forma educada como devemos responder as pessoas deseducadas, as pessoas despreparadas e as pessoas que não têm nível para o debate.

Mas volto à questão das contas do governo do Estado. Dizer que o conselheiro Pedro Lino foi muito feliz em seu voto quando apresentou as incoerências, as falhas na contabilidade do governo. E nós já havíamos aqui notado e observado essas falhas quando da vinda do então secretário da Fazenda Carlos Martins, e depois do secretário Petitinga. Acho que o secretário Petitinga caiu por falar a verdade, por dizer das dificuldades que o Estado está passando. Essas dificuldades estão aí às claras.

Agora, vejam a incoerência! O Estado que diz que está fazendo contingenciamento, que está tomando empréstimos e mais empréstimos, é o Estado que vai construir a ponte Salvador-Itaparica com 7 bilhões de reais. Ora, imaginemos... dizem que até cafezinho o Estado ia cortar. O deputado Sandro Régis disse aqui que do jeito que o governo vai, vai tomar dinheiro na mão de cigano para poder fechar as contas. E vai construir a ponte Salvador-Itaparica? A minha preocupação é que chegue a esse ponto porque em Senhor do Bonfim tem muito cigano, deputado Carlos Brasileiro. Já mandou os ciganos embora? O meu medo é que esse atual governo recorra aos ciganos lá de Senhor do Bonfim. E cigano você sabe que na hora do vencimento tem que pagar. E esse governo que não paga, como é que vai ser então? O que vai ser, pelo amor de Deus, desse secretário da Fazenda, quando chegar o dia do pagamento e o cigano bater na porta? Lá em Pojuca também tem uma ciganada forte. Não sei qual vai ser o destino do Estado.

Olha, são 14 bilhões que já foram aprovados aqui com a autorização da Assembleia. E agora vem me falar em construção de ponte Salvador-Itaparica, ponte

de 7 bilhões de reais? Ora, me faça uma garapa, meu caro governador Jaques Wagner! Tem muito cigano lá também, não tem, deputado Adolfo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, até a palavra da Oposição querem cassar.

Deputado Marcelo Nilo, nós, deputados de Oposição, queremos aqui apenas discutir os projetos que estão em pauta. Aqui ninguém está fazendo obstrução, não, deputado Carlos Brasileiro, deputada Luiza Maia, estamos aqui, por exemplo, agora discutindo a aprovação das contas do governador. Então, temos que estar aqui...

Tenho em mãos, deputado Cacá, o voto do conselheiro Pedro Lino, famoso, conselheiro criterioso que teve o papel de estudar e auditar as contas do Estado. E aqui quero aproveitar esse tempo para ler alguns trechos e peço a atenção de V.Ex^a, deputado Cacá. Aqui num trecho ele fala: “O fato é que apesar dos limites implícitos, é certo, mas sempre limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal, ainda assim o somatório dos empenhos liquidados ultrapassavam no mínimo em bem mais de duas centenas de milhões de reais as verdadeiras disponibilidades. Isso porque o Poder Executivo falhou na avaliação bimestral e não se utilizou tempestivamente do mecanismo da limitação de empenho”.

Isso mostra, deputado Gaban, que desde 2008 o governo vem perdendo completamente o controle dos seus gastos, falta de planejamento, falta de organização, e isso, ao longo dos anos 2009, 2010, 2011, virou uma bola de neve. E, sem sombra de dúvida, chegou aonde chegou hoje.

Uma falta de controle fiscal, um Estado em completa falência, isso já é admitido inclusive por membros do governo. Por membros do governo, deputada Luiza Maia. Hoje, é pública e notória a situação de dificuldade financeira enfrentada pelo Estado da Bahia. Esta é a realidade.

A Sr^a Luiza Maia:- Isso é invenção.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Não é invenção, não. O deputado Luciano Simões veio a esta tribuna hoje e, com coragem, fez um relato de que várias e várias empresas do nosso Estado – já está nos principais *blogs* – que estão em estado de pré-falência devido ao calote que o governo baiano vem passando. São empresas pequenas, médias, grandes, e muitas delas realizaram seus serviços há mais de um ano, e o serviço não foi pago por parte do governo do Estado até hoje.

Pasmem, Srs Parlamentares, temos aqui a apreciar a conta do governador Jaques Wagner do ano de 2008, que já está relatada aqui pelo conselheiro Pedro Lino, eivadas de irregularidades. O deputado Gaban, que é um profundo estudioso e conhecedor dos números desse processo das contas, tem relatado muito bem e acompanhado de perto esse desmando que vem praticando o atual governo da Bahia.

O secretário Cícero, em recente pronunciamento, colocou na imprensa de

forma muito clara, deputado Coronel Gilberto Santana, que, infelizmente, a sua pasta, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e a Conder, que é um dos principais órgãos responsáveis por tocar as grandes obras do Estado da Bahia, estão com dificuldades seriíssimas, não conseguem tocar obra nenhuma, não têm dinheiro.

Temos notícia de que uma romaria de empresários, prestadores de serviço na Conder, todos com pires nas mãos, deputado João Carlos Bacelar, sofrendo, chorando, gritando, pedindo pelo amor de Deus para serem atendidos, os empresários se amontoando, brigando para ver quem recebe primeiro, sai de lá, sai de cá. Uma verdadeira confusão geral é o que está acontecendo no governo do Estado da Bahia.

Um dia desses, eu conversava com um empresário – não citarei o nome –, e ele disse que nenhum empresário quer trabalhar mais para o governo do Estado da Bahia. Está todo mundo espirrando para Pernambuco e outros estados. Os empresários sabem como a coisa é tratada com seriedade em Pernambuco e em outros estados. O empresário pode se planejar, porque sabe que fará o serviço e receberá seu dinheiro, seu pagamento em dia, pode fazer uma programação com seus recursos.

Diferentemente da Bahia. A Bahia é triste! Como V.Ex^a mesmo disse: a Bahia, antigamente, era reconhecida por ser um Estado competente na sua parte orçamentária, na sua parte fiscal. Mas, infelizmente, hoje é outra realidade. Queríamos que fosse diferente, ninguém aqui queria... Nós não estamos falando isso aqui por sermos da Oposição, é a realidade dos fatos, é o que está ocorrendo no nosso Estado. Ninguém, aqui, está inventando número, falando o que não aconteceu.

Está aqui o relatório do conselheiro Pedro Lino, alegando fato por fato e as ilegalidades. Está aqui, não vou me ater a ler todo o relatório, vou ler o final, só para depois conceder um aparte ao deputado Gaban.

Ele diz aqui: (Lê) *“Tudo posto tantos problemas encontrados, parece-me inconteste que as contas apresentadas da responsabilidade Constitucional do Exmo. Sr. Governador do Estado não representam adequadamente a gestão financeira do exercício de 2008.*

Demais disso, tais contas não evidenciam a responsabilidade da gestão fiscal que deveria compreender uma ação planejada e transparente mediante o acesso público às informações relativas ao orçamento anual, inclusive, por meios eletrônicos, pois antes, ao contrário, frustra a transparência mediante a subtração antijurídica de dados do sistema.

Por todo o exposto, voto pela desaprovação das presentes contas na forma do projeto. Parecer em anexo.”

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- V.Ex^a está inscrito.

Veja bem, isso em 2008. E vem acontecendo os mesmos erros em 2009, 2010, 2011 e 2012. Soube que o ano de 2013, o sistema está há 7 meses fora do ar, impossibilitando que os auditores façam o seu trabalho de auditar as contas do Estado. Daqui a pouco vão querer – vai chegar 2013 – aprovar as contas também de supetão, como tem sido o estilo, aqui, da Bancada do governo do nobre deputado, Líder Zé Neto.

Concedo um aparte ao nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro e prezado amigo, deputado Leur. Primeiro, parabenizar V.Ex^a pela forma sucinta, mas extremamente objetiva que relata trechos do parecer do conselheiro Pedro Lino. Gostaria até de lembrar o jornal *A Tarde* do dia 03/06/2009. Veja a manchete: “(Lê) “*JORNAL A TARDE DO DIA 03/06/2009*

'CONTAS DE WAGNER SOB SUSPEITA'

Em fato inédito na história do Tribunal. de Contas do Estado (TCE), o relator das contas do Governo Estadual votou pela desaprovação do balanço ". Esta decisão do conselheiro relator levou em conta, principalmente, algumas irregularidades cometidas pelo governo do Estado, principalmente a anulação de processos de despesas já liquidadas e a disponibilidade de caixa."

Gostaria de lembrar que foi o primeiro ano que teve um déficit nas contas do governo. Ele gastou, em 2008, apesar de o secretário Carlos Martins e o Líder do governo, à época, Waldenor Pereira, afirmarem que o governo tinha o saldo em caixa, aproximadamente, de R\$ 1,5 bilhão, a realidade era um déficit de R\$ 273 milhões.

Não satisfeito e contente, talvez, com essa situação, no ano seguinte, em 2009, o governo bate um recorde: tem um déficit nas contas. Ou seja, gastou mais do que devia na ordem de R\$ 973 milhões. O que temos constatado, infelizmente, aí não só a declaração do secretário, uma pessoa técnica, oriundo da Embasa, tem um perfil extremamente técnico...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Técnico e competente também.

O Sr. Gaban:- Aliás, é um perfil, pode observar, deputado Leur, que os técnicos, normalmente têm uma sinceridade muito grande. Da mesma forma que Petitinga, o técnico. O que é ele fez? Ele reconheceu aqui...

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Daqui a pouco, vão querer demitir também o Cícero.

O Sr. Gaban:- Não duvido, não.

Carlos Petitinga foi demitido pela sinceridade. Até nós o elogiamos quando da apresentação desse 1º quadrimestre deste ano. Ele reconheceu que os dados que estavam sendo apresentados eram totalmente inconsistentes. Mas é óbvio! Está no relatório da Fiplan. Tanto é que até hoje há muitos relatórios que nós da Oposição não conseguimos acessar. Já falei hoje, mas para ficar mais uma vez registrado: o TCE não está tendo acesso aos relatórios para não só conselheiros terem conhecimentos, mas, sobretudo, que seria de fundamental importância. Os auditores do Tribunal de Contas do Estado estão apavorados.

Terei uma reunião já agendada com o Ministério Público de Contas, que tem assento lá no Tribunal de Justiça. Há até um projeto tramitando na Casa para melhorarmos a remuneração deles, como também os membros do Ministério Público de Contas do TCM. Tem de ser uma categoria extremamente bem remunerada para não ter, inclusive, interferência. Assim os conselheiros se sentem.

Até entreguei para Levi Vasconcelos, para o *Política com Vatapá*, o que o conselheiro Inaldo fez nas contas de 2012. Ele pontua todas as irregularidades e, antes de proferir o voto, ele usa o termo utilizado pelo ministro Ayres Brito, em 2010,

que dizia: “Como é difícil cortar o cordão umbilical com o presidente da República, com o governador, com quem nos indicou. Como é difícil usarmos os rigores da lei para julgar uma conta de quem nos indicou para exercer o cargo”. Ele utilizou isso. Dei na íntegra o que ele relatou, utilizando Ayres Brito, para justificar, por o governador o ter indicado, o seu voto favorável às contas de 2012.

Mas em 2008, voltando ao caso presente, foi quando começou o desmando administrativo. Se o Tribunal de Contas, os conselheiros utilizassem o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e baseasse a sua votação única e exclusivamente nas falhas do governo... Poderia até o Tribunal optar pela maioria dos conselheiros, o que seria lógico e normal, e desaprovar as contas, pois as mesmas estavam irregulares, mas na certeza de que essa Casa Legislativa daria o voto político.

O governador já havia pego aqueles que aderiram ao seu governo, os adesistas, que estavam aí para dizer amém para ele e aprovariam as contas. Muita gente esquece que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. Ele não aprova nem reprova, ele recomenda. A recomendação poderia não ser acatada, e naturalmente não seria. A Bancada do Governo estaria aqui para cumprir seu papel de aprovar as contas de aprovar as contas do governador, mas seria um alerta.

Mas os conselheiros confundiram, infelizmente, a indicação do governador, que é quem indica, com o cargo de confiança. Infelizmente, esse posicionamento fez com que os erros permanecessem, e deixa o Estado, como V.Ex^a já colocou hoje muito bem, o próprio deputado Luciano Simões relata várias empresas que estão numa situação de pré-falência, péssimas. Para as empresas publicamente manifestarem essa situação é porque estão efetivamente no desespero. Muitos já procuraram a mim, a V.Ex^a, o deputado Bruno e vários deputados da Oposição, e, acredito, muitos do governo também, pedindo ajuda, mas dizendo: “não ponha meu nome, senão não receberei do governo mesmo”. É o temor.

Então, quando várias empresas permitem que seus nomes sejam divulgados, é porque estão em estado desesperador. É ruim para a Bahia, é ruim para o desenvolvimento do nosso Estado.

Sei que muitos aqui têm filhos na idade dos meus, mas, como todo pai, e ninguém é diferente, gostaria que meus três filhos estivessem aqui na Bahia, mas dois já estão fora. Por que? Porque se estivessem aqui, estariam em sub-empregos. Foram para São Paulo, estão tendo oportunidade de fazer pós-graduação, mas longe de mim e da minha esposa. Estou acostumado, aos 14 anos de idade saí de casa para fazer um curso técnico de eletrônica e nunca mais voltei ao convívio diário com meus pais. Mas minha esposa é filha única e até hoje sente muito a ausência de dois dos nossos filhos. Mas por que? Se ficassem na Bahia, estariam em sub-emprego.

O Estado não tem movimentado a sua máquina, não tem tido políticas para atração de investimentos de novas empresas. Tanto é que a participação do ICMS nacional, que era de 5%, caiu em 4,4%, dando prejuízo na arrecadação para o Estado, nesse período, de mais de 7 milhões.

Parabenizo V.Ex^a pela forma sempre muito didática, muito técnica e responsável dos seus pronunciamentos quando assume a tribuna, e lendo agora

trechos de um relatório de um dos conselheiros mais técnicos do Tribunal de Contas do Estado.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço e incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V.Ex^a, deputado Gaban.

Como disse, desde o ano de 2008, o governo vem comprovando a sua ineficiência em tocar as finanças do nosso Estado. O governo gasta, gasta mal, vem endividando o Estado e quando tem uma oportunidade de receber recursos, muitas vezes, desperdiça essas oportunidades. Quero citar, mais uma vez, o episódio em que o governo deixou de celebrar um convênio do Ministério do Turismo por incompetência. Foram mais de R\$ 20 milhões, deputado Gaban, se eu não me engano, que eram destinados para a recuperação do centro histórico...

O Sr. Gaban:- Foram R\$ 27 milhões!

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Por incompetência, o governo deixou de celebrar um convênio de R\$ 27 milhões com o Ministério do Turismo, inclusive isso foi relatado pelo secretário nacional de Infraestrutura Turística.

O Sr. Gaban:- E os R\$ 40 milhões dos presídios?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Inclusive, presídios do oeste, da cidade de Barreiras que deixaram de ser contemplados.

O governo já não é mais candidato a reeleição e parece que está naquele clima de “deixa a vida me levar, vida leva eu!” Aquilo que acontecer está bom, vamos lá. Vamos passear de helicóptero que é melhor.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para discutir a matéria, convido o nobre deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputados, são 02h43min da manhã e a Assembleia Legislativa ainda está efervescendo. Quero começar o meu pronunciamento falando das contas de 2009. Quero pegar a parte do conselheiro Pedro Lino que, num voto em separado, sugeriu a desaprovação das contas, principalmente pela baixa aplicação de recursos em investimento em segurança pública.

Em seu voto ele afirma:

(Lê) *“Eu aprendi, li e tenho a firme convicção de que a fundamentação básica para a existência de um Estado é a segurança. O Estado vive, o Estado é resultado do medo de cada pessoa com relação a sua própria segurança. E, no instante em que estamos convivendo com a total falência da Segurança no Estado, estamos convivendo com a total falência da segurança pública desse próprio Estado. Hoje, acho que começamos já a conviver até com alguma coisa próxima da poliarquia. Quer dizer, a estrutura de poder se formando e afrontando, rigorosamente, o Estado. Uma situação mesmo de discussão, de questionamento do poder. Há poucos dias, tinha um bairro onde a marginalidade estava ditando a hora em que as pessoas deviam voltar para casa, ou seja, o toque de recolher. Li, há poucos dias, uma coisa*

em relação à Segurança e até escrevi isso aqui: justificar a própria ineficiência com herança é história de preguiça. Preguiçoso é que justifica tudo em função da herança, o não trabalho, a ineficiência. Então, para mim, justificar ineficiência, inação, não fazer nada etc, grassar essa insegurança em que vivemos é a 'estória' de preguiçoso. Eu, por todas essas coisas, especialmente, tenso e preocupado, extremamente preocupado com a situação da Segurança, como também das outras coisas, como a falta de controle social, mas, sobretudo, por uma questão de coerência com o meu posicionamento passado, o meu voto é pela desaprovação das Contas do Governo do Estado."

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Pedro Tavares, V.Ex^a está falando sobre que contas?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sobre as contas de 2009.

Deputado Leur Lomanto Junior, está aqui a resposta para o seu primeiro pronunciamento de hoje neste Plenário, falando da segurança pública, onde relatou o assalto na casa do seu querido avô, o ex-governador queridíssimo, Lomanto Junior, mostrando que hoje o cidadão não está protegido nem na sua casa. Isso é fruto da insegurança e da falta de prioridade do governo que aí está.

O que podemos ver hoje, deputados aqui presentes, é a total insegurança. Se você vai para o interior, deputado Sandro Régis, chegando lá se vê a insegurança, os assaltos a bancos, os caixas eletrônicos explodidos. Cada dia que abrimos o jornal, o blog, ler ou ouve rádio, vemos um lugar onde existe violência.

Antes, deputado João Carlos Bacelar, as pessoas diziam que queriam morar no interior quando chegar aposentadoria, porque é mais tranquilo. Hoje, até o interior, deputados e deputadas que me ouvem, é totalmente inseguro. Eu que rodo muito pelo interior da Bahia vejo que até cidades turísticas, que eram para ter uma segurança melhor para não afugentar os turistas, já estão passando por sérias dificuldades. Vejo várias cidades turísticas da Bahia, como Itacaré, Ilhéus, Itabuna, que uma cidade com a economia privilegiada, está passando por sérias dificuldades por causa da insegurança pública. Mostra aqui no relatório das contas de 2009 que faltou prioridade do atual governo.

Para mostrar o paradoxo desse governo, as despesas com publicidade e propaganda, as despesas realizadas com propaganda, promoção e divulgação das ações do Estado, inclusive aquela destinada a publicação legal para o exercício de 2009, considerando as empresas que entregam o orçamento de investimentos, totalizou quase 130 milhões, o que representou um acréscimo nominal de 60% em relação aos gastos do exercício anterior, cujo montante foi de 80 milhões de reais. Então mostra o total descontrole e total falta de prioridade do governo do Estado em relação à segurança pública, em relação à gestão e ao bem estar do cidadão.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES:- Um aparte ao deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Pedro Tavares, parabéns pelo aspecto que V.Ex^a levanta no voto do conselheiro Pedro Lino. Não é somente por má aplicação do recurso, desvios de recursos que uma conta pode ser desaprovada. O

conselheiro chama atenção que a função primordial do Estado é a segurança pública, e esta faliu na Bahia desde 2008. Esta falência da política de segurança pública na Bahia é reconhecida por ninguém mais ninguém menos que o próprio governador do Estado.

O governador Wagner, há 1 mês reconheceu que a grande política das unidades pacificadoras nos bairros da cidade do Salvador não tem nenhuma eficiência. O governador reconheceu o que o povo do Nordeste de Amaralina, do Bairro da Paz e de Tancredo Neves sentem na pele diariamente, a insegurança total.

No último fim de semana, deputado Pedro Tavares, houve 16 homicídios na Região Metropolitana. Há em Salvador um verdadeiro genocídio da população negra, da juventude negra de nossa terra, são milhares de jovens que foram vítimas de homicídios durante o governo Wagner. Durante a administração Wagner, o aumento do número de homicídios na Bahia foi da ordem de 250%.

Todos esses fatos vão ao encontro da falência de uma política fundamental na vida da sociedade: a política da segurança pública. Por isso, o conselheiro diz que se não houve uma política da segurança pública efetiva, se não há segurança para a população, os investimentos do governo não podem ser aprovados pelo Tribunal de Contas e muito menos por esta Casa.

Este aspecto do voto do conselheiro, que V.Ex^a levanta, é fundamental.

V.Ex^a está de parabéns.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Obrigado, deputado João Carlos Bacelar.

Isso mostra que a prioridade deste estado não é a segurança, mas a propaganda.

O Sr. Bruno Reis:- Um aparte, deputado.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Com o aparte o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Pedro Tavares, obrigado pelo aparte que V.Ex^a nos concede.

Acompanhei, atentamente, o vosso pronunciamento sobre as contas de 2009.

Porém, o que mais chama a minha atenção nesta noite é a apreciação, neste momento, das contas ainda do exercício de 2008. Portanto, esta é a segunda conta do governo Wagner. Em sete anos de governo, somente uma única foi aprovada: 2007, em primeiro ano de seu mandato.

Essas contas foram apreciadas pelo Tribunal de Contas em 2009. Conforme estabelece a Constituição, as contas do exercício de um ano devem ser julgadas até o final do ano seguinte. E o tribunal fez isso.

Por que, nobre deputado Gaban, tanta demora para essas contas virem para esta Casa? Será que foi para esfriar, para dar uma amnésia nos deputados, a fim de, justamente, haver uma renovação de 50% como ocorreu nesta Casa? A imprensa, à época, deu muita publicidade, porque foi a primeira vez que isso aconteceu na história da Bahia. Por isso, o PT tem este jargão: “Nunca antes na história da Bahia!” Nunca antes, deputado Joseildo Ramos, na história da Bahia, um conselheiro-relator recomendou a rejeição das contas de um governador.

E, neste ano de 2009, ao relatar as contas de 2008, o conselheiro Pedro Lino pediu a rejeição das contas.

São diversas as irregularidades. Mas, lá atrás, já havia o primeiro recado, deputado Gaban, se não me engano, foi no ano de 2009 ou antes quando o governador Jaques Wagner cancelou os empenhos e os restos a pagar. Por quê? Porque, naquele ano, começou a se gastar mais do que arrecadava.

Facilmente identificado por qualquer cidadão baiano, este rombo foi de mais de R\$ 2,6 bilhões. Este fato, iniciado lá atrás, é consequência de sucessivos anos gastando-se mais com custeio e com despesas da máquina pública do que era arrecadado. Até que o estado chegou numa situação “inadministrável” com obras paralisadas por falta de pagamentos.

Muitos empreiteiros já entregaram as obras, porque não têm condições de tocá-las sem receber o valor devido. Muitas licitações tiveram de ser canceladas, porque não interessava nem mais ao segundo, nem ao terceiro, nem ao quarto colocado assumir a obra. Rodamos Bahia afora, todas as obras estão paradas por falta de pagamento. Nós estamos há um ano e seis meses do fim desse governo medíocre do PT, e fico imaginando como é que se vai chegar ao último dia desse governo. A sensação é de que o governo parou, acabou e já estão entregando para o próximo governo, pelo fato de hoje, infelizmente, as poucas obras estarem paralisadas, os empreiteiros, quebrando. Então, se, de um lado, quebraram o Estado, do outro estão quebrando a iniciativa privada, estão cometendo um mal duplamente. Só na Conder, são mais de R\$ 80 milhões em débitos com credores, empresários baianos de pequeno e médio portes, que não suportam.

Hoje, encontrei com um empreiteiro chorando aqui na Assembleia, deputada Luiza Maia, deputado Gaban, porque o Estado deve a ele R\$ 20 milhões. Ele disse: “Me quebrou. Querem pegar meus contratos e utilizar junto à Desenharia para que me empreste R\$ 10 milhões para que efetivamente eu não feche as portas da minha empresa”. Veja. Esse mecanismo já foi proposto na Saúde, se não me engano. Acho até que é nessas contas que está aquela operação de crédito que Solla fez, com acordo com as cooperativas que prestavam serviço ao Estado. Não é isso? O Estado era o avalista e pagou os juros do dinheiro que as empresas pegaram para pagar os salários. Infelizmente, deputado João Bonfim, é como dizia Mangabeira: “Pense num absurdo, na Bahia tem precedente”. O Estado paga juros a empreiteiro, para empresa de terceirização de mão de obra. Por quê? Porque não honra seus compromissos em dia.

Na porta da Direc de Vitória da Conquista, um funcionário está acorrentado há dois dias, porque tem um ano sem receber. Hoje, recebi uns amigos de Vitória da Conquista no gabinete, deputado Vando, e me disseram que em Vitória da Conquista a Educação está paralisada por falta de pagamento. Tem deputado aqui, da base do governo, que está achando até bom estar trabalhando hoje, aqui na Assembleia, porque não está podendo viajar. Aonde se chega no interior, deputado Leur, é uma comissão de funcionários do PST e do REDA sem receber salário. Não conseguem mais fazer um evento no interior, porque chega uma comissão dessas com uma faixa e acaba colocando água no chope do evento. Vi, hoje, deputados da base do governo relatando isso. E a média é de sete meses a um ano.

Falamos neste tom, já às 3 horas da manhã, mas, infelizmente, essa é a

realidade do Estado. O pior é que nós não conseguimos visualizar perspectivas de melhora. Até porque já foram R\$ 14 bilhões em operações de crédito autorizadas, todas para custeio da máquina pública, você não vê onde foram aplicados esses recursos, você não consegue enxergar uma grande obra, uma obra importante resultante dessas operações de crédito. Infelizmente, essa é a conta que o povo paga, que a população baiana está pagando por ter uma máquina pública inchada para se cooptar partidos, para se cooptar apoio na Assembleia, na Câmara Federal, apoio de prefeitos.

Na política, a expertise de vocês, efetivamente, funciona, agora, no campo da gestão, da administração, das boas práticas e procedimentos administrativos, realmente, é um desastre esse governo do PT. E é por isso, nobre deputado Pedro Tavares, que no ano que vem a população da Bahia vai optar por um projeto alternativo.

Muito obrigado a V.Ex^a pelo aparte.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Eu que agradeço, deputado Bruno Reis.

V.Ex^a mostra que é um deputado que conhece e faz uma radiografia exata do nosso Estado. Infelizmente, um Estado com sérias dificuldades de gestão, que está quebrado, está tendo sérias dificuldades administrativas, sérias dificuldades para honrar os seus compromissos, como disseram, aqui, hoje o deputado Luciano Simões, o deputado Gaban e outros deputados. Enfim, é um Estado que precisa, realmente, entrar nos eixos, o que acho difícil. Eu acho difícil porque não se vê uma perspectiva, uma sinalização, o que se vê é um governo que faz política e não administra.

Então, fica, aqui, o meu recado para o governo: vá administrar e deixe de fazer política, porque a Bahia não merece sofrer o que está sofrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Solicito a V.Ex^a proceder a uma verificação de quórum, haja vista que o Plenário se encontra totalmente vazio.

O Sr. João Bonfim:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado João Bonfim.

O Sr. João Bonfim:- Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a marque o tempo necessário para que os deputados que se encontram em outras dependências desta Casa possam adentrar ao Plenário, bem como acione as campanhas para alertá-los da existência desta questão de ordem formulada pelos deputados da Oposição, convocando-os para que venham ao Plenário para que possamos dar continuidade a esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- V.Ex^a também será atendido.

Zerem o painel.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas que se encontram nas dependências da Casa, por favor, compareçam ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum feito pelos deputados João Carlos Bacelar e João Bonfim para a continuidade da presente sessão.

(É iniciada a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Já há quorum para a continuidade da sessão. Favor restabelecer o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para discutir a matéria por até 20 minutos, o nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, imprensa, hoje a Bahia recebeu uma notícia que nos deixou atordoados. Pela manhã, quando acessamos os meios de comunicação, os *sites*, os jornais, os canais de televisão, vimos anunciado o fim da banda Chiclete com Banana

A banda Chiclete com Banana é uma referência da música, do Carnaval, do turismo do nosso Estado. Quero registrar o meu lamento por acabar essa era que revolucionou e que levou a Bahia aos polos mundiais através de sua música, através do seu estilo, trazendo turistas de todo o mundo para participar do Carnaval. Até isto, deputado Cacá, o governo PT conseguiu acabar: a banda Chiclete com Banana. É inacreditável, deputado Bruno Reis, a capacidade de destruição desse governo. Até a solidez da banda Chiclete com Banana o governo PT conseguiu destruir. É coisa que ninguém acredita. Se o turismo ia ruim, ia mal, agora vai piorar, porque é uma grande perda para a Bahia, para o Carnaval e, principalmente, para a capacidade de vender o produto. Estou triste, mas, deputado Leur, esse será o legado do governo PT. No governo Jaques Wagner, a banda Chiclete com Banana acabou. Isso vai marcar profundamente a administração do governador. Até isto o governo conseguiu, destruir a Banda Chiclete com Banana.

Com o aparte o nobre deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Triste Bahia, deputado Sandro Régis. O PT conseguiu destruir as finanças públicas do Estado. O nobre deputado Cacá Leão era menino quando, em 1990, o então governador Antonio Carlos Magalhães deu um choque de gestão, aplicou o mais moderno conceito de gestão pública. Quando da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado já aplicava os índices de educação, saúde, de pessoal. Éramos referência no Brasil por uma administração pública eficiente, sempre com austeridade e com equilíbrio nas finanças públicas. E não é à toa que em todo esse período, desde 1991 até 2006, as contas do então governador Antônio Carlos Magalhães, César Borges, Paulo Souto, foram aprovadas sempre sem ressalvas e sempre à unanimidade pelo Tribunal.

O nobre conselheiro Pedro Lino era o ídolo do PT no passado. Na época em que Zé Neto era Oposição, Rosembeg não estava na Casa ainda, nem os poucos deputados que estão aqui no plenário, mas Pedro Lino era referência. “Não, Pedro Lino para lá, Pedro Lino pra cá...”

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Pedro Lino falou, é verdade universal.

O Sr. Bruno Reis:- Depois que se tornaram governo, Pedro Lino passou a ser algoz, passaram a atirar pedras, passaram a criticar a postura e a correção do conselheiro Pedro Lino. A capacidade que o PT tem de fazer discurso conforme a posição, é algo assim realmente de invejar: se está na Oposição, o discurso é um, quando vira governo, rasga toda a história, rasga tudo o que sempre disse, muda completamente o pensamento e posicionamento. É por isso que o PT hoje tem o descrédito da população. Onde se chega é só um sentimento: fora o PT, fora o PT, vamos tirar o PT, chega de PT no governo federal, chega de PT no governo estadual. E o próximo é Camaçari, deputada Luiza Maia, foi por pouco que não foi dessa vez, por pouco não foi dessa vez, mas...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Aquela teta vai secar, deputado Bruno Reis. A teta vai secar.

O Sr. Bruno Reis:- É realmente de lamentar que a gente, depois de cinco anos, esteja aqui apreciando as contas, a segunda conta de Wagner. Wagner só teve uma conta apreciada, a segunda é essa. Nem João Henrique que saiu da prefeitura agora. Só falta uma conta a ser apreciada pela Câmara e a outra pelo Tribunal, de 2012. Acho que a Câmara vai apreciar, já a semana que vem, a conta de 2011 dele. Wagner ainda está na conta de 2008. Alguma coisa errada tem nessas contas. Infelizmente, nós deputados não temos uma estrutura de auditoria que pudesse acompanhar o controle interno para a gente poder se aprofundar mais nos problemas existentes nessas contas. Mas uma coisa é certa: se essas contas em vez de serem apreciadas no segundo andar do Tribunal fossem apreciadas no terceiro andar do Tribunal de Contas dos Municípios, eu não tenho dúvidas de que essas contas seriam reprovadas. Até porque, Carlinhos, os restos a pagar dessas contas aí e os empenhos infringem o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tanto que tiveram que ser cancelados os empenhos de restos a pagar, porque são superiores à receita que havia em caixa para honrar os compromissos.

Não vou falar aqui da utilização de recursos das contas vinculadas, das contas de convênios, das contas do Fundeb para pagamento de despesas correntes. O prefeito que fizer isso, meu amigo, é guilhotina, é como se mexesse numa cláusula pétrea do Tribunal. Recurso é conta específica para convênio específico, para pagamento específico. Então, se essas contas, nobre deputado Sandro Régis, tivessem sido apreciadas pelo TCM, com certeza, estariam rejeitadas, hoje, aqui, e a Base do governo estaria tentando de tudo para conseguir os 2/3 necessários para aprová-las, para o governador não ficar inelegível. Mas, infelizmente, são apreciadas pelo TCE.

O conselheiro Pedro Lino não se rendeu à força do Executivo e teve a coragem, a honra e a dignidade de dar um voto pela rejeição. Pela primeira vez, nobre deputado Sandro Régis, um conselheiro pede a rejeição das contas de um governador. Se todos tivessem atuado com essa independência, essas contas estariam, hoje, aqui, rejeitada.

Talvez o nobre Líder Zé Neto, na hora de encaminhar a votação, possa explicar porque essas contas demoraram quase 5 anos para chegar a esta Casa. Cinco anos, deputado Zé Neto! Alguma coisa de errado existe nessas contas! Acho que foi para

ver se a força do tempo faz com que as pessoas esqueçam ou não lembrem mais dos detalhes, mas são muitos os problemas.

E não podem dizer que era o primeiro ano, porque já foram as contas do segundo ano. No primeiro ano, poderiam dizer: “Não, estava tomando pé da situação, não tinha a devida experiência e por isso houve algum erro contábil na apresentação, alguma pendência deixou de ser resolvida, esclarecida.” Mas não, essas já são as segundas contas, justamente no ano em que o governo passou a fazer as mudanças e implementar as suas filosofias. Se tivesse mantido, conforme vinha rolando no padrão do governo anterior, com certeza, não teria tido o pedido pela sua desaprovação.

Então, nobre deputado Sandro Régis, infelizmente, estamos aqui, hoje, a apreciar essas contas na calada da noite. Era esse o objetivo do governo: apreciar essas contas durante a madrugada, quando a imprensa não está nesta Casa para cobrir os diversos fatos que elencamos, para cobrir as diversas denúncias que compõem a aprovação dessas contas, e é por isso que há a urgência do governo em apreciá-las.

Não aceitou fazer o acordo para serem votadas essas contas na semana que vem. Queria votar na semana passada, não conseguiu mobilizar sua Base, graças ao trabalho de obstrução que a Oposição fez, e hoje, a qualquer preço e a qualquer custo, quer apreciá-las, ao ponto do presidente rasgar o Regimento Interno da Casa.

Hoje, o Regimento Interno desta Casa foi rasgado, abrindo-se um precedente. Esperamos que o entendimento desse precedente que foi aberto hoje, numa interpretação dada pelo presidente, também seja preservado quando for a favor da Oposição, da Minoria nesta Casa.

O Líder Zé Neto, que é um intransigente por natureza, por formação, pela forma de vida, acostumado a conseguir as coisas na tora, no peito e na raça, ameaça a sua Bancada, intimida sua Bancada, grita, dá esporro, achando que vai fazer o mesmo com a Oposição, não, deputado Sandro Régis. Na conversa, no diálogo, no entendimento, nos acordos mais nobres e mais justos, nós nos dispomos a dialogar, até porque nós nunca fizemos nesta Casa uma oposição irresponsável, inconsequente. Fizemos oposição dura, contundente, porém, nobre deputado Carlos Brasileiro, uma oposição responsável.

Tenho certeza de que se fosse V. Ex^a que estivesse à frente da Bancada, conduzindo os destinos da Bancada, o diálogo com a Oposição seria bem melhor, pela sua forma cortês de lidar com as pessoas, pela pessoa gentil que V. Ex^a é, pela pessoa afável que V. Ex^a é no tratamento e na condução das coisas. Acho que da mesma forma que o povo já diz “chega de PT no governo”, também “chega de Zé Neto na Liderança do governo”. Já deu o que tinha que dá, três anos, nobre deputado Sandro Régis! Quer ser na Liderança do governo o que Marcelo Nilo é na presidência da Assembleia, “ad eternum”. São três anos de liderança de Zé Neto, não é possível que ano que vem V. Ex^{as} vão ter que engolir Zé Neto. Não é possível que na Bancada do governo não tenha um homem e uma mulher de bem para assumir a Liderança do governo.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- É a Bancada sadomasoquista, gosta de apanhar.

O Sr. Bruno Reis:- Quanto mais apanha, mais gosta. Então, nobre deputado

Sandro Régis, não é possível que os deputados, depois do sofrimento de terça-feira passada e desta semana, ainda vão continuar dando respaldo à liderança do deputado Zé Neto.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V. Ex^a e concedo um aparte ao deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Nobre deputado Sandro Régis, parabênizo V. Ex^a mais uma vez por voltar a essa tribuna para fazer esse pronunciamento. Como disse a V. Ex^a, acho que a denominação mais apropriada para a Bancada do governo é a Bancada sadomasoquista. O deputado Zé Neto tripudia, grita, bate, dá esporro, tudo, e a deputada Luiza Maia acha tudo uma maravilha. Eu vou dizer a meu amigo Caetano qual é o tratamento que V. Ex^a está tendo aqui nesta Casa pelo Líder do governo. Vou dar uma ligada para Caetano e ele não vai gostar de saber disso, o tratamento do Líder do governo, deputado Zé Neto.

E eu queria fazer um apelo ao deputado Zé Neto, porque acho que há deputados aqui, como Jurandy Oliveira, Reinaldo Braga... João Bonfim não está muito nessa... está magrinho depois do Ravena, rejuvenesceu aí uns 20, 30 anos, ele aguenta ficar aí umas duas, três horas. Agora, outros deputados, liberem os deputados... isso é um sacrifício muito grande. O deputado Zé Raimundo não está nesse patamar, não. Bate o seu babinha em Vitória da Conquista, está em forma, mas há deputados aqui que temos que apelas para o lado humanitário do deputado Zé Neto para ele liberar esses parlamentares a irem para suas casa descansar, repousar, ver suas esposas, e não esse tratamento ditatorial. “Tem que ficar aqui, vamos passar o trator na Bancada de Oposição, o governo é para votar, a Oposição é para espremer.” É essa linha, infelizmente, que querem adotar aqui no Parlamento.

Eu sou claro, vou deixar aqui meu posicionamento, sou contra qualquer tipo de acordo. Se for para ficar aqui até às 5h da tarde, eu vou ficar aqui até às 5h da tarde! Eu quero me associar ao deputado Bruno Reis e ficar junto com a Bancada de Oposição obstruindo até quando der, até quando eu tiver voz, até quando eu tiver força, estarei neste Parlamento defendendo os interesses do povo da Bahia.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para finalizar, deputado Leur Lomanto, quero incorporar o grande aparte de V. Ex^a e dizer que o que vai marcar nesses dois mandatos do governador Jaques Wagner, infelizmente, é o fim da banda Chiclete com Banana,

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Cacá Leão):- Para discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre deputado Gaban, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, são 3h30min, e estamos aqui de uma maneira que, acredito, ninguém gostaria de estar. Ficaria extremamente satisfeito se estivéssemos aqui julgando as contas de um governo para as quais o Tribunal de Contas não tivesse apresentado e relatado uma série de

irregularidades. E não é justo que se aprove de sua consciência umas contas se foram cometidas irregularidades, que são as verdadeiras responsáveis, tanto nas contas de 2008 como nas de 2009, pela situação financeira em que o Estado, hoje, encontra-se.

Se esse fato tivesse sido observado em 2008, se o próprio Tribunal de Contas do Estado, ao constatar as irregularidades apontadas por seus auditores, se os membros desse órgão auxiliar do Poder Legislativo tivessem – na maioria ou na unanimidade – não reprovado, porque o Tribunal de Contas do Estado não reprovava, mas recomendado a desaprovação, é óbvio que a Bancada do governo, que tem a maioria aqui – e qualquer governo faria o mesmo –, derrubaria essa recomendação e aprovaria as contas.

Do ponto de vista prático, o que aconteceria? Óbvio que o governador chamaria os seus secretários e se informaria sobre o que estava ocorrendo, exigiria que se cumprisse o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como se cumprisse o que foi pontuado pelos conselheiros do Tribunal de Contas. Nada disso aconteceu.

Vejam, numa rápida análise, quais as falhas mais gritantes.

“Anulação de empenhos após a liquidação das despesas”.

Em relatório apresentado no Plenário, na sessão do dia 2 de junho de 2009, o conselheiro Pedro Lino, relator das contas do governo estadual no exercício de 2008, afirmou que foram realizados estornos irregulares de despesas liquidadas, mas não pagas, no total de R\$ 252 milhões, visando alterar artificialmente a contabilidade e cumprir as metas fiscais previstas para o exercício”. Prestem atenção: visando alterar artificialmente a contabilidade para cumprir as metas fiscais previstas.

“A liquidação caracteriza o implemento da condição que assegura ao credor o direito ao pagamento. Vale dizer que, após o fornecedor cumprir com o seu dever de entregar o bem ou prestar o serviço, verificada e conferida a regularidade da documentação entregue, assim como procedida a verificação e a conferência *in loco* do cumprimento material da obrigação, deve a administração realizar a liquidação da despesa”.

Essa é a tramitação normal que deve existir em qualquer órgão de um governo municipal, estadual ou federal.

“Nesse sentido, os empenhos das despesas já liquidadas somente poderiam ser cancelados se não mais existissem as dívidas por ter ocorrido a devolução do material ou por motivos equivalentes que caracterizassem o descumprimento ou a inexecução, ainda que parcial, das obrigações dos fornecedores.

Para o Conselheiro estes estornos, configuram-se crimes previstos na Lei no - 9983/00 do código penal.

Segundo o voto do conselheiro relator, 'o Estado houvera empenhado e liquidado valores muito acima das suas disponibilidades, conduta, implícita mas indiscutivelmente, vetada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.' E acrescenta ainda: Por seu turno, também a meta de Resultado Primário, fixada pela LDO/2008, que previa Receitas Fiscais do Estado maiores que suas Despesas Fiscais em, pelo menos, R\$1.342.402.000,00, equivalente a 1,13% do PIB baiano, também não foi atingida,

na medida em que essa diferença foi de, no máximo, R\$1.185.644.445,09, abaixo do previsto em R\$156.757.554,91, correspondendo a, aproximadamente, 11,7% abaixo da meta legal fixada.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

Informações do relatório

“A disponibilidade financeira do Estado, em 31/12/2008, foi publicada pela SEFAZ no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2008 como sendo de R\$844.129 milhões. Entretanto, se forem excluídos dessa disponibilidade os valores relativos às receitas de transferência da União, incorporadas ao ativo financeiro do Estado em 2008 (R\$253.049 milhões), cujos recolhimentos efetivos ao Tesouro estadual somente ocorreram em 2009, os recursos vinculados calculados pelos auditores deste TCE (R\$714.221 milhões), bem como os empenhos realizados e liquidados por diversas unidades orçamentárias do Estado e anulados (sic) pela SEFAZ, com data de movimento (sic) de 30 e 31.12.2008 (R\$251.701 milhões), tem-se uma disponibilidade financeira líquida efetiva negativa de R\$374.843 milhões”.

Segundo relator, para o Estado apresentar uma disponibilidade de R\$ 844 milhões, foram consideradas receitas da União que somente ocorreram em 2009, como também o saldo de recursos vinculados”, proibido literalmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Lê) “Situação que vem ocorrendo todos estes exercícios. Na verdade o Estado encerrou o exercício de 2009, com uma disponibilidade de caixa negativa de R\$ 377,8 milhões.

Conforme dados do SICOF já em 2008 o Estado gastou mais de recursos ordinários não vinculados do tesouro do que arrecadou. Pois neste ano, o volume de arrecadação foi da ordem de R\$ 8,134 bilhões , e as despesas atingiram R\$ 8,412 bilhões, uma diferença de R\$ 278 milhões.

Além destes pontos o Conselheiro relator chamou atenção para a baixa execução de diversos programas finalísticos do Governo com uma execução abaixo de 30%.”

Convém também ressaltar que o que tem levado o Tribunal de Contas dos municípios a reprovar a maioria das contas dos prefeitos do nosso Estado é exatamente o não cumprimento das metas físicas estabelecidas.

(Lê) “Incremento dos gastos com REDA de 28% em relação ao exercício anterior. Em sessão do dia 16/06/2009 foi sugerida a aprovação das contas com recomendações e ressalvas”.

Se não me falha a memória foi até um parecer do conselheiro Zilton Rocha.

Fiz um pequeno resumo do que está aqui no relatório do conselheiro Pedro Lino. Pegando alguns trechos. (Lê) *“Começamos, porém, informando que, prima facie, as contas, como recebidas da egrégia Assembleia Legislativa, em seus grandes números, retratavam um Estado superavitário, cofres cheios, dinheiro farto, com grandes disponibilidades financeiras, superiores ao bilhão e meio...”*

Nessa ótica, entendi - e assim orientei a diligente equipe de assessoramento - necessário começar emprestando ênfase ao acompanhamento do Planejamento

Governamental, e a realização, nesse viés, da execução orçamentária e aplicação dos recursos - e seus resultados mensuráveis - na área dos investimentos estatais.

Essa seria (assim entendo e tenho colocado isso em inúmeros votos), dentro da moderna teoria constitucional, a obrigação primeira de um "Estado Democrático de Direito", com objetivos agendados e qualificados fundamentais de, entre outros, garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza (arts 1º e 30 da CF).

Nesse exercício, mais se afigurava primordial tal tarefa, especialmente porque no ano que se iniciava o Plano Plurianual de uma nova - e eleita- administração, que afirmava, estava objetivado pela participação da própria população na escolha e decisão das políticas públicas, que teve como premissa, segundo o Governador Jaques Wagner, "a síntese de um esforço coletivo que envolveu tanto o conhecimento técnico dos servidores públicos de todas as Secretarias do Estado quanto as demandas e propostas apresentadas pelos representantes dos diversos segmentos da sociedade que estiveram presentes nas plenárias do PPA Participativo.

Analisar isso tudo, verificar se o ato de governar estava em conformidade com os anseios coletivos, a plena realização de um Estado Democrático, alinhado com o Direito, essa a linha inicial do trabalho.

E a partir dos instrumentos legais de planejamento (PPA, LDO, a mensagem do Sr. Governador e a LOA) e utilizando os sistemas corporativos disponibilizados, em nome da tão propalada e impositiva transparência, iniciou-se a análise dos instrumentos que o próprio governo houverá qualificado como prioritários, primeiro do ponto de vista financeiro e depois das metas físicas alcançadas.

Realizados os exames e levantamentos iniciais, antes de se começar a extrair conclusões, desse trabalho, foi notificada cada uma das Secretarias para que se pudesse escoimar eventuais inconsistências e incongruências, assinalando-se, para as respostas e contraditas, prazo razoável, sempre dentro dos limites da Constituição.

Disso tudo resultou a data percepção de que a execução orçamentária, em 2008 dos programas governamentais do Poder Executivo, inseridos no PPA e qualificados jurídica e legalmente como prioritários, a cargo dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, constantes no PPA 2008-2011, foi bastante baixa, incipiente até, diria, porquanto alcançou, percentuais muito baixos, tudo consoante lançado nos dois Relatórios produzidos, seja no simplificado — objeto da leitura — seja no outro, mais completo, e distribuído.

Em tema de descumprimento ou desatenção ao direito, entretanto, o pior estava por vir.

Até porque, evidentemente, não poderia esse TCE afastar-se do seu costumeiro e correto - porque constitucional - caminho de analisar também o balanço, as, contas-apresentadas pelo próprio Chefe do Poder Executivo. E aí, onde jamais se podia esperar, problemas de imensa relevância foram constatados.

É que a disponibilidade financeira do Estado, em 31/12/2008, foi publicada pela SEFAZ no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2008 como sendo de R\$844.129 milhões. Entretanto, se forem excluídos dessa disponibilidade os

valores relativos as receitas de transferência da União, incorporadas ao ativo financeiro do Estado em 2008 (R\$253.049 milhões), cujos recolhimentos efetivos ao Tesouro estadual somente ocorreram em 2009, os recursos vinculados calculados pelos auditores deste TCE (R\$714.221 milhões), bem como os empenhos realizados e liquidados por diversas unidades orçamentárias do Estado e anulados (sic) pela SEFAZ, com data de movimento (sic) de 30 e 31.12.2008 (R\$251.701 milhões), tem-se uma disponibilidade financeira líquida efetiva negativa de R\$374.842 milhões como já demonstrado nas conclusões do Relatório.”

Inclusive, foi denunciado pelo próprio presidente da CBPM este ano, que estava preocupado com o não cumprimento da sua meta física, porque o governo do estado estava recolhendo recursos dos *royalties* do petróleo que tem uma destinação definida por um decreto do governo federal que não se pode utilizar para custeio.

Não repassaram para a CBPM. E o gestor dessa unidade se manifestou preocupado com o não cumprimento das metas físicas que, para eles, provavelmente, resultarão nas reprovações das contas de inelegibilidades e no rol daqueles fichas sujas, mas por não repasse do governo.

Chega a ser até hilário! O governo utiliza recursos que seriam dos *royalties* e o gestor de uma unidade do governo ter as contas reprovadas e o governo só a conta reprovada. Coisas da Bahia!

Naturalmente, depois de um vasto relatório e apresentando todas as incoerências que, num prazo de 20 minutos, não daria para relatar todas, o conselheiro conclui: (lê) *“Tudo posto, tantos problemas encontrados, parece-me inconteste que as Contas apresentadas, da responsabilidade constitucional do Exmo. Sr. Governador do Estado, não representam, adequadamente, a gestão financeira do exercício de 2008.”*

Ou seja, como ele relatou de uma maneira muito clara e até didática, foram maquiadas as contas do governo e a sua contabilidade, apenas, para atender ao que determinava e ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

(Lê) *“Demais disso, tais contas não evidenciam a responsabilidade da gestão fiscal, que deveria compreender uma ação planejada e transparente, mediante o acesso público às informações relativas ao Orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos, pois, antes, ao contrário, frustram a transparência, mediante a subtração antijurídica de dados do sistema.*

Por todo exposto, VOTO pela desaprovação das presentes Contas, na forma do Projeto de Parecer em anexo.

É o voto.”

E como o conselheiro Pedro Lino relatou à época, as coisas continuam acontecendo da mesma forma. Eu já falei algumas vezes e volto a insistir neste pouco tempo que me resta. Durante este ano, as irregularidades cometidas estão piores que as dos anos anteriores. Vejam, antes, ao menos, os auditores do Tribunal de Contas tinham condições de, mensalmente, através do Sicof, ter acesso às informações diárias do que ocorriam com as contas do governo.

Diferente. Para nós, obviamente, não seria tão necessária, como é para os

auditores, ter acesso a essas informações. Mas, hoje, até o início deste mês, nenhum auditor do Tribunal de Contas tem acesso às contas.

Como vão se comportar os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado depois de ver que, por uma omissão iniciada em 2008, foi permanecendo em todos os anos subsequentes, que permitiram que o governo chegasse à situação que hoje se encontra, de não poder ter condições de investir para trazer as melhorias que os próprios parlamentares da Base do Governo assumiram, através de compromisso, com suas comunidades?

O ano que vem é ano de eleição. E os deputados da Base de Governo terão de ter, no mínimo, 50 mil votos, porque, abaixo disso, o corte é iminente. Como terão coragem de chegar aos seus prefeitos e àqueles que lhes confiaram o voto na expectativa de terem melhorias nas suas comunidades?

O deputado chega e diz: “O governo gastou mais do que devia e não pôde trazer as obras.” Como ficarão esses que não alcançarem os 50 mil votos? Vejam, todo mundo sabe da expectativa, pois, pelo menos, da anterior Bancada do Governo de 48 deputados, apenas 20 deputados permaneçam, repito, de 48 deputados, apenas 20 permanecerão! Menos da metade! Que desastre seria isso, mas é a responsabilidade que está aqui. É uma irresponsabilidade se aprovar umas contas totalmente irregulares, por terem sido aprovadas infelizmente pelo Tribunal de Contas. E o ano de 2009 é pior que o de 2008, houve um déficit. Ou seja, o governo gastou 273 milhões a mais no ano de 2008, 2009, como vamos relatar mais à frente. Ele gastou 973 milhões do que arrecadou.

Infelizmente, é com muito pesar que nós da Oposição, minha cara presidente, estamos aqui obstruindo contra a nossa vontade para mostrar o posicionamento da Bancada de Oposição desta Casa, que tem um compromisso, acima de tudo, com quem nos elegeu ...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano): - Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Gaban:- (...) aqueles que nos colocaram. Diferentemente de V.Ex^a, minha cara presidente, que se elegeu na nossa base para aderir ao governo, descumprindo o compromisso que assumiu com os eleitores que a colocaram na Oposição. Mas, por conveniência, preferiu aderir e vai pagar no próximo ano com o descrédito daqueles que os elegeram para fazer oposição responsável, mas preferiram ter as benesses do governo, dizendo amém e balançando a cabeça como lagartixas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Leur Lomando Junior:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem, deputado Leur Lomando Junior.

O Sr. Leur Lomando Junior:- Nobre Presidente que ora preside esta importantíssima sessão, gostaria primeiro, de fazer mais uma vez um apelo ao deputado Zé Neto. Porque há alguns parlamentares, deputado Paulo Rangel, que temos que respeitar, como os deputados Jurandy Oliveira e Reinaldo Braga. Acho que

não há necessidade de eles estarem aqui até uma hora dessas. Calma, Srs. Deputados, estamos aqui já às 4h da manhã e V.Ex^a continua nervoso, deputado Rosemberg Pinto. Olha o deputado Jurandy Oliveira está adentrando ao Plenário, veja o semblante dele.

(Tumulto no plenário)

O Sr. Leur Lomando Junior: - Solicito ao deputado Rosemberg Pinto que deixe eu concluir a minha questão de ordem, depois V.Ex^a solicita e pode ficar falando à vontade, durante os seus 5 minutos.

V.Ex^a está cansada também, Sr^a Presidente, está com o semblante cansado. Apelo para o lado humano. Não é possível que numa noite dessas o lado humano do deputado Zé Neto não seja tocado. Poderemos liberar pelo menos os deputados Jurandy, Reinaldo Braga e V.Ex^a que está demonstrando um certo cansaço também.

Já comentei aqui, deputado Paulo Azi, que a Bancada do governo é sadomasoquista, gosta de apanhar do Líder do governo Zé Neto. Ele dá esporro, grita, chora realmente não dá para entender, deputado Rosemberg. Por que V.Ex^as estão se submetendo à vontade do deputado Zé Neto? É só vaidade.

Para nós não é castigo ficar, aqui, discutindo os problemas do Estado, trabalhando. Estamos sendo pagos para isso, deputado Rosemberg Pinto. Somos pagos para isso, para estar aqui discutindo...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado, por favor conclua sua questão de ordem para não demorar mais.

O Sr. Leur Lomando Junior:- Estou concluindo, tenho 2 minutos e 23 segundos para formular minha questão de ordem. Vou usar meus 2 minutos e 16 segundos. Tenho tempo regimental para utilizar minha questão de ordem. Está no Regimento que eu tenho 5 minutos para utilizar a minha questão de ordem. Eu ia pedir, inclusive, para restituir o meu tempo porque os deputado Rosemberg e Paulo Rangel ficaram intrometendo-se aqui na minha questão de ordem.

Vou pedir, inclusive, para V.Ex^a ver meu tempo porque acho que é uma outra solicitação porque senão vou ter que pedir outra questão de ordem depois para que o meu tempo seja restabelecido.

Gostaria, nobre deputado Rosemberg, que V.Ex^a ficasse no plenário, porque as discussões estão sendo importantes para o Estado. Eu sei que V.Ex^a também está achando. Aqui ninguém está brincando de fazer oposição não. Aqui estamos discutindo as contas do governador Jaques Wagner.

Então solicito de V.Ex^a, nobre, queridíssima, amiga, presidente Maria Luiza Laudano, uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputada, eu não sei se a senhora notou, mas o deputado Lomando já está nervoso, ele não está aguentando mais. Um jovem ainda, jogador de futebol, que emagreceu muito recentemente, está muito nervoso. É um rapaz que

geralmente é cordial, e agora desrespeita, inclusive, as pessoas de idade mais avançada. V.Ex^a, nesse momento, está desrespeitando companheiros combativos que fizeram a opção pela política e embora tenham a idade muito avançada, são pessoas que mostram uma resistência incrível, assim como a senhora.

Então deputado Lomanto, o pau que dá em Chico dá em Francisco também. O risco que corre o pau, corre o machado. Nós vamos ficar aqui hoje até votarmos todos os projetos. V.Ex^a tem que descansar um pouquinho, eu estou vendo que já tem muita gente cansada, até porque V.Ex^{as} têm exercitado demais essa noite e não se prepararam o suficiente para serem oposição com um número tão baixo de deputados.

Então eu queria, neste momento, solicitar a todos os deputados da Base que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, que se façam presentes, já que existe aqui um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

E gostaria que V.Ex^a zerasse o painel e desse os 15 minutos para que possamos reconstituir o quórum. Agora, aconselho o deputado Lomanto a descansar um pouco ou tomar Rebite, porque a coisa aqui hoje promete.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a também será atendido.

Peço ao técnico que zerem o painel.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão pedida pelo deputado Leur Lomanto e endossada pelo deputado Paulo Rangel. Os Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho, nos seus gabinetes, queiram adentrar ao plenário para que a presente sessão tenha continuidade.

O Sr. Marquinho Viana:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem o deputado Marquinho Viana.

O Sr. Marquinho Viana:- Nobre presidente, queria dizer em nome do deputado Jurandy Oliveira, entrei na metade do mandato junto com ele, passamos dois anos descansando. Então estamos aqui descansados para atender o Estado e aprovar as leis e as contas do governador porque o Estado precisa.

Então, Jurandy, meu amigo, está com vigor. Se chamar para ir correndo daqui até o centro da cidade, aposto que ele vai num pique só e volta sem piscar o olho. Então nós ficamos dois anos descansando, de molho. Então temos dois anos de trabalho, estamos descansados, prontos para votarmos as matérias de interesse do Estado.

Nobre deputado Leur Junior, V.Ex^a que é jogador de futebol, que está aí com o físico, realmente concordo com o nosso colega deputado que precisa ir tomar um cafezinho ali e voltar com seu vigor para dar atenção às matérias, discutir realmente as matérias, os projetos que estão tramitando nesta Casa. Então, nobres deputados Jurandy e Reinaldo Braga, parabéns por estarem aqui neste trabalho aprovando as matérias que o governo precisa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Acabou a discussão?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, pelas contas da Oposição ainda há cinco oradores inscritos. Ainda falarão os deputados João Carlos Bacelar, Bruno Reis, Adolfo Viana, Coronel Santana e Luiz Augusto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela lista aqui não tem mais ninguém. Vamos logo à votação, por favor.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Pois não, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, solicitaria a V.Ex^a que está presidindo, lógico que não é diretamente o responsável, mas que comunicasse ao presidente da Casa que as taquígrafas e os funcionários da Casa que estão trabalhando até agora não tiveram direito a um lanche. Acho que isso é uma coisa extremamente preocupante, não é justo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - O deputado Paulo Azi é o 1º Secretário.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Gaban está cansado também e está botando a culpa nas taquígrafas.

O Sr. Gaban:- Não é não, acho que é uma questão de desumanidade, porque nós tivemos direito a lanche.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Todo mundo teve.

O Sr. Gaban:- Mas acabaram de me dizer que as taquígrafas não tiveram direito ao lanche até agora. Deputado Zé Neto, não estou brincando, é um assunto sério, são 4 horas da manhã e elas estarem trabalhando sem ter direito a lanche é desumano. Solicito que sejam tomadas as devidas providências.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - V.Ex^a será atendido. As taquígrafas podem comer o mesmo lanche dos deputados, estamos numa democracia, está ali para quem quiser fazer o lanche igual ao dos deputados.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, acho que, no mínimo, deveria suspender a sessão para que elas tivessem direito a um lanche. Não é humano elas trabalharem sem lanche. Consulte as taquígrafas, por gentileza, para saber se tiveram direito a lanche. É um assunto sério, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Gaban já foi fiscal de carro, já foi fiscal de sono e agora é fiscal de lanche de taquígrafa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, V.Ex^a será atendido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente desta Casa, Srs. Deputados, mais uma vez volto a esta tribuna para discutir esse projeto, as contas do governo do exercício de 2008 que voto realmente em abater. Nós entendemos que há erros nessas contas e por benevolência dos conselheiros, com a exceção de Pedro Lino, elas foram aprovadas, como foi dito aqui anteriormente por esse deputado, apontando erros e absurdos praticados pela secretaria da Fazenda, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, fazendo pagamentos a instituições através de ofício, após cancelar todos os empenhos, até porque praticaram erros financeiros. No ano seguinte, veio pagar através de ofício e pedi a Polícia Militar que pudesse fazer as correções, que foram recusados pelo diretor de finanças da PM. Esse processo está

em aberto porque não teve ninguém da PM que fizesse a correção, cobrir o erro que o governo fez através da Secretaria da Fazenda.

Quero também mostrar uma situação irregular com relação a locações de veículos. O governo que bateu tanto em locação de veículo no começo, dizendo que havia superdimensionamento dos valores da locação, hoje o governo só faz locar veículos. O que mais me surpreende, eu como policial da reserva e trabalhei 38 anos, é que o governo só loca carros caros. Precisamos ter carros que possam fazer o patrulhamento da cidade, um carro motor mil que ande a 20, 40 quilômetros para patrulhar realmente as ruas da cidade e de todo o Estado da Bahia e se alguém precisar daquela polícia, possa gritar e a pessoa ouvir.

Hoje, o governo loca carros com direção hidráulica, com ar condicionado. O policial levanta o vidro para poder utilizar o ar e o cidadão grita e pede socorro e a polícia não ouve. Isso é um absurdo! Sem falar do carro pick-up de um valor altíssimo que, com certeza, se fosse locar carros menores, tipo mil, com o valor de um carro pick-up que é locado pelo governo, ele locaria quatro ou cinco carros menores. Tenho quase certeza que com o valor que o governo gasta com locação de veículo por mês, daria para comprar mais de cem carros e incorporar ao patrimônio do Estado. E todo ano poderia vender essa frota e comprar uma outra frota porque não teria custo de manutenção. Mas para o governo é muito mais fácil fazer aquisições de carros através de locação, pagando um valor altíssimo, e o que me surpreende mais ainda, é quando ele pede que a secretaria reduza os custos, faça cortes nos orçamentos para poder fechar as contas mais uma vez nesse ano de 2013.

Por que não procurar fazer a locação de um carro que possa ter utilidade de fazer o patrulhamento dentro da cidade? Por que locar só carros caros? Fica a pergunta sem resposta pelo fato de que é conveniente para alguém locar esses carros caros nesses valores.

Nós vemos o governo gastando fortunas com publicidade, com convênios com ONGs, com PST, utilização de helicóptero, terceirização de serviço e realmente às vezes não há necessidade. Sabemos que a terceirização, o PST, é para atender alguma demanda e fazer com que alguns colegas aqui fiquem presos por 2, 3 ou 5 cargos que ele possa oferecer. Ouvi deputados aqui no Plenário falando que muitas vezes deixam de ir ao interior porque esse pessoal, que ele indicou para exercer essa função, procura o deputado para pagar o salário porque não está recebendo. Eles se escondem, não querem ir ao interior porque a pessoa que ele indicou está há 3, 4, 5 meses sem receber salário. É um absurdo isso. É uma falta de coerência, é uma falta de respeito não só com o Estado mas com a população, com as pessoas que ele requisitou para trabalhar e, às vezes, sem necessidade, fazem despesas realmente sem essa precisão, mas para atender a uma demanda de conveniência política é que se faz essas coisas.

Vem a publicidade. O governo estadual faz mais publicidade do governo federal, do PAC, do que mesmo de suas próprias obras. A maioria dessas publicidades, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, são de coisas feitas pelo governo federal e ele ponga nessas obras, gastando fortunas para divulgar aquilo que

não tem feito.

Com relação ao helicóptero. Quando o helicóptero deveria estar patrulhando a cidade, combatendo a marginalidade que entra em nosso Estado através das divisas com Minas, Alagoas, Sergipe etc., está a atender apenas a uma autoridade, que gasta uma fortuna para fazer a sua segurança e ter o seu conforto. Acho isso um outro absurdo.

Terceirização. Quantas empresas terceirizadas estão sem receber seu dinheiro há muito tempo? Aí vem a situação de não pagarem a seus funcionários. Por que fazer isso? Por que criar mais uma dificuldade para o Estado que não está tendo capacidade financeira para arcar com esse compromisso? Mas o governo não procura ter coerência com a administração, com a coisa pública. E é um dever do governo administrar os bens com responsabilidade, com zelo para que o Estado possa ter progresso e crescimento.

Estamos vendo as queixas em relação à segurança pública, à saúde. A segurança pública é um caos. Temos quase 150 municípios sem delegados, e muitos estão sem agentes e sem escrivão. As pessoas estão à mercê da proteção de Deus, porque a proteção do governo, realmente, não existe.

O governo procura colocar a mão no suspiro e esconder a verdade sobre o que se passa na Bahia. Com certeza, fabricando dados estatísticos, induzindo a população a acreditar que a criminalidade está diminuindo. Mas, mesmo com essa indução – ele diz que os crimes estão diminuindo –, precisamos ver o quanto é baixa a taxa de elucidação desses crimes. Parecer ser o pior estado em elucidação de crimes. Isso é um absurdo! Como é que pode um estado com um índice muito alto de crimes ter uma taxa de elucidação insignificante. É mais uma prova de que a polícia não está estruturada, tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar, bem como a Polícia Técnica.

O governo vê o caos em que está a segurança pública, mas, mais uma vez, prefere gastar com publicidade, com coisas de sua conveniência, mas não prioriza o que atende à coletividade. Isso nos deixa triste, porque aquele bem que mais zelamos é o bem público. E é dever do governo zelar por ele para que os custos possam ser mais baixos e seja possível investir no que atenda à coletividade. Isso não tem acontecido.

Com relação à saúde, é outro absurdo! Todos os hospitais do Estado são terceirizados. Gasta-se uma fortuna com as empresas que assumem a administração terceirizada dos hospitais do Estado. O colega Gaban denunciou aqui uma instituição que recebeu mais de R\$ 543 milhões sem sequer ter participado de uma licitação.

Vemos que há aí, realmente, algum tipo de favorecimento, de direcionamento para que algum, ou alguns, seja beneficiado. E o povo é que sofre com isso. Deveria haver uma instituição para atender à coletividade e melhorar os serviços. É o contrário. O dinheiro sai dos cofres do Estado e o resultado é zero. Pessoas estão morrendo nas portas dos hospitais, mulheres parindo na porta do hospital por falta de atendimento médico.

Entristece-nos ver um governo sem compromisso com os baianos e sem

compromisso com a Bahia.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Concedo um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Coronel Santana, V.Ex^a, mais uma vez, sobe a esta tribuna. Repetirei o que já disse: V.Ex^a deveria utilizar mais vezes esta tribuna. O seu próprio posicionamento e a forma com que V.Ex^a se pronuncia dão, para nós, a sensação de seriedade, responsabilidade e cuidado com o que fala.

E, por isso mesmo, quando vemos a Fundação José Silveira, repetidamente, ser beneficiada pelo governo, com dispensa de licitação, no valor que já soma R\$ 543 milhões, ou seja, mais de meio bilhão de reais, ficamos na dúvida. Será que o governo tem certeza da impunidade? Ou será que o governo, até hoje, não acordou pelos erros que vem sendo cometidos ano a ano?

Veja, em pleno vigor de um contingenciamento de despesa, 15% linear, com decreto que tem de reduzir o número de cargos de confiança, dum decreto que é proibido contratação de novos servidores, um decreto que proíbe que se contrate novas consultorias, que se diminua o gasto com energia, com locomoção, com aluguel de carros, com aluguel de ônibus, vemos as despesas continuarem da mesma forma.

São dispensas de licitação publicadas, praticamente, todos os dias no Diário Oficial. Há patrocínio de eventos internacionais de artistas ricos e milionários. São artistas que têm avião particular para fazerem as suas festas não só no interior do estado da Bahia mas também Brasil afora. Esses estão sendo patrocinados pelo governo da Bahia para eventos no exterior em detrimento de uma contenção de despesa que se impõe para quem quer, efetivamente, regularizar as contas.

E, neste dia, analisamos o início desta desastrosa administração que foram as contas de 2008. Vê-se, agora, em pleno 2013, repito, com decreto em vigor, uma divulgação na imprensa de que vai conter os gastos com Refis feito de uma maneira açodada, com apenas uma semana – chega aqui e já está votado – com crítica de todo o empresariado.

Na semana passada – e V.Ex^a estava como sempre presente na sessão –, tivemos as presenças de 20 segmentos organizados da sociedade responsáveis por aproximadamente 70% dos cargos ou dos empregos que temos na Bahia. Esses estavam, aqui, nas galerias protestando para que o governo desse uma isenção que abrangesse neste momento de crise.

Vejam, há uma mola quando o governo não funciona. A economia do estado não funciona. Se compra menos. A margem de lucro já é menor, porque, felizmente, há muita competitividade. Mas a margem é menor, vende-se pouco. Isso acaba quebrando as empresas. O governo foi insensível.

Então, infelizmente, não vemos um horizonte de melhoria nas coisas. Essa é que é a triste realidade! Por isso, temos de cumprir com o nosso papel constitucional de como – oposição ao governo – ao menos, relatar, denunciar, apresentar dados, apresentar documentos.

V.Ex^a tem feito isso, também, neste momento.

Na próxima segunda-feira, iremos ao Ministério Público para apresentar aquelas denúncias que V.Ex^a relatou aí e que eu também já relatei para conhecimento do Plenário. O único caminho que nós temos é o Ministério Público: seja estadual ou federal. Algumas ações caberão ao Ministério Público Federal. Há muitas pessoas sérias tanto em nível federal como em nível estadual para tomar as devidas providências.

E aqueles que estão cometendo irregularidade que não são ou não serão, eventualmente, punidos pelo Tribunal de Contas do Estado, com certeza, terão ação penal a ser movida pelo Tribunal de Contas do Estado ou, também, pelo Ministério Público estadual ou federal.

Isso é o que nos resta como parlamentar: cumprir com a nossa obrigação.

Se o governo tivesse dado uma demonstração de que está tentando acertar, poderíamos ser grandes parceiros, porque ninguém quer ver o Estado arrasado. Até porque, as pesquisas assim têm indicado que vamos reassumir o governo daqui a 1 ano e meio. E não é bom encontrarmos um Estado arrasado para ficarmos como Antônio Carlos em seu último governo. Tive a honra de ser presidente de uma das empresas mais importantes do governo ACM, a CERB, que era fantástica. Foi um dos cargos que exerci que mais alegria me trouxe, porque levar água para quem nunca a teve é uma alegria que só quem já fez isso pode saber.

Pois bem, acho, que o próximo vai ser a mesma coisa daquele governo, um ano trabalhando para arrumar as contas e ter apenas 3 anos para administrar. Mas é o que nos resta, vamos ganhar a eleição e vamos, com a responsabilidade que sempre tivemos para com o povo da Bahia, equilibrar as contas, fazer com que a transparência efetivamente ocorra e a população nos julgue para que possamos ficar mais 40 anos governando o Estado.

A experiência que temos nos oito anos do PT, infelizmente, é de uma terra arrasada, em detrimento de Pernambuco; até Aracaju, Sergipe está tendo muito mais obras do que a Bahia que, infelizmente, não tem tido.

Parabéns, mais uma vez, pelo posicionamento, pelo pronunciamento que V.Ex^a faz nesta madrugada, em torno das 4 horas e 18 minutos.

Crítica ao Estado que não sabe controlar o que gasta e, em consequência, contrai muitas dívidas.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Gostaria apenas de acrescentar um fato que li através da Imprensa baiana sobre um cidadão que exercia um cargo de diretor da Desenhahia e uma certa empresa, um hospital antigo do nosso Estado, mas financeiramente doente. Este foi captar recursos de um valor altíssimo na Desenhahia, e o diretor do banco, vendo que ele não tinha capacidade de assumir os pagamentos posteriores, opinou pelo indeferimento do empréstimo desse dinheiro.

Entendo que uma pessoa que tem responsabilidade, zela pela coisa pública e defende os interesses de todos os baianos. Ocorre que, ao discordar em fornecer os nossos recursos para uma instituição falida, esse diretor foi demitido porque não

atendeu à ordem do superior. Isso nos deixa muito triste porque aquele que zela pela coisa pública, aquele que respeita o bem público, aquele que é correto nas suas ações, aquele que defende os interesses do nosso Estado, protegendo recursos captados, e por não autorizar esse empréstimo, perdeu a direção a que foi nomeado.

Isso me deixa entristecido. Os que fazem as ações erradas continuam no governo, continuam a praticar os erros constantes do governo. Não entendo como o governo vai conseguir acertar sua contabilidade.

Cheguei aqui em 2008, esta Casa estava em crise, porque o governo sempre envia um orçamento para a Assembleia e os deputados aprovam goela abaixo, porque não se pode fazer emenda, mesmo sabendo ser nocivo a este Parlamento. Causou inquietação quando houve assinatura para emenda de quase todos os parlamentares para colocar o valor real que esta Casa precisa, assim mesmo o governo resistiu, negociou com a direção da Assembleia, e colocou um valor inferior, dizendo que suplementaria posteriormente. Possivelmente tenha feito a suplementação. Mas, por outro lado, vemos que o governo não tem administrado com coerência as contas do Estado.

No ano 2008 se excedeu nos empenhos; 2011 dificuldade; 2013 dificuldade. Qual é o ano que o governo não passa dificuldade, porque faltam pessoas capacitadas para assumir essa parte financeira e econômica do Estado?

É preciso que o governo acorde, porque até o momento ainda não acertou. Estamos vivendo uma crise geral no nosso Estado, com várias obras paradas, vários empresários paralisaram, inclusive ingressando com ações na Justiça pedindo liminar para não continuar com a obra, outros estão com dificuldades de bancar, com medo de sair, de entregar a obra e o governo não pagar o que deve.

O nosso Estado está passando por situações difíceis porque o governo não sabe administrar; o governo sabe gastar sem controle, sem um assessoramento qualificado, com pessoas qualificadas para que possa fazer receita e despesa no mesmo patamar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Peço que essas contas do ano de 2008 que estão sendo apreciadas pelos deputados possam ser retiradas da pauta, se fosse possível, para que aguardássemos as contas da Polícia Militar de 2008 que ainda estão nas mãos do Tribunal de Contas do Estado sem aprovação, porque lá encontra-se um erro que foi provocado pelo Estado da Bahia, mais especificamente pelos funcionários da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Segurança Pública.

É isso o que eu peço aos deputados, para que conscientemente, já que estamos aqui para defender e fiscalizar o nosso Estado, retirem de pauta essa votação e esperem as contas da Polícia Militar de 2008 serem julgadas. Assim, veremos, realmente, o erro que a Polícia Militar foi obrigada a praticar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Coronel Gilberto Santana, por favor, o seu tempo já se esgotou.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- (...) pela Secretaria da Fazenda e pela Secretaria da Segurança Pública.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ouvi atentamente o discurso de todos os deputados de Oposição, os quais eu gostaria de parabenizar pelo grande trabalho, e pude observar que o governo é o governo dos recordes. Foram R\$ 14 bilhões em empréstimos! Esse é um grande recorde, pena que o dinheiro é muito mal aplicado.

Hoje, viajando pelo Estado da Bahia, posso perceber que poderia ser muito mais, deputado Sandro Régis, que o governo poderia ter tomado R\$ 50 bilhões! O problema não é a quantidade, não é o valor, o problema é que este governo me parece não saber administrar bem, me parece não saber aplicar os recursos. É por isso que investem muito em propaganda, para tentar confundir a população que não enxerga as obras e as melhorias que deveriam ser feitas pelo governo do PT no Estado da Bahia.

Pude observar aqui o grande discurso do deputado João Carlos Bacelar que falava a respeito do recorde das greves. Essa é uma verdade! O governo é recordista em greves, e, da forma como vem tratando os professores do Estado da Bahia, ainda pode bater novos recordes nos próximos anos.

É bem verdade também que, da forma como governam, não passarão tantos anos assim. O ano de 2014 está bem próximo e eu tenho a certeza de que a população vai saber escolher o melhor para o nosso Estado, o Estado da Bahia.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- O deputado Sandro Régis que já usou esta tribuna por diversas vezes, mas ele ainda tem muito o que falar, por isso, concedo um aparte com satisfação.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizar V.Ex^a pelo seu pronunciamento que traduz o sentimento do povo da Bahia.

Imagine V.Ex^a., deputado Adolfo Viana, que a Bahia é um Estado que sofre com a seca de uma forma devastadora, já perdeu mais de 1 milhão de cabeças de bovinos.

Hoje eu me assustei, quando o deputado Mário Negromonte Júnior disse que o orçamento da Secretaria da Agricultura é de apenas R\$ 1.200.000,00 por ano. Quando retiramos R\$ 400.000,00 de custeio, sobra apenas R\$ 800.000,00 para investimento. Essa é a prova da falta de prioridade deste governo com as ações pontuais para cuidar do nosso Estado. É inadmissível! A Bahia é um Estado que tem na sua pecuária e na sua agricultura a grande força da economia! Como é que a Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia tem apenas R\$ 1.200.000,00? Isso significa dois meses de propaganda! Dois meses de propaganda! Essa é a comprovação de que o governo não tem prioridade.

É por isso, deputado Adolfo Viana, que pode tomar R\$ 100 bilhões que o Estado irá continuar no buraco, porque não há prioridade neste governo.

Este é um governo que tem 1,2 milhão de orçamento na Secretaria da

Agricultura e gasta 500 mil por mês em propagandas mentirosas.

Triste Bahia! Tristes baianos!

Muito obrigado, deputado.

O Sr. Yulo Oiticica:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^{as} já estão inscritos, deputados Yulo e Bruno.

Isso mesmo, deputado Sandro Régis. Eles aplicam muito mal os nossos recursos. V.Ex^a toca no problema da seca. Esta é uma questão que não vai acabar nunca. Temos de aprender a conviver com ela. Dois terços do estado da Bahia são compostos pelo semiárido. O governo não tomou medidas efetivas para combater a seca. E nós, do estado da Bahia, temos 40 vezes menos a capacidade de armazenamento de água se comparados aos estados do Nordeste.

Então, deputado Sandro Régis, quando V.Ex^a fala que poderiam ter tomado US\$ 100 bilhões, este dinheiro não iria resolver o problema por conta de uma gestão ineficiente e por falta capacidade. Realmente, não adianta! Podem dar um caminhão ou um mundo de dinheiro que as coisas não vão acontecer.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo um aparte ao deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Muito obrigado pelo aparte que nos concede, nobre deputado Adolfo Viana.

Quero aproveitar o enfoque do tema sendo discutido para lembrar, deputado Sandro Régis, que, na semana passada, esta Casa fez uma discussão exaustiva para consertar um erro de um pedido de financiamento aprovado no primeiro semestre no valor de US\$ 50 milhões, portanto R\$ 100 milhões para ações de combate à seca.

A situação das finanças públicas do estado é tão ruim que necessita-se de empréstimo para fazer as ações de combate de convivência com a seca, ou seja, recorre-se à operação de crédito ou a recursos externos para combater a seca.

Lembro-me de que, naquele momento, quando votávamos o projeto eu disse: “Quando esse recurso chegar, a seca já se foi.” Vejam, já veio o período de chuva. Só que este governo é tão incompetente que nem o projeto, de forma regular, soube mandar para esta Casa para ser apreciado. Seis meses após, este projeto volta para ser corrigido.

Fico imaginando ser bem provável que quando esse recurso sair, depois das devidas autorizações e se cumpra toda parte burocrática, muito provavelmente isso só irá ocorrer no ano que vem. E muitas das ações, que poderiam ser realizadas para preparar somente o semiárido baiano para a seca do próximo ano, não serão feitas, porque o governo não tem recursos próprios, apesar, de ano a ano, ter superávit na arrecadação. No ano passado, o superávit foi de mais de 2 bilhões do previsto no orçamento. Para este ano, há uma expectativa nesse sentido.

Mas é o Líder do Governo. Ouvi declarações de outras lideranças importantes do governo do estado querendo creditar a incompetência, a inoperância e a falta de capacidade administrativas ao fato de possível crise internacional, ao fato das políticas adotadas pelo governo federal de estímulo ao consumo que fez com que o

Estado perdesse receita. Crédito a perda de R\$ 100 milhões com a CID. Porém, há o incremento de ICMS e de outros impostos estaduais. Tanto isso é verdade que haverá um superávit.

Então, esta é uma desculpa, qual seja, querer transferir responsabilidades a terceiros para não assumir as suas. Dinheiro há. Recursos existem. Porém, eles são mal utilizados ou empregados de forma indevida. A publicidade é, talvez, o maior exemplo disso, em 2012 foram gastos R\$ 144 milhões, nobre deputado Adolfo Viana. Se compararmos o orçamento da publicidade com o orçamento da segurança, da agricultura, de ações no combate à seca percebe-se que houve um aumento, de 2011 para 2012, de 152% nos gastos com publicidade. Esse governo diz que nunca se investiu tanto em ações de combate à seca, ações eleitoreiras. Ocorreram mudanças no plano dos recursos hídricos para 2005 que previa a construção de grandes barragens; mudou a política que vinha sendo adotada para a construção de grandes reservatórios para fazer a política assistencialista da cisterna, do poço artesiano. Uma política eleitoreira, pequena, aliás, tão medíocre quanto o governo do PT.

No caso de falta de chuva não adianta ter cisterna porque não tem como reservar água. Os poços artesianos diminuíram a vazão. Agora, se existisse um sistema de abastecimento a partir dos grandes reservatórios haveria, nos períodos de seca e de grande estiagem, água nas residências do homem do campo, do homem da zona rural da Bahia. Essa é mais uma política equivocada desse governo, como tantas outras.

Infelizmente, o Estado pagará o preço por esses oito anos do PT, que desarrumou as finanças públicas e destruiu toda a capacidade que o Estado tinha de gestão. Esse é o legado que o PT deixará quando encontrou um governo equilibrado. Às vezes falam de herança maldita do governo de Pulo Souto. A herança maldita do primeiro governo de Jaques Wagner para o segundo é três vezes maior do que os compromissos que Paulo Souto deixou empanhados e de restos a pagar com dinheiro antecipado em caixa. Bem diferente do que vem ocorrendo.

O Sr. Zé Neto:- Que dinheiro nada.

O Sr. Bruno Reis:- Tinha sim. Eram R\$ 300 milhões. Tanto que as contas dele, referentes ao ano de 2006, foram aprovadas pelo Tribunal de Contas sem ressalvas. Veremos como serão as contas do último ano do governo Wagner.

Quero só ver que maquiagem o secretário Manoel Vitorino fará para cobrir esse rombo de R\$ 2 bilhões e 600 milhões. Era melhor contratar um mágico para ser secretário da fazenda. A culpa é do governador que, de forma irresponsável, escolheu um amigo para ser secretário da fazenda. Olhem o requisito para ser secretário da fazenda, ser amigo. Nunca foi nem síndico de prédio e trouxe para ser secretário da fazenda. O que entendia de finanças públicas, Carlinhos? Nada.

Criou uma briga na secretaria entre os auditores fiscais, comprometendo a arrecadação do Estado. Comparando-se o crescimento da arrecadação do ICMS com outros estados a Bahia deixou de crescer ou cresceu menos. O Estado de Pernambuco chegou a crescer em 17% o seu PIB, enquanto a Bahia cresceu 7% no auge do crescimento do país em 2010. A Bahia é um Estado que sempre cresceu o dobro da

média nacional, era líder no Nordeste em crescimento econômico. Crescemos sempre o dobro que os nossos vizinhos, e passamos a perder grandes investimentos para Pernambuco e Ceará. Quando o Estado usa *outdoors* para mostrar os investimentos que trouxe coloca: Casas Bahia, Boticário, Hiper Ideal. São os outdoors. Enquanto Pernambuco está comemorando a Fiat, a Toyota, diversas empresas de peso.

A Ferrovia Oeste/Leste Wagner não inaugura; o Porto Sul Wagner não inaugura; a Ponte Salvador/Itaparica, meu Deus do céu, não há possibilidade. Quero saber qual será o legado que Wagner vai deixar? Segundo Zé Neto, é um legado imaterial. Ele democratizou e republicanizou o Estado, no discurso, porque nas ações, nas práticas, é um governo ditador, tirano, que está aqui, às cinco da manhã, querendo passar um rolo compressor para aprovar contas que estão há cinco anos sem ser apreciadas.

Mas nobre deputado Adolfo Viana, muito obrigado pela paciência e pela tolerância de V.Ex^a de me conceder esse aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a V.Ex^a o aparte, deputado Bruno Reis. Incorporo ao meu pronunciamento. Gostaria de dizer, deputado Bruno Reis, que quando V.Ex^a faz a comparação da Bahia com Pernambuco, da cidade de Juazeiro, olhando para Petrolina, a gente pode ver a diferença gritante que há entre o Estado de Pernambuco e o Estado da Bahia. Esse norte do Estado da Bahia que tem sofrido tanto, inclusive com a seca que o governo diz investir tanto em seu combate. Lá no Norte do Estado da Bahia, nós podemos observar que essas tais obras que o governo diz fazer e anuncia através de suas propagandas não existem. E não só as obras de combate à seca que não existem no Norte de nosso Estado, não. As obras de infraestrutura também não acontecem. Posso citar aqui a pior estrada do Brasil que liga o município de Juazeiro ao município de Sento Sé. Lá se produzia muita uva, deputado Leur, e hoje em dia todas as fazendas produtoras fecharam as portas, inclusive uma fazenda que produzia muita uva, do deputado federal Nilton Cardoso que desempregou quase dois mil funcionários, porque não tinha condição de escoar a produção pela estrada que liga o município de Sento Sé a Juazeiro.

A maior cidade do Norte do Estado da Bahia é Juazeiro. Lá a administração do atual prefeito esqueceu realmente dos compromissos feitos com a população, esqueceu que tem que governar, só pensa nas eleições de 2014, pensa em eleger o seu cunhado a deputado estadual, e a população não para de ir às ruas, não para de reclamar. Tenho certeza que em 2014 a resposta será dada.

O Sr. Leur Lomanto Junior- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Leur Lomanto, ouço com prazer o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Leur Lomanto Junior- Nobre deputado Adolfo Viana, V.Ex^a que tão bem representa a região de Juazeiro e Casanova, aqui na Assembleia Legislativa, faz um pronunciamento, como de praxe, com bastante sapiência, abordando temas importantes, comparando os avanços que o Estado de Pernambuco vem alcançando, em detrimento do atraso que o Estado da Bahia vem passando. Infelizmente, esse é o quadro atual deste governo do PT, um quadro que vem deixando a desejar na

Educação. Infelizmente, a Saúde Pública de nosso Estado sofre, e sofre muito. Eu digo, por exemplo, já na minha cidade de Jequié, onde nós temos um hospital defasado que não consegue suportar a crescente demanda de toda uma região. De muito a gente vem cobrando, reivindicando, mas o governo não demonstrar sensibilidade com a nossa região. Aliás, não só com a nossa região não, com a Bahia como um todo. V.Ex^a, que é da região de Casa Nova, também vem reclamando, cobrando e defendendo ações e investimentos para aquela região, que nunca chegam.

V.Ex^a abordou muito bem o tema da seca enfrentada neste ano de 2013, uma das piores já vistas em nosso Estado, e o governo pecou por omissão. Há muito tempo já se vem alertando sobre esse grave problema que poderia acontecer no Estado da Bahia, mas, infelizmente, o governo preferiu omitir-se.

Então, eu gostaria de me associar a seu pronunciamento e dizer que V.Ex^a precisa ir com mais frequência à tribuna. V.Ex^a tem um discurso, realmente, afinado e conhece os problemas da Bahia.

Então, eu gostaria de parabenizá-lo por, mais uma vez, trazer assuntos de relevância e importância para o nosso Estado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Leur, agradeço-lhe pelo aparte que, hoje, leva-me a crer que, se na minha região – represento o Norte do Estado – as obras não aconteceram, o mesmo se deu no Extremo Sul, conforme me disse o deputado Augusto Castro, e em sua região V.Ex^a disse que também não aconteceram, essas obras só existem mesmo nas propagandas do governo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para discutir, o deputado João Bacelar.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, quero registrar, antes de formular a minha questão de ordem, que acaba de chegar ao Plenário o querido deputado Luiz Augusto. Veio, tenho certeza, para engrandecer as discussões nesta noite de hoje.

Os outros parlamentares estavam, todos, ansiosos, deputado Luiz Augusto, pela sua chegada, porque V.Ex^a sempre sobe à tribuna. Inclusive, V.Ex^a é o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle e hoje, aqui, estamos apreciando as contas...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Leur, V.Ex^a vai formular a questão de ordem?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, disponho de 4min30seg para formular a minha questão de ordem, de acordo com o Regimento. Se eu estiver enganado, peço que V.Ex^a me corrija. Então, conto com sua tolerância.

Então, deputado Luiz Augusto, V.Ex^a que é presidente da Comissão de Finanças, é uma grande oportunidade e os deputados estão ansiosos, querendo ouvir o

seu pronunciamento, porque V.Ex^a, como presidente, tem muito a acrescentar a esse debate, nessa discussão importante que estamos travando neste Parlamento na noite de hoje. Uma noite em que já tivemos, aqui, a votação do primeiro projeto, e já estamos no segundo projeto.

Já são 4h44min e a sessão promete alongar-se, meu caro presidente Adolfo Menezes, deve se prolongar até, mais ou menos, as 14 horas. Dentro em breve, mais ou menos às 6 horas, a Oposição terá o reforço do deputado Luciano Simões, e às 7h30min, dos deputados Augusto Castro e Targino Machado. Assim, completaremos o nosso time para darmos continuidade às discussões que teremos que travar.

Acho que é um grande momento deste Parlamento.

O deputado Rosemberg fica a se queixar que os deputados ficam fazendo bobagem aqui, não é deputado Gaban?

(Um deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Quem?

(O mesmo deputado volta a falar fora do microfone.)

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Tom Araújo.

Então, teremos um grande momento neste Parlamento de aprofundar, de debater profundamente os problemas do nosso Estado. Eu acho que é importante.

Agora, sinto falta de uma coisa, deputado Bruno: os deputados da Base do governo poderiam inscrever-se também, porque é um momento de engrandecer este Parlamento, de travar grandes debates. Estamos vendo, por exemplo, o deputado Gaban subir a essa tribuna e falar com números, números exatos, e ninguém contesta. Nós queríamos debater. Será que nós estamos errados? Nós não conseguimos ouvir, deputada Luiza Maia. V.Ex^a que tem uma voz sempre firme, ativa, por que não se inscreve para debater os problemas do nosso Estado. Estamos aqui falando, falando, falando, e não aparece viva-voz. O deputado Luiz Augusto chegou. Esse, eu tenho certeza de que é firme, esse é de rocha, esse sobe à tribuna independentemente...

Eu vou fazer a questão de ordem. Ainda falta 1 minuto e 46 segundos. O deputado Aderbal quer ouvir o nosso pronunciamento, quer fazer parte do nosso debate. Há outros parlamentares que estão fora. A minha questão de ordem é justamente nesse sentido, para que os parlamentares que estão na galerias dos ex-presidentes, onde vários estão dormindo, outros estão no cafezinho, que venham ao Plenário para participar desse debate, participar dessas discussões importantes do nosso Estado.

Solicito a V.Ex^a que faça uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

(Muitos Srs. Deputados se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Zere-se o painel. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Srs. Deputados marquem a presença. (Pausa) Já existe número suficiente. Para discutir, o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 20 minutos.

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, antes de fazer uma análise das contas, queria prestar uma homenagem a dois ex-deputados que em 2008 denunciaram esta situação. Um é o deputado Gildásio Penedo. Quantas e quantas vezes, na Comissão de Orçamento, salvo engano, tão bem presidida por V.Ex^a, deputado Luiz Augusto, o deputado Gildásio Penedo denunciava que a maneira como a Fazenda vinha administrando os recursos estaduais iria levar o Estado à situação de falência em que se encontra hoje. Outra homenagem é ao deputado Heraldo Rocha. Quantas e quantas vezes o deputado Heraldo Rocha teve embates memoráveis com o então secretário da Fazenda, que dizia que o Estado estava cheio de dinheiro. Bilhões e bilhões. Tinha dinheiro para tudo.

Nesse Exercício de 2008, o conselheiro Pedro Lino aponta uma série de irregularidades. Duas eu vou analisar aqui em cima do seu relatório, que é a questão da anulação dos empenhos, empenhos liquidados – aqui tem vários prefeitos, ex-prefeitos aliás, que sabem que não há precedente na história da administração pública baiana de anulação de empenhos liquidados de despesas efetivamente realizados.

O outro é o conceito que o Sr. Conselheiro trabalha que é da gestão pública irresponsável. O conselheiro diz que a gestão pública – é o conselheiro Pedro Lino, antes aqui considerado, deputada Fátima Nunes, o luminar. O grande farol que havia nas contas baianas era o conselheiro Pedro Lino para a Oposição.

O Sr. Luiz Augusto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Antes de fazer esta análise, concedo um aparte ao nobre deputado Luiz Augusto, presidente da Comissão de Orçamento.

O Sr. Luiz Augusto:- Quero aproveitar o tempo em que V.Ex^a está falando para dizer que, na época, quem fez a análise dessa conta fui eu. O Pedro Lino, apesar de ser um conselheiro competente, não posso discutir, é um técnico, mas é mais político de que a gente e tem hora em que ele quer dar decisões políticas que só os administradores, quem tem mandato é que tem que ter. Cada um tem o poder de falar o que quer, dizer o que quer, escrever o que quer, mas há opiniões às vezes contraditórias na política, e política é feita de opiniões e cada um tem sua opinião. O conselheiro Pedro Lino tem algumas coisas que acho até relevantes, inclusive no meu relatório fiz algumas considerações para que ajude a administração no nível do Estado. Fiz o primeiro relatório das contas de 2008 e fiz também nas contas de 2009 para que pudesse a administração, não só a administração do governador Jaques Wagner, como eu fiz... E outra coisa na Lei de Licitação que essa lei do Estado foi elaborada na gestão do governador Paulo Souto e eu fiz uma das emendas dizendo que qualquer conta que tivesse para pagar teria que colocar a data, hoje com a *internet* pode-se colocar a data, e a data do respectivo pagamento. Par quê? Para que desse transparência para que as pessoas que lá executassem a obra tivessem a certeza de que iriam receber o recurso. E isso foi desde o governador Paulo Souto. Mas, infelizmente, não sei por quê, o Tribunal de Contas dos Municípios age totalmente diferente do Tribunal de Contas do Estado. Os prefeitos são penalizados em função de qualquer coisa que façam, mas infelizmente no Estado a conta é feita um pouco diferente. Mas lá, quando eu botei a emenda da licitação, quis fazer isso porque já fui

construtor, já fui empreiteiro e o que eu queria, quando eu fazia uma obra, a maior preocupação que eu tinha não era a de fazer a obra mas, sim, a de receber aquilo que fiz.

Então, essas contas que às vezes eu critico, não só em nível estadual mas também em nível federal onde acontece a mesma coisa. Quando aconteceu a Lei de Responsabilidade Fiscal, quase quebro. Vendi o meu patrimônio quase todo para poder pagar a conta, porque lá dizia na época, e eu acreditei, que nenhum governo poderia deixar a conta para os outros pagarem, se deixasse tinha que deixar o dinheiro para pagar. E aí, desde Fernando Henrique, não aconteceu isso e quase quebrou todo mundo, os pequenos produtores, os pequenos empreiteiros que faziam obras para a Codevasf, para o Dnocs... Aconteceu exatamente isso. Eu queria que isso não acontecesse mais. Tanto é que quando fiz o relatório, continuei dizendo que era uma recomendação para que todos os governos... Porque fazendo isso, faz a obra mais barata.

Às vezes, não queremos fazer uma obra para uma prefeitura porque ficamos com medo de não receber. Com essa Lei de Responsabilidade Fiscal tínhamos a quase certeza de que iríamos receber, mas acontece que a lei acaba sendo descumprida de uma maneira ou de outra. Porém, o conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios faz com que os prefeitos cumpram, e o TCE não faz com que o Estado tenha que cumprir.

Mas vamos mudar de assunto.

V.Ex^a empresta-me mais 1 minuto do seu tempo?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Pois não, deputado.

O Sr. Luiz Augusto:- Hoje, estive com o cônsul Comercial da China em São Paulo, Li Haitong, tentando definir uma linha para exportar produtos da Bahia diretamente para a China, em um navio que iria direto, sem escalas. Se esse navio vai direto, economizamos, no mínimo, 30 dias de frete e o comércio vai girar muito mais entre a China e o Brasil. Para se ter uma ideia, 90% do algodão baiano é exportado pelo Porto dos Santos, de 89% a 90%, e 5% via Paranaguá quando o Porto de Santos está ocupado, e muito pouco sai da Bahia.

Então, estivemos hoje com o cônsul da China, tentando ver se conseguimos uma linha daqui para a China, para economizarmos em torno de 30, 40 dias no comércio entre nossos países. Lá estiveram os maiores exportadores da Bahia para a China. E o que eles mais citavam era que demoraria 30 dias para faturar e receber o dinheiro. E isso é bom para o comerciante, para o empresário brasileiro, porque exportando por outros portos a demora seria de 60 a 70 dias.

Mas foi bom, tivemos uma conversa boa com o pessoal do Grupo Itamaraty, de Olacyr de Moraes. Dentre todas as coisas boas, várias coisas, Olacyr de Moraes tem um outro conceito bom, que eu não quero dizer...

O Sr. PRESIDENTE(Adolfo Menezes):- V.Ex^a pode explicar.

O Sr. Luiz Augusto:- Tenho 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Explicar, deputado? (Risos)

O Sr. Luiz Augusto:- V.Ex^a gosta da mesma coisa que eu gosto, e ele também

gosta da mesma coisa que eu gosto. Espero não precisar citar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Nobre deputado Luiz Augusto, não entendi o que V.Ex^a queria dizer.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente, na minha vida só tenho medo de uma coisa: de mulher bonita, que faz comigo o que quer. Então, é por aí. (Risos)

O Sr. **JOSÉ CARLOS BACELAR**:- Muito obrigado, deputado Luiz Augusto.

Deputado Luiz Augusto, V.Ex^a hoje, aqui, rapidamente nos deu dois grandes exemplos. Um na área da Ciência Política: V.Ex^a mostrou que o centro é quem segura o governo. Nenhum deputado dito de esquerda aqui levantou a voz para defender as contas do governador. Foi um deputado de centro, ligado ao agronegócio, que veio defender o governo. Essa é a primeira lição.

A segunda é na área da Administração. V.Ex^a falou de um assunto que mexe com três órgãos do governo: a Secretaria da Agricultura, que tem R\$ 1 milhão de orçamento; a Secretaria dos Portos, da qual ninguém soube dizer o nome do secretário aqui, na sessão; e a Secretaria de Relações Internacionais, que ninguém sabe para que foi criada.

Então, precisamos novamente do deputado Luiz Augusto para resolver o problema dos portos, do algodão, e os problemas internacionais do comércio Brasil e China. É assim, deputado Luiz Augusto, lembrando aquele velho ditado popular: se ganha o governo com a esquerda e se governa com a direita. E V.Ex^a hoje, aqui, deu um belo exemplo desse ditado popular.

Mas o que diz o conselheiro Pedro Lino? (Lê) “Durante os trabalhos de elaboração do relatório e emissão do projeto de parecer prévio sobre as contas do governo do Estado, foram identificados empenhos anulados após a sua regular liquidação, com datas dos movimentos dos dias 30 e 31 de dezembro de 2008.” Foi uma verdadeira – um termo popular, mas é esse o termo - farra de anulação! Nos dias 30 e 31 de dezembro, foram anuladas despesas no valor de 251 milhões e 700 mil reais. Duzentos e cinquenta e um milhões!

Só da Secretaria da Segurança Pública, foram anulados 85 milhões! Qual é o orçamento da Secretaria da Segurança Pública para, em dois dias, deputado Marcelino Galo, ter R\$ 85 milhões de despesas anuladas? Despesas liquidadas! Isso quer dizer que foram despesas efetuadas! Efetuadas! É fechar o exercício no martelo. É fechar o exercício na tortura, usando a matemática, a aritmética como instrumento de tortura dos números, torcendo os números para fechar um balanço. Duzentos e cinquenta milhões!

Diz o conselheiro. (Lê) “ O procedimento adotado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) identificado como empenhos anulados após liquidação (sic), interrompeu, sem evidência da existência de justificativa legal o processamento de despesas regularmente executadas por diversas unidades orçamentárias do Estado.”

Isto foi feito para mascarar os restos a pagar, para tirar, deputado Gaban, dos restos a pagar essas despesas de 250 milhões! E o pior é que usaram depois recursos de 2009 para poder fechar as contas de 2008.

Olhem o que diz o conselheiro. (Lê) “Esta relatoria não encontrou evidências, pelo menos, nos últimos 10 anos,”. As últimas 10 contas dos governos estaduais - das administrações estaduais - nenhuma evidência “de que o Estado da Bahia tenha adotado o procedimento, descrito acima, de cancelar”

O conselheiro tem um linguajar melhor, eu falei “farra”, e aí peço desculpas, mas o conselheiro achou um termo mais adequado “cancelar maciçamente”. Maciçamente o cancelamento de empenhos. Foi um escândalo! Quem não se lembra aqui dos dias 30 e 31, deputada Luiza Maia, igual aos escândalos de V. Exª na Câmara de Camaçari?

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone -inaudível.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- A senhora tenha cuidado, deputada. Se a senhora quiser falar, venha aqui. Porque a senhora é campeã de processos no Ministério Público! Deputada Luiza Maia, está lembrada do seu esposo, a caixa de sapato que vocês escondiam dinheiro? Hein, deputada?

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone -inaudível.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputada, vá cuidar de sua vida! A senhora, deputada, campeã em desvios! Seu marido é campeão em desvios, deputada! Ora, deputada, a senhora... seu marido, preso pela Polícia Federal, deputada!

(A deputada Luiza Maia fala fora do microfone -inaudível.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Ah, no seu caso é injusto? Se respeite, deputada e trate...

A Srª Luiza Maia:- V.Exª está metralhado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Metralhada quem está é V.Exª, que é sua vida. Deputada, eu conheço a sua vida. Eu não quero entrar nesse nível.

Deputada, olha as contas da Câmara de Camaçari. Eu trago amanhã.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Luiza, deixe o deputado concluir.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Mais 5 minutos, porque a deputada me tirou 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Exª estava respondendo. A deputada Luiza está saindo, pode concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Disso tudo resultou ainda a clara percepção de que a execução orçamentária em 2008 dos programas governamentais do Poder Executivo, inseridos no PPA e qualificados jurídica e legalmente como prioritários, a cargo dos órgãos e entidades do Poder Executivo, essa execução foi bastante baixa, incipiente, até diria, porquanto alcançou percentuais muito baixos, tudo consoante lançado nos dois relatórios.

Por isso, Sr. Presidente, o conselheiro Pedro Lino diz aqui que a administração não merece o conceito de “gestão pública responsável”, por isso o Sr. Conselheiro opinou pela rejeição da contas.

Então, Sr. Presidente, as duas teses que temos de examinar aqui, uma diz respeito à anulação de diversos empenhos que resultaram no cancelamento de despesas de R\$ 250 milhões, e o outro diz respeito à baixa execução de diversos

projetos governamentais que não alcançaram mais de trinta projetos, não alcançaram o percentual de 30%.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bruno Reis para discutir.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, nobre Líder, do governo, Zé Neto, responsável maior pela nossa permanência nesta Casa até às 5h10.

Nobre líder Zé Neto, minhas primeiras palavras são voltadas para V.Ex^a. V.Ex^a deveria se inspirar nos grandes Líderes. Líder de governo bom é aquele Líder que aprova mais e discute menos.

Zé Neto, lembro, e era menino, do Líder das reformas, do Líder Luís Eduardo Magalhães. Uma das características de Luís Eduardo Magalhães era dar a palavra e cumprir, o que combinava com a Oposição, ele cumpria, todos os acordos que eram firmados se tornavam realidade, e aí contava e contou com o apoio da Oposição para aprovar reformas importantes para o País.

V.Ex^a deveria procurar seguir esse caminho, não o caminho da intriga, da discórdia, da provocação, este era o caminho que V.Ex^a deveria seguir.

Nós estamos nesta Casa há 2 anos e 9 meses e tem 2 anos e 9 meses que V.Ex^a conduz a liderança da Bancada do Governo e nenhum acordo foi cumprido, de todos os acordos que V.Ex^a assumiu nenhum até hoje aconteceu. E aí V.Ex^a vem à tribuna nesta noite e perde uma grande oportunidade, deputado Zé Neto, V.Ex^a perdeu a grande oportunidade de ficar calado, e aí vem para esta tribuna para ameaçar a Oposição, para dizer que amanhã estaria na imprensa para dizer que os projetos dos professores não foram votados porque a Oposição obstruiu a votação. Não foram votados, deputado Zé Neto, porque V.Ex^a não deu prioridade a esses projetos, deu prioridade a outros projetos. O que nós estamos discutindo, o objetivo maior desta obstrução era o projeto que ora nós apreciamos.

V.Ex^a utiliza a tribuna desta Casa para querer ameaçar nossos colegas da Oposição, constranger. V.Ex^a faz isso com os seus liderados, deputado Zé Neto, com eles sim V.Ex^a pode gritar, pode ameaçar, pode espernear, pode dar chique, como várias vezes faz. Mas com a gente não. Nós não vamos aceitar!

Queria neste momento, deputado Gaban, parabenizar a Bancada da Oposição que bravamente resistiu e vai resistir quanto tempo for e enquanto for necessário, e esse vai ser, a partir de agora, o tom que nós vamos dar nas discussões desta Casa. Não há mais acordo. Não há mais dispensa de formalidades. Nós não aceitamos mais fazer acordo com quem não cumpre acordo. Foi assim na semana passada. Foi assim essa semana e será assim tantas quantas terça-feira forem necessárias para que o governo aprenda a respeitar a Oposição e faça o jogo justo, jogue o jogo bem jogado, o jogo da política, não o jogo da deslealdade como procura se fazer nesta Casa, hoje.

De toda nossa parte eu sei que esse é o sentimento da maioria da Bancada, é de

não mais topar fazer acordo com o governo, e é por isso que vamos discutir o mérito de todos os projetos que esta Casa pretender apreciar. Estamos aqui, se quiser adentrar a manhã, a tarde, estamos preparados para isso. Estão vindo mais colegas da Oposição para reforçar os nossos pronunciamentos, e eu não tenho dúvidas de que vamos fazer aqui o bom combate, mas como sempre o jogo respeitoso da política.

Está sob apreciação a famosa conta de 2008, conta essa que primeiro precisa ser explicado por que ela estava nos porões do Tribunal de Contas e só depois de 5 anos chega a esta Casa, talvez para aproveitar uma desmobilização da imprensa, deixando o tempo passar.

Mas sobre essas contas que já foram aqui lembradas em diversos pronunciamentos, foi a primeira vez na história da Bahia, foi a primeira vez que um conselheiro, que um relator, nobre deputado Carlos Brasileiro, pede a rejeição das contas do governo. Este governo da Bahia que era exemplo de austeridade fiscal, que muito antes da lei de Responsabilidade Fiscal já cumpria o que estabelecia a lei, e aí foram necessários apenas dois anos do governo do PT para começar a haver uma derrocada nas contas públicas.

No final de 2008 os recursos, as receitas já não eram suficientes para cobrir as despesas. Lembro muito bem da deputada, à época, dos pronunciamentos dos deputados nesta Casa chamando a atenção para a escolha irresponsável feita pelo Governador Jaques Wagner. Existem muitos critérios para se escolher um secretário, mas jamais o critério da amizade. O Senador Antonio Carlos, em uma de suas máximas, dizia: nunca indique para um cargo alguém que você não pode demitir. E Wagner teve que aturar Carlos Martins por 6 anos. Como não podia demiti-lo, coitado, teve que ir para o sacrifício de ser candidato a prefeito de Candeias, onde acabou na quarta colocação. Por que isso? Porque o critério utilizado foi o critério da amizade, ao invés do critério da competência, da capacidade administrativa, da experiência, critérios estes que todos sabem aqui que ele jamais teve, até porque a maior missão, a maior função que ele já ocupou foi ser caixa da campanha do PT, era o coordenador financeiro da campanha do PT, como se ser coordenador financeiro de campanha o credenciasse para ser secretário da Fazenda.

Está aí, virou um descontrole total nas finanças públicas. A partir de 2008, quando teve que se cancelar empenhos, restos a pagar, para dar uma maquiagem nas contas públicas, desde lá as finanças foram, ano a ano, fechando no vermelho.

Nós denunciávamos que estavam sendo utilizados recursos de contas vinculadas, recursos de convênios, recursos do Fundeb para pagar despesas correntes, estava se utilizando, nobre deputado Alan Sanches, recursos oriundos de empréstimos internacionais, se recorria ao Bird, ao Banco Mundial para pagar diárias, passagens, para pagar publicidade, ou seja, para custeio. É razoável isso? É razoável se recorrer a dinheiro internacional, dinheiro limpo para investir, para fazer obras para implementar projetos e programas importantes? É razoável isso? Não é. Para pagar custeio.

Já foram consumidos 14 bilhões em empréstimos. Esta Casa, em sete anos, deu em cheque em branco 14 bilhões de reais para o governo, porque para todos os

projetos que vieram de operações de crédito nesta Casa nunca foi apresentada uma planilha sequer, ou apresentada qual era a obra ou qual era o objeto do convênio que seria celebrado, a partir desses recursos de financiamento. Para quê? Para deixar o Estado em condições, nobre deputado Gaban, de ir custeando o rombo.

Deputado Luiz Augusto, que é presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, entende muito bem o que eu estou falando, sabe o que eu estou falando, e é uma pena que no pronunciamento dele não pôde fazer referência a isso, teve que dar uma aula sobre macroeconomia para os nobres deputados, às 05 horas da manhã, que o ouviram atentamente, uma verdadeira aula sobre macroeconomia, porque o “x” da questão, o foco da discussão ele não poderia fazer referência, porque ele sabe que o que eu estou falando é a mais pura verdade.

O Estado tem recorrido a dinheiro limpo, a dinheiro bom para botar em coisa ruim, para pagar despesa de custeio, essa tem sido a prática. Eu quero saber quando esse dinheiro acabar como é que este governo vai fechar as contas. Eu quero saber como é que vão fechar as contas de 2012, que maquiagem, que mágica o Secretário Manoel Vitória vai fazer, o novo secretário, que é o responsável, já que era o Secretário de Administração. E a maioria das despesas do Estado que levaram a esta situação que está passando por ele.

O aumento excessivo dos REDAs, o PT era contra os REDAs, Gaban, criticava os REDAs. Semana passada o prefeito ACM Neto precisou aprovar um projeto na Câmara para um número limitado de REDAs, e a oposição ficou contra o REDA, completamente diferente do discurso do governo aqui. O PT lá é contra o REDA, aqui é a favor, tanto que quadruplicou, tanto que não tem dinheiro para pagar, deputado Carlos Brasileiro. Está devendo porque aumentou demais e não tem dinheiro para pagar.

Ou vocês não estão devendo REDAs e PST? Dizem que diminuiu, e por que está devendo? Não têm dinheiro e fizeram o quê? Contrataram demais. Governo campeão em criação de cargos no Brasil, estou mentindo também? De 19 para 31 secretarias, estou mentindo também? Deram até emprego agora para Schmidt, de presidente do Bahia, para poder extinguir a Secretaria de Relações Internacionais, que não servia para nada, senão não estaria o deputado Luiz Augusto enfrentando esse problema que relatou hoje, não estaria, se a secretaria, realmente, servisse para algo.

Então, deputado Carlos Brasileiro, todo mundo está vendo. Se V.Ex^a chegar para o porteiro do prédio e conversar sobre como vai resolver o problema do metrô, ele dirá: “O metrô passou para o governo do Estado, agora vai sair”. Mas como, se o governo está quebrado? Você entra no ônibus, o cobrador sabe que o Estado está quebrado. Você chega no interior, do homem mais simples à pessoa mais importante da cidade, sabe-se que os compromissos que o governador tem com a região não vão acontecer porque o Estado está quebrado. As obras estão todas paralisadas na Bahia por falta de pagamento. As empresas, fazendo destrato com o governo.

Chama-se o segundo colocado, ele não tem interesse, chama-se o terceiro, não tem interesse, tem de ser realizada nova licitação. Triste Bahia, eu tenho pena do próximo governador. Falta, deputado Leur Lomanto, um ano e 5 meses para acabar

esse governo, e olhe o caos que já está. As obras não saem do papel, não acontece, é só discurso. A ferrovia Oeste-Leste... aquele trenzinho passou na televisão em 2006, passou em 1010 e vão passar, na cara de pau, em 2014.

Porque lá em Juazeiro, na minha terra, o povo acha que o trem está de vento em popa. Como o povo lá de Barreiras, de Guanambi, acha que a Ponte Salvador-Itaparica é excelente. O Porto Sul, nobre deputada Ivana Bastos, reconheço a sua luta, o Porto Sul nem teve concluído o processo de licença ambiental. É muita incompetência, perdeu R\$ 27 milhões para recuperar o Pelourinho, é uma vergonha o Pelourinho.

Perdeu R\$ 40 milhões para a construção de 3 presídios, e, dos que estão em andamento, o secretário pegou o dinheiro para pagar as despesas da secretaria, para custear as despesas. Não consegue concluir. Se o que eu estiver falando aqui for mentira... Está paralisada a obra. Por quê? Porque o dinheiro do convênio, que era verba carimbada para construção, foi utilizada para custeio. É verdade ou não é? Ou eu estou mentindo, estou faltando com a verdade? Fiquem à vontade. Estou sendo aqui muito menos duro do que a oposição do PT lá na Câmara. Podem ficar à vontade.

Agora, se vocês acham que ACM Neto é besta, que é com tapinha nas costas, com abraço, que Wagner vai encantar ele, vão lá, vai Zé Neto, manda Wagner dar corda. Ali, meu amigo, de besta não tem nada. Pode ser tudo, menos besta, e quem conhece sabe.

Então, Wagner é espertão, galanteador, conquistador, bom de lábia, para isso ele é bom, palavras ao vento ele sabe soltar. Então, manda ele paquerar, cantar, e vamos deixar que a hora certa vai chegar. Mas, enfim, nobres deputados, estamos chegando ao final da discussão, estamos tendo a oportunidade de encaminhar, prontos para resistir bravamente a qualquer outra votação que possa ocorrer. Queremos logo limpar a pauta, resolver a vida de Zé Neto, vamos adentrar o dia.

Estamos aqui, deputado Zé Neto. Não era V.Ex^a que criticava o senador Antonio Carlos? Agora V.Ex^a bate o chicote, diz que vai fazer e acontecer, dá esporro em deputado. Mas, rapaz, eu ficava pensando: “O deputado Zé Neto é democrata, republicano, defensor das minorias. Agora tem um pouquinho de poder, imagine se tivesse mais, como seria”. Esqueceu de tudo. Por isso é que se diz: se quer conhecer um homem, dê poder a ele. Aí estamos vendo quem é o verdadeiro Zé Neto, a cada dia se revela mais. Hoje, em vez de querer intimidar a Bancada do governo, quer fazer isso com a Oposição.

O nobre Líder Zé Neto precisa saber que há uma diferença clara entre ser governo e ser Oposição. Estamos aqui exercendo o nosso papel de Oposição. E não vamos abrir mão disso. Não há acordo que nos impeça de discutir. É o que V.Ex^{as} queriam fazer hoje, aqui.

Companheira Fátima Nunes, vamos discutir, é bom que V.Ex^a vai relembrar aqueles tempos históricos da sua origem no PSDB, tempo de luta ...

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Leur Lomanto Junior: - Sr. Presidente, há um orador na tribuna.

O Sr. BRUNO REIS: - Vamos ter a oportunidade de relembrar aqui, durante o decorrer do dia, iremos debater muitos projetos, muitas propostas a favor da Bahia. Mais dois, mais três, mais quatro, enfim, o que for necessário. Estamos apresentando alguns requerimentos pedindo prioridade de votação, temos nove requerimentos. E tenho certeza de que o presidente Marcelo Nilo, homem justo que sempre diz que esta é a Casa dos iguais, irá decidir, como decidiu para colocar esse projeto em votação, respeitando as prioridades que vamos solicitar. Só peço que o presidente Marcelo Nilo seja justo, adote o mesmo critério, o mesmo peso e a mesma medida que foram adotados para a apreciação desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Para concluir, nobre deputado.

O Sr. BRUNO REIS: - Concluindo, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente, nós da Oposição vamos votar não, acompanhando o voto independente do conselheiro Pedro Lino, pela rejeição das contas do Exercício de 2008 do governo do Estado da Bahia .

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Encerrada a discussão.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Gaban: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pela ordem, deputado Gaban

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, vou encaminhar como Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, V.Ex^a tem 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, após 15 horas e meia de obstrução, 15 horas e meia em que o monólogo foi instituído aqui no Plenário da Casa, sem que ninguém, nem o próprio Líder do governo, tivesse a coragem, ou argumentos, ou dados, ou números, ou que pelo menos fizesse o que fazia Waldenor ou o próprio Líder Zé Neto, há algum tempo, que vinha para dizer que a saúde financeira do Estado era extremamente confortável, que nós estávamos fazendo firula. Termos semelhantes a esse eram usados pelo Líder, Zé Neto. Mas hoje ele não teve a coragem sequer de rebater os dados que foram apresentados.

O Coronel Santana apresentou na tarde de hoje gravíssimas denúncias que comprovam que foi autorizado, num documento por escrito, assinado pelo secretário da Administração e secretário da Fazenda do Estado, o cancelamento de pagamentos já liquidados, documento que, naturalmente, será encaminhado por mim, já estava programado, e pelo Coronel Santana, na próxima segunda-feira, ao Ministério Público.

Apresentei aqui dados que comprovam que a Fundação José Silveira obteve R\$ 543 milhões com dispensa de licitação. A Fundação José Silveira está de parabéns porque deve ter um mel que atrai o PT para ter a coragem ou a certeza da impunidade de que não poderão ser apuradas as irregularidades.

Tenho certeza absoluta de que o atual governador deverá concorrer, no mínimo, ao cargo de deputado federal para que tenha foro privilegiado, porque é impossível os desmandos que continuam na administração, as constantes e permanentes dispensas de licitações, contratações de toda e qualquer natureza, beneficiando empresas, contratando pessoas, e denúncias dos próprios membros do governo. Um secretário de Estado, que foi Cícero, disse que o Estado não tem dinheiro para fazer nada, não pode cumprir as metas físicas. Uma confissão pública. Confissão já havia sido feita pelo secretário Petitinga que o relatório do primeiro quadrimestre não tinha qualquer tipo de consistência...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, eu estou usando a tribuna, e está uma baderna no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. GABAN:- Mas, deputado Zé Neto, depois de tudo que apresentamos sobre a situação a que o Estado chegou – e denunciemos no início do ano, mas, à época, V.Ex^a, mesmo, dizia que estávamos mal informados – o que resta à Oposição de alternativa, após 15 horas e meia, senão encaminhar pela desaprovação das contas do governador, pelo menos para cumprir com a nossa obrigação, para termos a consciência tranquila de que atendemos o clamor, não só das ruas, porque isso agora virou mania, mas daqueles que votaram em nós, todos os 63 parlamentares, que juramos, quando assumimos o mandato, cumprir a Constituição do nosso Estado.

Nós, da Oposição, estamos cumprindo esse compromisso, apresentando as falhas, denunciando, lamentando, recomendando, mas o governo insiste em fazer de conta que tudo está bem.

Mas o Refis, sem discussão, não atende nem mesmo àquelas pessoas carentes que estão trafegando com seus veículos sem o pagamento do IPVA, como várias e várias vezes o Detran anuncia a apreensão de veículos e motos porque a documentação não está regular. Não reconhece o governo que não tem dado oportunidade a elas, até porque não tem atraído empresas para o nosso Estado para que jovens ou pessoas de qualquer idade tenham a oportunidade de um emprego. A categoria ou as categorias responsáveis por 70% dos empregos do nosso Estado são desprezadas pelo governo, pela liderança do governo quando da aprovação do Refis.

Já falamos aqui hoje que o próprio Sindsefaz, que sempre esteve ao lado de Carlos Martins, critica o governo numa nota paga no jornal *A Tarde* de meia página dizendo que o governo se precipitou. Um Refis sem discussão, um Refis que não atendeu, parecia até que o Sindsefaz copiou o discurso da Oposição. Uma nota muito bem redigida. Falávamos que o leque de benefícios deveria ser ampliado, o Sindsefaz disse, nós dizíamos e o governo não acatou. Quer dizer, os próprios parceiros do governo criticam a atuação do governo.

O que podemos esperar daqui para a frente? Esperar que o povo da Bahia saiba escolher um dos nomes que a Oposição tem, porque sabe que gestão nós sabemos fazer. Temos que aprender até muito com o PT como fazer oposição, eram craques,

eram expert. Tiveram o direito democrático, a aprovação da população da Bahia que acreditou nas promessas e nos programas então apresentados pelo PT, desde o orçamento participativo que foi aprovado nas diversas e diversas reuniões ou audiências públicas feitas pelo governo que aqui se instalava na Bahia em 2007. O governador Wagner prometia, como já li hoje em pronunciamento dele, que o orçamento participativo seria uma marca da sua administração de um governo democrático e republicano.

Não cumpriu nenhum compromisso que foi assumido para a elaboração do PPA, nenhum compromisso da LOA, nenhum compromisso com o que foi aprovado pelo Poder Legislativo desta Casa. Os compromissos que foram assumidos não foram cumpridos. O que nos resta aqui? Apenas esperar. Como estava dizendo, todas as pesquisas de opinião pública mostram que o modelo PT cansou. Todos os nossos candidatos têm mais de 13, 14%. Naturalmente que o grande eleitor hoje da Bahia não é mais o governador, é o prefeito ACM Neto. E, naturalmente, com a confiança que o povo da capital e do interior depositam em ACM Neto vão acompanhar a indicação e o apoio que ele der para o nosso futuro governador que poderá ser desde o prefeito de Feira de Santana, se o povo daquela cidade o liberar; poderá ser João Gualberto, representante do PSDB; poderá ser um Geddel Vieira Lima, representante do PMDB.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): - Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente Paulo Rangel, infelizmente, com tristeza, não nos resta outro encaminhamento senão acompanhar o que foi relatado pelo conselheiro Pedro Lino em 2008. Lamentando a demora desse processo ter chegado para a nossa apreciação, lamentando a desativação da imprensa que na época por mais de uma semana só publicava essa matéria, encaminhamos pela reprovação das contas do Exmo. Sr. Governador pelos mesmos critérios apresentados pelo conselheiro Pedro Lino.

Nesse sentido, Sr. Presidente, já terminando meu encaminhamento, tenho aqui em minhas mãos...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- O tempo de V.Ex^a já esgotou, deputado.

O Sr. GABAN:- Eu sei, já terminei, estou aqui apresentando neste momento a V.Ex^a (Lê)”Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, requeiro nos termos do art.113 e demais dispositivos do Regimento Interno, **PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO** do Projeto de Lei nº 19.006/2010 de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que “Dispõe sobre a indenização por acúmulo de atribuições dos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2013.”

Solicito a V.Ex^a...

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- A ordem do dia já foi definida, deputado.

O Sr. Gaban:- (...) pelo presidente Marcelo Nilo que seja submetido...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Eu indefiro.

O Sr. Gaban:- Não pode, V.Ex^a não tem competência. A competência não é de V.Ex^a, a competência é do Plenário da Casa. V.Ex^a não tem competência para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- O tempo de V.Ex^a já se esgotou.

O Sr. Gaban:- Essa é uma decisão do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- V.Ex^a inclusive não pediu pela ordem.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- O tempo de V.Ex^a está esgotado. A ordem do dia já tinha sido definida. E ficou definido aqui que nós obedeceríamos a ordem cronológica dos projetos. Eu indefiro.

Vou conceder a questão de ordem a V.Ex^a, mas já estou adiantando...

O Sr. Gaban:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Faço a questão de ordem, Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida.

Sr. Presidente, primeiro gostaria de esclarecer dentro dos meus 5 minutos a V.Ex^a que não estou questionando neste momento...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Deputado, depois eu dou a questão de ordem a V.Ex^a.

O Sr. Gaban:- Estou dentro dos meus 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel):- Até por que o projeto...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, não estou contestando...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para entender, V.Ex^a está querendo uma questão de ordem, tenha a questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Não estou aqui contestando que vai ser votado de imediato, agora, em nenhuma hipótese. Já acabou o encaminhamento, já acabou a discussão. Estou querendo, após o encerramento do encaminhamento, que será feito por todos os membros de Oposição, que tenha, que seja analisado, votado e seja apreciado pelo Plenário da Casa o requerimento que estou encaminhando na minha questão de ordem agora ao presidente da Casa. E o requerimento, meu caro presidente Marcelo Nilo, vou lê-lo.

(Lê) “Ilmo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, requeiro nos termos do art.113 e demais dispositivos do Regimento Interno, PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO do Projeto de Lei nº 19.006/2010 de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que “Dispõe sobre a indenização por acúmulo de atribuições dos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2013. Assinado aqui pelo líder da Oposição, assinou o vice-líder, o deputado Bruno Reis.”

Naturalmente, Sr. Presidente, isso aí logo após o encaminhamento, o próximo projeto a ser apreciado é esse.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só para adiantar a V.Ex^a, vou indeferir qualquer requerimento, será pela ordem, estando na mesma prioritária, o presidente dentro da mesma ordem vai decidir. V.Ex^a responda a medição que eu levo para o Plenário, dentro da mesma hierarquia.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, deputado Leur Lomanto Junior. Só depois do deputado Leur Lomanto Junior eu concedo a V.Ex^a. A decisão na hora eu passo para o Plenário.

Deputado Gaban, quer agora? Quando terminar eu coloco para o Plenário. A decisão do presidente é a seguinte: estando no mesmo patamar o presidente decide qual é o projeto que vai ser colocado. A decisão do presidente... O deputado Gaban disse que quer depois do encaminhamento. Já estou adiantando a decisão. Estando no mesmo patamar, o presidente decide por ordem cronológica. É o mínimo que o presidente pode admitir.

Eu, até, disse brincando que se eu, como presidente da Assembleia, estando os projetos em mesmo nível, e eu não tiver poder de dizer qual é o projeto que será colocado....

(Vários Sr. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só para V.Ex^a ter uma ideia, na Câmara dos Deputados, o presidente, independente de qualquer coisa, é quem faz a pauta.

O Sr. Bruno Reis:- Mas este item está no regimento de lá.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está dentro do regimento. Desde que, meu deputado Bruno Reis, estejam dentro do mesmo patamar. A decisão do presidente é a seguinte: estando aqui na Ordem do Dia, no mesmo patamar, eu disse muito claro, ainda falei brincando, se eu, como presidente da Casa, não puder colocar pela ordem o projeto, se eles não estiverem no mesmo patamar, está na hora de renunciar à Presidência. Como eu não quero renunciar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, meu querido amigo e deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é triste ver o posicionamento do Líder do governo, deputado Zé Neto. Realmente, é de lamentar o que V.Ex^a está fazendo com a sua base parlamentar, deputado Zé Neto.

A Sr^a Luiza Maia:- Quem diz isso são vocês.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- A base do governo não está reclamando, mas esta mesma base reclama para mim, deputada Luiza Maia. A base de V.Ex^{as}. reclama sim. Estamos vendo que a deputada Maria Luiza Laudano está doida para estar em casa dormindo.

Nós, da Oposição, desde o início, propomos fazer um acordo. Mas o deputado Zé Neto, não, pois não quer o acordo, mas ele quer passar o rolo compressor. Ele está dizendo, aqui e acolá, que a Oposição não tem de pautar governo, que o governo está aqui para votar e a Oposição está aqui para esperar. Então, já que o que nos resta é esperar, vamos ficar esperando, discutindo, debatendo.

Deputada Luiza Maia, seria importante V.Ex^a vir à tribuna defender o seu projeto do voto aberto.

A Sr^a Luiza Maia:- Já defendi.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Defenda de novo, porque há alguns parlamentares que ainda não concordam. Mas é importante, V.Ex^a pode convencê-los.

Então, acho ser este o momento em que o Parlamento tem de debater os assuntos de interesse do Estado e debater os projetos em pauta.

Há o projeto da deputada Luiza Maia, o projeto da PEC do meu querido amigo e contrerrâneo deputado Euclides Fernandes, a PEC do orçamento impositivo. Este é o momento adequado.

O Líder do governo, deputado Zé Neto, insiste em boicotar a votação do orçamento impositivo. Pressionou, ligou e fez de tudo para o deputado Euclides Fernandes não apresentar a PEC. Chegou a mobilizar o governo para retirar algumas assinaturas. Mas o deputado Euclides Fernandes foi firme e manteve a palavra. Anteriormente, eu queria apresentar a PEC. Mas ele foi mais ligeiro, apresentou a PEC na frente e eu assinei de imediato.

Disse, repito e reitero que a PEC do orçamento impositivo não é uma vitória da Bancada do Governo, nem da Oposição, até porque isso é uma alternância de poder. Hoje, um é oposição: amanhã, o outro é governo; e assim por diante. Isso é uma vitória do Parlamento, pois dá a possibilidade aos parlamentares desta Casa poder contribuir com o crescimento de suas base eleitorais e com os municípios que representa.

O deputado Elmar Nascimento assinou a dispensa de formalidade hoje para que votássemos o orçamento impositivo nesta noite. Mas, infelizmente, deputado Bruno Reis, o governo quer ter os deputados na mão. Há duas opções, quais sejam, ou o deputado vota a favor ou o deputado não vota a favor e não tem nada. Assim é o governo republicano. Assim é o governo democrático.

Está aqui. Tem de exigir a presença do parlamentar. Não perdoa ninguém, nem os deputados de uma certa idade. Não perdoa ninguém, deputado Pedro Tavares. Exigem a presença aqui na rédea curta. O deputado Zé Neto pega os deputados aqui na rédea curta. Tem de ficar! Tem que votar! O governo tem que ficar e tem que votar! É o governo republicano. É por isso que não querem aprovar o orçamento impositivo. Eu sei que o deputado Marcelo Nilo, presidente, é a favor do orçamento impositivo. Só quem quer controlar e amordaçar a sua Base que fica nesse instrumento do toma lá dá cá. Você vota aqui hoje; amanhã, eu libero 200 mil e duas ambulâncias. Se não votar, eu não libero.

Mas chegou o momento desta Casa se levantar. É uma grande oportunidade que os parlamentares estão tendo de seguir o que foi aprovado no Congresso Nacional, deputado Ubaldino, deputado Vando, sei que V.Ex^{as} pensam dessa mesma forma. De seguir a linha do Congresso Nacional, de legitimar o nosso poder que temos de representar os nossos municípios e aqui fazemos uma ampla discussão: se se coloca 30% para investimento na área de saúde, 20% na área de educação, enfim, que pudéssemos discutir amplamente como será colocado e aprovado o orçamento impositivo.

Então, peço a tolerância de V.Ex^a, que nós da Oposição continuaremos no embate aqui discutindo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Só para concluir, Sr. Presidente.

(...) cada projeto, cada tema que venha a ser discutido nesta Casa, estaremos atentos para discutir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, deputado Pedro Tavares, pelo tempo de até 5 minutos. Gostaria de pedir uma salva de palmas

para o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, deputado Bruno Reis, deputado João Carlos Bacelar, quero primeiro parabenizar a nossa Oposição, Bancada aguerrida, que está aqui desde das 18 horas discutindo na Casa do povo, deputado Marcelo Nilo, na Casa do debate, mas é um debate só de um lado. Só a Oposição fala e discute, mostrando as graves dificuldades na gestão do atual governo. E é um governo especialista, deputados aqui presentes, em fazer política, mas não fazer gestão. As coisas acontecem e o governo finge que não é com ele.

Quero falar sobre o conflito que ocorre em Buerarema, Sr. Presidente. Deputado Zé Neto, antes que V.Ex^a fale alguma coisa, eu sei que é uma questão federal. Eu sei que a questão, deputado Rosemberg Pinto, é federal, mas os produtores que estão sofrendo são baianos. Eu sei que a questão dos indígenas é uma questão federal, mas a economia de Buerarema está sofrendo.

Aí, quero ver o governador, a autoridade maior deste Estado, demorando para tomar as atitudes e para se reunir com o ministro da Justiça. Ele demora de tomar decisão de ir até o governo federal para pedir justiça para os baianos, a imediata suspensão e uma nova análise da demarcação. O que vemos é a demora!

A demora é recorrente neste Estado, deputado João Carlos Bacelar. Enquanto o governador não vai lá cobrar das autoridades, utilizar-se do seu poder de ser o maior executivo desta terra - e não toma atitude -, vemos pequenos produtores sofrendo. São produtores que viveram nas suas fazendas a sua vida toda, que têm os seus títulos de terra, nasceram e sobrevivem das suas terras.

As terras estão sendo invadidas, colocando esse povo para fora. As pessoas não têm onde morar e não têm do que viver. O deputado Rosemberg Pinto, meu dileto amigo, esteve lá *in loco* e sabe que é gravíssima a situação em Buerarema. Estamos beirando uma guerra civil em Buerarema e o que vejo é o governo estadual demorar de tomar atitude, demorar de utilizar a sua autoridade como governante maior desta terra para ir ao governo federal cobrar atitudes emergenciais, atitudes imediatas.

É por isso que torço, independente, deputado Rosemberg Pinto, de política. Sei que a população de Buerarema está sofrendo. Sei que a população do Sul da Bahia está sofrendo, e o que peço agora é que o governo do Estado se mobilize, dê celeridade às atitudes para que a população de Buerarema não sofra. A isso quero me juntar ao deputado Leur Lomanto Junior, ao deputado Bruno Reis, ao deputado Sandro Régis, a todos os deputados aqui presentes.

Estaremos aqui. Enquanto houver força, enquanto houver voz, estaremos aqui discutindo projetos, discutindo no Parlamento. Esperamos que vocês da Bancada do Governo também venham para essa discussão. Aqui, deputado, é uma discussão só de um lado. O outro lado não se pronuncia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, meu querido amigo João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o meu pronunciamento e encaminhamento é pela votação contrária à aprovação das contas do Executivo estadual.

Pelo exame que fizemos das contas, não há o que se apontar se é malversação, não há indícios disso. Mas, aprovamos ou desaprovamos contas não apenas pela malversação. Há nas contas claras evidências de que não houve responsabilidade na gestão fiscal do Estado, e isso é motivo de reprovação de contas.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores Deputados, há um orador na tribuna. Faço um apelo a V.Ex^{as} Meu querido deputado Luiz Augusto, meu irmão, vamos ouvir o nobre deputado João Carlos Bacelar, por favor.

Nós tivemos, deputado Luiz Augusto, dois graves problemas nessas contas. Um, a anulação de despesas da ordem de 250 milhões, despesas empenhadas e liquidadas, e em dois dias, dias 30 e 31 de dezembro de 2008, essas despesas foram simplesmente anuladas. Não há um precedente sequer na história da administração pública.

Duzentos e cinquenta milhões! Só da Secretaria de Segurança, 85 milhões; da Secretaria de Infraestrutura, 72 milhões, e da Secretaria de Saúde, 60 milhões.

Outro motivo para desaprovação das contas é a baixa execução de diversos programas finalísticos do governo do Estado. Infraestrutura para aceleração do crescimento do turismo, apenas 0,07% executados; interiorização e regionalização do turismo, 3,27%; urbanização e desenvolvimento integrado em áreas carentes, 9,34%; gestão de compras públicas, logística, 15,1%; logística de transportes e infraestrutura, um assunto que interessa ao deputado Luiz Augusto, 22%. Enfim, essa baixa execução dos programas finalísticos de governo, abaixo de 30%, caracteriza, no dizer do conselheiro Pedro Lino, que no mínimo é insuficiente para merecer o conceito de gestão pública responsável, ao menos conforme o conteúdo jurídico dado pela Lei Complementar nº 101.

Então, Sr. Presidente, não estamos aqui apontando desvios, nem malversação, mas estou dizendo que não houve responsabilidade fiscal. Segundo o conselheiro Lino, esses indícios, essa maneira de gerir as receitas do Estado é uma maneira, do ponto de vista da administração pública, irresponsável. Por isso, não merece desta Casa a aprovação das contas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CORONEL GILBERTO SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que a sessão está bastante aquecida, porque o sono de todos já passou. Já podemos continuar, com certeza, com mais votações.

Peço, Sr. Presidente, que seja dado o mesmo tratamento dado ao Líder da Situação, ou seja, a preferência de votação. O presidente sempre diz que nós, deputados, somos iguais nesta Casa. Sendo assim, gostaria que nos fosse dado o tratamento idêntico ao que foi dado ao Líder do Governo desta Casa.

Queremos parabenizar o deputado Euclides Fernandes pela sua coragem e disposição em apresentar essa PEC do orçamento impositivo. Isso é de grande importância não só para o nosso Estado, mas também para os deputados desta Casa. Isso significa uma independência que todos os deputados teremos para não ficarmos submissos às decisões e às pequenas migalhas que o governo queira ceder para um ou para outro.

O orçamento impositivo permitirá que todos os deputados tenham um tratamento igualitário. Poderemos atender não o nosso amigo ou o nosso irmão, mas a comunidade baiana que está, muitas vezes, no interior esquecida pelo governo.

Sempre digo que o deputado, seja da Oposição ou da Situação, tem o dever de ser o mensageiro da comunidade baiana. Por essa razão, nós ouvimos o clamor daquela comunidade e encaminhamos a quem de direito, ao governo ou ao secretário, para que adote as providências de modo a atender à solicitação daquela comunidade. Mas, quando se trata de deputado da Oposição, o tratamento é diferenciado e não obtemos uma resposta sequer quando fazemos qualquer reivindicação das comunidades do interior que não têm acesso ao governo. O deputado é o porta-voz da comunidade para com o governo, e esse intercâmbio, essa interligação é interrompida, porque o governo não permite que o deputado da Oposição faça esse elo de ligação entre a comunidade baiana com o Poder Executivo.

O deputado Euclides Fernandes está de parabéns por essa medida. Espero que todos os deputados tenham a coragem de votar favoravelmente a essa PEC, porque, com certeza, isso permitirá que os deputados possam atender as comunidades e ajudar o governo no seu dia a dia, na sua execução, na sua missão.

Com relação aos índios, assunto que o deputado Pedro Tavares começou a falar, eu gostaria que os deputados fossem em Pau Brasil para ver a calamidade que se encontra aquela região. São 56 mil hectares de terra, onde produziam carne, leite e alimentos, gerava emprego, receitas e hoje está improdutivo, não traz nenhum resultado para aquela comunidade.

Em Pau Brasil há várias casas comerciais fechando; em Itaju está mais grave, tem um bairro que, assim dizem os índios, querem tomar metade da cidade, porque acham que a cidade pertence a eles, onde existem prédios residenciais e comerciais, eles querem levar uma banda de Itaju do Colônia; tem Jacareci e Palmira, que são

distritos de Camacã, que estão parados, porque as pessoas que trabalharam no passado para alguns empresários ou proprietários, hoje estão desempregados, o dinheiro deixou de circular naquela região e os índios não produzem nada, não geram emprego, não levam nenhum benefício para aquele povo, e lá está uma calamidade.

Acreditamos que vai acontecer o mesmo em Pau Brasil se o governo do Estado não tomar medidas, se ficar omissos. O deputado Luiz Augusto tem razão, a terra não é do índio e, até que prove o contrário, é dever do Estado defender aquele povo para se manterem em suas terras, assegurando o direito de permanecerem ali. Por essa razão lá se encontra a força nacional e a Polícia Federal dando apoio aos prováveis índios e expulsando os proprietários das suas terras que geram emprego, renda e que vivem daquela área.

Gostaríamos que os deputados se sensibilizassem e olhassem a Bahia com bons olhos, de uma forma que ajude o nosso crescimento, porque aqui há omissão de muitos deputados e fico triste quando vejo se acomodarem e não quererem discutir assuntos que interessam à Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das galerias Paulo Jackson, Srs. da Imprensa, quero aqui primeiramente parabenizar os meus colegas da Bancada de Oposição, que hoje mostraram ao deputado Zé Neto que o grito dele não amedronta nem afugenta todos nós. Podemos ser 10, 15 ou 16, mas temos vergonha na cara. Não é com ameaça nem com grito ou esporro que os deputados de Oposição vão deixar de exercer o seu papel.

Aqui nós estamos e vamos levar até a hora em que a Bancada do Governo quiser. Estamos preparados para o embate, seja para 6 horas, para 11 horas ou para meio-dia. Não é resistência, é questão de respeito. Enquanto o Líder do Governo não tratar a Oposição com respeito, não conversar e não abrir o diálogo o jogo vai ser assim, deputado Ronaldo Carletto, porque o líder pode dar grito, dar chilique nos deputados dele, mas nos de Oposição, não. Nós não temos obrigação de escutar as piadinhas, as ofensas e a falta de respeito do deputado Zé Neto. Não temos essa obrigação e vamos levar até o final, deputado Bruno Reis, para mostrar ao deputado Zé Neto que não é com gritos que ele vai enfrentar a Oposição. Tentamos fazer a discussão e o diálogo a noite toda...

O Sr. Zé Neto: - É mentira.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Respeite-me! Não há nenhuma mentirosa aqui. Se existe um mentiroso, aqui, é V.Ex^a. Respeite-me!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado Sandro Régis, por favor.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Respeite-me!

Olhem aí, como é que quer acordo conosco? É assim que ele trata os deputados

de Oposição, chamando de mentiroso, ameaçando. Ele não respeita ninguém. Pensa que nós somos da sua bancada.

Deputado Marcelo Nilo, a Bancada de Oposição irá até o limite. Vamos mostrar ao Líder do Governo que os deputados de Oposição têm vergonha na cara. Vamos para o embate até a hora que o governo quiser.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, o que falta ao Líder do Governo é procedimento, postura. O deputado Sandro Régis discursava e ele falava que o deputado estava mentindo, era mentiroso.

O nobre deputado João Carlos Bacelar discursava, com o relatório do Tribunal de Contas nas mãos, lendo dados oficiais que constam das contas que V.Ex^{as} vão votar sem sequer fazer uma leitura. O deputado esclarecia para V.Ex^{as} o que seria votado, para V.Ex^{as} ficarem como lagartixas, balançando a cabeça e dizendo amém. A base do Governo está aqui só para dizer amém e votar de acordo com as ordens do governador. O governador mandou, tem que votar, e tem que votar debaixo do chicote, como se fossem capachos. Se não votar, hoje, serão repreendidos, tomarão esporro do Líder do Governo, César Lisboa, amanhã, irá interpelar.

Os dados que V.Ex^a, deputado Zé Neto, queria saber a origem, não são da Rádio Peão, não. São dados oficiais. Dos itens desse orçamento de 2008, sequer 30% foram executados: Prodetur 14%, serviços turísticos 13%, urbanização e desenvolvimento integrado em áreas carente 9%, restauração e manutenção de rodovias (Premar) 4%, interiorização e regionalização do turismo 3%. É um governo incompetente e inoperante, que não consegue sequer aplicar os recursos orçados para o ano de 2008. Hoje, não. Os recursos já se esgotaram, quebraram o Estado. Mas em 2008 havia esses recursos orçados, liquidados, mas só foram executados menos de 30% na maioria dos casos.

Essas contas que estão sob apreciação de todos nós é uma verdadeira aberração. Empenhos liquidados e restos a pagar cancelados, para quê? Para maquiagem.

Em 2008 começou o rombo, foram cancelados mais de R\$ 300 milhões de empenhos e de restos a pagar. De 2008 virou uma bola de neve, 2009, 2010, 2011 e 2012. A Oposição avisava que recursos do caixa único do Estado estavam sendo desviados para pagar despesas correntes.

Eu me lembro de uma vez, quando o secretário da Fazenda aqui esteve dizendo que as finanças do Estado iam de vento em popa. O nobre deputado Carlos Geilson fez uma comparação entre o mundo real e o mundo virtual em que vivia o secretário. Efetivamente, quando se analisavam os dados como os investimentos em educação e em saúde diminuindo, a publicidade estava aumentando.

Então, algo estava errado. Iria se chegar a um momento em que a corda iria quebrar, nobre deputado J. Carlos, com a criação de tantos cargos, tantos REDAs,

tantos PSTs, tantas secretarias. Quando você cria isso, vêm acoplado prédios alugados para funcionar secretarias, locação de veículos, diárias, gratificações dos servidores, despesas com luz e com telefone.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- Agora, tem de cortar tudo: luz, telefone, reduzir o horário do expediente, contingenciar. Passou a reduzir 300 milhões. E o rombo é de 2,6 bilhões. Quero ver, nobre deputado Alan Sanches, que mágica será feita para se fechar essas contas. Isso, eu quero ver.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- E, em relação a 2012, quero ver como Wagner fará para fechar as suas? Que mágica será feita, nobre presidente?!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente e deputado Marcelo Nilo, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero, neste momento, parabenizar esta Bancada de Oposição que, hoje, faz um belíssimo trabalho aqui nesta Casa. Gostaria, Sr^{as} e Srs. Deputados, de dizer que estou muito preocupado, porque o Líder do Governo, deputado Zé Neto, parece-me que insiste em colocar ainda alguns projetos para serem votados ainda hoje. A minha preocupação vem justamente porque, na quinta-feira, melhor, amanhã, deputada Luiza Maia, teremos a Assembleia Itinerante no município de Camaçari.

Mas se o Líder de V.Ex^a insistir em colocar mais projetos, tenho dúvida de que esta Bancada de Oposição, firme e coerente, conseguirá chegar amanhã até Camaçari, porque, pelo visto, vamos continuar aqui ainda por muitas e muitas horas. Imagino que V.Ex^a deve ter preparado, lá, uma grande festa para receber a Assembleia Itinerante. Imagino eu que V.Ex^a, deputada Luiza Maia, deve ter preparado uma grande festa para, amanhã, quinta-feira, na cidade de Camaçari.

Eu gostaria de aproveitar para parabenizar o deputado Marcelo Nilo por esta iniciativa. A criação da Assembleia Itinerante aproxima o Parlamento da população.

Agora, gostaria de dizer a V.Ex^a que, há alguns meses, tivemos a Assembleia Itinerante na cidade de Juazeiro. A população ansiosa recebeu todos os parlamentares e, realmente, entendia que, a partir daquelas discussões feitas na Assembleia Itinerante, as coisas iriam acontecer.

De fato, até o dia daquela Assembleia Itinerante, o governo do PT não tinha mostrado nenhuma ação efetiva que viesse a melhorar a vida das pessoas que moram naquela região. A Assembleia Legislativa foi até à cidade de Juazeiro. Lá, vários e vários deputado discutiram. A população, sem sombra de dúvida, ficou cheia de esperanças de que as coisas pudessem vir a acontecer. E, lá, foi cobrada a adutora do município de Jaguarari. Infelizmente, a deputada Fátima Nunes não se encontra aqui, ela que é uma representante e aliada do prefeito daquele município, que também é do PT, deputado Cacá Leão, V.Ex^a, que presta muita atenção ao meu pronunciamento.

Houve também naquela Assembleia Itinerante a questão do município de

Sobradinho, aonde o secretário Jorge Solla tinha ido e prometido que sairia em menos de 6 meses uma maternidade. Infelizmente, o secretário Jorge Solla faltou com a palavra e até hoje, deputado Bruno Reis, não nascem filhos do município de Sobradinho porque lá não existe nenhuma maternidade, e aí, eu gostaria de dizer a V.Ex^{as} que maternidade de verdade e que dá orgulho aos baianos é, deputado Sandro Régis, a maternidade do município de Mata de São João.

Maternidade de primeiro mundo, que eu tive a oportunidade de visitar e conhecer de perto, pude observar que foi feita realmente nos mínimos detalhes, televisão de plasma, cama com quatro posições.

Quando um prefeito se compromete a cuidar da população que na sua cidade vive, faz as coisas com empenho, com cuidado, e as coisas acabam acontecendo.

Saímos da Assembleia Itinerante com a sensação de que a estrada que liga Juazeiro a Sento Sé iria sair, e também não aconteceu nem temos sinalização de que irá acontecer.

O governo licitou e anunciou que iria consertar 40 quilômetros da estrada. São 120 quilômetros a distância do município de Juazeiro até Sento Sé, que são feitos, deputado Pedro Tavares em mais ou menos 4 horas de relógio.

É o verdadeiro fim do mundo, o deputado Paulo Rangel conhece bem a realidade daquela região e sabe o tamanho da expectativa que foi gerada nas pessoas que lá vivem, com a visita da Assembleia Itinerante.

Até hoje, deputado Bruno Reis, não chegou nada, e as pessoas continuam a esperar. Hoje, nas discussões que tivemos aqui, pudemos acompanhar e observar a inversão de valores do governo do PT. Ao invés de estar atendendo às expectativas da população, ao invés de estar realizando as obras que venham a atender às expectativas da população, vem empregando mal os nossos recursos, vem empregando mal os recursos do Estado da Bahia, como bem disse aqui, anteriormente, o deputado Sandro Régis. Foram R\$ 14 bilhões e poderiam, sim, deputado Sandro Régis, ser R\$ 50 bilhões ou quem sabe até mais, porque o nosso problema não foi a falta de dinheiro porque o dinheiro chegou, e a prova é que o governo foi capaz de tomar emprestados R\$ 14 bilhões.

O problema não foi a falta de dinheiro, e sim de gestão. E aí vem uma preocupação. Pelo que me parece, o governo tem uma pretensão ainda de adquirir novos empréstimos, e o Estado, se tiver capacidade de se endividar, usará toda toda a sua capacidade e o dinheiro vai descer pelo ralo.

Então, fico aqui com a preocupação, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a, que tem um carinho especial pela cidade de Camaçari, que é o mesmo carinho que eu tenho pelo Norte do Estado da Bahia e pela cidade de Juazeiro, especificamente.

V.Ex^a, que estará, juntamente com todos os deputados e com a Assembleia Itinerante, no município de Camaçari, pode ter certeza, sobre as obras que não chegaram até Camaçari e que a população que apostou no governo do PT esperou: o povo vai ficar com a expectativa de que depois da chegada da Assembleia Itinerante lá, as coisas vão passar a acontecer, e depois de um tempo a população irá perceber que não adianta dar prazo, não adianta dar recurso, não adianta dar o voto de

confiança à atual gestão porque as coisas não acontecem, as coisas não saem do papel porque falta capacidade técnica, falta talvez empenho.

Fico com a triste sensação e também com a esperança, a esperança que toma conta da maioria dos baianos. A esperança de que em 2014 as coisas voltem a acontecer no Estado da Bahia e para que elas possam voltar a acontecer vai ser necessário que essa Oposição continue aqui fazendo esse trabalho brilhante que dá esta demonstração na noite de hoje, na madrugada e posso dizer, no dia de hoje porque já estamos às 6:30 desta quarta-feira e eu observo que os deputados da Oposição continuam com a mesma disposição para debater e discutir todos os projetos que o Líder Zé Neto entender que forem necessários ser discutidos agora na manhã desta quarta-feira.

Queria parabenizar o deputado Pedro Tavares que subiu nesta tribuna algumas vezes. Confesso a V.Ex^a que gostaria de vê-lo aqui mais vezes, como também o nosso Coronel Gilberto Santana. Eles fizeram discursos que merecem ser repetidos em outras ocasiões. Agradeço a oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento. Em votação. Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Queria lembrar aos nobres deputados que essas contas de 2008 foram as contas em que na primeira vez na história da Bahia, um Conselheiro pede a sua rejeição. O relator votou pela rejeição. Lembrar a todos vocês que essa conta é aquela famigerada conta e que foram anulados os empenhos após a liquidação da despesa. O valor de empenhos cancelados foram da ordem de R\$251.701,171,74. Portanto, mais de R\$250 milhões nobre deputado Carlos Brasileiro. São essas contas que a despesa do REDA chegaram a R\$352.655 portanto, um aumento se comparado ao exercício de 2006 de mais de R\$100.milhões nobre presidente. O famoso REDA que sempre foi criticado por todos vocês. São essas mesmas contas que os programas finalistas do governo em execução sequer chegaram a 30%. relatei agora a pouco. Muitos deles que nem sequer foi gasto 30%. São essas contas de 2008 que após 5 anos estão sendo apreciadas. Que mistério é esse ? O que tem de escabroso nessas contas que demoraram 5 anos para serem apreciadas? Será que era para que, com a grande renovação que houvesse nesta Casa, deputados aguerridos do passado que denunciaram as graves irregularidades existentes nelas não puderam estar aqui para votar? Ou que a imprensa esquecesse da ampla repercussão que deu quando do cancelamento dos empenhos e de diversas outras irregularidades. Portanto. Sr. Presidente essas contas ao serem analisadas de forma minuciosas por todos os deputados não merecem a sua aprovação até porque é a partir de 2008 que inicia-se um processo desenfreado de descontrole efetivo sobre as finanças e sobre os gastos públicos que levaram o Estado à situação em que se encontra, uma situação de derrocada, com mais de dois bilhões e 600 milhões de reais de rombo. Desde de 2008, a Oposição denunciava que caso o governo do Estado não mudasse os rumos da política financeira, não procurasse o caminho da austeridade, das boas práticas na

aplicação dos recursos público, ele iria chegar, ao final do seu governo, como uma verdadeira massa falida.

É por isso, Sr. Presidente, que se faz necessário, neste momento, que venham aqui para o plenário todos os deputados que possam votar de forma livre, apesar de serem deputados que compõem a base do governo, mas que deixe neste momento prevalecer o espírito público, que possam estar aqui, como nós estamos, às 6 e meia da manhã, depois de mais de 18 horas de discussão, para apreciar essas contas. É por isso que se faz necessário, neste plenário, a presença do quórum de votação.

É por isso, Sr. Presidente, que eu gostaria que V.Ex^a realizasse uma verificação de quórum de votação para que esta matéria possa ser apreciada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja dado o tempo regulamentar para que os Srs. Deputados se desloquem para o plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Solicito que zerem o painel e marquem 25 minutos.

Srs. Deputados que estejam no cafezinho ou em outros recintos da Casa há um pedido de verificação de quórum de votação para as contas do governo do Estado, referentes ao exercício de 2008. Os Srs. Deputados que queiram votar marquem suas presenças. (Pausa) Estão no plenário 26 Srs. Deputados. Há quórum de votação.

Retorne o painel.

Como recomenda que sua Bancada vote, deputado Bruno Reis, “sim”, “não” ou abstenção?

O Sr. Bruno Reis:- Recomendo “não”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Bruno Reis recomenda “não” a sua Bancada.

Como recomenda sua Bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Deputado Zé Neto:- “Sim”, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quiser votar a favor das contas do governador, a votação é secreta, vota “sim”. O deputado Zé Neto está recomendando “sim”.

Quem quiser votar contra as contas do governador, recomendado pelo nobre Líder deputado Bruno Reis, vota “não”.

Em votação.

Estão faltando votar os deputados Adolfo Menezes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Maria del Carmen, Mário Negromonte Júnior, Paulo Azi, deputado Reinaldo Braga Deputado Roberto Carlos, Deputado Temóteo Brito, deputado Targino Machado, deputado Ronaldo Carletto, deputado Capitão Tadeu, deputado Carlos Geilson, deputado Delegado Deraldo Damasceno. Vou encerrar a votação.

Vou chamar mais uma vez.

(O Sr. Presidente faz novamente a chamada nominal dos deputados para a votação.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Vou chamar pela última vez.

(O Sr. Presidente repete os nomes dos Srs. Deputados para a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação. (Pausa.) Encerrada a votação. Resultado: Aprovadas as contas do governador. 41: sim (palmas.) e não: 7.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Só um segundinho, darei depois, deputado.

Próxima votação. A Presidência decide, usando o bom senso, colocar, tendo em vista que está aqui há 4 anos o Projeto de Lei de Decreto Legislativo 2497/2009, de procedência da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle que aprova as contas do Poder Legislativo da Bahia e dá outras providências.

A Presidência tendo em vista que todos que estão aqui na ordem do dia e no mesmo patamar, decide por isso.

Questão de ordem do meu querido amigo, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis: - Recordo-me, Sr. Presidente, das palavras de V.Ex^a quando do início desta sessão. O nobre deputado Gaban pediu que V.Ex^a, no início da sessão, lesse a ordem do dia.

(Alguns Srs. Deputados estão se retirando do Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo): -Gostaria de que os Srs. Deputados não saíssem porque tenho uma decisão importante que vou tomar aqui agora .

O Sr. Bruno Reis: - V.Ex^a procedeu essa leitura e a ordem dos projetos apreciados foi modificado. Concluída a votação do projeto referente à educação o nobre Líder do Governo entrou como requerimento, faculdade essa que tem qualquer deputado, solicitando prioridade para o projeto que acabamos de apreciar: as contas de 2008 do governador.

V.Ex^a ao deferir o requerimento do nobre Líder Zé Neto, inclusive submetendo ao Plenário, então não foi uma decisão de V.Ex^a por estarem todos na ordem do dia, V.Ex^a sob a apreciação do Plenário o requerimento, utilizou como argumento, inclusive fazendo uma analogia ao que é utilizado pelos advogados, por exemplo, no TRE, V.Ex^a disse que qualquer advogado podia chegar lá e pedir preferência para a apreciação de determinado processo.

Então qualquer deputado poderia pedir apreciação de determinado projeto, invocando inclusive o art. 113 e seus dispositivos, V.Ex^a deferiu o pleito do deputado Zé Neto. Elmar, irresignado com a sua decisão, porque a nosso ver rasga o Regimento Interno desta Casa, porque a Ordem do Dia já havia sido anunciada, conforme diz o art. 113, então esse era o momento específico que caberia ao Líder Zé Neto ter pedido a inversão da pauta, V. Ex^a, utilizando das prerrogativas que tem como presidente, resolveu deferir o registro dele, mesmo desrespeitando o Regimento.

O nobre Líder Elmar Nascimento, o nobre Líder Paulo Azi, o deputado Gaban,

todos foram à tribuna cobrar de V. Ex^a apenas uma coisa: coerência. Que fosse adotado a partir deste momento o mesmo critério. E é o que peço, apelo para o bom senso, peço, acima de tudo, que deixe o grande espírito que V. Ex^a tem e que decida à luz do nosso Regimento e à luz dos precedentes que esta Casa está, a partir deste momento, adotando. Julga dois casos idênticos de maneira diferente. O que estou pedindo a V. Ex^a, e o nobre Líder Gaban pediu a V. Ex^a no requerimento que está sobre a Mesa de V. Ex^a, é que V. Ex^a leia nosso requerimento e coloque, caso indefira, à apreciação do Plenário.

Então estou aqui pedindo a V. Ex^a que defira o nosso requerimento dando prioridade. Na impossibilidade, caso V. Ex^a negue o nosso pedido, que coloque sob apreciação do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, tenho apreço muito grande por V. Ex^a. Mas o requerimento de V. Ex^a está equivocado, está escrito aqui “Deputado Elmar Nascimento- Líder da Oposição”, e assinado por V. Ex^a. Não pode.

O Sr. Bruno Reis: - Líder em exercício...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a tinha que botar “em exercício”... Mesmo assim, vou colocar.

(O deputado Bruno Reis fala fora do microfone- inaudível.)

O Sr. Leur Lomanto: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, Srs. Deputados... deputado, deputado...

Deputado Leur, só um segundinho.

Eu estou dizendo que o requerimento está equivocado. Quando se assina “deputado Elmar Nascimento”, só ele pode assinar. Se ele colocasse “por” ou “Líder da Oposição em exercício”, tudo bem, mas ele não colocou. Está errado. Mas, pelo apreço que tenho por V. Ex^a e pelo apreço e respeito que tenho pela Oposição, eu vou deferir a questão de ordem de V. Ex^a e vou levar para o Plenário. A minha decisão vou submeter ao Plenário como submeti anteriormente. Minha decisão, respeitando a decisão do Plenário, para manter minha coerência, a Presidência decide que deve ser as contas do governador.

Mas respeito e defiro a questão de ordem de V. Ex^a e vou submeter ao Plenário. O Plenário é que vai decidir se vai ser as contas do governador ou o requerimento do deputado Elmar Nascimento assinado pelo deputado Bruno Reis que (Lê) “Ilmo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, requeiro nos termos do art.113 e demais dispositivos do Regimento Interno, **PREFERÊNCIA PARA VOTAÇÃO** do Projeto de Lei nº 19.006/2010 de autoria do Ministério Público do Estado da Bahia, que “Dispõe sobre a indenização por acúmulo de atribuições dos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2013.”

Em votação.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem , Sr. Presidente.

O Sr. Bruno Reis: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Espera aí, só vou conceder uma. Está em votação, só posso conceder uma. Só uma! Está em votação para pedir verificação de quórum, é a única coisa que pode.

Questão de ordem do meu querido amigo deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, primeiro, gostaria de discordar de V. Ex^a pelo indeferimento do requerimento apresentado pelo deputado Gaban. Mas, de antemão, gostaria de parabenizar por estar submetendo esta decisão ao Plenário. Espero que esta seja a partir de agora em diante a praxe das decisões tomadas por essa Presidência.

Solicito de V. Ex^a, aproveitando o tempo de 4min30seg. para fazer a verificação de quórum de votação para apreciação do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está no quórum de votação. Zerem o painel. Ele tem direito. Quórum de votação. A decisão é a seguinte: Primeiro, vamos dar quórum para votação, marquem as presenças. Estão faltando os deputados Adolfo Menezes, deputado Adolfo Viana, deputado Ângelo Coronel, deputado Augusto Castro.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Tadeu, deputado Carlos Geilson.

Tem *quorum*.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a decisão do presidente permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovada contra os votos do deputado Leur, deputado João Carlos Bacelar, deputado Adolfo, deputado Bruno, deputado Sandro, deputado Cel. Santana, deputado Pedro, deputado Leur.

Foi aprovado o requerimento, portanto, está na Ordem do dia.

Tendo em vista de que não há nenhum orador inscrito para discutir, está encerrada a discussão. Já coloquei em votação. Está encerrada a discussão.

(Os Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Bruno Reis:- Temos outro requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não tem.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Nenhum deputado se inscreveu. Está encerrada a discussão, nenhum deputado se inscreveu.

Para encaminhar. Nenhum deputado quer encaminhar. Encerrado o encaminhamento.

Questão de ordem do meu querido amigo, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, tenho aqui em mãos um requerimento a V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, já estamos em votação, requerimento para prioridade, já estamos em votação. Permita-me, já está em processo de votação.

O Sr. Sandro Régis:- Eu pedi a questão de ordem antes de V. Ex^a anunciar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quando V.Ex^a pediu, já estava em votação. Para discutir não tem a menor condição, para encaminhar tem. Já está encerrada a discussão, ninguém discuti e discussão se inscreve no livro.

O Sr. Sandro Régis:- Não é discutir, presidente.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Discussão se inscreve no livro, me perdoe, pode apresentar o requerimento, mas só depois que votar, nobre deputado, me perdoe.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é questão de golpe. A discussão é feita com inscrição no livro. Podem bater palmas. Ele pode pedir 200 vezes. Eu disse em votação, não tinha ninguém. Vou colocar para encaminhar. Algum deputado quer encaminhar? Nenhum deputado. Encerrado o encaminhamento.

Em votação as contas de S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, nº 2.497/2013 de procedência da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.497/2013

Aprova as Contas do Poder Legislativo do Estado da Bahia do exercício de 2009.

A Assembléia Legislativa

Decreta:

Art. 1º – Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2008.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 14 de junho de 2013.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Em votação.

(Tumulto no Plenário.)

O Sr. Sandro Régis:- Eu pedi a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, você pode pedir 200 vezes, mas ninguém se inscreveu aqui.

O Sr. Bruno Reis:- Temos uma série de requerimentos para apresentar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Requerimento já foi matéria vencida. Vocês não se inscreveram, companheiros.

O Sr. Bruno Reis:- Foi pedido questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem só tem direito a uma,

já estava em votação.

Srs. Deputados, tendo em vista que é *quorum* qualificado, é votação secreta, quem quiser votar, vou zerar o painel, marcar 25 minutos, não tem problema nenhum.

Quando eu tomo decisão a favor da Oposição, sou aplaudido. Quando eu tomo decisão a favor da Base do Governo, sou criticado. Paciência.

Quorum de votação, quem quiser marquem as presenças.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo, Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, só para lembrar V.Ex^a. Peço a atenção de V.Ex^a. Quando pedi verificação de *quorum* de votação, em seguida quatro parlamentares pediram verificação de *quorum*. V.Ex^a me deu a questão de ordem, logo em seguida o deputado Sandro Régis pediu uma verificação de *quorum* e V.Ex^a não acatou a verificação de *quorum* e havia 04 questões de ordem. O que venho fazer o questionamento a V.Ex^a é que estou aqui neste Parlamento há pouco mais de 06 anos, a única coisa que a Oposição tem nesta Casa é o poder de discussão e poder de voz. V.Ex^a quer cassar a voz do parlamentar.

O que estamos fazendo aqui é uma obstrução legítima. É a única coisa que o parlamentar de Oposição tem para fazer, é a discussão do projeto, presidente Marcelo Nilo, se V.Ex^a tivesse acatado a questão de ordem os parlamentares já estavam se dirigindo para fazer a assinatura para discutir, presidente. Nunca vi aqui. Eu estou há mais de 06 anos aqui neste Parlamento, nós temos 7 deputados para discursar, são 7 parlamentares que queriam usar o direito de discursar e V.Ex^a está tolhendo os parlamentares de Oposição de fazer o seu trabalho de forma legítima, direita, correta, que é o que estamos fazendo nesta noite.

Peço a V.Ex^a que reveja essa decisão porque vai ficar marcado negativamente na história do presidente Marcelo Nilo. Nós somos parlamentares e estamos fazendo o nosso trabalho de Oposição. 7 Srs. Parlamentares estavam se dirigindo para fazer as inscrições para fazer a discussão da matéria e V.Ex^a, de forma rápida, numa manobra para tolher e cassar a voz dos parlamentares de Oposição e peço a paciência de V.Ex^a para que não faça isso e deixes os parlamentares fazer uso da palavra e obstrução.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Leur Lomanto, tenho o maior apreço e respeito pela Oposição. Ninguém nesta Casa foi mais flexível e compreensivo com a Oposição, ninguém na história deste parlamento.

Eu disse e está registrado nos Anais da Casa: são quatro e eu vou conceder a um, que era uma questão de ordem de quórum de votação. O requerimento já era assunto encerrado, já era matéria vencida...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo que o presidente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a falaram, eu gostaria, pelo menos, de que deixassem o presidente falar.

Quando o deputado Bruno Reis apresentou um requerimento eu coloquei em votação. Enquanto não se resolvesse aquele assunto estava encerrado. A matéria foi decidida pelo Plenário e eu disse: a partir de agora a decisão do presidente é manter o

projeto de lei das contas do governador 2009, e perguntei a Carlos, da mesa – tem algum deputado inscrito para discutir? Não. Não tem outra saída, deputado, com todo respeito.

Já há quórum, volta o painel. O voto é secreto.

Como recomenda a sua Bancada, deputado Zé Neto?

O Sr. Zé Neto: Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Bancada de Oposição não quer recomendar a Bancada. Então, o deputado Zé Neto recomenda sim. Em votação. A votação é secreta.(pausa)

Estão faltando votar os deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Ângela Souza, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Gaban, Graça Pimenta, Hebert Barbosa, João Carlos Bacelar, Leur Lomanto, Luciano Simões, Mário Negromonte Júnior, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Sandro Régis, Targino Machado, Temóteo Brito.

Vou encerrar a votação. Resultado: aprovada as contas do governador. Sim, 37 e não 01.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aprovadas as contas do governador. Resultado: sim, 37; não, 1.

Próximo projeto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, é o projeto dos professores, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, dos professores.

O Sr. Zé Neto:- Tinha um acordo para a dispensa de formalidades. Como fica aquilo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi desconsiderado, porque ele rasgou, eu não posso fazer nada.

Projeto de Lei nº 20.425/2013, de procedência do Poder Executivo, o qual institui a gratificação por qualificação Profissional Técnica para os servidores públicos estaduais efetivos, pertencentes às carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, lotados na Secretaria da Educação e em exercício na Rede Estadual de Ensino, na forma que indica.

Falta o parecer das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.425/2013, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Institui a Gratificação por Qualificação Profissional Técnica para os servidores públicos estaduais efetivos, pertencentes às carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, lotados na Secretaria da Educação e em exercício na Rede Estadual de Ensino, na forma que*

indica.'

O projeto que ora venho relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão Plenária, enviado à Assembleia Legislativa pelo Chefe do Poder Executivo, destina-se a criar a Gratificação por Qualificação Profissional Técnica, 'específica para os servidores pertencentes às carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo, do Grupo Ocupacional Técnico-Administrativo, que estejam lotados na Secretaria da Educação e em exercício na Rede Estadual de Ensino, considerando a realização de curso de formação profissional técnica em nível médio promovida pelo Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - PROFUNCIONÁRIO', segundo registra a Mensagem Governamental que acompanha a proposição, na qual ressalta ainda o Sr. Governador que com a medida 'o Governo do Estado ratifica a sua política de valorização dos seus servidores, além de estimular os servidores ocupantes das carreiras de Auxiliar Administrativo e Técnico Administrativo a se qualificarem e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do serviço prestado pelo Estado da Bahia.'

A proposta, ainda segundo a Mensagem, produzirá um acréscimo de despesa da ordem de R\$211.511,00 em 2013 e R\$609.151,00 em 2014.

Trata-se, portanto, de mais uma medida do Governo do Estado destinada à valorização dos servidores dos seus quadros técnico e administrativo, estimulando-os a buscarem uma melhor qualificação para, em consequência, a prestação de um serviço de melhor qualidade à população.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j."

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o parecer do relator, com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, desculpe, eu não vi. Pela ordem, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, quero deixar registrado que esta manhã entrou para a história da sua biografia. Você manchou a sua biografia com a posição adotada por V.Ex^a, impedindo o direito nosso conquistado nas ruas dado pelo povo da Bahia, que é discutir projetos e propostas nesta Casa. Havia pedidos, Sr. Presidente, de 3 verificações de quórum solicitadas pelos deputados Sandro Régis, João Carlos Bacelar e Cel. Santana. Todos tinham requerimentos para serem remetidos à Mesa. E V.Ex^a, de forma autoritária, de forma tirana, rasgando, como fez, na decisão dada anteriormente, o Regimento, porque V.Ex^a julgou aqui nesta madrugada e manhã, dois critérios diferentes para o mesmo caso. Adotou a decisão de uma forma para um pedido e para outro semelhante, adotou outra decisão.

Não satisfeito com essa postura de V.Ex^a, resolve cercear o direito de questão de ordem que teríamos para apresentar diversos requerimentos, antes de iniciarmos a discussão das contas do Executivo de 2009. Será que não devemos debater as contas, e discutir as contas de 2009? Está aí, foi aprovada sem o apoio e sem a participação da Oposição, Sr. Presidente.

Não tem legitimidade a aprovação dessas contas. Não conta com respaldo, com a discussão. Se vai ser esta a lógica estabelecida daqui para a frente, é bom que fique muito claro, porque por parte da Oposição, não vai contar com a nossa boa vontade. Existem deputados da base do governo insatisfeitos com o procedimento que está sendo adotado por V.Ex^a.

Nós vamos questionar a legalidade dessa votação, vamos requisitar as notas taquigráficas e vamos recorrer. Só nos resta a justiça para impedir que o ato autoritário de V.Ex^a prevaleça. V.Ex^a que se diz democrático e republicano, deveria avaliar a sua decisão. Sei que você tem seus compromissos, não quer mais dar continuidade a sessão, mas ficaremos aqui a discutir, como estamos fazendo desde às 2h45min da tarde de ontem.

Isso é um desrespeito à Oposição, Sr. Presidente, que está aqui cumprindo o seu papel de forma limpa, de forma honesta, debatendo. Nós tínhamos vários requerimentos a serem apresentados e V.Ex^a utilizou-se do subterfúgio de impedir que nós usássemos as questões de ordem para que não houvesse a discussão.

Então, Sr. Presidente, já que o senhor resolveu iniciar o processo de votação no âmbito das Comissões, eu gostaria de solicitar de V.Ex^a verificação de quórum no âmbito das Comissões para apreciação do presente projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não está nem em votação, ainda, no âmbito das comissões. Existem dois deputados inscritos, para discutir.

O Sr. Bruno Reis:- Depois da discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, na vida, o importante é a pessoa ter a consciência tranquila. Eu estou com a consciência tranquila de que fiz o correto. Não tenho culpa se nenhum deputado da Oposição se inscreveu. Está em branco. O assunto, deputado Adolfo, já estava encerrado, já estava em discussão.

Coloquei em votação o requerimento. Sei que V.Ex^{as}, deputado Bruno, V.Ex^a falou e eu ouvi pacientemente. Gostaria que, pelo menos, V.Ex^a me ouvisse. Aliás, V.Ex^a me chamou de você. E eu chamo V.Ex^a de V.Ex^a, certo? Eu não perco o respeito por colega algum aqui. Jamais chamei um deputado, principalmente, o presidente da Assembleia de você. Eu chamo de V.Ex^a. Peço que V.Ex^a me ouça pacientemente.

Eu estou com a consciência tranquila. Não existe, nesta história, pelo menos há 23 anos que estou nesta Casa, um presidente que tenha sido flexível e tivesse tanto respeito aos deputados de Oposição. Tenho a minha consciência tranquila. Na semana passada, V.Ex^{as} me aplaudiram pela decisão que tomei, contrariando inclusive o Líder do governo.

Vou repetir para V.Ex^a, o deputado Bruno Reis, salvo engano, encaminhou,

aqui, o requerimento. Mesmo o requerimento equivocado, porque ninguém pode assinar por ninguém, exceto se se colar um “p”. Eu aceitei o requerimento de V.Ex^a, pela deferência que tenho a V.Ex^a. Coloquei em votação a minha decisão, como fiz com o deputado Zé Neto. O deputado Zé Neto apresentou um requerimento de preferência, eu levei para o Plenário decidir.

Nesse caso, tendo em vista que o projeto das contas do governo do Estado estão aqui há 4 anos - como presidente desta Casa, acho que todos os projetos que estão na Ordem do Dia estão no mesmo nível – então decidi colocá-lo.

V.Ex^a pediu a preferência pelo projeto do Ministério Público. Mesmo não estando na relação dos projetos que estavam em tramitação da Ordem do Dia. Inclusive, eu não tenho poder de passar por cima daqueles que estão na Ordem do Dia. Pela deferência que tenho por V.Ex^a, encaminhei para a decisão do Plenário. E disse: “Quem concordar com o presidente Marcelo Nilo, aceite colocar o projeto das contas de S. Ex^a, o governador do Estado.” E o Plenário decidiu. E eu disse anteriormente que haviam quatro oradores pedindo questão de ordem, concederei a um por se tratar do mesmo assunto.

O Sr. Adolfo Viana: - Não era o mesmo!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Era o mesmo assunto!

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tanto era que o deputado Sandro Régis já confirmou que estava com o requerimento. Mesmo que não fosse outro assunto, o assunto primeiro era a decisão sobre qual o projeto que estaria na Ordem do Dia para ser votado. E a decisão nossa, aliás, a decisão do Plenário foi que seria o projeto das contas do governador. Portanto, gostaria de dizer...

O Sr. Bruno Reis: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, darei esse assunto por encerrado. V.Ex^a já falou. Deputado, eu não vou aqui... Não!

O Sr. Bruno Reis: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei. Agora, não ficarei aqui debatendo com V.Ex^a, porque sempre tratei todos com respeito. Todos! Nunca chamei nenhum deputado de você. Nunca na minha vida! E V.Ex^a chamou o presidente da Casa de você. Acho que isso é um desrespeito é um desrespeito, não comigo, mas com esta Casa. V.Ex^a sabe, digo-lhe olhando nos seus olhos que V.Ex^a é um dos deputados de futuro desta Bahia...

O Sr. Bruno Reis:- Deixe eu falar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei. Calma!

(...) Um homem sério, um deputado íntegro, um bom orador, preparado, preparado! Agora, eu não posso ferir o Regimento.

Quero registrar, não gostaria de dizer isso, mas os deputados de Oposição aqui presentes não se inscreveram, eu não posso pegar um deputado e levar para a inscrição. Eu respeito qualquer decisão. Agora, eu não posso também ferir o Regimento. Sei que a Minoria merece respeito, mas a Maioria também merece. Eu não posso ferir o Regimento. O Regimento diz que tem que estar escrito, deputado.

Concederei o aparte primeiro ao deputado Adolfo Viana; depois a V.Ex^a para encerrar esse assunto, porque não vou ficar aqui...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, presidente desta Assembleia Legislativa, deputado por quem tenho muito respeito e admiração, quero deixar registrado que esse respeito que a Oposição tem por V.Ex^a hoje não foi recíproco por parte do presidente da Assembleia Legislativa. Quero deixar a posição do deputado Adolfo Viana: acho que o presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, hoje, faltou com o respeito aos deputados de Oposição da Assembleia do Estado da Bahia. Vínhamos, aqui, fazendo a nossa obstrução, da maneira que nos cabe, e V.Ex^a ... eu que entrei aqui na Assembleia neste mandato, ouvi por diversas vezes V.Ex^a dizer que aqui é a Casa dos iguais. Hoje, V.Ex^a trata a Oposição de maneira diferente.

Quero deixar registrado que no entendimento do deputado Adolfo Viana, V.Ex^a, por quem eu tenho muito respeito, trata, hoje, a Oposição de forma desrespeitosa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu prefiro não ouvi as palavras de V.Ex^a e manter o respeito que tenho por V.Ex^a. Quero só registrar para V.Ex^a que quando seu pai era presidente desta Casa, diga-se de passagem um grande presidente, aconteceu um caso similar. Nós, deputados de Oposição, porque sou o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos na Oposição, portanto tenho respeito pela Oposição porque eu comi sal e comi poeira nessa mesa aí. O presidente Antônio Honorato, lembro-me do debate com o deputado Paulo Jackson, o termo que ele usou na época foi mais ou menos esse: V.Ex^a comeu mosca e esqueceu de se inscrever no livro. E, a partir daquele dia, foi decidido nesta Casa que quem quer discutir, quem quer encaminhar, tem que se inscrever no livro.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luiz Augusto, V.Ex^a está muito exaltado. É bom ter calma. V.Ex^a está muito exaltado.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a não está no seu normal e a Casa está sabendo disso. V.Ex^a, inclusive, não está no seu normal. V.Ex^a não está no seu normal...

(O Sr. Luiz Augusto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (...) e sabe disso! V.Ex^a não está no seu normal e toda esta Casa merece respeito. V.Ex^a está desrespeitando este Poder e eu não posso dizer por quê, mas a Casa sabe. Eu tenho apreço e respeito por V.Ex^a, agora, não vou aceitar que pessoas que estão fora de si, num momento desse, falte com o respeito com o Poder Legislativo. E se V.Ex^a continuar nessas condições eu vou mandá-lo para o Conselho de Ética.

É inaceitável e inacreditável que um homem, eleito pelo povo, comporte-se como o deputado Luiz Augusto está se comportando nesta noite.

Deputado Bruno Reis, eu vou passar a presidência dos trabalhos para o deputado Yulo Oiticica porque eu estou muito triste com o que está ocorrendo nesta Casa. Como presidente, com 23 anos de Parlamento, nunca desrespeitei este

Parlamento, nunca na minha vida! Nunca na minha vida desrespeitei este Parlamento! E o deputado Luiz Augusto está ultrapassando os limites da **imaginação**. Posso até mandar chamar um médico para ver as condições do deputado Luiz Augusto.

E eu não aceito, como presidente desta Casa, que um cidadão desrespeite esta Casa. Se o deputado Luiz Augusto começar nessas condições vou mandá-lo para o Conselho de Ética.

A imprensa toda denunciou esta semana e eu como presidente tenho que defender este Poder, mas tem hora que não conseguimos chegar ao Poder.

O Sr. Bruno Reis.:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Bruno Reis.

Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, o senhor tomou a decisão e reconheceu com base no achismo. As 3 questões de ordem que haviam sido solicitadas pela Oposição eram para tratar de naturezas diferentes, seriam requerimentos apresentados pedindo outras preferências de votação e V.Ex^a inciou o processo de votação sem apreciação das questões de ordem.

É natural, às vezes, no calor da discussão, que troquemos o termo V.Ex^a. por você. Não se apegue a isso porque em nenhum momento foi no intuito de ofender V.Ex^a. Agora, eu acho que hoje há aqui muita gente fora de si e uma das pessoas que está fora de si é V.Ex^a, porque jamais se V.Ex^a estivesse na sua situação normal, talvez pelo cansaço, pela fadiga que está enfrentando de uma pré-campanha, certo? não tomaria a decisão equivocada que tomou.

Por isso deputado Yulo Oiticica, nobre presidente em exercício, a Oposição não aceitou participar desse golpe. O que ocorreu esta manhã nesta Casa foi um golpe. Isso vai ficar registrado nos Anais desta Casa.

Vou pedir as notas taquigráficas. Lá está registrado que havia 3 solicitações de questões de ordem pendentes de apreciação para, em seguida, iniciar o processo de apreciação das contas do Executivo de 2009 e que presidente Marcelo Nilo, no intuito de dar um golpe, iniciou o processo de votação sabendo que nós iríamos apresentar requerimentos. Todas as solicitações de requerimentos estavam preparadas e haviam sido solicitadas as questões de ordem. Então essa é a nossa irresignação.

E se deputado Luiz Augusto está irresignado é porque ele não aceita golpe e viu, claramente, que foi dado um golpe aqui nesta manhã.

Não é não, nobre deputado Rosemberg? O deputado é da Base do Governo, mas tem o direito de discordar da postura do presidente. Aqui, não se pode tomar uma posição e todo mundo aceitar. E o que deputado Marcelo Nilo fez foi desrespeitar a Oposição. Amanhã, V.Ex^{as} podem ser Oposição. Eu posso estar naquela cadeira de presidente e também desrespeitar V.Ex^{as} e V.Ex^{as} não vão gostar.

Então, hoje, houve um desrespeito por parte do presidente Marcelo Nilo . E está aí registrado presidente a nossa irresignação com o que ocorreu.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - V.Ex^a será atendido. Quanto as suas solicitações, faça por escrito que nós concederemos via taquigrafia.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - Deputado Leur Lomanto Junior, V.Ex^a é

membro da comissão e tem 20 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é de se lamentar o fato ocorrido na manhã de hoje. Primeiro, porque regimentalmente a Oposição, no seu direito, fazia nesta Casa uma obstrução de forma ordeira, tranquila, discutindo todos os projetos que estavam sendo apreciados neste Parlamento. Mas, infelizmente, o presidente desta Casa, meu querido amigo deputado Marcelo Nilo, de uma forma equivocada, equivocada porque existiam quatro parlamentares que estavam com requerimentos prontos, estão com requerimentos prontos, solicitaram uma questão de ordem para que esses requerimentos fossem apreciados pelo presidente Marcelo Nilo e, de forma ditatorial. E, de forma rápida, açodada, iniciou um processo de votação e terminou não dando sequer os tempos. Como de outras vezes eu ouvi aqui, deputado Adolfo Viana, o próprio presidente Marcelo Nilo dizer em alto e bom som se tinha alguém para discutir a matéria.

Ora, todos sabiam, se não levassem em consideração as questões de ordem, se já tivessem atropelado as questões de ordem solicitadas pelos parlamentares da Bancada de Oposição, deputado José de Arimatéia, sempre foi de praxe, e presenciei isso diversas vezes neste Parlamento, o presidente solicitar e muitas vezes perguntar, deputado Carlos Brasileiro, se ninguém iria discutir a matéria. E o parlamentar dizia que ia discutir a matéria. Isso era uma praxe.

E o que nós, parlamentares, apenas sete parlamentares, bravos parlamentares da Bancada de Oposição pedimos? O direito de falar, a única coisa que nos resta neste Parlamento. O direito de expressar nossas opiniões, o direito de discutir as nossas ideias. Até isso querem proibir os deputados de Oposição de fazer. Ora, o que custa, já que passou por cima e tratorou, aniquilou, a vontade da Oposição e dos bravos parlamentares de falar, seguir a praxe. Como foi feito, repito aqui, por diversas vezes. O presidente Marcelo Nilo perguntava se não teria nenhum parlamentar para discutir a matéria. É essa argumentação, é esse respeito, é essa consideração que os parlamentares da Oposição esperavam do presidente desta Casa, o presidente Marcelo Nilo. Pelo qual tenho um apreço e uma admiração, mas não posso, de forma nenhuma, concordar com este ato desnecessário, tanto que causou até indignação por parte de alguns parlamentares da própria Bancada do governo. Ora, tínhamos 7 Srs. Parlamentares para discutir a matéria. Já vínhamos de uma obstrução dos outros projetos. Era público e notório que os parlamentares de Oposição estavam num processo de obstrução. O que custava... mesmo que os parlamentares de Oposição não tivessem... como não ocorreu porque não tivemos nem tempo hábil de nos inscrevermos para discutirmos a matéria, devido ao açodamento, ao rolo compressor, a não querer dar oportunidade legítima de nos expressarmos e discutirmos a matéria.

Era isso, deputada Luiza Maia, que estávamos clamando. A única coisa que nós temos nesta Casa é o poder de nos expressar, de falar, de discutir. E, infelizmente, como disseram os deputados Sandro Régis e Bruno Reis, cassaram a nossa voz, não deixaram que continuássemos o nosso processo de discussão. Fato esse, único desde as minhas duas legislaturas nesta Casa. Aqui disse o presidente Marcelo Nilo e como

costuma dizer o presidente Marcelo Nilo que trata todos de forma igual.

Mas infelizmente nesta manhã de hoje, tenho plena e absoluta convicção que o presidente não está, como disse, com a sua consciência tranquila. Pois ele sabe que de forma equivocada, de forma desnecessária, completamente desnecessária, criou-se um sentimento de revolta por parte da Bancada oposicionista e também por parte de alguns parlamentares da Bancada de governo. O que seria mais 1 hora, 1 hora e meia para sete parlamentares poderem fazer uso da palavra, para quem está aqui desde as 2 horas da tarde discutindo, obstruindo de forma legítima e verdadeira, os deputados de Oposição, não custaria nada para ninguém é essa benevolência.

Foi esse o pleito que os deputados de Oposição solicitaram ao presidente desta Casa. Mas infelizmente reinou o sangue, reinou a vontade de passar o rolo compressor na Bancada de Oposição. Assim como o deputado Zé Neto vem fazendo no decorrer das últimas votações, tratorando, passando por cima de tudo e de todos para aprovar os projetos de interesse do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Leur, V.Ex^a tem 1 minuto. Tendo em vista que V.Ex^a não é da comissão, V.Ex^a tem 10 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Então, Sr. Presidente, é de se indignar com situações como essa. Mas eu continuarei travando a boa luta, o bom combate, deputado João Carlos Bacelar, não arredarei pé deste Parlamento e continuarei fazendo uso da minha voz. Enquanto o projeto estiver a ser apreciado por este Parlamento eu estarei aqui, obstruindo, por não concordar com a metodologia e com o sistema adotados pelo presidente e pela Liderança do governo nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado Adolfo Viana, membro da comissão, por 20 minutos.

Quero informar aos deputados que seus microfones, mesmo desligados, estão vazando o som.

Deputado Adolfo Viana, com a palavra.

Antes, há um requerimento para a prorrogação da sessão por mais 600 minutos.

Em votação. Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Remanejando, com a palavra o deputado Luciano Simões.

Deputado Luciano Simões, V.Ex^a é da Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento ou de Educação? Nenhuma das três? Então, V.Ex^a tem 10 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, infelizmente a Assembleia Legislativa continua como antes, com a Maioria atropelando a Minoria.

É tão bom ver esta Casa discutindo os projetos, varando a madrugada. Isso faz

com que aqueles deputados que estão um pouco distantes do Plenário venham a ter conhecimento do que realmente ocorre nesta Casa, quando os acordos são feitos sem o conhecimento da maioria dos parlamentares.

Entendo que a Mesa Diretora da Casa deve procurar, também, colaborar com o debate no Plenário, colaborar com as discussões das matérias que se encontram em pauta, e não, de certa forma, agir de maneira ditatorial, evitando, assim, que a Assembleia Legislativa da Bahia, através de seus representantes maiores, que são os parlamentares, discutam o que interessa à comunidade baiana, que são, justamente, aquelas matérias de cunho constitucional que por obrigação legal devem ser discutidas no Parlamento.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, os jornais que circulam na manhã de hoje trazem para a discussão pública o assunto que levantei aqui, deputado Nelson Leal, deputado Leur Lomanto, no dia de ontem.

O presidente da FIEB, professor José Mascarenhas, tratou do assunto da pré-falência do governo do Estado. Não só da pré-falência, como também da gestão incompetente do atual governo. Em vez de os próceres governistas tratarem da questão, de abrir uma discussão na FIEB, nas entidades empresariais quanto à questão levantada pelo empresário José Mascarenhas, simplesmente partem em ataque àquela instituição.

Na manhã de hoje, a FIEB, por meio do seu presidente, responde àqueles do governo que ficaram nervosos com as colocações. Mas, por outro lado, o discurso da FIEB coincide com a problemática existente hoje na Bahia.

Mostrei, no dia de ontem, que o governo do Estado não vem cumprindo com as suas obrigações financeiras perante as empreiteiras e as prestadoras de serviço. Os senhores notem que são mais de 60 empresas que estão aí na pendenga, algumas já com pedido de falência desde 2011, aguardando os pagamentos da Sucab, Conder e outros órgãos governamentais.

A Sucab, deputado Alan Sanches, hoje, realmente, está às moscas. É um órgão que, praticamente, está parado, sem nenhuma atividade. E o pior: não cumprindo com sua obrigação, que é o pagamento às empresas que prestaram serviço depois que passaram pelo processo licitatório, cumpriram suas obrigações e houve as medições. Essas empresas estão aí, a cada dia em maior penúria e em vias de falência.

Por outro lado, deputado Zé Neto, não sei como V.Ex^a, Líder do governo, representante do segundo maior município da Bahia, não se envergonha de ver as pessoas que indicou para REDA e o PST de Feira de Santana – que deveriam votar em V.Ex^a na próxima eleição – acorrentadas, pedindo clemência a V.Ex^a e ao PT, para que se façam os pagamentos de três meses de atraso do REDA e do PST.

É uma questão que, realmente, envergonha o Estado da Bahia e, muito mais, o Líder do governo. O Líder do governo que, com certeza, foi um dos responsáveis pela indicação dos REDAs de Feira de Santana e dos PSTs. Assistimos, na avenida principal de Feira de Santana, onde se situa a Direc, àqueles indicados pelo deputado Zé Neto, sacrificados, algemados e enjaulados na Direc, aguardando o pagamento de três meses de atraso.

E o pior de tudo isso: é o governo que, em vez de pagar aos PSTs – cadê o deputado Gaban, que fez até um brilhante discurso no dia de ontem? – e aos REDAs, que estão algemados na Secretaria da Fazenda e na Direc, continua gastando R\$ 525 mil, deputado Yulo, por dia, para bancar uma propaganda mentirosa, dizendo que as finanças do governo estão redondas.

Como é que existem finanças redondas se não se paga os PST, não se paga os REDAs e as empresas que prestaram serviço estão em estado pré-falimentar. É uma situação difícil, que fez com que o nosso querido amigo, deputado Euclides Fernandes, fugisse de Jequié para não receber o governador do Estado, deputado Leur, que não tinha naquele município o que dizer.

E o deputado Euclides Fernandes, que é um empreendedor, diga-se de passagem, um homem que desenvolveu Jequié sem o governo, criando universidades, levando rádios para aquele município, sendo presidente da Câmara e desenvolvendo um debate de nível naquela Câmara e na cidade, vê-se forçado a abandonar o seu município no dia da visita do governador, porque o governador não tinha o que dizer em Jequié. Não existe obra do governo. Não existe intervenção governamental. Não existe nenhum trabalho que fizesse com que o deputado Euclides Fernandes, que teve uma votação pífia para prefeito, agradecesse. Agradecer o quê? Agradecer a falta de ação do governo do Estado no município de Jequié. Então, o deputado Euclides Fernandes pagou o pato, mas deu a resposta no momento oportuno.

Naquele momento em que o governador foi a Jequié, Euclides deu uma prova de que é homem sério, de que é homem honrado, e não ia compactuar com aquela farsa, que é apregoar para o povo de Jequié o que não existe e o que não existiu.

Quero encerrar as minhas palavras pedindo à Mesa Diretora da Assembleia que ajamos com complacência, com coerência, para que esta Casa continue, como ocorreu na noite de ontem e na madrugada de hoje, debatendo os projetos, levando ao conhecimento daqueles deputados que pouco participam do Plenário e ao conhecimento da imprensa do que, realmente, se discute e se aprova nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Nós tínhamos dois acordos celebrados e assinados pelo Líder do Governo e pelo Líder da Oposição, que tratavam de duas matérias que dizem respeito aos professores. A matéria agora em pauta, é o projeto de lei dos técnicos, que já está sendo discutido em comissão, e o dos professores, votado no começo da noite, que tratava da redução de carga horária.

Sobre esse projeto que estava agora sendo discutido, tenho uma dúvida que, se for possível, gostaria que V.Ex^a inquiria a Oposição a fim de que ela se posicione. Se o pedido feito pelas duas partes, Oposição e Governo, de dispensa de formalidades foi entregue à Mesa, e a Mesa trouxe este projeto para a pauta, entendo que até este momento de trazer para a pauta, havia um processo tranquilo de acordo.

Adiante, já na pauta e já aqui no plenário - não é, Carlinhos? - houve, por parte

da Oposição, um recuo, inclusive o deputado Elmar rasgou o pedido assinado por nós dois para dispensa de formalidade.

Qual é a dúvida que tenho? Quero saber o posicionamento da presidência e da Oposição. Ora, se ele rasgou e os projetos já estavam em curso, sobre um, inclusive, já havia sido lido o parecer e o outro já estava na pauta em comum acordo, e veio para a pauta em comum acordo, não entendo como ele vai recuar da pauta.

O deputado Bruno Reis colocou agora a pouco que não iria aceitar que o projeto fosse votado, apesar de já ter inscrito dois membros da Oposição para discutir em plenário, no âmbito das comissões. Preciso, evidentemente, que haja um posicionamento da presidência e da Oposição sobre a validação desse acordo bem como a sua extensão, pois, no meu entendimento, as coisas devem estar fluindo naturalmente.

Abro essa questão de ordem para que V.Ex^a se posicione, mas, gostaria que antes ouvisse a Oposição a fim de que ela se manifeste acerca dessa questão. O trato é diretamente entre duas bancadas e nós precisamos saber qual o posicionamento da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Antes, porém, gostaria de fazer uma consulta ao presidente, deputado Marcelo Nilo, que, à época, estava na presidência da sessão, para ouvir sua opinião e se deferiu de alguma forma. Se ele não deferiu, caberá a mim.

Antes de passar ao deputado Bruno Reis, líder em exercício, digo que não podemos ter dúvidas. Nesta Casa existem duas coisas fundamentais: primeiro, vale a opinião do Pleno. O Pleno tem poder, inclusive, de definir mudança no Regimento, naquele momento; segundo, aqui...

(O senhor João Carlos Bacelar fala fora do microfone)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Não vamos colocar em discussão.

Quanto ao que o deputado Zé Neto coloca, obviamente vale o que está escrito, mas também o que é dito. Diante das circunstâncias e do clima que temos, acho que é pertinente a indagação de V.Ex^a, e eu irei acatar, naturalmente, o que o líder da Oposição em exercício, deputado Bruno Reis disser.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, queria reavivar a memória de V.Ex^{as}, especialmente a do Líder Zé Neto. Há 15 dias foi feito um acordo para dispensarmos as formalidades desses dois projetos inerentes à educação. Foi esse acordo que fez com que eles viessem para a pauta da última terça-feira. No decorrer daquela sessão – tem sido uma prática do Líder Zé Neto tornar todas as sessões litigiosas –, depois de o deputado Zé Neto ter insuflado muito o Líder Elmar Nascimento, ele decidiu retirar o requerimento que dispensava as formalidades desses projetos, porém, no caso do primeiro projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Bruno Reis, deputados, por favor, eu gostaria de silêncio, porque precisamos definir o encaminhamento da sessão, e essa intervenção do deputado Bruno Reis tem extrema relevância.

O Sr. Bruno Reis:- Porém, em relação ao primeiro projeto, antes da retirada do requerimento pelo deputado Elmar Nascimento, o processo de leitura do parecer já

tinha se iniciado e a deputada Kelly Magalhães estava naquela tribuna. Quando ela concluiu a leitura do parecer, o nobre deputado Elmar Nascimento, sentado aqui no local de onde falo neste momento, disse que o acordo estava mantido, porque já havia iniciado a votação do primeiro, mas que não haveria acordo com relação ao segundo projeto.

No meu entender, Sr. Presidente, esse projeto não deveria estar hoje na pauta da Ordem do Dia, porque não havia dispensa de formalidade, nem muito menos deveria ter sido iniciado o seu processo de discussão, no âmbito das comissões, aqui, no Plenário, ou seja, deveria seguir o seu rito ordinário.

Esta é mais uma arbitrariedade que está sendo cometida pela Mesa Diretora, depois de já ter rasgado o Regimento Interno. A Mesa Diretora decidiu favoravelmente ao requerimento do Líder Zé Neto, mas decidiu de forma diferente com relação ao requerimento exatamente igual que já havíamos pleiteado. Ele poderia até deferir e submeter ao Plenário para modificar a decisão, mas ele não poderia indeferir, porque o nosso requerimento, deputado Zé Neto, era exatamente igual ao de V.Ex^a. Então, esse foi o erro do presidente Marcelo Nilo! Além disso, haviam três questões de ordem pendentes, onde seriam apresentados requerimentos, e ele não respeitou as questões de ordem, deu os projetos como discutidos e apreciou as contas do Executivo de 2009.

Agora, eu quero deixar, nobre presidente em exercício, deputado Yulo Oiticica, nas suas mãos o poder de decidir. Ao meu ver, falando como integrante da Comissão de Constituição e Justiça, a tramitação desse projeto é completamente ilegal, mas é V.Ex^a que vai decidir se o projeto deve tramitar ou não à luz do Regimento Interno, à luz dos casos que já existiram nesta Casa. A decisão é de V.Ex^a.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos e depois do deputado Zé Neto.

Entendi a sua posição, deputado Bruno Reis.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, quero contribuir com a discussão. Ouvi atentamente as palavras do deputado Bruno Reis e testemunhei parte do que ele disse, mas faltam outras informações que eu considero importante. Primeiro, precedentemente ao discurso, aos momentos que foram relatados pelo ilustre deputado, foi dado conhecimento ao Plenário de que havia um acordo relacionado aos dois projetos, foi dado conhecimento ao Plenário de que havia acordo de dispensa de formalidade. Numa atitude, inclusive não muito própria, do deputado Líder da Oposição, num determinado momento em que houve exasperação de ânimos, ele subiu e, em uma atitude impensada, em minha opinião, ele não retirou, ele rasgou o acordo lá em cima. Inclusive o deputado Alan Sanches pontuou que este tipo de atitude não era próprio aqui em Plenário e que isso não se deveria repetir. Porém, “antecedentemente”, foi dado conhecimento a este Plenário que havia um acordo de dispensa de formalidade envolvendo os dois projetos.

Era só isso que eu queria aduzir à fala do ilustre companheiro.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Quero falar que está desconsiderado o acordo de dispensa de formalidade. Esta é a posição do deputado Bruno Reis, como Líder da Oposição.

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Acho que a coisa está conturbada. Parece-me que a Oposição está dizendo às claras que está recuando do acordo e não quer que este projeto siga adiante.

Quero pedir a V.Ex^a uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

Peço à minha bancada retirar-se do Plenário.

Espero que a Oposição reflita sobre esses aspectos, pois, também, faremos um estudo mais preciso sobre o assunto.

Em caso de encontrarmos uma saída jurídica, obviamente, permaneceremos na semana que vem dando continuidade a este processo de votação. Discutiremos com os Líderes e Vice-líderes para chegarmos a uma conclusão. Vamos esperar que a Oposição esfrie a cabeça, porque não acho justo que a Oposição tome um posicionamento desse e prejudique professores de todo o estado da Bahia que, neste momento, esperam a concretização deste importante acordo que se tornou projeto de lei e, agora, poderia se tornar lei sem tanta polêmica.

Acho que a Oposição haverá de refletir melhor sobre esse aspecto.

Por isso, peço verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Peço à Bancada do Governo retirar-se do plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a, deputado Zé Neto, será atendido.

Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Yulo Oiticica, são procedimentos e posturas como estas do Líder Zé Neto que inviabilizam qualquer tipo de entendimento e de diálogo. A culpa não é nossa se o projeto chegou aqui tarde. É incompetência do governo que não elaborou a tempo o projeto e mandou para esta Casa para ser apreciado. Mais uma vez, Zé Neto, utilizando-se de seus subterfúgios para as práticas, quer creditar à Oposição o fato de a matéria não estar sendo aprovada. Certo?

Deputado Zé Neto, pode ficar, extremamente, tranquilo, porque estamos aqui para fazer o debate com quem quer que seja. Agora, a culpa é de V.Ex^{as}, pois não cumprem compromisso tampouco acordo. Por este motivo, o projeto está sendo apreciado hoje. Rasgam o Regimento. Querem atropelar a Oposição. Não preservam o nosso direito de discutir.

Se o deputado Zé Neto tivesse hombridade, não teria concordado com a posição do presidente Marcelo Nilo de impedir a Oposição de discutir, pois este é o único instrumento que a Oposição tem. Depois, dizem que este governo é republicano e democrático. Isso são conversas e blablablá! O povo não cai mais nesta enganação. Taí, o projeto não tem dispensa. Cadê o requerimento? Não há.

Na próxima sessão, o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, vai

poder esclarecer e nós tomaremos uma decisão.

Então, quero pedir a V.Ex^a, Sr. Presidente, abrir o tempo de 15 minutos, convocar os Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho ou nas dependências desta Casa para que venham ao Plenário, pois há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, haja vista ter muitos outros projetos importantes na pauta de votação.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a, deputado Bruno Reis, também, será atendido.

Zerem o painel. Marquem 15 minutos.

Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, há duas questões de ordem dos deputados Zé Neto e Bruno Reis, respectivamente, com pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Com a palavra o deputado Coronel Gilberto Santana para uma questão de ordem.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Presidente, vi a confusão naquela sessão e pedi ao deputado Elmar que retirasse. O deputado Elmar Nascimento afirmou que não retiraria a assinatura. O deputado Zé Neto ficou aborrecido, pediu que ele retirasse a assinatura e o ameaçou. Ele ficou aborrecido com a ameaça do deputado Zé Neto e retirou, pediu a Carlinhos que colocou na frente dele e ele rasgou, realmente, porque foi provocado pelo deputado Zé Neto.

A outra situação diz respeito ao momento em que foi rasgado o documento com a dispensa de formalidades, só havia feito a leitura de um projeto. O presidente Marcelo Nilo disse que, em razão do teor do projeto, iria considerar a dispensa das formalidades. Entende-se que, para esse projeto de hoje, não há dispensa de formalidades, uma vez que não há nada registrado de que a Oposição concordou com essas dispensa.

O que me entristece é saber que vocês irão esmagar a Oposição com 46 deputados votando sim e 16 votando não. O que ocorre, Sr. Presidente, é que, mesmo tendo a certeza da vitória, vocês querem humilhar a Oposição. Nós temos o direito de obstruir a votação, isso é permitido pelo Regimento Interno. Hoje, foi um absurdo, a Oposição nem sequer pode usar do direito de obstruir. A obstrução não significa votar contra o governo. Nós sabemos que vocês terão uma votação expressiva, mas para fugir do debate, não deixar a Oposição agir no seu direito que a Casa permite, atropelaram, não permitiram as questões de ordem para os deputados que pediram, causando muito tumulto.

O deputado Marcelo Nilo é uma pessoa que admiro. Eu o conheci através do deputado João Carlos Bacelar que me disse coisas muito boas sobre ele, um homem de bem, um deputado sério. A forma como o Exm^o Presidente Marcelo Nilo agiu, demonstra que não estava de bom humor. Ele deveria agir como um juiz, equilibrado, sensato, para tomar decisões que não fizesse mal a ninguém, mas de acordo com o Regimento Interno.

Na sessão anterior, aconteceu um fato: o governador estava no Rio de Janeiro

em missão do Estado e o requerimento para a retirada dos projetos que estavam sobrestando a pauta chegou com a assinatura eletrônica. Por isso registramos que aquela assinatura não tinha cabimento porque era uma assinatura eletrônica. O presidente analisou, refletiu e viu que a posição da Oposição era coerente e transferiu a votação para o dia seguinte, mas não teve energia e os projetos não foram votados. Como eram 15 projetos, o Líder do Governo deveria ter sentado com o Líder da Oposição para discutir sobre a prioridade dos projetos. Ao contrário coloca goela abaixo o que deve ser votado nesta Casa.

Digo a V.Ex^a o seguinte, não posso mandar no Líder, mas estarei inteiramente contra a qualquer dispensa de formalidades nesta Casa. É uma falta de respeito da Situação com a Oposição. No dia em que Elmar Nascimento dispensar as formalidades, eu me afasto da sessão. A Oposição não pode trabalhar com a Situação agindo de forma desrespeitosa como está acontecendo aí

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Para concluir a sua questão de ordem, deputado.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Eu estarei, inteiramente, contra qualquer dispensa de formalidade nesta Casa, a fim de que um projeto de lei possa, aqui, ser discutido. Busquem-se todos os temas necessários para obstruir o tempo que for preciso. Deve passar o projeto de lei a conta-gotas. Em minha opinião, o projeto passará a conta-gotas já que eles não têm respeito pela Oposição.

Essas são as minhas palavras que quero deixar registradas, aqui, Sr. Presidente.

O Sr. João Bonfim:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Foi feito o vosso registro. V.Ex^a, deputado Coronel Gilberto Santana, ratifica a posição de seu Líder.

Questão de ordem do deputado João Bonfim; em seguida, será a vez do deputado Zé Neto, por ordem de inscrição.

O Sr. João Bonfim:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem vai na direção de solicitar a V.Ex^a, após constatada a ausência de deputados para a continuidade da sessão, determinar a reabertura do painel para que nós possamos marcar as nossas presenças para a sessão do dia de hoje, por conta do adiantado da hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Se corresponde à expectativa de V.Ex^a, deputado João Bonfim, gostaria de deferir da seguinte forma: essas presenças já foram dadas no dia de hoje. Portanto, a minha proposta é a de que nós mantenhamos as presenças logo após o final da sessão. O.K.?

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Presidente, primeiro, quero lembrar que toda essa polêmica da quebra de acordo começou, porque, nesta Casa, nunca vimos dispensa de formalidades com obstrução. A Oposição inventou isso durante a semana passada.

Eu disse ao Líder e quero dizer ao Coronel Santana que, realmente, eu disse ao Líder da Oposição: “Se V.Ex^a tomar um posicionamento desse, V.Ex^a está rasgando o acordo.” Ele disse: “Nós vamos obstruir.”

V.Ex^a, tratam-se de dois projetos de professores oriundos de um diálogo feito e

muito bem feito com o governo, homologado em assembleias em todo o Estado da Bahia, portanto, gozando de plena legitimidade.

Este é um acordo que traduz a vontade dos professores da Bahia. V.Ex^a estará rasgando este acordo ao obstruir uma matéria dessa com uma dispensa de formalidade. Não me lembro, nesta Casa, de ter visto nada igual.

Ele estava um pouco, diria, tenso, pois subiu, pegou o acordo e rasgou os dois acordos.

Esta é uma atitude que cria, evidentemente, uma discussão jurídica que, em meu ponto de vista, era para frente e não para trás. Vejam, os dois projetos já se encontravam na pauta. Eles tinham vindo para a pauta exatamente porque tínhamos feito, na semana anterior ao fato que culminou na destruição formal do acordo, quando ele rasgou o acordo. Inclusive foi dado conhecimento ao Plenário, naquele momento.

Quero dizer ao Coronel Gilberto Santana que foi, exatamente, isso que aconteceu.

Agora, quanto ao outro lado, ele foi lá e rasgou. Acho que, dali para trás, está tudo certo. Trouxemos para o Plenário. Estava na pauta e já tinha ido para as comissões. Tanto que, hoje, o parecer foi lido e ninguém contestou.

Então, mais uma vez, não é temporal o questionamento.

E, no mais, só depois da segunda fala é que houve, por parte da Oposição, o questionamento sobre a validação ou não do processo de votação.

Quer dizer, os deputados de Oposição legitimaram e inscreveram-se para discutir. Tomei uma providência para, com isso, acalmar os ânimos, para trazer para os deputados de Oposição, mais uma vez, essa reflexão.

Obviamente, lembro ao Coronel Santana – à época, ele não se encontrava nesta Casa – que fui, também, deputado de Oposição assim como Yulo. Em nossa época, a Oposição não mudava uma vírgula em projeto de lei. Se houvesse, deputado Sidelvan, uma letra com um acento errado, nós não podíamos mudar, deputado Joseildo, deputada Maria Luiza Orge, éramos obrigados a acolher o posicionamento da Mesa que, no autógrafo, poderia fazer alguma correção, mas não deputado da Oposição.

Foi-se esse tempo. Hoje, deputado da Oposição é respeitado. Antes, deputado da Oposição nem erro de concordância verbal podia mudar, nada. Hoje, deputado da Oposição altera projeto, participa da construção de projeto, é relator de projeto. Inclusive, projetos de deputados da Oposição já foram aprovados aqui, nesta Casa.

Portanto, é isso que apenas relembro ao deputado Santana e à Oposição, e espero o encerramento desta sessão de hoje, de certa forma tensa, porém vitoriosa para a Bancada do governo. E tenho que agradecer a cada deputado, a cada deputada pela determinação com que defendemos a causa do nosso governo. E quero dizer que logo que sair daqui vou ligar para o governador para dizer-lhe da minha alegria de, nesta tarde/noite, essa Bancada ter dado um exemplo de fibra, de determinação e de compromisso.

Espero, deputado Bruno Reis, que nossos ânimos fiquem muito mais tranquilos

– evidentemente que haverão de ficar – e quero, apenas, dizer que a cada noite, a cada passo, a cada dia há um ensinamento para todos nós desta Casa, como na vida, no cotidiano de quem está neste planeta, passando um tempo.

Então, fica aqui a minha esperança e a minha expectativa de que logo possamos sentar, até terça-feira da semana que vem, e retomar essa discussão. Não acredito, mesmo, que os deputados da Oposição prejudiquem os professores com quem eles estiveram tão perto, ficaram tão próximos durante o período de greve. Agora, não haverão de dar-lhes as costas na hora em que os professores logram êxito e conquistam tão importante direito que vinham buscando. Agora que têm tudo nas mãos, eles também dependem dos deputados da Oposição para que esse êxito seja logrado com toda a intensidade e vitória para essa classe tão importante para o Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Feito o registro, deputado Zé Neto.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Coronel Gilberto Santana.

O Sr. Coronel Gilberto Santana:- Sr. Presidente, mais uma vez volto a confirmar o que eu disse aqui. Fui uma das pessoas que pediram ao deputado Elmar para retirar a assinatura, para obstruir a votação. Ele disse que não iria fazer isso pois já havia assinado o papel e não iria retirar a assinatura.

O deputado Zé Neto veio na frente dele e o provocou dizendo: “Retire vá, pode retirar se quiser.”

Foi isso que ele fez e eu assisti a tudo. E essa irritação que ele causou a Elmar foi o que o levou a rasgar a dispensa, pois estava sendo provocado, incitado pelo deputado Zé Neto.

Agora, quero dizer a Zé Neto que também diga ao governador que o golpe foi aplicado, mas que daqui para a frente tudo será discutido aqui palmo a palmo, minuto por minuto.

Podem ter aplicado o golpe. Realmente, saiu como ele quis. Pode parabenizar-se porque o golpe que V.Ex^a queria aconteceu.

Com relação ao segundo projeto, não existe qualquer dispensa de formalidades aí. Não cabia leitura porque não existe a dispensa de formalidades para o projeto. E outra coisa: o deputado Elmar, que é o Líder, não estava aqui para afirmar que havia a dispensa das formalidades.

Nós não sabíamos, por isso nos escrevemos para discutir. Depois que vimos que o projeto não tinha a dispensa de formalidades, recuamos. Mas, na verdade, quando se coloca em pauta e se faz a leitura subentende-se que já passou pelas comissões ou que já se dispensou as formalidades para o projeto. Ocorre que não foram dispensadas porque não há documento provando a dispensa.

O outro, Marcelo Nilo, presidente da Casa, disse, aqui, que já tinha lido e queria deixar como aprovada a dispensa de formalidades.

Este segundo não foi dispensado porque não existe qualquer documento. Então, não cabia leitura e nem estar em pauta. Retirou-se a assinatura, retirou-se o

documento, não era para estar mais em pauta.

Mas, mesmo assim, mais uma vez, atropelando a Oposição, vota-se o projeto sem dispensa de formalidades do projeto. Ocorre que não foram dispensadas porque não há documento provando a dispensa.

O outro, o presidente da Casa, Marcelo Nilo, disse aqui que já tinha lido e queria deixar como aprovada a dispensa de formalidades. Este segundo não foi dispensado porque não existe nenhum documento. Então, não cabia leitura e nem estar em pauta. Retirou-se a assinatura, retirou-se o documento, não era para estar mais em pauta.

Mais uma vez, atropelando a oposição, vota-se o projeto sem dispensa de formalidades, e acham que nós tínhamos que adivinhar que havia formalidades ali. Quando vai relatar, subentende-se que já passou pelas comissões ou que tenha dispensa. Por essa razão, não sabíamos e fizemos a inscrição para discutir, para obstruir. Vendo que não tinha formalidades, nós recuamos.

Espero que esta Casa tenha consciência do Regimento Interno e cumpra o que está estabelecido nele. Nós queremos, nada mais nada menos, votar contra se preciso for, mesmo sabendo que é um voto vencido, mas é um direito da oposição fazer o seu voto, como também da situação fazer o seu voto a favor. Agora, as obstruções, cabe à Oposição fazer, e exigimos esse direito que é nosso.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- O.K., está feito o registro.

Com a presença de apenas 12 deputados, a sessão está encerrada pela ausência de quórum.

Peço à Secretaria que restabeleça, logo após a conclusão, o quórum da sessão anterior.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*